



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – 20ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do fórum técnico Plano Estadual de Educação
- 1.3 – Evento Realizado na 41ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do fórum técnico Plano Estadual de Educação
- 1.4 – 22ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do fórum técnico Plano Estadual de Educação
- 1.5 – 23ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada à realização do fórum técnico Plano Estadual de Educação
- 1.6 – Reuniões de Comissões

2 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

3 – MANIFESTAÇÕES

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 14/7/2016

Presidência do Deputado Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Ulysses Gomes – André Quintão – Fabiano Tolentino – Geisa Teixeira – Inácio Franco – João Leite – Wander Borges.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Ulysses Gomes) – Às 14h3min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 2 de agosto, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 2/8/2016.).

ATA DA 20ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/6/2016

Presidência do Deputado Paulo Lamac

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Palavras do Presidente – Registro de Presença – Palavras da Sra. Suely Rodarte – Palavras da Sra. Ana Maria Belo de Abreu – Palavras da Sra. Beatriz da Silva Cerqueira – Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva – Palavras do Deputado Rogério Correia – Palavras do Deputado Bosco – Palavras do Sr. Arnaldo Godoy – Palavras da Sra. Júnia Roman Carvalho – Palavras do Sr. Max Ziller – Palavras do Sr. Afonso Celso Renan Barbosa – Palavras da Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos – Palavras do Sr. Professor Neivaldo – 1º Painel: Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos

Trabalhos – Palavras do Sr. Heleno Araújo – Palavras do Sr. Teodoro Adriano Costa Zanardi – Palavras da Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Bosco – Cabo Júlio – Cássio Soares – Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Felipe Attiê – Gil Pereira – Isauro Calais – João Vítor Xavier – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Neilando Pimenta – Paulo Lamac – Rogério Correia – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Paulo Lamac) – Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à realização do fórum técnico Plano Estadual de Educação, que tem como objetivo buscar, junto aos diversos segmentos da sociedade, às entidades representativas da sociedade civil e dos setores público e privado, subsídios para a discussão do Projeto de Lei nº 2.882/2015, que estabelece o Plano Estadual de Educação em Minas Gerais, com diretrizes, metas e estratégias para a política educacional do Estado nos próximos 10 anos.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação, representando o governador do Estado, Fernando Pimentel; o Exmo. Sr. Professor Neivaldo, secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário; as Exmas. Sras. Júnia Roman Carvalho, defensora pública, representando o defensor público-geral em exercício, Wagner Geraldo Ramalho; Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT-MG – e coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; Ana Maria Belo de Abreu, presidente da Associação dos Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais – Adeomg; e Suely Rodarte, secretária executiva da União dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime – e presidente do Fórum Estadual da Educação; os Exmos Srs. Afonso Celso Renan Barbosa, secretário municipal adjunto de Educação, representando o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; vereador Arnaldo Godoy, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Max Ziller, representante da União Nacional dos Estudantes – UNE; a Exma. Sra. deputada Marília Campos; e os Exmos. Srs. deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rogério Correia e Bosco.

O presidente – Bom dia. É uma grande satisfação estarmos nesta Casa, no início das nossas atividades da etapa final do fórum técnico Plano Estadual de Educação. Quero dar as boas-vindas a vocês e, de imediato, dar início às nossas atividades.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos todos a ouvir, em posição de respeito, a execução do Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Presidente

Sejam muito bem-vindos à Assembleia Legislativa. É uma satisfação para nós estarmos aqui reunidos, iniciando um trabalho tão entusiasmante como esta etapa final do Plano Estadual de Educação.



Vou fazer uma saudação à Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação de Minas Gerais, neste ato representando o governador Fernando Pimentel; à Exma. defensora pública Júnia Roman Carvalho, representando o Dr. Wagner Geraldo Ramalho, defensor público-geral em exercício; à Exma. Sra. deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; ao Prof. Afonso Celso Renan Barbosa, secretário municipal adjunto de Educação, aqui representando o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; ao vereador Arnaldo Godoy, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; à Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT-MG – e coordenadora do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE; à Profa. Ana Maria Belo, presidente da Associação dos Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais – Adeomg; aos caros colegas de comissão aqui presentes, Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia, membros efetivos da nossa Comissão de Educação e participantes ativos da organização deste evento; assim como à Suely Rodarte, secretária executiva da União dos Dirigentes Municipais de Educação e presidente do Fórum Estadual de Educação.

É uma alegria para nós, depois de uma gestação que extrapolou os nove meses, estarmos concluindo uma etapa fundamental para a aprovação do nosso futuro Plano Estadual de Educação. Quando chegamos a esta legislatura e tivemos a oportunidade de assumir a presidência da Comissão de Educação, com os colegas deputados aqui presentes, tínhamos um desafio muito grande, que era a observância do Plano Nacional de Educação na atualização do Plano Estadual de Educação, ou seja, de acordo com os parâmetros definidos no plano nacional.

O prazo era curtíssimo. Existia uma previsão de tempo absolutamente inviável, e já havia o exemplo de alguns estados que fizeram a opção política de simplesmente fazer a transposição daquilo que dizia o Plano Nacional de Educação para seus planos estaduais. Essa era uma possibilidade e uma alternativa que existia no Estado de Minas Gerais.

Em diálogo amplo entre a Casa parlamentar do Estado, a Secretaria de Estado de Educação e o Fórum Estadual de Educação, entendemos que era preferível extrapolar o tempo previsto no Plano Nacional de Educação e fazermos um debate amplo com a sociedade para compreendermos, de fato, as expectativas, as demandas e as características do nosso Estado, a fim de podermos oferecer a Minas Gerais e à população mineira um Plano Estadual de Educação que estivesse realmente em sintonia com as expectativas e com a realidade do Estado de Minas Gerais, que fosse participativo e que pudesse ser chamado de nosso.

Então, por opção política, adotamos um processo bastante distinto do adotado em outros estados, que correram para fazer a aprovação formal de um plano estadual de educação. O processo iniciou-se no Fórum Estadual de Educação, que fez a primeira transposição das diretrizes do plano nacional para uma primeira proposta. Elaborada pelo fórum estadual, essa primeira minuta foi encaminhada à secretaria de Estado, que fez o debate com o governo estadual, gerando o projeto de lei que foi encaminhado a esta Casa. E, já num segundo momento, com a discussão nas diversas secretarias do governo do Estado. Chegando a esta Casa, de maneira pactuada previamente, estabelecemos a criação de um fórum técnico, apesar de toda a dificuldade econômica. É importante ressaltar que nossa intenção era que as etapas regionalizadas tivessem se iniciado ainda no ano de 2015, mas, por questões absolutamente orçamentárias, tivemos de retardar o início do processo de interiorização; porém, mantivemos a decisão de que somente avançaríamos no Plano Estadual de Educação em relação à participação, apesar de toda a pressão mantida. Pressão para que aprovássemos logo, para que fizéssemos a apreciação, porque, em tese, nada impediria que esta Casa avançasse no plano, exceto a percepção de que ele deveria ser participativo e que tínhamos um compromisso com a sociedade de Minas Gerais.

Iniciado este ano, numa parceria muito consistente com a Secretaria de Estado de Educação, com o Fórum Estadual de Educação, que aglutina grande número de instituições, entre elas algumas que já estão aqui – a Adeomg, o Sind-UTE-MG, a Undime, enfim instituições representativas da educação em nosso estado –, realizamos as duas etapas regionais. Conseguimos realizar também dois debates públicos introdutórios desta temática. No decorrer do processo, recebemos contribuições riquíssimas. É importante dizer que saltou aos olhos a qualidade das contribuições que recebemos. Então, muito além do quantitativo da participação, que foi significativo, que foi efetivo e que estamos, aliás, tendo de administrar, o que os



senhores e as senhoras devem estar percebendo. Houve um número de inscritos tão grande, recorde para a etapa final do fórum técnico, que temos de administrar, infelizmente, um volume significativo de pessoas que não conseguiram fazer suas inscrições. Estamos convidando-as a permanecer como ouvintes, a nos acompanharem. De fato, já estava prevista nas regras a capacidade da Casa, que tem uma limitação física. Portanto, pedimos a compreensão de todos, que, por uma questão de limitação física, não conseguiram se inscrever, mas nos acompanhem e participem, como ouvintes, das nossas atividades. A sociedade atendeu ao chamado, esteve nas etapas regionais e se fez presente nas discussões preliminares, demonstrando seu desejo de participar. E essa grande demanda pelas inscrições para a etapa final vem coroar a importância desse Plano Estadual de Educação e demonstrar a participação e o desejo de contribuir da nossa sociedade.

Agradecemos a todos. Gostaria de externar um pouco a dimensão do processo que ora encerramos, que é o processo do fórum técnico. Hoje começamos a etapa final e, quando de sua conclusão, teremos um documento que pautará a discussão nesta Casa; aí, sim, vamos para a etapa final de tramitação do projeto de lei.

Há um compromisso desta Casa segundo o qual as discussões realizadas em todo o Estado e aprovadas aqui, nesta etapa final, serão consideradas nas versões que debateremos na etapa final de tramitação na Assembleia Legislativa.

Sinto-me pessoalmente honrado, muito satisfeito por acompanhar esse processo, juntamente com os colegas deputados. Vários de nós estivemos nas etapas regionais, e foi realmente uma experiência muito enriquecedora, engrandecedora, e a demonstração clara de que é possível construir planejamento para a nossa sociedade, a partir da ampla participação. As pessoas estão interessadas e têm competência para ajudar e participar ativamente da construção das políticas públicas.

Concluo esta manifestação inicial, destacando o empenho do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Adalclever Lopes. Como não pôde estar presente neste ato, pediu-nos para trazer a justificativa de sua ausência, uma vez que teve de atender a outros compromissos. Mas nos deu as condições para realizar essa atividade, num ano em que existem restrições orçamentárias severas nesta Casa. No entanto, pela importância dada à educação, tivemos condições materiais de estar no interior e criar esse espaço.

Faço esse destaque, dizendo, para finalizar, que acredito, assim como, tenho a certeza, acreditam os colegas deputados, que estamos retomando o processo de planejamento da nossa sociedade, e isso vale para a educação e para as demais políticas públicas. É uma definição, para além dos discursos simples e relativamente fáceis de ser feitos, sobre a importância de determinada política.

Dizer que a educação é importante é relativamente fácil, mas implementar ações, implementar estratégias, atingir metas definidas pela sociedade, isso está muito além de qualquer plano de governo, isso está muito além da ação individual ou salvadora da Pátria de qualquer elemento isoladamente.

Estamos buscando adotar uma política de Estado, uma política que deverá ser abraçada, acolhida por qualquer governante que venha nos próximos 10 anos, não importa qual seja seu partido, não importa em qual ideologia acredite. Estamos definindo um planejamento para o Estado de Minas Gerais. Isso é muito importante em um lugar que tem uma história de abandono de obras, abandono de projetos, abandono de propostas. Essa continuidade é muito importante. Ela não fez parte da nossa cultura nos últimos anos, mas acredito que o Brasil vem retomando esse processo da necessidade de planejarmos em médio prazo, de definir realmente o que queremos, aonde queremos chegar e como devemos fazer. E quem se propuser a ser gestor, a ser governante, deverá considerar o projeto que não é o de um governante, mas o projeto de um estado. É assim que entendo o nosso trabalho. Estamos ajudando na definição de um marco de Estado, que deverá ser acolhido e implementado por qualquer governante ou por quaisquer parlamentares que venham a nos suceder, com o compromisso e o desafio de serem avaliados considerando-se a observância das estratégias e o atingimento de metas.



Não basta dizer que educação é importante se não conseguirmos chegar aonde o Estado espera que cheguemos. Este é o grande avanço: retirar a política pública do campo da subjetividade, da superficialidade do discurso e colocá-la como parâmetro, como objetivo, mostrando o que dela esperamos.

Fico feliz por participar deste momento. Saúdo todos vocês e desejo-lhes um grande encontro. Vamos conduzi-lo, até pelo seu tamanho, pela dimensão que tomou, com muita observância às regras.

Quero antecipar aos senhores e às senhoras que não apenas na condução das plenárias, mas também na condução dos grupos, observaremos rigorosamente as regras estabelecidas, até pela grandiosidade da atividade, para que possamos concluir esses trabalhos, que estão sendo bem-sucedidos, com a satisfação e com a alegria de produzir boas propostas para a sequência da tramitação do Plano Estadual de Educação.

Agradeço a todos e desejo-lhes um grande encontro. Muito bom dia.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença do Sr. Antonio David de Sousa Junior, subsecretário de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Educação; da Sra. *Guiomar Maria Jardim Leão Lara*, ouvidora educacional da Ouvidoria-Geral do Estado; do Sr. Leonardo Petrus, subsecretário de Administração do Sistema Educacional da Secretaria de Estado de Educação; e da Sra. Augusta Aparecida Neves de Mendonça, subsecretária de Desenvolvimento de Educação Básica.

Palavras da Sra. Suely Duque Rodarte

Bom dia! Cumprimento os componentes da Mesa, na pessoa do deputado Paulo Lamac; cumprimento todos os representantes da educação, na pessoa da nossa secretária, Profa. Macaé; e todos vocês que aqui estão ajudando-nos a dar mais este passo social de tornar a educação uma política de Estado.

Há bastante tempo, tivemos o sucesso da Conae, meio pelo qual hoje chegamos a este momento. Por meio da Conae, trabalhamos todos os municípios mineiros, atingimos nossas metas e conseguimos enviar 222 delegados para a conferência nacional. É muito prazeroso, principalmente para nós, que estamos desde o começo das conferências, observar que hoje há, no Brasil, a intenção de todos terem seus planos estaduais homologados.

O Brasil tem hoje apenas um estado – o Rio de Janeiro – onde o plano ainda está em estudo. Ontem, o plano foi homologado em São Paulo. Esperamos, de coração, de vontade educacional e de participação social, que a PEC nº 2.882, se Deus quiser, se transforme em lei, e que o Estado de Minas tenha o seu Plano Estadual de Educação.

Agradeço a todas as entidades que participam, junto com o Fórum Estadual de Educação, deste momento. Em especial, agradeço a você, Paulo, a competência no direcionamento deste trabalho. Cada vez mais, o seu veio educacional apresenta-se a todos nós, assim como o seu compromisso com a educação.

Estou encantada com a equipe da GPI, que trabalha com eficiência e eficácia. Este é um plano para retirarmos a educação da mão de governos; é um plano que precisamos discutir com seriedade, sem paixões radicais, porque ele é feito para a sociedade. E esse plano vai cuidar especialmente das nossas crianças, dos nossos educandos, independentemente de modalidade e de faixa etária. É um compromisso de todos os que aqui estão garantir, por meio desse plano, uma educação com qualidade, uma educação com equidade.

E, principalmente, essa educação só terá equidade e qualidade quando passarmos a intervir nela sem nenhum ódio, sem nenhuma rixa. É necessário pensar que a educação é direcionada a todos, um direito garantido pela Constituição Federal. A educação é para todos. Esperamos muito que o art. 211, deputado Paulo Lamac, que está aqui nesta Casa, seja garantido, porque, sem o regime de colaboração, não há educação nem município que ande. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Ana Maria Belo de Abreu

Bom dia. Cumprimento a Mesa na pessoa do deputado Paulo Lamac, que, tão bem-intencionado, está conduzindo a realização desse plano educacional. Concordo com tudo o que disse a Suely. A Adeomg vai lutar e torcer para que esse plano se torne uma realidade e seja possível sua aplicação nas escolas do Estado de Minas Gerais. Obrigada.

Palavras da Sra. Beatriz da Silva Cerqueira

Bom dia. Em primeiro lugar, fora, Temer, sempre. Cumprimento o deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Educação. Saúdo a deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular. Nas pessoas desses dois deputados, cumprimento os integrantes da Mesa e os demais participantes desta etapa do fórum.

O presidente – Gostaria de solicitar aos presentes que, para o bom andamento dos trabalhos, vamos respeitar rigorosamente o espaço de manifestação de cada um. A manifestação está sendo feita pela presidenta do Sind-UTE. Solicito-lhes que possamos ouvi-la. Todos terão a possibilidade de se manifestar, colocar sua posição, não importa qual seja. Vamos solicitar o respeito a cada uma delas, seja majoritária, seja minoritária. Solicito que possamos ouvir a presidenta da CUT. Todos terão a oportunidade se manifestar e serão respeitados em suas manifestações.

A Sra. Beatriz da Silva Cerqueira – Bom, continuando, gostaria de cumprimentar todos nós, aqui presentes, que entendemos a importância do debate público de uma educação pública, laica, gratuita, de qualidade e democrática. Gostaria de lembrar três fatos, se vocês tiverem dois minutinhos de paciência, em memória e em respeito àqueles que vou citar. O primeiro fato de que me lembrei foi de uma adolescente do Rio de Janeiro que foi estuprada por 33 homens. O segundo fato foi de um indígena caiúá – chamo de povos originários – assassinado ontem por paramilitares da terra indígena Dourados, no Mato Grosso do Sul. O terceiro fato é um pouquinho mais longo. Se vocês não se incomodarem, gostaria que prestassem atenção à idade de cada um. Quando falamos das pessoas devemos dizer o nome delas, senão elas se tornam números. Corremos um risco muito grande de nos tornarmos insensíveis ou de que a violência seja banalizada. Por isso sempre costumo dizer o nome, desde que saiba o nome das pessoas. Ao final, vou explicar por que me lembrei dessas pessoas.

A terceira situação aconteceu na madrugada de domingo, nos Estados Unidos. Foram 49 vítimas: Edward, 34 anos; Stanley, 23 anos; Luis, 20 anos; Juan, 22 anos; Eric, 36 anos; Peter, 22 anos; Luis, 22 anos; Eddie, 30 anos; Franky, 50 anos; Kimberly, 37 anos; Darryl, 29 anos; Deonka, 32 anos; Alejandro, 21 anos; Anthony, 25 anos; Jean, 35 anos; Amanda, 25 anos; Martin, 33 anos; Luis Daniel, 37 anos; Mercedes, 26 anos; Xavier, 35 anos; Gilberto, 25 anos; Simon, 31 anos; Oscar, 26 anos; Enrique, 25 anos; Miguel, 30 anos; Joel, 32 anos; Jason, 19 anos; Cory, 21 anos; Juan, 37 anos; Javier, 40 anos; Luis, 39 anos; Shane, 33 anos; Juan, 25 anos; Gerald, 31 anos; Leroy, 25 anos; Kevin, 25 anos; Jonathan, 24 anos; Jean, 27 anos; Rodolfo, 33 anos; Brenda, 49 anos; Ylmary, 24 anos; Christopher, 32 anos; Angel, 28 anos; Frank, 27 anos; Paul, 41 anos; Antonio, 29 anos; Christopher, 24 anos; Akyra, 18 anos; Geraldo, 25 anos. Todos foram assassinados na madrugada de domingo, em Orlando, nos Estados Unidos, numa boate, como foi amplamente divulgado.

Esses três episódios demonstram que todos os que querem discutir educação têm uma grande responsabilidade. Se não fizermos da educação o lugar da diversidade, se não discutirmos as questões de gênero, as questões das mulheres, dos negros, dos povos originários, do respeito à diversidade, se não fizermos da escola um lugar para tudo isso, seremos responsáveis por essas mortes, nos tornaremos partícipes dos assassinatos que acontecem em nome da intolerância, em nome da criminalização do pensamento diferente. O fascismo na Europa começou como algo muito interessante, até que veio o holocausto. Lá, não achavam que era para exterminar as pessoas, até que a história nos contou o que de fato aconteceu.

A nossa tarefa para aqueles que discutem educação pública de qualidade é não deixarmos que a escola se transforme num lugar da homofobia, num lugar da criminalização, mas sim num lugar democrático, da diversidade, da inclusão. Por isso estamos aqui e temos essa responsabilidade: não sermos partícipes de assassinatos, não nos tornarmos omissos e não acharmos que a escola não é lugar para discutir isso. A escola terá responsabilidade para com cada mulher agredida, cada mulher esfaqueada, cada mulher estuprada, se não discutir as questões de gênero. Essa é a nossa tarefa nestes três dias de



debate. Por isso nós, do Sind-UTE e de tantos outros movimentos sociais, chamamos para fazer agora, durante a abertura deste fórum técnico, um ato em defesa da escola pública, gratuita e democrática. É essa a escola de que a nossa sociedade precisa, de que as nossas crianças e adolescentes precisam, para que tenhamos um mundo melhor, um mundo pleno, um mundo de felicidade e de vida, não de intolerância. Essa é nossa grande tarefa nestes três dias. Um bom dia para todos nós. Fora, Temer!

Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Quero saudar todos os participantes deste importante encontro, cumprimentando o caríssimo presidente Paulo Lamac, o deputado Rogério Correia, o deputado Bosco. Saúdo todos os membros desta Mesa, na pessoa da Profa. Macaé, secretária de Estado de Educação. Peço licença para saudar todos vocês na pessoa da minha querida e dinâmica diretora, Andréa Adão, da superintendência de Pouso Alegre. Saudamos todos vocês que compartilham este momento tão importante. Em primeiro lugar, é um momento muito grande de reflexão. Ao dar-lhes as boas-vindas, devo dizer da nossa imensa satisfação, como membro efetivo desta comissão, em discutir com todos vocês essa página bonita da educação mineira. Antes, não poderia deixar de fazer uma especialíssima saudação ao meu presidente Paulo Lamac, incansável, cauteloso, zeloso, que, durante muitos meses, procurou ouvir todos os segmentos, todo o Estado, de norte a sul, procurando constituir essa proposta. Com certeza, com a participação de vocês, vamos produzir um material, um mecanismo de qualidade, que todos vocês merecem. Esse é um momento importantíssimo para a educação mineira e para a Assembleia Legislativa, porque estamos finalizando todas as discussões que foram feitas ao longo dessa caminhada em busca de informações, de esclarecimentos. Dessa forma, vocês vão constituir esse projeto de lei. Essa é a característica do Parlamento mineiro: ouvir, constituir, debater. Coube ao nosso caríssimo e dileto amigo presidente Paulo Lamac a iniciativa, ou seja, ouvir todos vocês. Neste momento tão importante, o momento final, com certeza vai haver esse fechamento para que tenhamos neste Plenário a aprovação dessa importante lei para a educação dos mineiros.

Espero que Deus abençoe este encontro. Saúdo todos vocês, desejo muito boa sorte a vocês, aos que nos estão acompanhando ao vivo, em mais de 400 cidades e aos que não puderam aqui comparecer e estão nas dependências da nossa Assembleia. Tenho a certeza, meu caríssimo presidente Paulo Lamac, de que V. Exa. está de parabéns. Parabéns à educação mineira. Um abraço.

Palavras do deputado Rogério Correia

Bom dia. Primeiramente, fora, Temer. Segundo, Aécio. Quero cumprimentar as companheiras presentes... (– Manifestação das galerias.)

O presidente – Peço a atenção de todos. Estamos aqui para a etapa final do fórum técnico de educação. Cada pessoa tem suas crenças políticas. Esse é o direito de cada um, e temos de respeitá-lo. Quero pactuar com vocês: quem fizer uso do microfone manifestará sua posição, que deve ser respeitada, não importa qual seja. Isso vai valer para todos. Na hora em que um está falando, o outro tem a tendência de querer se manifestar, mas depois será a mesma coisa, o contrário. Então, quero pactuar isso no começo dos nossos trabalhos para termos tranquilidade para discutir educação com respeito à diversidade de opiniões.

Portanto, realmente solicito esse respeito a cada um, para que possamos ter três dias de trabalho focado na manifestação de cada um, da forma como compreende a educação. Vamos respeitar as falas. Isso garante que cada um também terá sua fala respeitada. O nosso papel aqui é esse. Se pudermos pactuar isso, terá valido a interferência na fala do deputado Rogério Correia, e vamos evitar outras interferências em outras falas de qualquer posicionamento. Quero deixar isso estabelecido como um pacto inicial dos nossos trabalhos, o que será importante, especialmente nos trabalhos em grupo. Deputado Rogério Correia, por favor.

O deputado Rogério Correia – Obrigado, presidente. Retirando agora já o início, os “primeiramentes” e os “segundamentes”, vamos também a uma questão importante que é a saudação que precisamos fazer a nossa Mesa. Em



primeiro lugar, quero saudar o presidente da Comissão de Educação, deputado Paulo Lamac, pela realização do fórum; e também o presidente da Comissão de Cultura, deputado Bosco, que está presente. Recentemente realizamos também um belo fórum de cultura. Esses dois fóruns vão aprovar duas leis importantes para Minas Gerais, a lei da educação e a lei da cultura, para os próximos anos. São dois assuntos fundamentais para avançarmos. Então, na pessoa deles, cumprimento os deputados e as deputadas da Assembleia Legislativa.

Permitam-me também, já que não cumprimentarei a todos, cumprimentar três mulheres que simbolizam essa luta pela educação e principalmente o momento em que estamos vivendo, e o faço inspirado na faixa do Sind-UTE e da CUT: "Educação em defesa da democracia". Nesse sentido, cumprimento Ana Maria Belo, presidenta da Adeomg; Beatriz Cerqueira, presidenta da CUT e coordenadora do Sind-UTE; e a nossa secretária Macaé. E o faço em nome das três por um motivo que considero importante. Hoje temos condições de fazer esse debate sobre educação e aprovar uma lei, a partir de uma experiência de democracia que vivemos nas escolas e na educação em Minas Gerais. Seria impossível tentarmos realizar um fórum como este, deputado Paulo Lamac, se estivéssemos sob a égide de um governo autoritário que não permitisse a pluralidade de ideias e não tivesse pacificado a educação em termos de conquistas históricas e reivindicações necessárias dos trabalhadores da educação. Então, fomentar e articular um acordo entre os setores de educação, principalmente entre trabalhadores e governo, mesmo que não fosse tudo o que gostaríamos que fosse já efetivado, possibilitou que essa democracia e convivência existissem entre governo e educação, e é isso que possibilita estarmos sentados agora, realizando este fórum. Ou seja, apesar das diferenças, há o convívio e o debate democrático para aprovação de um plano mineiro de educação. Cumprimento, então, essas três companheiras que acho que simbolizam toda essa luta e também a capacidade de diálogo que o governo tem apresentado e de reivindicações que os sindicatos também têm posto. Cumprimento as três companheiras na certeza de que teremos avanços ainda maiores do que tivemos no passado no sistema educacional em Minas Gerais.

Quero reforçar o que a Profa. Beatriz colocou com relação ao acontecido em Orlando, nos Estados Unidos, que é, infelizmente, a síntese de uma política conservadora, de intolerância que tem abarcado nossa sociedade hoje, não apenas no Brasil, mas no mundo. Não podemos permitir que isso seja a tônica nem que isso, mesmo que de forma minoritária, aconteça no mundo sem que a gente faça crítica a esse procedimento.

Eu e a deputada Marília Campos queremos convidá-los a participar de uma audiência pública para debater esse tema, da questão LGBT e das consequências desse atentado em Orlando para a luta por liberdades políticas aqui no nosso país também. Então, convidamos todos a fazer parte dessa audiência pública.

Por fim, presidente, quero chamar a atenção rapidamente para esse momento político grave em que vivemos no nosso país. Não é possível permitir retrocessos. No caso da educação, retrocessos têm sido anunciados. Acho que aqui tanto é necessário organizar a educação no Estado, quanto também organizar a resistência ao retrocesso inicial. O governo interino do presidente Temer tem anunciado retirar agora uma conquista histórica que tivemos: o vínculo da verba para educação nas constituições estaduais, nos municípios e na Constituição Federal. Se tivermos cortes no setor educacional com o novo método que está sendo anunciado pelo governo para ser implantado na educação mineira, se fizermos um paralelo com o que está sendo proposto como novos ajustes na educação hoje, se tivéssemos aplicado de 2003 até este ano, teríamos uma perda de aproximadamente metade do investimento que tivemos na educação. Ou seja, a educação pública no Brasil não teria conseguido existir e subsistir a esse processo de crescimento e massificação do estudo. A mesma coisa acontece em relação à saúde. Se de 2003 até hoje fosse aplicado o ajuste que o governo Temer está propondo para a saúde, teríamos metade do investimento que tivemos no Sistema Único de Saúde. Ou seja, não teríamos educação pública nem saúde pública. O que está em discussão, portanto, é exatamente mantermos essa luta histórica por uma saúde e uma educação públicas. Parabéns aos lutadores e trabalhadores que lutam, há muito tempo, para que tenhamos vitória. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Bosco

Bom dia a todos e a todas. Quero, de forma breve, fazer primeiramente uma saudação a todos os profissionais da educação de Minas Gerais, neste momento tão bem representados pelos senhores e pelas senhoras. Sabemos da educação



de qualidade que temos – e a temos realmente, Minas faz a diferença entre os estados da Federação, devemos, e muito, ao trabalho abnegado dos nossos profissionais da educação. Quero saudar o nosso amigo e presidente da Comissão de Educação, deputado Paulo Lamac, e desde já cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos frente a essa importante comissão e, sobretudo, pelos fóruns técnicos que foram realizados em todas as regiões de Minas Gerais, de forma democrática, participativa, chegando a todas as regiões de Minas Gerais e discutindo as questões da educação, sobretudo o plano decenal que vai vigorar nos próximos 10 anos.

Deputado Paulo Lamac, ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os membros da educação. Quero também fazer uma saudação ao deputado Rogério Correia, esse defensor abnegado das questões inerentes à educação em Minas Gerais; saudar a nossa secretária de Educação, Macaé, que, de forma responsável e competente, tem feito um trabalho diferenciado na educação de Minas Gerais, sobretudo procurando sempre a valorização dos profissionais da educação. Secretária Macaé, receba o nosso abraço e o nosso reconhecimento. Saúdo também, por meio da Beatriz Cerqueira, todos os integrantes do Sind-UTE presentes; a Ana Maria Belo, presidente da Associação dos Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais – Adeomg –, sempre presente nesta Assembleia defendendo as questões da educação; a Suely Rodarte, secretária executiva da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e presidente do Fórum Estadual de Educação; e, por meio do Arnaldo Godoy, representando a Câmara Municipal, e o Afonso, quero cumprimentar os demais integrantes desta mesa.

Permita-me, presidente e presentes, saudar, por meio das nossas superintendentes regionais do Alto Paranaíba, Marilda Ribeiro Resende, de Uberaba; Priscila Beatriz Borges, superintendente da regional de Patrocínio; e Elizabeth Maria Nascimento, de Patos, cumprimentar a todas as diretoras e superintendentes e dizer da nossa alegria e satisfação de estarmos aqui participando desta abertura. Quero saudar também a nossa diretora da Escola Estadual Polivalente, a Zulma e, por meio dela, saudar todas as diretoras e os professores presentes.

Na semana passada, a exemplo da Educação, encerramos também o fórum de cultura. Como presidente da Comissão de Cultura, também percorremos todas as regiões de Minas Gerais discutindo a questão da cultura. E a cultura também vive um momento histórico em Minas Gerais porque, entre todos os estados da Federação, é o único Estado que não possui um Plano Estadual de Cultura. Agora, por meio de uma ação do governador Pimentel e com o apoio irrestrito do nosso secretário de Cultura, Angelo Oswald, estamos hoje apreciando o Plano Estadual de Cultura, e fizemos da mesma forma que está sendo realizada a discussão do plano decenal da educação. Por meio do apoio extremamente importante do nosso presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes, realizamos 12 fóruns, percorremos todas as regiões e tivemos um resultado extremamente positivo no fechamento, na semana passada, na etapa final do Fórum Estadual da Cultura.

Tenho certeza, caro presidente, deputado Paulo Lamac, de que, com a educação, não será diferente o fechamento deste fórum. Com a plenária final na sexta-feira, vamos ter também essa discussão do plano decenal coroada de êxito e sobretudo com a participação efetiva de quem faz a educação neste estado, que são os senhores e as senhoras presentes, representando os milhares de profissionais da educação no Estado de Minas Gerais.

Portanto, são só umas palavras de cumprimento à Comissão de Educação e de cumprimento aos senhores e senhoras e um muito obrigado pela dedicação, por tudo que os senhores e as senhoras têm promovido pela educação de qualidade em Minas Gerais. Parabéns e boa reunião a todos.

Palavras do Sr. Arnaldo Godoy

Bom dia a todas as pessoas.

Paulo, meu camarada, e Macaé, preciso lhes dizer que, assim como na saúde, nos direitos humanos e na educação, temos um lado. No tocante ao Plano Estadual de Educação e ao Plano Estadual da Cultura, como bem disse o deputado Bosco, existe um lado, uma opção: ou existe um plano decenal de educação que inclua a todos e as diversidades religiosa, de orientação sexual, política, de cor e de gênero, ou uma educação que não contemplar isso terá olhares de intolerância, como bem disse a Bia. Aliás, a todo instante, vemos e ouvimos notícias de estupro no rádio e na televisão. Vejam o que aconteceu



em Orlando e também, ontem, em Paris. O preconceito racial, o preconceito de gênero e o que estamos vivendo no Brasil nada mais é do que um movimento antidemocrático que está ganhando corpo, em razão da intolerância e do fato de não contemplar a diversidade da cultura brasileira, da sociedade brasileira.

O processo de inclusão na educação, Bia, das pessoas com deficiência e da comunidade LGBT e da questão religiosa, é algo muito sério. No Rio de Janeiro, por exemplo, vimos uma menina ser espancada por ter saído de um culto de candomblé. Isso ocorre pela intolerância à cultura afrodescendente, é esse preconceito racial que temos de extirpar da sociedade brasileira. Não é com intolerância e também não será com políticas de escolas sem partido, sem diversidade, e sem discussão de gênero que vamos construir uma sociedade democrática, plural e que acolha a todos e a todas. Então, Júnia Carvalho, da Defensoria Pública, e demais componentes da Mesa e todos vocês que batalham pela democracia e pela inclusão, quero dizer à Júnia que a Defensoria Pública também tem esse papel de combater isso aí, da mesma forma como foi combatido o nazismo, o fascismo e a intolerância. Temos que fazer isso por meio do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, da educação e da cultura, não é mesmo, Bosco? Só assim construiremos uma sociedade democrática.

As pessoas com deficiência, Bia, até poucos anos, não tinham acesso à escola pública, nem acolhimento, o que havia eram guetos de pessoas que tinham escolas especiais e que recebiam da sociedade e do governo apenas caridade e esmola, e isso não as ajudava em nada, pelo contrário, só rebaixava a autoestima delas. Então a inclusão é um processo inevitável e inexorável. Portanto, Macaé, você que está à frente disso, bem como o deputado Paulo Lamac, na Assembleia, e todos nós temos obrigação de lidar com isso. Aliás, este fórum técnico, Bia, é a primeira possibilidade para construirmos um plano decenal de educação que inclua a todos. Digo isso porque até hoje, inclusive na câmara municipal, e o Afonso está aqui para não me deixar mentir, a intolerância contaminou o Plano Municipal de Educação e o Plano Nacional de Educação. Nós, na Assembleia, deputado Paulo Lamac e Macaé, não podemos permitir que isso aconteça aqui. Esse será o primeiro plano estadual a contemplar a diversidade.

Um bom trabalho a todos. Fora, Temer, e volta, querida!

Palavras da Sra. Júnia Roman Carvalho

Bom dia a todas e a todos. Cumprimento a Mesa nas pessoas das valorosas mulheres que estão próximas de mim, a secretária e Profa. Macaé, e a professora e presidente do sindicato, Bia, a quem rendo minhas homenagens pela fala em favor de todas essas pessoas que foram mortas em Orlando e também em favor do índio. Acho que já são dois mortos, não foi somente o líder que teve morte imediata no massacre ocorrido ontem. Também gostaria de me consternar com todas essas pessoas vítimas de violência, como a menina que foi estuprada por mais de 30 homens, uma coisa absurda e inadmissível.

Quero ainda cumprimentar toda a plateia, nas pessoas da psicóloga Dalcira Ferrão e do coordenador para Diversidade, da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos, Douglas, que são mais do que companheiros de luta, são meus amigos, amigos que conquistamos nesses temas. Estou há dois anos na Defensoria Pública de Direitos Humanos, mas sou defensora pública há muito mais tempo. Estou tão emocionada de participar desta Mesa que até me esqueci do que ia falar, mas vou me colorir para estar aqui. Obrigada. Então, como estava dizendo, tenho atuado na Promotoria de Direitos Humanos faz dois anos, em defesa das pessoas LGBT, ouvindo todas essas pessoas e propondo ações de retificação de nome e gênero. Com esse trabalho, pude perceber o quanto é importante tratar das questões de diversidade e de identidade de gênero na educação. Diversas mulheres e homens trans que atendi deixaram a escola mais cedo do que seus pais, que é exatamente o contrário do que acontece na sociedade. A tendência é que cada um de nós estude um pouco mais do que estudaram os nossos pais. Aliás, existem dados científicos do que estou dizendo, já que a UFMG fez uma pesquisa muito interessante e importante sobre esse dado em Belo Horizonte. Pessoas trans, homossexuais e lésbicas deixaram a escola por terem sido vítimas de violência constante, seja ela psicológica, como as ofensas, os insultos, e o *bullying* constante, ou a violência institucional. Há pessoas que deixam de ir ao banheiro por causa disso. Aliás, fiquei tão assustada com esse fato que passei a perguntar às pessoas que atendia se elas iam ao banheiro, porque percebi que elas deixavam de ir ao banheiro na escola, porque não se identificavam com aquele banheiro ou porque podiam sofrer algum tipo de violência no banheiro que lhes era destinado. Na verdade, só



existe uma forma de evitar a ida ao banheiro que é não beber água. As pessoas poderão ter problemas renais em razão dessa violência institucional ou da falta de espaço e acolhimento a essas pessoas na sua diversidade. Então temos a preocupação muito grande de que a escola acolha e receba essas pessoas.

Tenho filhos e quero que meus filhos sejam educados para, em primeiro lugar, não ofender e não machucar as pessoas. Os nossos filhos precisam saber que existem questões de gênero. As questões de gênero vão muito além das questões LGBT. As questões afetas às mulheres também precisam ser discutidas nas escolas. Se as escolas discutissem, de forma adequada, as questões de gênero, talvez não houvesse esse tipo de violência absurda que ocorreu com a menina no Rio de Janeiro. Talvez também não assistiríamos às falas absurdas de pessoas com visão míope em relação ao crime horroroso e hediondo que ocorreu nos Estados Unidos, no domingo. Precisamos que as nossas crianças sejam educadas para não machucar outras crianças e ainda sejam protegidas, quando têm uma identificação diferente das demais, seja por uma questão de deficiência ou pela cor da pele ou pela identidade sexual ou por qualquer outro motivo. Não podemos continuar sendo violentos com o diferente, nem admitir toda essa violência. Então é preciso que a escola veja que isso existe e que faz parte da nossa realidade, da nossa sociedade.

E hoje estamos aqui para discutir esse assunto. Inclusive, meninas fizeram uma manifestação em uma escola particular de Belo Horizonte, onde meus filhos estudam, contra essa cultura do estupro. Mas o fato é que lá apareceram cartazes absurdos dizendo que são contrários à proteção especial. Como assim, se a violência é especial? A violência é especial e recai principalmente nas pessoas lésbicas, homossexuais, nos homens e nas mulheres trans. Elas precisam, sim, de proteção especial, principalmente se a violência contra essas pessoas é institucional. Também estou falando da violência contra as pessoas com deficiência e contra as pessoas negras. Precisamos, sim, de uma atuação institucional, que proteja essas pessoas. Precisamos, sim, de uma escola que se posicione a favor dos direitos humanos. Se não há direitos humanos para essas pessoas também não haverá para mim ou para nenhum de nós.

A Defensoria Pública se sente muito honrada por compor esta Mesa ao lado de pessoas tão valorosas e respeitadas. A preocupação da Defensoria Pública é muito grande, mesmo, com as questões da educação. As falhas que acontecem em uma educação fechada vão bater à porta da Defensoria. Precisamos começar a lutar contra todo tipo de desigualdade, discriminação e violência. Obrigada.

Palavras do Sr. Max Ziller

Bom dia a todos e a todas. Primeiramente, fora, Temer. Gostaria de agradecer muito a presença a todos e a todas. Para mim, foi um processo muito longo em que tive oportunidade de participar inclusive de mais de uma etapa regional. Fui eleito pela minha região. Sou uberlandense e tenho o prazer de participar deste momento na Assembleia Legislativa. Aliás, não me lembro de um outro momento com tanta participação da população na formulação de um projeto de lei de política pública para educação. Estamos tendo uma participação direta e vivendo um momento ímpar na Assembleia Legislativa, apesar de todas as dificuldades que enfrentamos durante o processo. Nas etapas de que participei, sempre falava sobre isso, isto é, sobre as dificuldades, por exemplo, de participação dos discentes. Apesar de as escolas receberem os *e-mails* e os recados para levar seus estudantes e os incentivarem não só a decorar as fórmulas mas também a participar das decisões sociais tomadas pelo Estado, isso não acontecia. A verdade é que sempre só apareciam os gestores e os supervisores das escolas. As escolas não faziam questão de levar os estudantes, de contar com a participação dos estudantes. Faço questão de dizer isso aqui, na etapa final, assim como falei em todas as etapas de que participei. No entanto, a vontade da juventude de mudar o mundo superou muitos desses desafios. Aliás, fiquei muito feliz com a participação dos estudantes em todos os processos que pude acompanhar, seja de perto ou de longe.

A juventude também busca participação social de outras maneiras. Não é à toa, neste cenário em que nos encontramos, que a juventude está ocupando tantas escolas, inclusive em Belo Horizonte. A juventude e os estudantes estão ocupando muitas universidades. Temos uma série de reivindicações, vontades e anseios que não cabem, infelizmente, dentro do modelo de educação existente hoje.



Temos uma escola do século XIX e estudantes do século XXI. Precisamos construir uma escola que estimule não só a memória. Sou estudante de ciências exatas, e a matemática, como todas as outras ciências ensinadas na escola, tem um modelo muito enrijecido, que não estimula o estudante a aprender. Pelo contrário, a melhor palavra para descrever a escola hoje é “chata”. Não podemos ficar apenas decorando fórmulas. A própria matemática, que muitas pessoas enxergam simplesmente como um amontoado de letras e números, tem de ser ensinada levando o estudante a desenvolver um raciocínio lógico, a apreender de fato o conhecimento que está sendo passado, para que consiga guardar além da decoreba para a prova. O ensino de filosofia e sociologia precisa ser dado nas escolas de maneira igual. Estudei Sócrates, Platão, São Tomás de Aquino, *Nietzsche* e tenho que estudar Marx também. É muito importante termos todos esses estudos para formular nossa opinião.

O cenário que encontramos na educação mineira é fruto de anos e anos de descaso. E no cenário universitário isso se potencializa. Temos universidades estaduais subfinanciadas. Se fizermos uma rápida comparação e somarmos o financiamento da Uemg e da Unimontes e compararmos com outras universidades federais do nosso estado, vamos ter o seguinte: a Federal de Uberlândia, de onde eu vim, tem 10 mil estudantes a menos do que a soma da Uemg com a Unimontes, e tem cinco vezes mais financiamento e passa por dificuldades. A UFJF tem a metade da soma dos estudantes da Uemg e da Unimontes e tem quatro vezes mais financiamento e passa por dificuldades. Se compararmos com outras universidades estaduais, a soma da Uemg com a Unimontes dará o mesmo tanto de estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e a Uerj tem cinco vezes mais financiamento e passa por dificuldades. A situação da Uemg e da Unimontes precisa melhorar muito para ser precarizada. Somente oito por cento dos professores das universidades do Estado são efetivos. Noventa e dois por cento dos professores têm de renovar contrato de dois em dois anos, e por isso a universidade não pode desenvolver seu papel social de fato de fazer pesquisas para o desenvolvimento regional, de cumprir programas de extensão para desenvolver o Estado de Minas Gerais. Precisamos de uma universidade forte. Nós temos uma Uemg que não tem minimamente uma eleição. Apesar de estarmos em 2016, a universidade pública que deveria ensinar o estudante a ser um cidadão, a ter participação social, sequer elege diretor ou reitor. Os estudantes não têm participação. Precisamos que os estudantes tenham uma participação nas decisões da universidade. E estamos sofrendo todas as consequências dessa falta de participação.

Aproveito este espaço para colocar que nós, estudantes, estamos montando um dossiê porque estamos encontrando muitas provas de fraudes em concurso público, de contratação de professor fantasma na Uemg, uma série de problemas com relação à transparência. Se entrarmos no Portal da Transparência do governo do Estado, veremos gastos passados que não correspondem à realidade. O PSDB utilizou a Uemg para desviar verba. No Portal da Transparência vemos que o governo passado utilizou a Uemg para colocar como gasto: R\$160.000,00 para auxílio-transporte; R\$100.000,00 para auxílio-alimentação, R\$80.000,00 para auxílio-moradia, sendo que não existe nenhum programa de assistência estudantil para universidade do Estado. Por isso precisamos do apoio da população e da Assembleia Legislativa. Queremos montar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o que aconteceu na Uemg nos governos do PSDB.

Nós, estudantes, estamos muito empenhados na construção dessa universidade, na construção dessa educação. Não posso deixar de mencionar os casos que vêm acontecendo no mundo e no próprio Brasil e que vêm chocando as pessoas sem apontar que isso se deve muito à falta de educação. A estrutura machista que temos hoje na escola foi responsável pelo ato daqueles 30 estupradores do Rio de Janeiro. É essa mesma estrutura machista que causou todos esses transtornos a essa menina. É a mesma que causa o grande índice de evasão das meninas da escola por gravidez precoce. É a mesma estrutura machista que manda as meninas irem de calça comprida para a escola mesmo em dia de calor. É tudo uma questão estrutural, em níveis diferentes.

A LGBTfobia do meu professor que me disse que não era obrigado a dar aula para bichinha é a mesma estrutura LGBTfóbica que faz com que as pessoas trans não consigam chegar sequer ao ensino médio. É a mesma estrutura LGBTfóbica que assassinou 50 pessoas nos Estados Unidos nesta semana. De qualquer forma, essa é uma estrutura



LGBTfóbica. Por favor, peço respeito à minha fala. Nós precisamos mudar essa estrutura preconceituosa que coloca a culpa dos crimes nas vítimas, que coloca que a mulher foi estuprada porque quis, que coloca que um rapaz foi assassinado porque era gay.

Como diretor da União Nacional dos Estudantes, no momento de golpe por que passamos no País, eu não posso deixar de mencionar tudo isso. Vivemos um momento de perda dos direitos conquistados. Muito arduamente conquistamos os poucos avanços que tivemos. Agora, em vez de a UNE conseguir um diálogo com o Ministério da Educação, eles estão recebendo é o Alexandre Frota. Não podemos nos enganar a respeito desse golpe. Esse golpe não tem como justificativa pedalada nenhuma. Esse golpe que está se desenhando é devido ao incômodo por causa dos direitos que conquistamos. É o incômodo porque o aeroporto virou rodoviária. É o incômodo porque agora o preto está na universidade. É o incômodo porque pela primeira vez na história a empregada doméstica não está querendo dormir no trabalho por um subsalário.

Espaços como este são muito importantes para garantirmos os nossos direitos. A população precisa participar cada vez mais das decisões para construirmos planos de educação, para construirmos o futuro do nosso país com mais igualdade, tratando pessoas iguais de maneira igual, tratando pessoas desiguais de maneira desigual, proporcionalmente à sua desigualdade. Só assim vamos construir uma sociedade mais justa. Agradeço a participação de todos.

Palavras do Sr. Afonso Celso Renan Barbosa

Bom dia a todos e a todas. Primeiramente gostaria de justificar aqui, Macaé e deputado Paulo Lamac, a ausência da secretária, porque tivemos de dividir tarefas. Fiquei muito satisfeito e orgulhoso de vir aqui participar deste momento com vocês. Quero saudar aqui a Macaé e o Paulo, colegas antigos, inclusive de trabalho. Gostaria de dizer para todos vocês que, pelo que conheço dos dois e também dos demais participantes do governo municipal, esse plano que vocês estão desenhando não poderia estar em melhores mãos. São pessoas absolutamente democráticas, que tem uma sensibilidade de republicanismo profundo e com certeza construirão o que for melhor para a maioria do povo mineiro; sem dúvida, terão a paciência e a acuidade de escutar todas as minorias.

Paulo, no meu entendimento, democracia é um sistema em que a maioria decide, e é a decisão da maioria que conta. Mas ela só é sábia e democrática e republicana quando tem todo o carinho e zelo com todas as minorias. As nossas escolas, que tradicionalmente e historicamente foram escolas estatais, infelizmente de poucos anos para cá tiveram de ser transformadas em escolas públicas. Eram escolas estatais financiadas pelo Estado, mas escolas que eram para poucos. Hoje temos a grande e brilhante tarefa de transformar a escola em uma escola para todos, a que todos tenham acesso.

A nossa grande luta é também pela permanência, o que hoje em dia não tem acontecido. Temos escola que não tem condições de garantir a permanência de uma minoria e por questões muito simples: porque não tem um prédio acessível, porque não tem concepção acessível e não é uma escola receptiva a todos. Então a mudança da cara dessa escola não poderia estar em melhores mãos neste momento.

Trago aqui os meus parabéns para toda a equipe, para a nossa querida Suely, que é uma lutadora incansável nessa enorme tarefa de tecer esse Plano Estadual de Educação em um estado com o tamanho de Minas Gerais e com tamanha diversidade. Torço e faço esforço para que todos os cantos do Estado e para que todas as minorias tenham sido ouvidas e escutadas. Belo Horizonte representa muito bem o Estado porque, como dizia um amigo nosso secretário, é a capital do Estado, mas tem uma característica muito forte do Norte de Minas. Sabemos muito bem que, para se promover a equidade educacional em termos de estado, é preciso jogar um grande esforço para os nossos irmãos do Norte de Minas Gerais. Não podemos ficar tranquilos com uma excelente qualidade de educação no Sul e no Centro de Minas, sabendo que o Norte precisa de um maior esforço compensatório para que o nosso estado tenha uma educação mais equânime.

Parabenizo aqui todos os componentes, mas sinto um pouco de falta, Macaé, das representações das escolas particulares que também fazem parte desse Sistema Estadual de Educação. Torço para que as presenças e participações tenham uma atividade muito forte e aguardo que esse mesmo público que vocês movimentaram acompanhem a Assembleia

quando a lei for tramitar dentro dela. Lá será estabelecido um novo debate em que os princípios que forem tratados aqui terão de ser acompanhados em todos os seus passos para que o desejo da população de Minas Gerais, apurado nessas pré-conferências e nesta conferência, seja garantido pelos nossos deputados.

Felicidades para todos. Espero que tenhamos um grande plano, e que o plano de vocês descubra coisas e aspectos que o plano municipal em Belo Horizonte não conseguiu. Desejo sucesso a todos vocês. Bom dia.

Palavras da Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos

Bom dia a todas e a todos! Estou rouca, mas esse é um bom dia de muita alegria, porque estamos chegando num momento muito importante para a educação em nosso estado, tendo a consciência do esforço feito pela Assembleia Legislativa, pelo Fórum Estadual de Educação, que congrega várias instituições que atuam na questão educacional, e pela Secretaria de Estado de Educação para que o debate e a construção do Plano Estadual de Educação, em nosso estado, tivesse uma ampla participação popular e que todas as metas e estratégias previstas, no conjunto desse texto, que desejamos se torne lei para o nosso estado, fosse suficientemente compreendido e defendido por toda a sociedade mineira.

Saúdo o deputado estadual Paulo Lamac, grande parceiro na agenda do plano, presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, que, desde o primeiro momento, colocou-se totalmente aberto, disponível para que pudéssemos fazer esse trabalho conjunto. Quero saudar, ainda, os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia, que são da Comissão de Educação; a deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Participação Popular; e o deputado Bosco, da Comissão de Cultura, que esteve conosco. E, ainda, a Profa. Suely Rodarte, nossa secretária executiva da Undime e presidente do Fórum Estadual de Educação, que foi uma pessoa estratégica para que chegássemos a bons termos neste momento que vivemos.

Ao dizer que estamos chegando neste momento, lembro que a caminhada não começou em 2015, mas, muito antes, na construção das conferências municipais de educação e das conferências estaduais e nacional de educação. É bom lembrar que, pela primeira vez em nosso país, tivemos um Plano Nacional de Educação, que foi construído a partir da participação de trabalhadores da área, estudantes, famílias, movimentos sociais, toda a sociedade civil para garantir que tenhamos 20 metas e várias estratégias, pensando o desenvolvimento e o avanço da educação em nosso país.

Agradeço e cumprimento, novamente, a Profa. Suely, que tem toda uma militância nessa agenda. Cumprimento também a Beatriz Cerqueira, presidente da CUT, coordenadora do Sind-UTE, uma mulher importante em nossa agenda, na cena pública do Estado de Minas Gerais. Nós, que defendemos maior participação das mulheres na política, sempre ficamos muito felizes quando temos companheiras aguerridas, que fazem essa luta e que se colocam na cena pública, na garantia e na defesa da ampliação dos direitos humanos e em especial da garantia do direito à educação.

Quero saudar a Ana Maria Belo, presidente da Associação dos Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais, que também tem sido grande parceira na agenda da educação pública de nosso Estado; cumprimento a Júnia Roman Carvalho, nossa defensora pública, que representa Wagner Geraldo Ramalho, defensor público-geral em exercício. Júnia, é muito importante que o Estado, por meio de suas diferentes instituições, trabalhe em defesa da Constituição. Nós vivemos um momento muito triste na história em nosso país, que é o da ruptura constitucional.

É bom lembrar que, quando começamos a construir o Plano Estadual de Educação, tínhamos uma presidente eleita por mais de 50 milhões de votos. Estão me ajudando, foram 54 milhões e não tenho os quebrados, porque foram muitos votos, não é? Muitos votos! Não foram poucas as pessoas que compareceram e escolheram a presidenta Dilma.

A ruptura constitucional, em nosso país, sempre foi construída por um conjunto da sociedade brasileira que trabalhou pela exclusão da maioria da população. Hoje, não temos qualquer dúvida de que esse processo de ruptura institucional tem como único objetivo reduzir direitos constitucionalmente adquiridos e dilapidar a nossa Constituição Cidadã, a Constituição de 1988, e todos os avanços que construímos na esfera pública a fim de ampliar o Estado de Direito.

Júnia, todos nós, de diferentes instituições, precisamos ter, em nosso exercício profissional, o compromisso com a defesa da nossa Constituição, com a defesa dos nossos princípios constitucionais e, mais do que isso, saber que é a defesa da maioria da população brasileira, que, historicamente, foi excluída de todas as políticas públicas. Não é à toa que a educação tem sido violentamente atacada de diferentes maneiras que tratarei daqui a pouco em minha fala.

Quero saudar também o vereador Arnaldo Godoy, membro titular do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, professor da rede estadual de educação, militante dos movimentos sociais, movimento em defesa dos direitos da pessoa com deficiência e da educação. É bom saber que contamos com muitas pessoas no Legislativo, em diferentes níveis, que fazem a defesa da educação.

Cumprimento o Afonso, secretário municipal adjunto de Educação, colega de trabalho de muitos anos; estendo os cumprimentos à Profa. Sueli Baliza, secretária municipal de Belo Horizonte; e também ao Max, representante da UNE, e ressalto que os estudantes estão dando um *show* em nosso país. Ontem, no Rio Grande do Sul, a luta dos estudantes, ocupando a Assembleia Legislativa, garantindo o direito à educação e à liberdade de expressão foi um exemplo.

Quero saudar todos os professores presentes, as equipes das secretarias e nossos superintendentes regionais de ensino. Em nome do governador Fernando Pimentel, trago aqui a disposição de que possamos, com o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais, reafirmar os valores de justiça, de igualdade, de solidariedade, de respeito aos direitos humanos e de uma educação pública, democrática, laica, responsavelmente engajada com aqueles setores da população, que, durante muito tempo, foram excluídos da cena pública brasileira.

Temos aqui muitas faixas que nos motivam, mas uma em especial é bem simbólica, porque nos remete à situação, ao estado que vivemos hoje, em que o Ministério da Educação se recusa a atender um conjunto de reitores das instituições federais de ensino, mas recebe Alexandre Frota. Não digo isso pela profissão que ele tem, pois respeito cada um pelas suas escolhas, mas por ser uma pessoa que leva uma pauta excludente para a educação brasileira. Como sou freireana, fico feliz de ter, na minha frente, uma faixa que diz: Menos Frota, Mais Freire. Espero que o Plano Estadual de Educação seja muito freireano.

O locutor – Com a palavra, para a sua saudação, o secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Professor Neivaldo.

O presidente – Antes de o Neivaldo se manifestar, eu queria destacar aqui a participação do colega deputado, que hoje está na Secretaria de Estado, mas é professor, foi membro efetivo da nossa comissão, participou da comissão organizadora desta atividade. Atendendo à chamada do governo, hoje ele está na secretaria de Estado, mas é um organizador, um parlamentar que representou a comissão organizadora em várias atividades de interiorização.

Neivaldo, eu queria, de público, reconhecer a sua atuação, a sua participação. O colega é um parlamentar que construiu muito nessa caminhada até chegarmos aqui. Quero agradecer a sua presença. Estamos felizes com a sua participação.

Palavras do Sr. Professor Neivaldo

Bom dia a todos e a todas. Bom dia, pessoal. A Edna estava dizendo aqui que eu cheguei atrasado, mas, na verdade, eu cheguei cedo. Cheguei às 8 horas, mas às 10 horas o governador nos chamou para uma reunião. Agora, como estou secretário, não tenho mais o mandato e não faço o meu horário. O governador me chamou, era algo sério, e a gente teve de se ausentar.

Eu quero cumprimentar o deputado Paulo Lamac, presidente da comissão. Tive a honra de aprender com ele um pouco nesse período. Nós fizemos, com certeza, bons trabalhos junto à educação. Também gostaria, na pessoa da professora Macaé e da professora Beatriz Cerqueira, cumprimentar a todos e a todas da Mesa, companheiros nossos. Caminhamos em vários momentos, em várias atividades, na comissão, na nossa luta também pelo acordo histórico com o governo do Estado de Minas Gerais. Estivemos juntos e continuaremos juntos.



Estou na Secretaria de Desenvolvimento Agrário, mas sempre procurando fazer um *link* com a educação, sempre procurando estar junto à educação. Nas cidades onde tenho caminhado, eu faço a minha tarefa como secretário, arrumo um tempinho e corro ali na educação também.

Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui nesta manhã. Professora Macaé, mais uma vez, eu quero parabenizar o governo do Estado pelas ações em defesa da educação, as nomeações dos concursados. Mais trabalhadores e trabalhadoras foram nomeados, o que é muito importante para nós. Há ainda o concurso de 2011. Pessoas estão nos procurando para ser nomeadas. Eu procuro sempre a secretaria, e as nomeações estão acontecendo.

Há também as aposentadorias. Há 10 anos pessoas aguardavam a sua aposentadoria; muitas estão cobrando. A demanda é muito grande, mas a secretaria tem feito a sua parte, que é dar aposentadoria a essas pessoas.

Com certeza, o nosso estado foi o único que deu reajuste de 11,36%, o reajuste do piso salarial profissional nacional, importantíssimo também para a valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação. Tem acontecido o diálogo com a nossa juventude.

Há recursos para a melhoria da infraestrutura das nossas escolas. Ontem entregamos também a mais de 190 municípios ônibus escolares. Enfim, há uma preocupação do governo Fernando Pimentel, da professora Macaé em melhorar a educação em todos os aspectos, em todos os sentidos.

Agora, mais do que nunca, professora Macaé, o seu compromisso é muito maior, para mostrar o contraponto do Estado de Minas Gerais em relação ao governo federal. O governo federal tenta acabar com tudo o que conquistamos, com o Fies, o Prouni. Com certeza, vão atacar o Enem.

Já existem vários debates no sentido de que o piso nacional não será mais um programa de governo. Querem a desvinculação da DRU com a educação, a desobrigação dos 25% da educação, dos 18% da saúde – e, se já está ruim com essa obrigação, sem ela ficará muito pior. Se a política de Temer com Meirelles tivesse sido implantada no governo Lula, deixaríamos de investir neste ano R\$60.000.000.000,00 na educação. E, se enfrentamos diversos problemas hoje, com R\$60.000.000.000,00 a menos, eles seriam muito maiores.

Quero parabenizar a Profa. Macaé também com relação à complementação que a secretaria tem dado à alimentação escolar. Neste ano, são R\$150.000.000,00 do governo federal, e a secretaria de Minas Gerais complementou com mais R\$150.000.000,00. Essas são ações importantíssimas que queremos parabenizar e que fazem o contraponto com relação a esse governo federal.

Antes de finalizar, não poderia deixar de dizer aqui: fora, Temer! Fora, Temer! Volta, querida! Queremos que a presidenta ocupe seu espaço e, ao fazê-lo, que realize um governo à esquerda, que realmente defenda a nossa educação, principalmente a básica.

Para terminar mesmo, ressalto que queremos uma educação humanitária, que valorize as pessoas, os seres humanos. Nesses dias, tivemos três situações noticiadas que nos mobilizaram. Primeiro, foi a de estupro coletivo no Rio de Janeiro, o que não é nenhuma novidade no Brasil. Na verdade, essa questão agora foi para a imprensa, mas, todos os dias, as nossas mulheres são estupradas em nosso país. Recentemente, isso aconteceu aqui, em uma cidade próxima. Bom Despacho, lembra o vereador Arnaldo. Lá aconteceu com uma aluna, uma menina menor de idade. Portanto, não é novidade nenhuma o estupro na nossa sociedade. E a mulher é sempre a culpada, pois estava com um vestidinho curto, dançando de forma provocante em um baile, como se isso permitisse ao homem violentar uma mulher.

Uma outra notícia foi o massacre indígena, mostrando o desrespeito aos nossos índios e índias, como se eles também não tivessem seus direitos.

E a outra ainda foi o ocorrido em Orlando. Por ser nos Estados Unidos, por ser um massacre de 50 pessoas de uma única vez, isso se propagou na nossa sociedade. Entretanto, essa não é somente uma questão de Orlando, mas também de Belo Horizonte, de Minas Gerais. Todos os dias, em nosso país, uma travesti, um transsexual, um homossexual é morto, mas



nada se faz ou fala porque não se respeita a orientação sexual do nosso povo, da nossa juventude. Todos os dias, uma transexual, uma travesti abandona a escola porque não consegue enfrentar a discriminação, o *bullying*, a perseguição que sofre. E agora temos um grupo se mobilizando para dizer que, nas nossas escolas, não podemos discutir gênero, nem orientação sexual, nem o respeito à mulher, ao homem, ao negro, à negra. Isso é um absurdo. Queremos, em nossas escolas, que as pessoas sejam respeitadas, que o ser humano seja respeitado independentemente da sua cor, da sua raça, da sua religião, da sua orientação sexual. Isso é o que desejamos para as nossas escolas.

Esperamos fazer um debate nesta Casa no sentido de construir um plano estadual de educação que valorize os trabalhadores e as trabalhadoras, a nossa juventude; um plano que tenha, como esse, uma reforma do ensino médio e atenda a nossa juventude, mas que também seja humanitário, respeitando a todos e a todas. Um bom dia e um bom trabalho a todos. Fora, Temer!

1º Painel

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a compor a Mesa a Exma. Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos e os Exmos. Srs. Heleno Araújo, coordenador do Fórum Nacional de Educação e secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, e Teodoro Adriano Costa Zanardi, doutor em Educação e professor de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Esclarecemos que, após as exposições, ainda abriremos espaço para a apresentação de perguntas dos participantes, por escrito ou oralmente, e também daquelas enviadas pelo formulário disponível, no portal da Assembleia Legislativa, para as pessoas que nos acompanham pela TV Assembleia ou pelo portal www.almg.gov.br. Para melhor organizarmos o debate, os participantes e as participantes poderão encaminhar suas perguntas nos formulários que serão distribuídos. Os que desejarem fazer sua manifestação oralmente devem assinalar isso nos formulários. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também podem participar, bastando acessar o portal já anunciado aqui.

O locutor – Solicitamos aos participantes que ainda não se credenciaram que compareçam à secretaria do evento, que está montada no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, no andar térreo da Casa, próximo ao Hall das Bandeiras. Ressaltamos que o credenciamento é condição indispensável para a participação nos grupos de trabalho que acontecem amanhã e na plenária final de sexta-feira. É importante também destacar que a participação na plenária final, com direito a voz e voto, está condicionada ao comparecimento aos grupos de trabalho, o que será aferido por meio das listas de presença. O documento com as propostas que os senhores receberam servirá de base para as discussões, portanto é fundamental que todos o leiam com atenção e não se esqueçam de trazê-lo para os grupos.

O presidente – Iniciaremos agora o painel “Avaliação dos dois anos de vigência do Plano Nacional de Educação com foco no Estado de Minas Gerais”. Com a palavra, o Sr. Heleno Araújo.

Palavras do Sr. Heleno Araújo

Obrigado. Bom dia a todas e a todos. Nesse clima de golpe parlamentar pelo qual passa o País, quero cumprimentar todos e todas com uma denúncia: o Fórum Nacional de Educação, órgão do Estado, criado pela Lei nº 13.005, de 2014, no seu art. 6º, não está sendo respeitado para desenvolver seu pleno funcionamento. O governo interino, que assumiu o Ministério da Educação, também não está encaminhando as atividades do Fórum Nacional de Educação. A representação de seu coordenador, nos diversos convites que recebemos, exonerou toda a equipe operativa do Fórum Nacional de Educação. Isso nos deixa bastante preocupados, porque o fórum tem a atribuição de monitorar e avaliar o Plano Nacional de Educação e de coordenar as conferências de educação. A Conae 2018 já começou, e a última reunião do pleno do Fórum Nacional de Educação deliberou pela necessidade de os recursos necessários para a etapa municipal e estadual, que ocorrerá no ano que

vem, em 2017, estarem no orçamento do Ministério da Educação. Com esse silêncio e essa omissão do governo interino em relação ao fórum, preocupa-nos também a possibilidade de o MEC perder o prazo do orçamento. E, se perder o prazo agora, no mês de julho, vamos também perder a Conae 2018.

Nós, que compomos o fórum, somos 50 entidades nacionais. Em Minas Gerais, há pessoas que contribuem para a composição do fórum, como a Profa. Analise, da Universidade Federal de Minas Gerais, que representa o Fórum de Educação de Jovens e Adultos no FME, fóruns EJA, que está presente; e o Prof. Tino, da base do Sind-UTE, diretor da Central Única dos Trabalhadores, a CUT Nacional, que representa as centrais sindicais no Fórum Nacional de Educação. Junto com outras entidades, coordenamos e construímos a Conae 2014, que tem um documento final balizando todo o processo de debate e de discussão do Plano Nacional de Educação. Com base nesse documento final da Conae, o fórum define as atividades e tarefas a serem desenvolvidas. Uma parte do que foi aprovado por mais de quatro milhões de brasileiros e brasileiras, desde a etapa municipal de educação até a etapa nacional, foi considerada dentro do Plano Nacional de Educação; outras, não. Vamos continuar a luta para avançarmos.

Neste fórum técnico, convidamos todos para fazer um balanço desse segundo ano do Plano Nacional de Educação. Fiz um roteiro. O pedido foi feito com foco no Estado de Minas Gerais. Não sou de Minas Gerais. Há outras pessoas, como a secretária Macaé e outros, que têm dados específicos de todo o trabalho realizado no fórum temático das regiões. São dados suficientes. Pensei num roteiro para trazer algumas reflexões, algumas questões para continuarmos debatendo. Aquilo que foi construído deve ser mantido nesse rumo, e aquilo que não foi feito deve ser redirecionado, na perspectiva de atender ao que está estabelecido na lei do Plano Nacional de Educação, nos seus princípios para a educação.

Entre os seus princípios, precisamos saber, no diagnóstico concreto do Estado de Minas Gerais, qual é a situação da alfabetização das nossas crianças, jovens, adultos e idosos. Estamos cumprindo a tarefa aqui, no Estado? As crianças que estão no ensino fundamental cumpriram o processo de alfabetização nos seus primeiros anos? Se não, qual é o percentual que estamos cobrindo nesse processo? O que falta para que possamos dar conta de 100% das pessoas que estão no ensino fundamental, para que de fato sejam alfabetizadas nos primeiros anos do ensino fundamental?

Como o Estado tem diagnosticado o contingente de pessoas que foram expulsas da escola por diversos motivos, localizando nas regiões, nos municípios, quem são essas pessoas? Quais são os motivos de as pessoas terem de um a quatro anos de estudo e serem consideradas analfabetos funcionais ou de nunca terem frequentado uma escola e serem analfabetos? Qual é o trabalho que o governo, a sociedade de Minas Gerais, está fazendo para motivar essas pessoas a voltarem para a escola ou para entrarem na escola? E as condições da escola? E os horários? Os profissionais estão preparados para receber e para fazer o trabalho necessário para que possamos erradicar o analfabetismo em nosso país, como consta nos princípios da Constituição, da LDB e também agora, na lei do PNE?

A universalização do atendimento escolar, desde 2009, tornou-se obrigatória para todas as pessoas de 4 a 17 anos de idade. O ano para universalizar, estamos vivendo é este ano, 2016. Minas Gerais universalizou, neste ano, a pré-escola de 4 a 5 anos de idade. E 100% das crianças nessa faixa etária estão matriculadas na pré-escola. Crianças de 6 a 14 anos estão matriculadas no ensino fundamental. Alunos de 15 a 17 anos estão no ensino médio, todos, 100%, como determina a Constituição desde 2009? Se não, quem estava no governo em 2009, por falta da cultura do planejamento neste país, não cumpriu seu papel, não cumpriu sua tarefa. Escutamos prefeitos e governadores dizerem que têm uma boa intenção de universalizar, mas que o PNE é de 2014. Como vamos fazer isso em 2016? Teríamos dois anos para fazer isso. Mas não é verdade, isso está marcado desde 2009. Então, falta a cultura do planejamento em uma política que é um processo contínuo. Defendemos que a educação é para a vida toda, desde a creche até a pós-graduação. O processo continua e não pode ser interrompido em cada quatro anos para que cada governo coloque a sua marca, coloque o seu jeito, para que fique para a história de um município ou de um estado quem fez isso ou aquilo pela educação. Ou concretizamos, neste país, a educação como uma política construída de forma coletiva, permanente e processual, ou vamos continuar colocando os desafios, a cada 10 anos, como fizemos com a própria Constituição Federal, que, chegando a 1998, não cumpriu seus princípios. Empurramos



com a barriga, com o Fundef, por mais 10 anos, focalizando uma parte da educação que também não cumprimos. E empurramos mais 14 anos com o Fundeb. Nos 10 anos do plano anterior, as metas não foram cumpridas, e agora vamos repetir isso até 2024 ou vamos mudar essa história, fazendo um processo de implementação daquilo em que apostamos, e o colocamos no Plano Nacional de Educação?

Esses dados colocados pelo plano e tudo que vocês levantaram aqui, no Estado, com o fórum temático nas regiões, apontam políticas para superar as desigualdades educacionais que temos no País e, com certeza, no Estado de Minas Gerais, onde regiões que têm recursos conseguem desenvolver melhor o processo educacional, mas outras não. O Fundeb pode ter ajudado nesse processo, pode ter contribuído, mas sabemos que isso será insuficiente se não tivermos uma reforma tributária séria neste país, se não tivermos um fundo nacional em que estados que têm melhores condições possam ajudar aqueles que não tenham condições de resolver as questões da sua educação. Isso seria tratar o Brasil como uma nação; tratar os brasileiros, de ponta a ponta, como brasileiros e como brasileiras. Cada um tem o seu direito humano e universal à educação, onde quer que essa pessoa esteja. É isso que está colocado na Constituição e com que nós pactuamos, enquanto sociedade brasileira, mas que não estamos cumprindo enquanto governo e sociedade civil.

Quais são as referências para a qualidade da educação? Aqui vocês estão apontando para o Plano Estadual de Educação. Nós, do Fórum Nacional de Educação, da CNTE, não acreditamos na referência do Ideb, como está posto. Não é matemática, português e taxa de aprovação que vão dar qualidade à educação.

Lutamos para que a Meta 7 fosse retirada do PNE, que utiliza apenas a referência do Ideb e aponta uma avaliação internacional, que é o Pisa, para ser alcançada, fugindo da realidade do nosso país. Precisamos ter referências concretas e institucionais, como já apontaram pareceres e resoluções do Conselho Nacional da Educação, quando tratou da diretriz de carreira para os profissionais do magistério, para os profissionais da educação. Esses elementos que constituem uma avaliação mais ampla e institucional, que considera a realidade de cada escola e de cada região, são importantes para balizarmos as referências da qualidade da educação que queremos.

Pensamos o mesmo em relação ao processo da formação integral dos nossos estudantes, dos educandos que temos, não apenas na perspectiva da escola em tempo integral, mas na formação integral para atender àquilo para o que a LDB nos aponta: concluir a educação básica, garantindo a formação humana, o pleno exercício de sua cidadania e preparar para o mundo do trabalho. Não estamos cumprindo essa tarefa e muitas vezes tomamos medidas emergenciais apenas para o ensino médio, atacando-o como se ali fôssemos resolver a questão. Esquecemos de avançar nas políticas necessárias desde a creche, pré-escola e ensino fundamental, a fim de que essas pessoas possam ter uma base concreta para chegar ao ensino médio em condições de exercer sua cidadania, de se preparar para o mundo do trabalho, integrando-o com a educação profissional. Isso é um ponto de princípios colocado no PNE, que prestamos à comissão, tratando aqui do Plano Estadual de Educação de Minas Gerais.

Aplicação dos princípios da gestão democrática. De fato, as escolas públicas do Estado de Minas Gerais, da rede municipal e estadual, são geridas, administradas, financeira, pedagógica e administrativamente, pelo conselho escolar ou apenas pelo diretor da escola? Esse é um ponto que precisamos trabalhar, na perspectiva desses princípios.

Por conta disso, quero trazer aqui trabalhos realizados em relação ao PNE, para verificar se cumprimos ou não, nesses dois anos, aquilo para o que ele apontou. O art. 4º da Lei do PNE, no seu parágrafo único, trata do diagnóstico da educação. Após dois anos de debate, acredito que um bom diagnóstico foi feito. Os arts. 5º e 6º e o § 3º do art. 7º, da Lei do PNE, tratam da criação do Fórum Estadual de Educação e da garantia do seu pleno funcionamento. O Estado está garantindo o Plano Estadual de Educação. A interlocução com os municípios deverá garantir a criação e o pleno funcionamento dos fóruns municipais de educação como um espaço importante desse debate, dessa discussão.

O § 6º do art. 7º da Lei do PNE trata das instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação. O Plano Estadual de Educação em Minas Gerais está apontando para essas instâncias formadas por trabalhadores em educação,



estudantes e gestores que possam pactuar com os municípios todo o processo da política educacional como instância permanente de negociação.

O art. 8º trata do Plano Estadual de Educação, que deveria ser aprovado em junho de 2015, e está sendo aprovado agora, em junho de 2016. Espero que a discussão realizada nesse período, para que haja boa participação, bom fortalecimento, não atrapalhe as demandas ou as metas que estão sendo estabelecidas agora para junho de 2016, como por exemplo, a Lei do Sistema Estadual de Educação, que trata do regime de cooperação entre o Estado e os municípios.

A lei de gestão democrática define que, até o dia 25 de junho, cada estado, cada município deverá ter a sua lei específica de gestão democrática. Minas Gerais já tem, está discutindo, vai cumprir esse prazo estabelecido pela Lei do Plano Nacional de Educação.

O art. 10 da Lei do Plano Nacional de Educação é bem claro: pensar um plano de educação sem inserir o financiamento no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias – na Lei Orçamentária Anual, não vai sair do papel. Então, esse plano estadual de educação deve inserir suas necessidades no plano plurianual deste governo que se estende até o primeiro ano do próximo governo; se não inseriu, como fazer para incluir as demandas que hoje estamos apresentando no Plano Estadual de Educação? E a Lei Orçamentária que será discutida este ano, já tem previsão para 2017? A de 2015 já fez previsão para 2016, para universalizar o direito a educação, como prevê a Constituição e o PNE?

São esses pontos que a lei do PNE destaca para serem desenvolvidos nos estados e nos municípios, nos seus dois primeiros anos de existência. E afirmo que essas leis de gestão democrática dos sistemas nacional e estadual de educação darão as bases legais e as condições necessárias para que todas as 20 metas e as 254 estratégias do plano sejam implementadas até 2024, pois esse é o nosso objetivo. Se não conseguirmos concretizar aqui, no Estado de Minas Gerais, a previsão da Lei do PNE, será importante continuarmos o debate para verificar onde não avançamos, para que Minas Gerais possa de fato contribuir para que o Brasil alcance as metas e as estratégias do Plano Nacional de Educação. Para isso, é importante haver financiamento em todas as partes.

Aqui quero somar as minhas às preocupações já abordadas pela Mesa de abertura, primeiro, com o programa do PMDB anunciado em 2015, de desvincular recursos da educação, de zerar, como reafirmado em entrevista pelo ministro interino da Fazenda, o Meirelles. Espero que não concretizem essa ação, mas, se for para concretizá-la, é importante que este País pare tudo de vez para evitar esse absurdo contra o direito humano, contra o direito à educação. Em segundo lugar, os projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional nos preocupam. O do José Serra já foi aprovado em 1º turno, no Senado, e tira da Petrobras, o poder de explorar o pré-sal. Isso retira recursos novos para a educação. E há um projeto tramitando na Câmara, cujo autor, infelizmente, é o ministro interino da Educação, Mendonça Filho, que também tem o objetivo de retirar recursos da educação.

Espero que possamos ter a capacidade de mobilizar este país e evitar que isso aconteça para que, de fato, possamos avançar nas políticas educacionais como direito do cidadão e da cidadã. Um forte abraço e obrigado pela atenção de vocês.

O presidente – Nós é que agradecemos, Sr. Heleno Araújo, do Fórum Nacional de Educação. Com a palavra, o Sr. Teodoro Adriano Costa Zanardi.

Palavras do Sr. Teodoro Adriano Costa Zanardi

Boa tarde a todos. Está chegando a hora do almoço, e sou o primeiro a desejar boa tarde a todos. Quero cumprimentar o deputado Paulo Lamac, a secretária Macaé e o Heleno. É um prazer estar aqui. Quero cumprimentar também os educadores. É fundamental o papel de vocês para implementação de qualquer plano que se refira a educação e para execução e permanência desse plano.

Este é um momento muito importante para a educação nacional. Vivemos um momento de tensão, um momento de disputa, e a educação sempre se situou no campo da disputa. Acho que esse plano, verdadeiramente, não está atrasado, porque a democracia não atrasa nada. O diálogo não é impeditivo de nenhuma decisão. Atrasado é um plano feito nas coxas,



feito por encomenda, por decisão de especialistas distantes da realidade da sala de aula, distantes da educação pretendida por esta sociedade. Assim, acho que estamos andando bem com o plano, pois a participação popular foi ampliada, e participação popular não pode ser confundida com comunicações, como tanto vemos em nossa sociedade: chamam as pessoas, fazem a comunicação e entendem que houve participação. Assim, tenho grande esperança de que essas decisões, que agora chegam à plenária final, com essa participação, sejam levadas em consideração por esta Assembleia e pelos deputados – esse será outro momento de luta.

Antes de começar minha fala sobre o plano nacional e o plano estadual, queria frisar novamente, lembrando Paulo Freire, que educação não pode tudo, mas pode muita coisa. Paulo Freire dizia que, se a educação, sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Ou seja, a educação tem um papel muito importante, mas há outras questões sociais importantes que influenciam a educação. A educação tem o poder de criar circunstâncias, condições, proporcionar conhecimentos, e as nossas futuras gerações terão condições de escolher a sociedade que devem construir. Então, pensar na educação é pensar em propor aquilo que é melhor para as futuras gerações, para que elas façam uma melhor escolha de construção de sociedade.

Queria destacar sobre o plano nacional e o plano estadual também o que o Prof. Carlos Roberto Jamil Cury sempre acentua quando fala desses planos: temos, pela primeira vez na história deste país, um plano que tem metas, estratégias e financiamento – o plano anterior tinha metas e estratégias, mas o financiamento estava em outra dimensão, então não aconteceu. Para esse plano acontecer, tem de haver financiamento, e o financiamento vem embutido nesse plano. Isso é fundamental para o sucesso de qualquer plano, não apenas o de educação. Qualquer planejamento, sem as condições para a sua realização, não será possível.

Diante do tempo que tenho, queria frisar aquilo que aparece no plano, e que o Heleno acentuou: a questão da gestão democrática. Acho que a construção desse plano já está nos ensinando que, quando há construção democrática, há apropriação dos projetos. É muito importante essa participação para que a escola, verdadeiramente, se aproprie dos projetos. Trata-se daquilo de que o deputado Paulo Lamac falou no início: que esse seja um projeto de Estado, que ele seja apropriado pela sociedade, pela comunidade escolar, porque, sendo apropriado por esses sujeitos, é difícil haver rupturas; e nós, verdadeiramente, estamos cansados de projetos com rupturas. Os projetos educacionais têm-se patenteado, infelizmente, pela continuidade da descontinuidade; a regra é a descontinuidade. Mudam-se os governos, mudam-se prefeitos, governadores e presidentes, mudam-se também os projetos educacionais, como estamos vendo agora.

Queria até acentuar uma questão que acho importante compartilhar e que saiu na coluna do Daniel Cara, que esteve aqui no início desse processo. Ele faz a crítica ao projeto enviado pelo ministro interino da Fazenda, que é o estabelecimento do teto para os gastos, baseado na inflação. Esse teto vai inibir a entrada de 3.400.000 crianças no ensino infantil, de 0 a 3 anos; de 700 mil crianças de 4 a 5 anos; de 500 mil alunos no ensino fundamental; de 1.600.000 no ensino médio; e de 14 milhões na EJA, porque, com a verba que temos hoje, mantida para o ano que vem, obviamente não há como proporcionar mais acesso. Esse projeto vai inibir essa busca da qualidade, vai inibir a valorização dos professores. Então, esse projeto é um golpe na educação; é um projeto do governo golpista que causa um golpe também na educação.

Não há saída para a educação de qualidade, não há compromisso com a educação de qualidade neste governo. Por isso, digo e afirmo: “Volta, querida, porque você vai trazer a democracia de volta. Você vai trazer o nosso compromisso com a educação pública integral de qualidade e laica, uma educação plural.” Não é possível conceber, nessa estrutura montada pelo governo interino e golpista, o nosso progresso na educação. Infelizmente, com eles não dá.

Continuando, sobre as questões que queremos que aconteçam, como freireano, compartilho das palavras da Macaé. Como freireano, acho que não podemos ficar iludidos com o anúncio, temos de fazer a denúncia. Sem a denúncia da situação existente, não temos como progredir. Então, passando às questões que quero ressaltar dentro do plano...

O presidente – Em respeito ao nosso convidado, ao professor, informo que temos espaço para a livre manifestação de todas as pessoas, mas aqui há uma plenária de educação. Temos um convidado, um professor da PUC, e o mínimo que devo



pedir é educação. Por gentileza. Todas as pessoas terão espaço para se manifestar. Realmente gostaria de solicitar respeito, educação. Por favor, a palavra está com o professor.

O Sr. Teodoro Adriano Costa Zanardi – Continuando, até ia falar ao final, mas acho que é o momento de mais Freire. (– Manifestação da plateia.)

O presidente – Com licença. Os nossos convidados estão fazendo uso da palavra. Até então, as pessoas que estão sendo interrompidas são os convidados. Quando for a vez dos senhores e das senhoras, vocês não vão gostar se a ampla maioria não permitir que vocês façam uso da palavra. É exatamente porque quero garantir a fala de vocês, que são minoria neste espaço, que peço: neste momento, a fala está com o convidado. Da mesma maneira, quando a fala estiver com qualquer outra pessoa, vamos garanti-la, já pactuamos isso. Estamos falando de educação, então estamos pedindo educação e compreensão, aprendizado. Neste momento, a fala está com o convidado, Prof. Teodoro. Quando estiver com qualquer outra pessoa, ela será garantida da mesma forma. Por gentileza, professor.

O Sr. Teodoro Adriano Costa Zanardi – Eu ia deixar para o final, mas é impressionante observar como o Freire escreveu, em 1967, a *Pedagogia do Oprimido*. Ela se faz mais atual que nunca em nossa realidade. A escola não pode ser o lugar de produção de opressores, de opressão machista, de homofobia. É necessário, como dizia Freire, matar o opressor.

Matar o opressor não é matar a pessoa, mas uma educação bancária, que faz as pessoas terem um único objetivo na vida, que é humilhar, aproveitar-se das outras pessoas e se enriquecer em cima dos outros. Temos de ter uma educação comprometida com a libertação não dos oprimidos, mas dos opressores, que estão presos a esse mundo de opressão. É necessária essa libertação.

Nesse aspecto, gostaria de ressaltar algo. Havia trazido outras questões mais longas, mas falarei sobre a questão da diversidade no plano. Esse aspecto tem de ser levado em consideração. Como foi dito, houve o atentado em Orlando, que foi horrendo. Como, no século XXI, continuamos convivendo com isso? O pior é que temos naturalizado isso como se fosse algo monstruoso. Não, são seres humanos que cometem esses crimes.

Ontem, uma reportagem do *Washington Post* falou sobre o Omar, que é o nome da pessoa que foi lá e matou mais de 50 outras pessoas. O Omar, na escola, sofria *bullying* e tomava tapa na cabeça por ser gordinho e filho de afegãos. Ele era humilhado na escola rotineiramente e se tornou um assassino. Não estou dizendo que isso acontece com todos, mas temos de levar em consideração o que a escola pode fazer, para criar condições para que isso não aconteça. Não quero saber se é a escola que determina o sujeito, como alertei no início, mas quero saber se a escola permanecerá na cultura do silêncio, como se isso não fosse da sua alçada, ou se assumirá realmente o seu papel, como a própria Unesco ressaltou no relatório publicado na semana passada. Segundo a Unesco, no Brasil, não restam dúvidas de que a legislação e os planos de educação devem incorporar perspectivas de educação em sexualidade e gênero. Isso se torna ainda mais importante, uma vez que a educação é compreendida como processo de formar cidadãos que respeitem as várias dimensões humanas e sociais, sem preconceitos e discriminações. Isso também está em nossa Constituição e na convenção da ONU e se transformou em lei em 1990. O Estado, através de suas instituições... (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Por gentileza, gente. Este é o Fórum Estadual de Educação, e um convidado está se manifestando, então é uma questão mínima. Será que realmente vocês estão no lugar certo? Este é o Fórum Técnico do Plano Estadual de Educação. Por gentileza, o convidado está se manifestando. É uma questão de respeito. Podemos ouvi-lo? Depois ouviremos todas as manifestações. Este é o espaço adequado. Democracia é também respeito às regras. O convidado está se manifestando.

O Sr. Teodoro Adriano Costa Zanardi – Ainda sobre a questão da diferença, gostaria de alertar que setores da sociedade brasileira – e não toda ela obviamente – convivem muito bem com a desigualdade. A desigualdade é muito bem tolerada quando o negro não tem acesso ao ensino médio, quando o negro não tem acesso ao ensino superior, pois é brutal a diferença



entre negros e brancos. Isso é plenamente tolerado, mas, quando a diferença nos interroga e se impõe na sala de aula, ela se torna intolerável. Nesse caso, as pessoas não toleram a diferença.

Na semana passada, o Supremo deu um grande passo em direção a uma sociedade mais tolerante e mais solidária, ao decidir sobre a obrigatoriedade de as escolas privadas aceitarem pessoas deficientes sem cobrar nada a mais. Isso abala pais das classes média, média-alta e alta, que não querem ver os seus filhos, quando não são deficientes, óbvio, convivendo com esses outros sujeitos, pois entendem que não há nada a aprender com essas crianças que necessitam de educação especial. É necessário compreendermos que, para construirmos uma sociedade solidária, cidadã e comprometida com a pluralidade, é preciso haver o encontro entre diferenças. Não é necessário as pessoas segregarem as outras em razão das diferenças. Então, isso incomoda as nossas classes mais ricas e também as escolas privadas, pois muitas pensam que qualidade na educação é algo, como acentuou o Heleno, como a nota no Ideb e no Enem. Qualidade em educação é muito mais que nota. Não podemos nos resumir a nota ao falar em qualidade.

Quero acentuar a escolha feliz de inserir, na síntese do documento, a escola em tempo integral na qualidade da educação. Tenho desenvolvido um estudo sobre educação integral, sobre escola em tempo integral. Gostaria de agradecer o fomento que tive da Fapemig e da Capes para o desenvolvimento desse estudo, que poderá contribuir muito com essa discussão.

No ano passado estive em um congresso sobre educação em tempo integral na Alemanha. Eles estão implantando o tempo integral lá. É uma lenda que todos os países desenvolvidos têm escola em tempo integral: nem todos têm. Os alemães se debruçaram sobre esses projetos. Qual não foi o meu susto quando um debatedor, professor da universidade de Colônia, revelou que, na Alemanha, não há nenhum estudo que diz que a nota do aluno, a sua *performance* e o seu desempenho melhoram com escola em tempo integral. “Estamos há 10 anos com escola em tempo integral, mas ainda não há um estudo que revele essa ligação com a nota nos exames.” Por outro lado, veio o interessante: há um estudo do ministério da educação alemão que mostra que o comportamento social e as relações sociais e familiares melhoram com a educação em tempo integral. Eles têm um investimento enorme hoje nessa implantação.

Já sabemos, obviamente, que a qualidade na educação não é o resultado no Enem e no Ideb. Educação é muito mais que isso; educação é um espaço de socialização e de diversidade. Temos de contemplar isso, pois é uma oportunidade que, se perdida neste momento de diversidade e de discutir outras qualidades da educação, provavelmente não a teremos nos próximos 10 anos. Esta é a grande oportunidade para discutirmos esse assunto.

Para finalizar, gostaria de expor uma questão que me incomoda – o meu tempo se esgotou, mas não é isso o que me incomoda. Trabalho em um curso de pedagogia, na pós-graduação. Vivemos em pesquisa na escola básica pública, de preferência estadual, sobre a valorização do professor, que é algo complicado e é uma mácula em nosso processo educativo, que resulta em descontinuidade. Estou desenvolvendo um projeto, temos construído um projeto para o ano que vem para o tempo integral, e duas professoras adoráveis, empenhadas e comprometidas me disseram: “Mas, no ano que vem, não estaremos mais aqui”. Não é possível convivermos ainda com projetos educacionais em que os sujeitos fundamentais para o seu desenvolvimento estejam de passagem. Eles têm de criar uma identidade com aquela comunidade, com aquelas crianças e com o corpo docente, para que esse projeto realmente seja apropriado, executado e avaliado para ser melhorado. O professor, para o bem ou para o mal, é a figura central no processo educativo. Temos de investir muito nesse sujeito, buscar a sua permanência e valorização na escola, a fim de não continuarmos a sofrer com esse processo de rotatividade nas escolas públicas.

Era o que tinha a falar. Queria agradecer e desejar a todos um bom trabalho, pois ele vai ser muito importante. Queria dedicar essa fala a vocês, educadores, que são fundamentais para o nosso desenvolvimento como sociedade, e agradecer novamente o convite.

O presidente – Nós agradecemos ao Sr. Teodoro Adriano Costa Zanardi. Com a palavra, a Profa. Macaé Maria Evaristo dos Santos.



Palavras da Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos

Bom dia novamente a todos e a todas. Paulo, 15 minutos é pura luta, portanto tentarei ser o que não sou, bem objetiva ao falar sobre educação, tendo em vista os inúmeros desafios existentes. A importância do tema requer a nossa reflexão neste momento. Queria começar saudando, em especial, todos os trabalhadores de educação presentes, suas famílias, os estudantes da nossa rede estadual de educação e os gestores públicos. É muito importante o nosso engajamento neste debate da construção do Plano Estadual de Educação.

A lei que cria o Plano Estadual de Educação é sempre muito marcante. Primeiro, porque, no nosso país, ao longo do tempo, não tivemos muito sucesso em fazer planos e, ao votar esses planos, em garantir que fossem aprovados na íntegra, tal qual foram construídos pela sociedade. Segundo, porque a legislação educacional vem sempre em uma perspectiva de avançar na própria concepção de projeto de sociedade que temos e na perspectiva democrática. Então, queria começar falando da importância deste momento de elaboração do nosso Plano Estadual de Educação, considerando que, no nosso país, tivemos o próprio conceito de direito a educação construído tardiamente.

Quero trazer duas legislações, já que tenho falado sobre isso em alguns espaços, para compreendermos melhor o assunto. A sociedade brasileira se estruturou a partir de uma política escravocrata, racista, sexista, que excluiu a grande maioria da população. No momento em que o movimento abolicionista conseguiu aprovar a Lei Áurea, sintomaticamente o Estado brasileiro também aprovou duas legislações: o Decreto nº 1.331, de 17/2/1854, que proibia, nas escolas públicas do País, a admissão de escravos e previa a instrução de adultos negros dependendo da disponibilidade do professor; e o Decreto nº 7.031, de 6/9/1878, que estabelecia que os negros libertos maiores de 14 anos poderiam estudar, desde que no horário noturno. Esses dois decretos foram publicados e homologados no contexto do mais forte momento da luta abolicionista no Brasil e vão marcar profundamente toda a concepção de educação desenvolvida ao longo do século XX, pois temos uma educação pública que se foi instituindo sem uma visão de que todos e todas e cada um tenha o direito ao acesso a educação.

A partir das lutas dos movimentos sociais – e são diversos ao longo de todo o século XX, com períodos de alternância entre democracia e ditadura, com muito mais tempo em regimes ditatoriais do que em democráticos –, vamos ter, sucessivamente, propostas de expansão da educação pública sempre sendo ceifadas por uma elite que não admitia a participação de diferentes setores da nossa sociedade na própria concepção do Estado de Direito.

O Estado de Direito se faz somente para alguns privilegiados. A Constituição de 1988 é importantíssima, a nossa Constituição Cidadã. Com ela conseguimos avançar fortemente na concepção dos direitos civis, sociais e humanos. O art. 3º da Constituição de 1988 traz os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, entre eles: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

A LDB vai aprofundar elementos presentes na Constituição da República no que diz respeito à construção da educação pública no nosso país. Seu art. 2º diz: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E o art. 3º: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito a liberdade e apreço a tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; consideração com a diversidade étnico-racial.” Esse princípio foi inserido pela Lei nº 12.796, de 2013, e alterou a LDB ao tratar da diversidade étnico-racial. Passados mais de 100 anos do decreto que proibia a presença de pessoas negras na escola pública, a nossa Lei de Diretrizes e Bases vai estabelecer em seus princípios a

consideração com a diversidade étnico-racial como um princípio estruturante da agenda da política do nosso sistema de educação em nosso país.

Nosso Plano Estadual de Educação – lembrando que nosso plano dialoga com o plano nacional – está organizado em 20 metas, com uma série de estratégias comungadas com estratégias fortemente debatidas em inúmeras conferências estaduais e municipais. Ao longo desse tempo, enfrentamos diferentes tensões e o Plano Estadual de Educação chegou a uma etapa muito importante. Queria reiterar algumas tensões que foram presentes ao longo do Plano Nacional de Educação e, portanto, também se expressam na nossa plenária de construção do Plano Estadual de Educação.

O primeiro aspecto importante a ser destacado é o pensar o nosso Estado de Direito. A Constituição de 1988 e a LDB pressupuseram que deveríamos indagar o conceito de cidadania universal que deve ser construído a partir do silenciamento e do apagamento das diferenças que existem na sociedade brasileira. Construir o direito à educação é também construir o direito das pessoas, independentemente da sua origem, da sua cor, da sua pele, da sua condição física, sensorial e motora, da sua orientação sexual, se mulher, se homem. Todos têm total direito à educação pública, gratuita, laica, de qualidade e referenciada socialmente para todos. Também enfrentamos um debate bastante importante na construção do plano, ao afirmar valores de igualdade e justiça em contraposição a um padrão sexista e racista da sociedade brasileira.

Nesse aspecto queria destacar a importância de vários movimentos sociais que existem em nosso país, como por exemplo o movimento indígena, que é fortemente agredido. Por quê? Traz para o debate da educação a necessidade do reconhecimento, a sua identidade étnica, o direito a sua língua específica e a uma educação específica e diferenciada. Eles dizem o seguinte: “Não podemos pensar a educação sem pensar o nosso território, sem pensar o direito a terra”. Quando vemos um conjunto de pistoleiros invadir a terra indígena guarani-caiová e atirar aleatoriamente, matando lideranças indígenas e ferindo crianças, um pouco da nossa história de construção de uma sociedade justa e fraterna morre com cada uma daquelas lideranças. Pensar uma educação que afirme valores de igualdade e justiça é também nos comprometer com as lutas desses sujeitos – povos indígenas, comunidades quilombolas, trabalhadores do campo – que lutam e mostram ao Estado brasileiro que não é possível avançarmos no direito a educação se não avançarmos no direito a terra, no direito à reforma agrária justa, na democratização do acesso aos meios de produção e da digna remuneração para os trabalhadores, considerando a distribuição das riquezas produzidas pelo conjunto dos trabalhadores do nosso país.

Outro aspecto que considero fundamental é a luta pelos direitos do trabalho, direito a terra aliado à construção dos direitos da cidadania e dos direitos da educação. Pensar cidadania como direito é diferente de pensar cidadania como mercadoria. Não nos iludamos. Também estamos vivendo uma disputa daqueles que entendem educação como direito com aqueles que entendem educação como mercadoria e querem privatizar todas as nossas escolas. Isso é muito importante, porque os processos vão se sofisticando. Hoje fala-se em privatizar as escolas, fala-se em tornar todas as escolas privadas. Nós, gestores da educação, sabemos muito bem que existem enormes conglomerados econômicos que querem a privatização da educação, que defendem a construção de uma base nacional comum que seja igual a uma lista de conteúdo. Com isso fica mais fácil vender sistemas de ensino, vender tecnologias educacionais para as escolas e garantir a transferência do conhecimento arduamente produzido pelas nossas escolas públicas e instituições públicas de ensino superior para a iniciativa privada. Pensar educação como direito é o contraponto de pensar educação como mercadoria.

O quarto aspecto é a diversidade como valor. O direito das pessoas serem diferentes, mas iguais. Quando o movimento negro pede políticas de ação afirmativa, não estamos pedindo para sermos iguais; somos diferentes, está na cara que somos diferentes. Meu cabelo é diferente, minha pele é diferente, mas somos todos humanos, somos todos detentores do direito a ter nossa presença na sociedade e no Estado. Somos diferentes, mas somos iguais, temos os mesmos direitos. Queremos o sistema educacional inclusivo, que considere a inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades, superdotação. E não posso me esquecer do grande debate trazido pela comunidade surda: o respeito à língua brasileira de sinais e à construção de experiências de educação bilíngue.



Muitos estudantes em nosso país tiveram seu direito a educação negado. Vou dar um dado: em 2003, tínhamos 300 mil matrículas de estudantes com deficiência na educação básica; em 2014, tínhamos mais 700 mil matrículas de crianças com deficiência na educação básica. É muito trabalho. Não é um trabalho do governo federal, é um trabalho de milhares de atores políticos, de profissionais da educação, de famílias que lutam por essa causa no dia a dia, no cotidiano de cada uma das escolas públicas do nosso país.

Por fim, quero falar da gestão democrática e da pedagogia como participação. Não é possível pensar na construção de uma experiência democrática se a metodologia em si não for democrática. Não faremos um Plano Estadual de Educação com todos, se não dermos tempo para que as diferentes pessoas, nas diferentes regiões do nosso Estado, possam se apropriar dos debates que estamos fazendo hoje aqui.

Gostaria de falar da conjuntura. Começamos a construir esse plano em uma conjuntura. Nesse momento estamos em uma conjuntura de quebra da nossa estrutura do Estado brasileiro. Estamos trabalhando esse plano em um contexto de um golpe.

Quero elencar algumas questões já ditas anteriormente, mas me parece importante enfatizá-las. Primeiramente a desvinculação do orçamento público do investimento, em especial, na educação e na saúde. Desvincular receitas da União, 18% para educação e saúde, e acenar com a possibilidade de estados e municípios desvincularem 25% de seu orçamento da educação e da saúde é voltar...

Queria falar que, quando entrei para educação como estudante na escola pública, fiz os anos iniciais do primário sem saber se poderia fazer todo o ensino fundamental, porque minha história coincide com a história da expansão da educação pública.

Continuando, mudança na forma de exploração do pré-sal, acabando com a lei de partilha e a retirada do direito da Petrobras de explorá-lo; ataque à lei do piso salarial profissional nacional para adoção de políticas de meritocracia que este estado já viveu. Políticas de meritocracia com foco em resultados de estudantes. O que é pior: temos dados do próprio Simave segundo os quais se passaram 12 anos, mas os resultados do ensino médio são os mesmos. Ora, se não houver investimento nas condições da oferta educativa, na valorização e na formação dos profissionais da educação, na infraestrutura das escolas e na construção de um conceito de convivência democrática nas escolas, de respeito à dignidade de cada um dos atores que estão dentro da instituição pública, a educação pública não avançará em nosso país.

Queria falar de um ponto, que é a retirada do pedido de urgência para o projeto de lei que obriga as autoridades a promoverem, no caso de mortes que tenham policiais como autores, a investigação em moldes similares a crimes praticados por qualquer cidadão, acabando com as descrições policiais genéricas do chamado auto de resistência, resistência seguida de morte. Uma mãe de família, negra como eu, sempre tem medo quando a sua filha ou o seu filho sai de casa, sabem por quê? Porque os jovens negros são as primeiras vítimas em nosso país. Porque foi construída uma imagem negativa da nossa própria presença. Então, eu, mulher negra, sou uma presença naturalmente ameaçadora. Se entro em um *shopping*, com certeza serei muito mais vezes acompanhada pelo vigilante que está por ali, assim como minha filha. E assim também acontece quando entramos em espaços públicos, como o Centro Cultural, o Palácio das Artes ou uma loja – dependendo da loja. Nós, que somos negros, já aprendemos a lidar com essa situação. O embate é tão duro no cotidiano, que, às vezes, a gente fala: é melhor não ir. Vou passar tanta raiva que deixo de frequentar os lugares.

No entanto, não é essa a sociedade que queremos. Queremos uma sociedade que tenha jovens negros vivos. Esse projeto de lei foi encaminhado ao Congresso com pedido de urgência, mas o atual presidente golpista o retirou da pauta. Isso porque quem está morrendo é a maioria da juventude negra da periferia pobre do nosso país, e contra isso não podemos nos calar.

Ainda quero lembrar as ameaças ao Enem. Ninguém tem muita certeza se teremos Enem este ano, não é? Além disso, medidas que podem reduzir o ProUni, o Fies. Lembrem-se de que o atual ministro golpista da Educação foi contra a instituição



de cotas nas universidades públicas: cotas sociais e cotas raciais. E essas cotas é que garantiram, pela primeira vez, que boa parte da juventude das nossas escolas públicas tivesse acesso às instituições federais de ensino superior. Cito o Mais Educação, o Pronatec, o Pacto Nacional pela Alfabetização e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Agora vem a desconstrução da Rede de Monitoramento dos Planos de Educação.

O Heleno perguntou sobre a Lei da Gestão Democrática e sobre a Lei do Sistema Estadual de Educação. Heleno, espero que Minas Gerais, como nos ensinou Martin Luther King – e eu queria lembrar aqui o nosso grande líder negro para dizer, usando as palavras dele, o que espero desse plano: espero que a gente reserve a vergonha para aqueles que possuem poder sem compaixão, poderio sem moralidade e força sem visão; espero um Plano Estadual de Educação forte na defesa dos valores de justiça, dos valores de igualdade, dos valores que compreendem a sociedade brasileira com toda sua diversidade; um plano que respeite todas as pessoas.

Não vou terminar sem pedir que respeitem o Movimento LGBT com suas reivindicações. Eles também merecem o nosso respeito e podem estar na cena pública. É obrigação do Estado brasileiro dar conta de dialogar e incorporar novos atores na agenda pública. Que o nosso plano de educação seja exemplar nesse sentido! Que todas as pessoas aqui tenham direito à voz – disse aqui no início – e que a gente possa construir um plano forte na defesa dos nossos valores.

Quero dizer, mais uma vez, que todos os humanos somos diferentes, mas somos iguais.

O presidente – Agradecemos. Terminada a fala dos convidados, gostaria de dizer que é claro que nesses espaços todas as manifestações são lícitas. Agradecemos à Macaé Maria Evaristo dos Santos.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente – Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos às pessoas que fizerem uso do microfone que se identifiquem e sejam objetivas e sucintas; são dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Debates

O presidente – Temos aqui uma quantidade de perguntas que estão selecionadas por convidado. Algumas questões foram encaminhadas às pessoas que fizeram parte da primeira mesa e não estão aqui neste momento. Então, quero pactuar o seguinte: como Beatriz Cerqueira estará conosco à tarde, passaremos a ela as questões que lhe foram encaminhadas para que ela possa responder a todas na parte da tarde. Os demais convidados que não se encontram na mesa, neste momento, receberão as perguntas e, no decorrer dos trabalhos, terão a oportunidade de responder a elas. As perguntas dirigidas à Macaé já serão respondidas por ela, assim como as destinadas ao Silvério e ao Heleno, quer dizer, ao Teodoro. Perdão, Teodoro. É porque o Silvério é o primeiro inscrito, e já estou na *vibe* das inscrições verbais.

Há 14 pessoas que farão uso do microfone, e vamos fazer isso de maneira extremamente objetiva. Então, vou pedir que as pessoas se manifestem, mas antes gostaria de ressaltar a necessidade de escutarmos todas as manifestações, mesmo que sejam contrárias ao pensamento de alguns e mesmo que soem como provocação. É necessário escutarmos o contraditório aqui. Gostaria de pedir, mais uma vez, a gentileza e a educação de todos e de todas para que possamos escutá-los. Iniciaremos com a pergunta oral do Silvério do Prado, da Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais – Fesempre. Em seguida, ouviremos a Federação de Associações, Pais e Alunos do Estado de Minas – Faspamg –, representada pelo Geraldo Luiz Costa Júnior. Há vários microfones aqui no Plenário, e qualquer um deles pode ser utilizado. Depois do Geraldo, passarei a palavra à Ellen Vieira Santos, da Fetaemg. Esses são os primeiros inscritos; os três vão falar em nome de federações.

Por gentileza, solicito que escutemos com atenção e respeito as manifestações, com o nosso silêncio e o respeito ao contraditório.



O Sr. Silvério do Prado – Quero cumprimentar todos os componentes da Mesa, todos os companheiros, trabalhadores da educação, e, ao mesmo tempo, dizer que me sinto muito honrado, muito feliz de estar, mais uma vez, tentando contribuir para uma educação de qualidade e para um país melhor. Tenho uma pergunta a fazer ao ilustre palestrante Heleno Araújo: o que ele aconselharia para se evitar o avanço do neoliberalismo que visa à privatização de nossas riquezas, ou seja, à privataria em nosso país?

A gente também teve a oportunidade de ouvir o aconselhamento da Suely e do Tiago, que são coordenadores de grupos aqui presentes, para que eu lesse o texto que fiz sobre o nosso Plano Estadual de Educação. Sendo assim, peço licença a vocês para fazer a leitura. (– Lê:) “O futuro se faz presente no Plano Estadual de Educação de Minas Gerais. No que se refere aos direitos, são imprescindíveis a coragem e a união. Não pode haver retrocesso na educação com a perda de direitos, com a previsão de perda da garantia da verba vinculada ao orçamento. Não se pode, em nome da economia, retirar o apoio a essa imprescindível área e diminuir, irresponsavelmente, as condições de trabalho e sua sustentabilidade para atender a minorias descompromissadas com o futuro desta nação.

Que o fórum técnico represente a sociedade! Que o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais seja a representação real das expectativas da população e se ajuste às regras do Plano Nacional de Educação. Espera-se que haja gestão sustentável nas escolas e nos espaços públicos de ensino, inclusive com maior participação da representatividade escolar e/ou acadêmica.

A escola tem de ser um espaço de convivência com as diferenças e de superação das desigualdades. Educação e democracia caminham juntas. O futuro sempre pode ser melhorado por algumas intervenções no presente, tais como: fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação; capacitar os membros de conselhos de educação e do controle social do Fundeb; assegurar padrão de qualidade na educação básica, conforme lei de responsabilidade educacional; garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, inclusive com capacitação dos trabalhadores da educação e sua devida valorização; criar uma rede de educação profissional devido à importância de se investir no ensino profissionalizante”. Aliás, a garantia do art. 212 da Constituição Federal Brasileira de 1988 é imprescindível. “Enfim, o financiamento da educação é um dos maiores desafios do Plano Estadual de Educação de Minas Gerais. A ampliação do seu percentual e o devido controle dos gastos, mais do que uma necessidade, é uma obrigação constitucional. Que o futuro se faça no presente com a determinação e a união de todos.”

O presidente – Agradecemos a manifestação do Sr. Silvério do Prado, representante da Fesempre. Ouviremos, agora, o Sr. Geraldo Luiz Costa Júnior, da Federação de Associações, Pais e Alunos de Minas Gerais – Faspam-MG.

O Sr. Geraldo Luiz Costa Júnior – Boa tarde a todos. Sou procurador-geral da Faspam-MG. Sou também conselheiro do conselho do Fundeb em Minas Gerais. Em razão do tempo, não pudemos participar da abertura. Então, não houve representação dos pais nem de membros do conselho do Fundeb. Queria pedir um minutinho para falar um pouco do intento.

No conselho do Fundeb, represento os pais. Em relação aos pais, representamos uma diversidade muito grande, toda Minas Gerais, tanto do ensino público quanto do privado, todas as classes sociais, todos os grupos, toda a diversidade. Não vou citar todos por causa do tempo. Desde mais novo, sempre busquei entender melhor a diversidade, os diferentes pontos de vista; eu queria entender por que cada grupo parecia pensar diferente.

Na Faspam aprendi a entender a diversidade muito mais. Quando representamos um grupo, essa representatividade se limita a ele, mas tenho o conforto de falar sobre minhas preferências e meus gostos, porque, na maior parte das vezes, não contrariam quem represento. Nesse aspecto, gostaria de destacar que na educação, por exemplo, há diferentes opiniões; no País, há diferentes grupos, diferentes partidos, e muitas vezes eles parecem ser contraditórios. Aprendi a gostar de praticamente todas as religiões que conheço, todas as ideologias que não se confrontam com os direitos humanos. Às vezes, entro em confronto com algumas em algum aspecto, mas gosto de outro aspecto, entendendo, inclusive, que pode ser utilizado para a conciliação com os demais grupos.



É esse aspecto que gostaria de destacar. Na inscrição, faço parte do grupo Gestão Democrática. Uma sugestão minha é o ajuste no plano de criação do conselho da diversidade. Defendemos os conselhos superiores nas universidades, mas aqui, na educação básica, nas escolas, ele seria dividido entre o conselho da diversidade e o conselho da maioria – eu é que chamo de diversidade e maioria –, para que se respeitem todos os grupos. Se houver um equilíbrio de poder nesses dois conselhos, estaremos sempre forçados ao consenso, ao bem comum, ao respeito à diversidade. O conselho da diversidade, com representação em cadeiras vinculadas ao pertencimento a um grupo, de forma igualitária, e o conselho da maioria, independentemente de pertencimento a um grupo, se eleito, se esses dois conselhos entrarem em consenso... Quer dizer, pode haver uma limitação de que a matéria só passa se os dois concordarem. A matéria teria de passar nos dois conselhos. Aí poderemos abranger todo o ideal, como se fosse uma democracia mais ampla. Defendo até que se tenha uma casa da diversidade, de forma semelhante ao Senado e ao Congresso. No Senado, há a diversidade dos estados. Seria ideal também no Congresso Nacional, em Brasília. Mas as escolas já podem ter esses conselhos. Esse era o aspecto que eu gostaria de destacar.

O presidente – Fica a proposta. Agradecemos muito a participação do Geraldo Luiz Costa Júnior, da Faspam-MG. Agora ouviremos Ellen Vieira Santos, da Fetaemg.

A Sra. Ellen Vieira Santos – Bom dia a todas e a todos. Na pessoa da secretária Macaé, queria cumprimentar toda a Mesa e todos os presentes. É um alívio, e a gente suspira, porque a construção foi muito positiva. A Fetaemg, como entidade sindical representativa do campo, compõe não só o Fórum Estadual de Educação como também a organização. Para nós foi um aprendizado, e estamos aqui justamente com o compromisso de cumprir essa responsabilidade.

Queria pedir licença, sinto-me muito tranquila. Tenho um documento que manifesta para a sociedade mineira a nossa luta em relação à educação do campo. Disse que me sinto tranquila em razão da parceria que estamos estabelecendo historicamente com o governo do Estado de Minas, onde os trabalhadores e trabalhadoras rurais têm tido vez e voto. Queria dizer que os trabalhadores e as trabalhadoras rurais dizem também: “Fora, Temer”.

(- Lê:) “A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, fundada em 27/4/1968, é uma entidade de classe que tem por objetivo representar assentados, acampados e agricultores familiares. Historicamente a educação acertada nas áreas rurais esteve descolada da realidade camponesa e de seus sujeitos. A educação rural não tem preocupação com adequação do calendário escolar, reorganização dos seus tempos e espaços de acordo com a dinâmica do campo. Infelizmente, na maioria das vezes, os alunos sofrem preconceito e discriminação por serem do campo.

A compreensão em luta da Fetaemg em prol de uma política pública de educação do campo é perpassada pela concepção de campo como espaço de produção de vida e de conhecimento. Em outras palavras, um campo com gente e com escolas, ocupando o cenário educacional, dando visibilidade ao campo e suas populações. Nesse contexto, a educação do campo surge das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político-pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo e à sua diversidade de povos indígenas, povos da floresta, comunidades tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados à espera de assentamento, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores assalariados rurais”.

Já estou concluindo. Queria destacar os conflitos fundiários e deixar claro que nossos trabalhadores e trabalhadoras estão sofrendo justamente pelo direito à terra. Queria deixar isso registrado.

“Diante disso, considerando-se que a estratégia é coerente com o governo estadual, criar estratégias, o que já vem sendo feito, de forma a garantir investimento empenhado em políticas sociais, com ênfase naquelas destinadas à implementação da política pública, especificamente a execução das diretrizes publicadas e instituídas pela resolução da Secretaria de Estado de Educação, em dezembro de 2015.



Avaliamos que, diante da dívida histórica com as populações do campo, alijadas dos processos formais de educação, este Projeto de Lei nº 2.882/2015, que trata do nosso Plano Estadual de Educação, tem o dever, o compromisso, em cooperação com os entes federados, de considerar e incluir ações concretas de efetivação do direito à educação de jovens e adultos, especialmente no que tange à alfabetização de toda a educação básica do campo.

Belo Horizonte, 15/6/2015.”

Mais uma vez, queria deixar registrado e chamar a atenção de muitos que talvez estejam desinformados sobre o que está em jogo neste país. É mais que uma questão partidária. É projeto de campo, de sociedade e educação. Aqui se faz legítima a disputa que estamos vivenciando em nosso país, nos estados e nos municípios.

O presidente – Agradecemos à Ellen Vieira Santos, da Fetaemg. Agora ouviremos a Patrícia Pereira.

A Sra. Patrícia Pereira – Boa tarde a todas e a todos. Primeiramente, fora, Temer! Sou Patrícia, professora da rede pública municipal e também da estadual em Contagem, mulher, negra, mãe, periférica, mãe do Bernardo e da Lícia, trabalhadora da rede estadual de educação e militante dos movimentos populares e progressistas. Neste momento, quero trazer algo que já foi dito pela secretária e por outros, para que fique bem marcado. A nossa Constituição, que começou a ser destruída no dia 17/4/2016 – é bom que se diga isso –, traz, no título Dos Princípios Fundamentais, art. 3º, inciso IV, como objetivo fundamental da República – até que solapem e acabem com ela de vez, sendo o nosso dever defendê-la: “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Está aqui na nossa Constituição de 1988.

Penso que esse plano que está sendo construído aqui no Estado de Minas Gerais tem que garantir e aprofundar o que não conseguimos nem sequer retirar da nossa Constituição. É nesse sentido que temos de fazer com que as questões da diversidade, em toda a sua dimensão, de credo, de gênero, de raça, de etnia estejam no nosso plano.

Exatamente neste momento em que nós, pais e mães de família, estamos aqui, mulheres estão sendo estupradas. A cada 11 minutos, uma mulher é estuprada por um pai, um padrasto, um filho de família, que também é pai de família; e 77 negros de periferias são mortos todos os dias no Brasil. Em homenagem especial a um estudante, aluno meu, que morreu no sábado, na porta da escola onde trabalho, quero dizer que todos nós, que construímos esta sociedade, que somos minoria em direitos...

É bom que fique claro: não somos minoria em quantidade. Temos direito à vez e à voz, e a nossa voz estará presente nesse Plano Estadual de Educação. Muito obrigada. Fora, Temer!

O presidente – Muito obrigado, Patrícia Pereira. Com a palavra, a Profa. Márcia.

A Sra. Márcia – Meu nome é Márcia, sou professora, mãe de um casal. Tenho uma filha de 16 anos e um filho de 21. Sendo professora, nunca discriminei nenhum aluno, de qualquer cor, mas vocês estão discriminando, inclusive os brancos.

Estou vindo aqui com a maior educação e queria falar sobre alguns pontos. Como ainda não há uma escola de qualidade, desde a infância até o ensino fundamental, com salários dignos para os professores, que às vezes ganham menos que uma pessoa não menos qualificada para seu trabalho, como um lixeiro... Fico surpreendida, pois vejo que é a classe que trabalha com mais alegria. O trabalhador dessa área corre, pega o lixo fétido e ainda está feliz. Infelizmente ele não teve estudo e preparo, como um médico, e não chegou lá. É o professor que forma o médico, o engenheiro, os deputados, enfim, todas as profissões. Então, acho que os professores, como em países evoluídos, devem ter salários melhores do que todas as outras classes.

Por que ainda não existe uma escola de qualidade que faça com que todos ingressem na universidade? Por que os quatro últimos governos, com foco só na base da escola, deixando de lado a casa e o trabalho, não conseguiram uma escola de qualidade, que foi o seu lema? Por que até agora esses governos – o Sr. Lula, por duas vezes, e a Sra. Dilma, que saiu agora – não conseguiram resolver ao menos esse problema da educação? Por que nós, que somos... (– Manifestação nas galerias.)



O presidente – Conclua, por favor.

A Sra. Márcia – Não bateu o sinal, não. Bateu, Lamac?

O presidente – Sim, mas pode concluir a sua fala.

A Sra. Márcia – Desculpe-me, mas não ouvi o sinal.

O presidente – Pode concluir.

A Sra. Márcia – Então, a intolerância, o nazismo... (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Por gentileza, vamos garantir a fala da colega.

A Sra. Márcia – Estou em 2016. Não nasci há 500 anos. É a intolerância, o nazismo e o fascismo que estão dividindo os brasileiros nestes últimos 13 anos, já que isso não existia antes. Se o PT está no poder há 13 anos, por que ainda não fez nenhuma escola de qualidade, com um salário digno para os professores? Se as crianças não aprenderem...

O presidente – Solicitamos à plenária a mesma atitude que já pedimos anteriormente. Solicitamos à Márcia que se encaminhe para a conclusão de sua fala e aos demais participantes que permitam a livre manifestação da Márcia.

A Sra. Márcia – Sr. Heleno, eu gostaria de saber como uma criança que não aprendeu o básico, que é ler, escrever e ter a base da matemática, irá entender os outros conteúdos, entre eles as diversidades? Obrigada.

O presidente – Obrigado, Profa. Márcia.

Com a palavra, o Sr. Leandro Costa, professor da Escola Estadual Ordem e Progresso.

O Sr. Leandro Costa – Desculpem-me, mas estou aqui em cima e vou fazer com que alguns pescoços se virem. Primeiramente, bom dia. Na verdade, primeiramente, fora, Temer; segundo, Aécio. Todo mundo tem a liberdade de se posicionar, o que acho legítimo. Mas lembro às pessoas que se posicionam: que agradeçam àquelas que lutaram contra a ditadura militar, àquelas que votam no dia a dia para que vocês tenham esse direito. Acho legítimo: vocês podem expor a opinião que quiserem. Isso é legítimo: todo mundo tem direito à opinião.

Como eu disse, meu nome é Leandro. Sou professor da rede estadual, leciono nas Escolas Estaduais Ordem e Progresso e Celso Machado. Em resposta à fala anterior, formei-me em escola pública: sou resultado do ProUni. Então, se você tem alguma dúvida sobre a efetividade na melhora da educação, sou uma prova viva. Também me formei como jornalista por meio do Fies, também um programa do governo. Enfim, aprendi a ler e a escrever. Sou professor de sociologia e diariamente faço esse trabalho. Hoje mesmo, pela manhã, ministrei uma aula em que ensinei os meus alunos a respeitarem a diversidade. Expliquei o atentado que aconteceu... Por favor, respeitem a minha fala, pois respeitei a fala de todos. Acho que esse é meu papel como educador.

De certa maneira, este momento se tornou uma oportunidade de explanação de ideias, o que também acho legítimo, mas vou tentar ser objetivo em minhas perguntas, que podem ser direcionadas aos três explanadores. A primeira, como sou muito questionador, é relativa à observação que se fez sobre o Ideb como método avaliativo. Infelizmente, temos uma educação tecnicista, embora a Constituição estabeleça que temos de formar cidadãos. Mas como se forma um cidadão se não há diálogo entre as disciplinas? Se o papel formador da minha disciplina, por exemplo, é restrito a uma aula de 50 minutos por semana? É o tempo que tenho para falar sobre isso. E o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, quando teve a oportunidade de institucionalizar o ensino da sociologia e da filosofia na grade educacional, em 1994, não o fez. Isso não aconteceu. Então, estamos desde 2010. Assim, a primeira pergunta é sobre essa avaliação em relação ao Ideb.

A segunda refere-se à questão dos anseios do ensino de acordo com a realidade. Aprendemos uma série de coisas que às vezes não utilizamos no dia a dia. Infelizmente, isso acaba prejudicando a formação do indivíduo como cidadão. Não posso formar um cidadão se prevalecer a lógica de ensino de uma grade ultrapassada, com um discurso da educação do séc. XIX, com alguns professores com métodos – fazendo uma crítica a nós mesmos – do séc. XX e alunos do séc. XXI. Então, só queria saber dos integrantes da Mesa como pensar, com instrumentos legais, em uma educação que efetive esta prática



bonita, linda e maravilhosa da multidisciplinaridade. Como fazer com que isso não vire apenas um aspecto teórico e seja posto em prática, pensando na educação de forma ampla?

No mais, obrigado. Sou um jovem professor e, para aquelas pessoas que ainda têm alguma dúvida sobre o papel transformador da educação, acho que sou uma prova viva dele. Não desisti e não vou desistir da educação. Obrigado.

O presidente – Obrigado, Leandro. Com a palavra, o Sr. Fábio José Alves Garrido.

O Sr. Fábio José Alves Garrido – De certa forma, sou colega do companheiro que acabou de falar, pois ele é professor de sociologia, e eu, de filosofia, e ambos andamos ameaçados, porque, em toda a discussão que se tem feito, ouve-se o ponto de vista mais conservador, qual seja, o de que a sociologia e a filosofia devem ser retiradas da escola, da mesma forma como fizeram depois do golpe de 1964: retiraram a filosofia da escola, e ela só voltou em 2009.

Quero dar um testemunho do meu trabalho em sala de aula, porque às pessoas parece que na aula de filosofia só se fica devaneando. Baseio a minha aula na afirmação de Kant segundo a qual é impossível ensinar filosofia: o que se tem de fazer é ensinar a filosofar, a pensar. A partir dessa orientação de Kant, para fazer o meu programa, faço uma chuva de ideias com os alunos sobre os conceitos que eles querem debater. No início deste ano, propus aos meus alunos que fizéssemos essa chuva de ideias para montarmos o nosso quadro conceitual, com os nossos temas geradores, para que pudéssemos começar a nossa discussão filosófica – claro, sem aceitar falácias e com base tanto na lógica dialética quanto na lógica formal. Sabem o que meus alunos queriam discutir? É claro que queriam discutir música, arte, etc., mas, majoritariamente, os temas que eles queriam discutir foram: racismo, homofobia, feminismo, machismo, enfim, temas sobre os quais dizem que, se os debatemos em sala de aula, estamos doutrinando os alunos. Mas sabem por que os meus alunos querem discutir esses temas? Porque os meus alunos pertencem ao segmento dos 31 mil jovens negros mortos na periferia todos os anos; os meus alunos pertencem ao segmento dos mais de 365 homossexuais assassinados; os meus alunos pertencem ao segmento das mulheres estupradas a cada 11 minutos neste país; os meus alunos têm mães que morrem em função da violência doméstica, contribuindo para que o Brasil seja o país em que mais se matam mulheres por violência doméstica no mundo – mais do que o Afeganistão, mais do que o Irã.

Então, as pessoas que defendem uma lei que diz que nós, professores, não podemos discutir esses temas em sala de aula são pessoas que vão ter as suas mãos sujas com o sangue desses 31 mil jovens mortos todos os anos, porque não querem que meus alunos estudem o racismo; vão ter as mãos sujas com o sangue de cada mulher estuprada no País – até porque tenho tanto alunos que são estuprados quanto alunos que podem vir a ser estupradores. Então, senhoras e senhores, a escola sem partido, o projeto de lei da escola sem partido é uma falácia lógica, porque o que ele pretende, na verdade, é algo impossível: a neutralidade em sala de aula. Rogo às pessoas que defendem essa tese que tenham a honestidade de dizer qual é o seu ponto de vista. Mas o fato é que elas nunca têm a honestidade de dizer qual é o seu ponto de vista.

Quero concluir com uma frase do Mussolini: “Os fascistas não pensam, agem”. Então, fascistas não pensam.

O presidente – Com a palavra, a Sra. Libernina, do TransEnem.

A Sra. Libernina – Bom dia. Mais uma vez, fora, Temer! Sou a Libernina, masculina, mulher-macho sim, senhor; destruidora de opressões, trans, feminista; a primeira de meu nome; travesti do poder. Quero lembrar a alguns dos presentes que viemos aqui falar de educação; de educação, de forma ampla e autônoma, de forma laica e democrática. Então, para aqueles que vieram tumultuar – porque algumas pessoas que estão aqui vieram somente tumultuar –, quero lembrar que a escola é feita para todas as pessoas, toda a população, e não somente para um grupo restrito de pessoas que diz pertencer à família tradicional brasileira. Quero lembrar que todas as crianças devem ter acesso à educação, não somente os filhos de vocês, que, aliás, não devem estar na escola pública – muito provavelmente, estão todos em escolas particulares. Então, as políticas públicas feitas aqui hoje devem contemplar todas essas crianças que realmente precisam delas.

Lembro também que esses valores da tal tradicional família brasileira já estão ultrapassados; são valores tradicionais, que vêm da tradição da monarquia, da tradição da exploração dos escravos, da exploração dos índios, da invisibilidade dos



negros e da opressão. Então, estamos aqui para mudar esse valor tradicional. Antes que alguém me acuse de qualquer coisa, nada tenho contra a família. A família é muito importante, mas, quando a família não tem uma base para passar uma boa educação para a criança, para que ela se torne um bom cidadão, é dever da escola e do Estado intervir e formar cidadãos realmente reflexivos, que vão fazer a diferença no mundo.

Essas pessoas que estão aqui para tumultuar são as mesmas que apoiam leis como a da terceirização, a da privatização do SUS e diversas outras leis que tentam negar os nossos direitos, os direitos da população. Vamos falar aqui, sim, sobre diversidade e sobre gênero. As travestis devem estar na escola, estudando, assim como as pessoas homossexuais e LGBTs. Machistas, racistas, fascistas não passarão. Peguem os seus crucifixos, as suas Bíblias e o seu projeto imundo de escola sem partido e voltem para as suas igrejas e suas casas.

O presidente – Com a palavra, a Sra. Magda de Souza Santos Melo Silva.

A Sra. Magda de Souza Santos Melo Silva – Boa tarde a todos. Minha pergunta é para a secretária Macaé. Gostaria de saber qual o empenho da senhora para cumprir o acordo entre o Sind-UTE e o governo, no caso da suspensão da greve de 86 dias dos servidores das SREs, tendo em vista o Grupo 6 do fórum técnico Plano Estadual de Educação, que trata da valorização dos servidores. Muito obrigada.

O presidente – Com a palavra, o Sr. Lúcio de Oliveira.

O Sr. Lúcio Laboissiere – Meu nome é Lúcio Laboissiere, e gostaria, primeiro, de mostrar minha indignação. Vocês já perceberam minha indignação aqui no salão. Deputado Paulo, o senhor é o coordenador deste trabalho. É muito interessante a voz discordante, essa tentativa de calar nossa voz. Somos fascistas, somos racistas, somos estupradores, somos pessoas da pior estirpe. Por isso talvez essa Mesa não tenha uma voz dessas pessoas que são as piores, consideradas as pessoas que são lixo, que somos nós. Só porque sou branco? Só porque sou homem? É isso que estão querendo fazer, Paulo? Vocês estão querendo segregar os brancos? Vocês estão segregando os homens? Vocês estão querendo calar a voz dos cristãos? É isso, Paulo? Só porque sou hétero, só porque não sou estuprador? Sou homem e não sou estuprador. Vocês estão segregando o povo brasileiro, mas nós estamos despertando. (– Manifestação da plateia.)

O presidente – Gostaria de solicitar à plenária que garanta a fala do Sr. Lúcio.

O Sr. Lúcio Laboissiere – Não tem problema, Paulo. Nossa voz tem a verdade. E a verdade pode ser grito, pode ser infâmia. Podem me chamar de racista. O que falei na plenária passada foi em razão de uma pessoa sem educação que me dirigiu a palavra sem nenhuma autorização minha. Ela não tinha de se meter. Eu falei “cala a boca”. Foi só isso.

Paulo, não sou racista. Mentira; mentira é a arma que vocês utilizam. A nossa arma é a da verdade, é a da racionalidade, é a do mérito. Vamos ensinar nossas crianças a estudar matemática, vamos ensinar nossas crianças a escrever. Não adianta vocês ficarem só passando as mãos nas minorias. Vocês falam que ajudam as minorias, e elas não sabem escrever, elas não sabem ler, elas não sabem matemática.

Elas não sabem pensar. Quero que minhas crianças saibam pensar, raciocinar e se destacar na sociedade. Com mérito, com racionalidade.

Não venham gerar o caos. Não venham gerar o caos com as suas mentiras.

Se não votei no Temer, votei no Aécio.

O presidente – O próximo inscrito é Caio Bellote, do Instituto Belo Horizonte de Ação Cidadã.

O Sr. Caio Bellote – Boa tarde a todos, meu nome é Caio Bellote. Sou pai de família e faço parte da grande maioria silenciosa que não está hoje representada neste fórum. Vou responder à militante que falou um monte de besteiras, sustentada pelos nossos impostos, sobre a ocorrência na boate em Orlando, na última semana. Ela conseguiu a desfaçatez de falar das mortes na Flórida sem, em momento algum, falar o principal causador, que é o islamismo. É extremamente interessante o quanto a esquerda protege o islã, que mata homossexuais e apedreja mulheres, ao mesmo tempo em que envia os seus em situações, como na visita do papa na Jornada Mundial da Juventude, quando militantes do movimento *gay* enfiaram crucifixo



no ânus, invadiram igrejas e quebraram imagens. Tudo isso foi em protesto contra um homem que só prega o amor, a paz e a concórdia. Essa é a esquerda falsa e criminosa que temos aqui hoje. (– Manifestação da plateia.)

O presidente – Caio Bellote, só um instante. Gostaria de solicitar que a fala do Caio contasse com o mesmo respeito que, esperamos, as outras falas também tenham. Por gentileza, vamos garantir a fala e o contraditório.

O Sr. Caio Bellote – Sessenta cristãos foram mortos no Paquistão por exercerem sua fé, na semana passada. Não vi ninguém comovido com isso. Olha que comoção seletiva. Ao mesmo tempo, o Sr. Jean Wyllys colocou, na Câmara Federal, um projeto de lei que obriga o ensino de cultura islâmica nas escolas. Vocês são covardes. Cadê o movimento *gay* colocando travesti vestido de Maomé na parada *gay*? Cadê o movimento *gay* invadindo mesquita e quebrando imagens em mesquitas? Cadê o movimento *gay* protestando contra o islã? Vocês são covardes. Protestam contra quem vocês consideram mais fracos. Por isso estou aqui.

Isso que vocês fazem não é educação, mas doutrinação. A educação brasileira está um lixo. Temos a pior matemática do mundo por culpa de vocês, militantes doutrinadores. Escolas sem partido já!

O presidente – Agradecemos a participação do Sr. Caio Bellote. O próximo inscrito é o Sr. Otávio Henrique Ferreira da Silva.

O Sr. Otávio Henrique Ferreira da Silva – Boa tarde. Queria ressaltar primeiramente que moro na favela. Sou favelado, com muito orgulho. Sou mestrando em educação. Estudo na UFMG. Sou aluno de escola pública. Fui financiado pelo Fies e estou aqui hoje falando bonito ou feio. Há várias línguas. As pessoas mandam estudar português, mas existem várias línguas que não fazem parte da cultura das pessoas ignorantes. Devemos pedir desculpas às pessoas que estão ali, aos professores que falaram mais cedo.

Queria também pedir desculpas porque, enquanto sociedade, fazemos parte dessa ignorância. Há pessoas que disseminam ódio, têm preconceito, não sabem respeitar. Também fazemos parte disso. Nós nos preocupamos não só com o problema da ignorância das pessoas como também com todos os outros problemas sociais, incluídos os que afligem nossas crianças. Estamos aqui para garantir uma política emancipadora, uma educação libertadora. Queremos garantir aos ignorantes o direito a uma educação de libertação. Isso é importante.

Queria dizer ao governo estadual presente, à Macaé, ao nosso deputado Paulo Lamac que as crianças, que a infância precisa ser defendida pelo nosso estado. Estaremos, no final deste pleito, desta discussão, encaminhando quase um projeto de lei a ser aprovado. Esperamos que o Estado tenha compromisso com essa infância, com a educação infantil, que é a política mais completa para atender nossas crianças, para atender essa infância que apresenta tantas necessidades. Sem o papel do Estado, sem o compromisso com essa política nada será possível. Precisamos que o Estado invista nessa política, que ofereça formação superior para os profissionais da educação infantil. Precisa haver esse compromisso de fato. Não basta aprovar essa lei, é preciso assumir e investir nessa política de educação infantil. Obrigado.

O presidente – Obrigado, Otávio. Com a palavra, Karla Grazielle.

A Sra. Karla Grazielle Coelho – Boa tarde. Chamo-me Karla Grazielle. Inicialmente, gostaria de levantar mais uma provocação diante de todos esses discursos, de todas essas indagações feitas, de todas essas manifestações. Penso que, acima de tudo, nós, enquanto educadores, que somos espelho e exemplo para nossos alunos, deveríamos repensar nossa postura neste Plenário. Como sou capaz de provocar um debate no meu espaço pedagógico comportando-me dessa maneira?

Segundo, penso que a manifestação não deveria ser “fora, Temer”, “fora, Aécio”, mas, acima de tudo, “fora, corrupção” neste país. É isso que precisamos eliminar, independentemente do candidato, do partido. Vocês me desculpem. (– Manifestação da plateia.)

O presidente – Gostaria de garantir a fala da Karla Grazielle Coelho, da Secretaria de Defesa Social.

A Sra. Karla Grazielle Coelho – Temos de voltar o foco para nosso debate. Gostaria de parabenizar nossa secretária de Educação pelo reconhecimento hoje da secretaria como um espaço de diversidades. Eu, atualmente, sou pedagoga e faço



parte do sistema prisional. Temos hoje a 2ª maior malha carcerária do País. Em 1984, através da Lei de Execuções Penais, foi garantido o atendimento educacional aos encarcerados, mas não vemos estabelecida efetivamente essa política pública em Minas Gerais.

Ao analisar todas as propostas contidas neste plano, apenas no grupo em que participei, percebi isso aparecer de forma muito clara.

Sabemos que em 2010 a secretaria de Estado estabeleceu um convênio com a Seds para começar a garantir esse direito. Gostaria de fazer uma pergunta à Sra. Secretária. Além desse convênio, quais são as políticas públicas que nosso estado tem estabelecido para garantir a toda a massa carcerária o acesso à educação e quais são os projetos de valorização profissional para os professores que atuam diretamente nesse espaço pedagógico?

O presidente – Com a palavra, a Sra. Carla Theonília.

A Sra. Carla Theonília – Boa tarde a todas e a todos. Primeiramente queria deixar registrado que sou sociedade civil e mãe. Não sou da área, não sou educadora, a não ser em casa. Sinceramente, estou muito perplexa com as pessoas que estão se intitulando aqui defensores da família, representantes de pais. Quero fazer esse registro.

Minha pergunta vai para a Macaé, sobre a perspectiva de democracia em nossa educação. O que todo o sistema está fazendo para abarcar todas as famílias nessas discussões que estão acontecendo? Desde o plano municipal até o plano estadual, todo mundo que é representado como família, como pais, também são da rede. São funcionários e estão também no sistema. O pessoal lá da periferia, da escola dos meus filhos, por exemplo, nunca fica sabendo de nada, eles não têm participação. Sabemos que isso acontece. O que pode ser feito para uma mobilização real das famílias, para que esses planos cheguem a essas famílias, para que elas participem de eventos como estes, de discussões tão importantes como essas? Obrigada.

O presidente – Com a palavra, a Sra. Theresa, da Rede Estadual de Ação pela Família.

A Sra. Theresa – Muito boa tarde. Ouvi atentamente os discursos de todos. Tenho uma preocupação sincera e quero formular uma pergunta à secretária. Ouvimos falar muito sobre ideologia de gênero. O que acontece? Gostaria de saber se existe esse empenho todo para que se implante a ideologia de gênero no plano de educação. Há uma investigação profunda sobre o assunto ou são só suposições baseadas em homofobias? Se existe essa investigação, onde ela está? Ouvi muito falar sobre ideologia, pesquisei algumas coisas e não descobri essa tese. Se realmente isso é um experimento baseado em suposições, por que implantar justamente com as crianças?

Todo mundo está defendendo muitos grupos políticos aqui. Minha preocupação sincera é com as crianças. Hoje a associação de pediatria dos Estados Unidos se declarou formalmente contra a ideologia de gênero. Nos países nórdicos, já estão também visualizando uma ideologia de gênero fracassada. A Noruega cortou os financiamentos do Estado para as entidades que promovem a ideologia de gênero. Minha preocupação é essa. Existe essa análise profunda para realmente expormos as crianças a essa ideologia? Todos precisam saber, assim como os pais. Do contrário, ficaremos só no achismo, achar isso ou aquilo. Precisamos ter consciência séria, porque são crianças e não adultos já em plenas condições de decidir, discernir. Peço proteção para as crianças e uma resposta. Muito obrigada.

O presidente – Obrigado, Theresa. Com a palavra, Vagner, do Instituto Brasileiro de Ação Cidadã.

O Sr. Vagner – Boa tarde a todos. Os assuntos são muito amplos, e as conversas foram bacanas. Só que, como estudante de escola pública, da Escola Estadual Henrique Diniz, pelo EJA, morador de favela e negro, conforme todos sabem, gostaria de saber sobre segurança. Vejo que muitos professores procuram isso. Uma professora que estava fazendo o admissional disse que hoje ser professor é correr risco de vida. Fiquei muito impressionado e triste com isso porque, se somos algo na vida, temos de dar graças aos professores. Onde está a segurança? Falar é fácil. Quero ver ser efetivado, o fazer. A segurança também faz parte ou interliga a educação. Se não houver segurança, não haverá educação. Onde está a



segurança? Fala-se muito em ideologia de gênero e outras coisas mais, é bacana discutir o assunto. Por outro lado, ninguém fala sobre segurança. Dr. Paulo, o senhor pode falar sobre isso?

O presidente – Falaremos, sim, Vagner, só lhe peço um pouco de paciência, porque certamente será na parte da tarde. Luciana Hass se encontra? Com a palavra, Luciana Hass; em seguida, José Antônio de Paiva Marcos.

A Sra. Luciana Hass Leivas Laboissieri – Boa tarde. Sou professora da rede municipal de Belo Horizonte. Primeiramente quero deixar registrada minha indignação e meu questionamento pela falta de representatividade maior nesta Mesa, assim como na comissão. Sabemos que essa Mesa foi formada na comissão. Por que não há pessoas representando outros segmentos, como a família? Percebemos claramente uma fala muito única dos participantes. É um discurso único. Talvez por isso tenhamos ouvido até pelo microfone que nossa presença é incômoda porque estamos aqui para tumultuar. Não estamos aqui para isso, mas para que haja realmente um contraditório. Se estamos numa democracia, temos direito ao contraditório.

Já que estamos falando tanto em defesa de direitos, gostaria de ler um parágrafo do *Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais*, que não é meu, mas de Vicente Caballo, autor. Creio que o que falta para muitos de nós são habilidades sociais. Posso continuar?

O presidente – Gostaria de garantir a fala da Luciana Hass, assim como fizemos com todos os outros, por gentileza.

A Sra. Luciana Hass Leivas Laboissieri – Ele diz: “Temos o direito de ser tratados corretamente como pessoas, com os mesmos direitos, privilégios e responsabilidades que qualquer outra pessoa, sem importar o sexo, a raça, a religião, a educação, a profissão, o *status* socioeconômico, a nacionalidade etc. Todos os homens e todas as mulheres foram criados iguais no intuito de que tenham o direito de serem tratados de maneira igual, direitos e privilégios similares, e têm responsabilidades semelhantes. O emprego do *status* ou a militância em um grupo especial, definido pela raça, língua, nacionalidade, ideias etc., para aumentar os direitos e privilégios de uma pessoa e diminuir o direito dos outros é totalmente inapropriado e digno de repulsa”. Obrigada.

O presidente – Agradecemos à Sra. Luciana Hass. Com a palavra, José Antônio de Paiva Marcos.

O Sr. José Antônio de Paiva Marcos – Boa tarde a todos e a todas. Sou o Prof. Marcos, do Norte de Minas Gerais, Jaíba. Venho aqui, Macaé, neste fórum do Plano Estadual de Educação, chamar a atenção para uma questão da qual, como costume dizer, sou um sobrevivente, sobrevivente do sistema, sobrevivente como pobre da periferia, negro e *gay*. Hoje sou professor, formei-me como sobrevivente. Por que digo isso? Porque muitos dos meus – podemos dizer até dos meus irmãos – não chegaram à faculdade nem concluíram o ensino médio. Aliás, muitas pessoas foram mortas antes de chegar à faculdade. Muitos protegem as crianças, muitas criancinhas são marginalizadas na sociedade porque não são inseridas no núcleo de família de pai e mãe. Muitas delas vivem com avó ou casal *gay* e não são respeitadas como criança vivendo numa família. Família é para todos. Existe também esse núcleo familiar.

Na sociedade, principalmente nas nossas escolas estaduais, a exclusão é muito grande. Não podemos deixar que sobreviventes cheguem ao fim no ensino médio ou numa faculdade. O que devemos garantir é que todos tenham acesso à educação, a uma educação libertadora, sem preconceito e democrática. Podemos discutir tudo isso e ter pontos diferentes, divergentes, sim. A educação é justamente para isso. Nós, professores, somos formadores de opinião. A partir do pensamento contraditório nosso e de cada um é que construiremos uma sociedade e uma educação melhor. Espero que esse plano estadual e este debate façam isso, não excluindo, conforme vimos ocorrer na nossa sociedade e nas escolas públicas estaduais.

O colega disse que se está segregando. Jamais queremos segregar, mas, pelo contrário, incluir aqueles que ficaram de fora do sistema, como o negro, o pobre, o *gay*, o marginalizado. Não estamos segregando, mas querendo incluir para ficarmos livres da sociedade machista e homofóbica na qual vivemos. Muito obrigado. Fora, Temer.

O presidente – Muito obrigado. É evidente que há uma sequência de questões apresentadas aos nossos convidados. Ficaria complexo, até por conta da agenda deles, deixarmos isso para a parte da tarde. Ouçamos as respostas deles, sintéticas



e condensadas, é claro, até porque o imperativo da fome impõe a todos objetividade para além da habitual. No entanto, preciso pedir e contar com a condescendência dos senhores e das senhoras que estão no Plenário conosco.

Há uma questão regimental na Casa. Pode parecer difícil de entender, mas é regimental. Precisamos dar abertura à reunião plenária e, para isso, não podemos ter pessoa alguma no Plenário que não seja deputado. Peço-lhes, portanto, compreensão e condescendência e nos permitam apenas 5 minutos naquele espaço ao lado. Faremos uma abertura formal. Em seguida, passaremos para a parte da resposta das pessoas.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/6/2016

Presidência dos Deputados Paulo Lamac e Rogério Correia

Sumário: Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários – Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre os Debates – Debates – 1º Painel: Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Sr. Carlos Eduardo Sanches – Palavras da Sra. Beatriz Cerqueira – Palavras do Sr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa – 2º Painel: Composição da Mesa – Palavras da Sra. Samira Zaidan – Palavras da Sra. Maria Aparecida Colares Mendes – Registro de Presença – Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O presidente (deputado Paulo Lamac) – Destina-se esta parte da reunião à realização do fórum técnico Plano Estadual de Educação. Nesta tarde, teremos dois painéis, o primeiro com três expositores e o segundo com duas expositoras. Painel 1 – Aspectos estruturantes para a educação de qualidade em Minas; e Painel 2 – Desenvolvimento da educação básica ao ensino superior.

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a tomar assento à mesa a Exma. Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação; e os Exmos. Srs. Heleno Araújo, coordenador do Fórum Nacional de Educação e secretário de Assuntos Educacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; e Teodoro Adriano Costa Zanardi, doutor em educação e professor de pós-graduação da PUC Minas.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente – Vamos retomar nossas atividades. Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos às pessoas que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivas e sucintas, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Debates

O presidente – Começaremos com as respostas das questões levantadas no final da parte da manhã e procuraremos fazer isso da maneira mais breve e objetiva possível. O Heleno começará respondendo às questões encaminhadas à Mesa no final das atividades da parte da manhã.

O Sr. Heleno Araújo – Obrigado, deputado. Na verdade, vamos fazer comentários, porque cada questionamento, composição ou pergunta sempre vêm acompanhados de mais um desafio que está posto para todos nós.



Primeiro, quero dizer que precisamos, de fato, avançar nos aspectos não apenas da palavra ou do que está no papel, mas na prática também. Observei diversas entidades que disseram que têm em seu nome a palavra “cidadania”. Entretanto, quando elas expressam suas opiniões, suas ideias, não conseguem tratar a cidadania de forma plena. Acho importante darmos amplitude a isso quando falamos que a preocupação é com as crianças. O dia 12 de junho foi o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. Muitas crianças deveriam estar na escola, mas não estão; muitas crianças deveriam ter tempo para estudo, mas não conseguem, porque, se estão em um turno na escola, no outro, às vezes, são obrigadas a trabalhar para ajudar a família a se manter. Mas não podemos focar essa luta pensando só nas crianças. Se minha preocupação é só com elas, vou atuar sobre isso.

Aqui alguém falou que tem de ter “fora a corrupção” no País. Tenho de ligar essas questões. Se vou lutar por isso, “fora a corrupção”, porque entendo que o dinheiro roubado retira dinheiro da educação, é preciso que seja geral. Não dá para continuar aceitando ter pessoas indiciadas na Justiça como ministros deste país, pessoas que são réis no STF presidindo um parlamento. Temos de nos revoltar contra essas coisas. É importante, quando pensamos nas crianças, pensarmos também no conjunto. Como deve ser explicado uma criança de 7 anos ter cinco patrimônios? De onde surgiu esse recurso, de onde ele vem? São coisas que têm de ser abertas, cobradas, de forma geral, para que, de fato, o dinheiro público seja investido no público, e não no patrimônio pessoal da família nem em contas fora do País. É importante trabalharmos com essa perspectiva.

Cada pergunta aqui levanta temas de que, em 15 minutos, mesmo estourando, não conseguiremos dar conta. A Veridiana Marina Ramos, da Secretaria Municipal de Educação, faz um comentário sobre a sua posição em relação ao Ideb. Ela diz que vê como um avanço para a educação ter esse índice. Sobre esse comentário dela, fico com a fala e os comentários do Leandro, quando questiona o Ideb e a falta de ações no espaço da escola, pensando na situação intra e multidisciplinar. Não dá para pensar no currículo, fazendo todo o debate sobre a Base Nacional Comum Curricular, se, quando o ministério o entrega ao Conselho Nacional de Educação, a grande mídia diz que foi entregue o currículo mínimo ao conselho. Não aceitamos essa ideia de currículo mínimo pela diversidade que temos neste país e pela necessidade de discutir o conjunto das ações e das disciplinas que atuam na formação cidadã. É importante cada um expressar sua opinião, mas é importante também aprofundarmos o debate quando falamos em cidadania plena, com o que estamos querendo dizer com cidadania plena. É importante avançar.

O Diego Freitas, do Sind-UTE e da Secretaria Estadual de Educação, traz um tema que, acredito, será mais explorado à tarde pela Bia e pelo Eduardo: a questão da terceirização. Estamos enfrentando um projeto de terceirização que ataca o serviço público, e isso é um prejuízo na educação. Nós, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, entendemos que, para ter cidadania plena ou formação plena no espaço da escola, tem de ter concurso público para o porteiro da escola, para a merendeira, para quem trabalha na secretaria, para o professor. É preciso ter todo esse processo de ingresso na carreira, com um quadro permanente de atuação profissionalizada, com o Profucionário, que foi criado em 2005 neste país. Esse é o elemento importante. Terceirizar os serviços da educação, na perspectiva de economizar para o Estado, é um crime contra a educação e contra as pessoas que estão sendo atendidas. Não dá para aceitar em qualquer lugar.

Ele disse que tem um projeto, em Minas Gerais, que pretende extinguir milhares de cargos de auxiliar de educação e pediu para dar opinião sobre a importância desses profissionais que não são professores para o processo educacional. Haver vínculo da escola com a comunidade escolar é fundamental, assim como ter uma escola num município em que o porteiro conhece cada um pelo nome e até pelo apelido, em que ele pergunta a um parente que passa em frente à escola por que um aluno não foi. “Mas ele saiu de casa.” “Mas não chegou aqui.” “Onde está essa criança?” Essa relação precisa de vínculo, e, para criá-lo, esses profissionais, até o que fica no portão da escola, precisam ser concursados, efetivos e valorizados. É preciso terem profissionalização, e há cursos para isso. Falamos na perspectiva da qualidade da educação e da necessidade de financiamento para ter esse quadro e essa importância para esses profissionais.

O Luiz Antônio também traz uma questão, por escrito, que trata da escolha democrática de gestores nas unidades escolares, tema da Mesa seguinte. Como falei sobre a manutenção para esse ponto, ele pergunta se não seria necessário



regulamentar esse artigo, que está na Constituição Federal, já que alguns locais conseguem entrar num processo de escolha direta para diretor de escola, mas depois há um retrocesso e ele é derrubado. De fato, isso exige uma regulamentação. Podemos entender que a lei do PNE, em seu art. 9º, quando indica que é necessário ter lei específica em cada estado e em cada município sobre a gestão democrática, está regulamentando o que ficou como princípio na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Então, temos um processo. É claro que a União tem de regulamentar a sua esfera de atuação, os estados e os municípios. É um processo de debate e de discussão que precisa estar regulamentado para garantir não só a eleição direta para diretor da escola, mas todo o componente da gestão democrática no espaço da escola e no sistema.

Há Conselhos Estaduais de Educação em que os segmentos da educação não têm assento, os trabalhadores da educação, os estudantes, os pais e as mães não são representados neles. Lá há personalidades indicadas pelo governo, que, quando abre um pouquinho mais, aceita indicação das entidades organizadas. Mas não é esse o formato que queremos para o Conselho Estadual de Educação, queremos outro formato. No documento final do Conae, há um detalhamento sobre essa democracia no sistema que defendemos.

Quero destacar ainda o que o Silvério levanta: “O que fazer para evitar o retorno das políticas neoliberais em nosso país?”. Quando ele faz essa pergunta, de imediato vem à minha mente, concretamente – e é o que chamamos de verdade –, como é uma política e como é outra. Ao assumir o governo, Fernando Henrique Cardoso rasgou um pacto assinado em 1994 pelo Ministério da Educação e diversas entidades educacionais. O pacto apontava a perspectiva de um fundo nacional para a educação básica e um piso salarial para o magistério. Ao rasgar esse pacto, concretamente ele definiu o salário médio para professores de R\$300,00, tirou a ideia de fundo nacional e fez um fundo focalizado no ensino fundamental, que foi o Fundef no âmbito do Estado, com o argumento de que o recurso era pouco e que ele tinha de ser focalizado onde havia a obrigatoriedade do Estado pelo direito à educação, que é o fundamental. Isso é política de reduzir o papel do Estado, é política de focalização, que não garante o direito universal à educação, como está previsto nos princípios da Constituição e da LDB. Essa é uma postura que foi alterada quando a sociedade brasileira, em 2002, rejeitou as ideias do projeto neoliberal e elegeu um governo democrático e popular, com Lula à frente. Essa alteração saiu da perspectiva de Fundef para Fundeb, financiamento da educação no âmbito de toda a educação básica, desde a creche até o ensino médio, envolvendo todas as suas modalidades. São políticas escritas concretamente que fazem com que o Estado ocupe o seu papel para garantir o direito à educação básica. Digo isso porque o Fundef, no último ano, tinha só R\$380.000.000,00 para ser dividido para dois estados como participação da União na educação básica. O Fundeb chegou a mais de R\$10.000.000.000,00, distribuídos por 12 estados, a fim de atender à educação básica. Isso é da amplitude de trazer a responsabilidade da União para com a educação básica.

Outro processo que podemos considerar um crime cometido contra a política neoliberal foi a reforma administrativa de 1998, que tirou a educação de política essencial e exclusiva do Estado, delegando a ação dessa política para o setor privado, o que passou anos sendo disputado no STF. Agora está aí, estados estão entregando a escola pública a pessoas ou a empresas privadas para administrarem o público. Isso já aconteceu nos Estados Unidos e foi também palco de corrupção. Quem pegou esse dinheiro como pessoa ou como entidade desviou recursos públicos, não aplicou devidamente na educação e não alcançou o resultado esperado para garantir a qualidade da educação.

Com esses fatos, o Silvério, ao fazer sua pergunta, faz-nos lembrar que não podemos aceitar isso. Assim, a razão de todas as preocupações que levantamos aqui desde o princípio, principalmente em relação ao financiamento da educação, que é a política principal para fazer valer as metas dos planos nacional, estadual e municipais de educação.

Agradeço a oportunidade de ter participado deste momento com vocês. Vamos continuar firmes, fortes e juntos na luta por uma educação pública com qualidade social e valorização de seus profissionais. Muito obrigado.

O presidente – Somos nós que lhe agradecemos. Estamos ainda numa fase de resposta às questões que foram levantadas na parte da manhã. Passamos a palavra, para respostas e considerações finais, ao Prof. Teodoro.

O Sr. Teodoro Adriano Costa Zanardi – Obrigado. Espero que tenham tido um bom almoço. Como não houve pergunta direcionada, queria fazer alguns comentários, porque o Heleno já falou sobre alguns pontos importantes. A primeira questão, e



isso foi reiterado na fala dos participantes, remeteu-me a dois livros do Anísio Teixeira, da década de 1950: *Educação é um direito e Educação não é privilégio*.

Durante muitos anos no Brasil, a educação foi privilégio de poucos. Eu escuto muitos os saudosos dessa educação dizerem que a escola pública era boa naquela época. Naquela época eles recebiam 10% das crianças, aí ela era boa. Porém, nós estamos trabalhando com uma educação boa para todos, estamos caminhando para a frente. Quando a gente consulta qualquer indicador da educação brasileira, é revelador como estamos progredindo. Estamos muito aquém daquilo que desejamos. De acordo com a nossa natureza humana, sempre estaremos aquém, só que agora a gente sabe que está muito. A educação é sempre uma busca de melhoria; para mim é um ponto central, não é um privilégio. Não podemos ter uma, duas, três escolas boas, temos de ter uma rede pública boa, que proporcione a mesma qualidade ou qualidades para todos.

Outra questão que acho que ressalta, quando a gente discute qualidade da educação, é de que qualidade estamos falando. Foi apresentada a questão do Ideb, a meu ver uma questão importante. Só que o Ideb não é tudo, ele não é revelador da educação de qualidade. E é muito interessante saber e ver – qualquer pesquisa revela isso – que a educação que a elite quer para seus filhos não é só português, matemática e ciências, porque ela tem artes, línguas, museus, teatro, cinema. Ou seja, ninguém quer só isso para seus filhos. O que nós queremos é que todas as pessoas tenham a possibilidade dessa formação integral, dessa formação que proporcione a realização desses direitos. A escola muitas vezes não oferece aulas de idioma estrangeiro, nem a escola pública nem a particular. Só que, quando os pais da criança têm recursos financeiros, eles pagam o curso de inglês. Nós queremos é que a escola pública proporcione isso tudo para os nossos filhos. Ela deve proporcionar isso tudo. Eu acho que essa é uma busca.

Então, quanto a centralizar, pensar como vamos fazer exames, testes, para avaliar como está se desenvolvendo a capacidade artística, as questões morais e espirituais da criança, isso não é possível. Temos de ter outras referências para falar o que é a qualidade da educação. E é importante que esse debate se realize num ambiente como este, porque é obvio que nem todos os brasileiros, nem todos os pais veem a qualidade da educação da mesma forma. Então, esse é um momento oportuno para debatermos sobre o tema.

Há uma última pergunta oral e duas escritas. Eu queria ressaltar o estudo da associação pediátrica norte-americana – na verdade, não é a associação, é uma associação de pediatras dos Estados Unidos. Nós podemos montar também associações aqui e fazermos considerações sobre ela. O estudo, em suma, revela que o sexo é biológico, ponto. Inclusive, que as crianças tomam hormônio para um desvio de sexualidade.

Essa é uma visão da sexualidade. É uma visão, mas há outras possibilidades de conceber a sexualidade. Como vamos chegar a um pretense consenso? Através do diálogo. Não é me interrompendo que se vai chegar a isso. A pessoa teve a oportunidade de falar, e eu fiquei quieto durante a fala dela, porque sou uma pessoa muito educada. Então, quando estou falando, espero o mesmo respeito. Só isso. E é uma coisa muito simples. O princípio de qualquer processo educativo, de qualquer desenvolvimento humano, a meu ver, é o diálogo respeitoso. Sem o diálogo respeitoso nós não chegamos a lugar nenhum.

Eu tenho o direito de conceber a educação, questões da sexualidade, de ideologia, de um jeito, mas também respeito as outras visões. Eu não tenho problema nenhum com a visão contraditória. Pelo contrário, acho que algumas pessoas têm problemas em razão da minha visão de sociedade, de mundo e de educação. Para mim é natural a pessoa não concordar comigo. Isso não é problema. Sou professor há alguns anos e para mim é normal eu ter encontro com alunos em que não compartilhamos da mesma visão de mundo. Nesse momento isso é fundamental. O diálogo não é para todo o mundo entrar em consenso, porque não vai entrar, mas é para respeitarmos o dissenso. Nós temos um compromisso democrático com o respeito ao dissenso. Na hora em que abdicarmos desse compromisso democrático, aí temos um grande problema. O “cale-se” é um grande problema. Então, espero só respeito enquanto eu estiver falando, e com todo o direito de a pessoa discordar de mim.

Não há nenhum problema. A minha visão sobre sexualidade não é a mesma de outras pessoas, assim como a minha visão de política, a minha visão de religião. Ela não pode ser a mesma, e eu convivo com as pessoas do mesmo jeito. E espero que elas convivam comigo. Esse é o ponto central.

Sobre as duas perguntas, uma da Maria Helena, do Sind-UTE, e a outra da Shirley Sales, minha colega da UFMG. A Maria Helena traz... Não sei que quem está a par, mas vou comentar rapidamente sobre a cartilha que está sendo distribuída em Uberaba. Tramita um projeto de lei no Congresso sobre a questão da escola sem partido, inclusive prevendo pena de prisão para o professor. Isso me preocupa muito. Para uma sociedade que se deseja plural, esse policiamento é algo muito perigoso. Estabeleceram uma cartilha, mas nem era preciso, pois existe um processo de intimidação do professor quanto a sua autonomia, a pluralidade de ideias, a pluralidade de pedagogia, o que está previsto na LDB. Não fui eu quem fez a LDB; eu tenho um compromisso com a LDB. Independentemente de eu gostar de tudo que está lá, tenho um compromisso com ela. E está lá a pluralidade de ideias e a pluralidade pedagógica. Só que, de certa forma, esses movimentos intimidam o professor. Em Uberaba há um caso particular, em que o vereador da cidade fez uma cartilha e está distribuindo-a nas escolas. Aqui, há uma questão jurídica em que vou me atrever adentrar. Que ações serão desenvolvidas para inibir esse tipo de iniciativa? A iniciativa de produzir cartilha é livre desde que não pregue o ódio, a morte, nada disso – ela está passando até perto, mas desde que não chegue a esses lugares.

Quando se distribui isso em escolas públicas, temos um problema. Esse material é pedagógico? A escola escolheu esse material? Eu acho que o primeiro recurso é a Secretaria de Educação. Na Secretaria de Educação, novamente o primeiro recurso é o diálogo. Chamar o próprio vereador para dialogar, saber o que ele quer com isso, qual é a proposta, para ali haver um encontro – até onde isso é possível. Quanto ao segundo recurso, eu tenho dois remédios: o Ministério Público e o Conselho Tutelar. Porque essa cartilha pode, em tese, estar ferindo os direitos da criança e do adolescente ao fazer uma propaganda – a meu ver, novamente – excludente. Acho que esse seria o caminho, mas, em primeiro lugar, sinceramente, eu chamaria o vereador para conversar com os educadores que estão ali e com a Secretaria de Educação, obviamente.

A outra pergunta é da Shirley, da UFMG. “Para que serve a educação pública se ela não puder contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, enfrentando os persistentes índices de violência contra as mulheres e a desigualdade entre homens e mulheres?” Isso já foi aqui muito discutido. Acho que a educação pública não resolve, definitivamente, esses problemas. Penso que ela tem um papel importante na superação desses problemas. Não que seja privilégio do Brasil a desigualdade entre homens e mulheres ou a violência contra mulheres, isso é algo que compartilhamos com boa parte do mundo. Em alguns lugares, é mais grave, e, em outros, menos grave. Acho que temos de pensar isso ao estar em sala de aula, pensar como uma sociedade mais igualitária vai ser construída ao escolher os conteúdos.

Para finalizar, vamos à pergunta do Leandro, sobre a realidade: “Como trazer a realidade para a sala de aula?”. Ele apresentou alguns exemplos dos problemas que enfrentou com temas propostos. Acho que as diretrizes curriculares, na educação infantil, na educação fundamental, no ensino médio, dão uma solução a esses problemas. O que é o currículo no sentido das diretrizes? Currículo é articulação. Com as práticas, articula-se o conhecimento historicamente acumulado, filosófico, sociológico, da língua portuguesa, com os saberes e a vivência dos alunos. Esse é o currículo previsto nas diretrizes. E eu comungo dessa visão de currículo de conhecimento escolar. Conhecimento escolar não é só o conhecimento científico. É a articulação. Quem vai fazer essa articulação? Quem faz articulação é o professor, e quem traz a vivência e os saberes é o aluno. Então, no momento da sala de aula, tenho de contextualizar como o conhecimento científico está dialogando, está explicando essa vivência e os saberes, os problemas da nossa vida, o que vemos nos jornais, o que vivemos. A escola tem a responsabilidade de dar uma resposta adequada, uma resposta fundamentada, para esses problemas.

É aí que temos o encontro da realidade. A escola é um espaço dialógico não com o saber superior ao outro, mas com saberes diversos que se encontram e se explicam. Porque nem sempre a teoria vai explicar aquilo que é a minha realidade. E o professor, como intelectual, nesse momento tem o papel de construção do conhecimento. Em todo momento, ele tem esse papel de construir o conhecimento com os alunos.

Novamente, muito obrigado e bom trabalho para vocês.

O presidente – Obrigado, Teodoro. Vamos ouvir agora a Sra. Macaé, com suas respostas e considerações finais.

A Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos – Boa tarde. Estamos todos de barriguinha cheia, mais felizes agora do que antes, com fome. Há uma série de perguntas e vou tentar ser ágil nas respostas. Cinco perguntas fazem alusão à negociação da Secretaria de Estado de Educação com os técnicos das Superintendências Regionais de Ensino.

Quero aproveitar para informar aos técnicos que nós constituímos um grupo de trabalho – esse foi o nosso acordo –, cujo relatório final foi apresentado no dia 20 de maio e está sob análise. Enfim, está dependendo da revisão final do Sindicato dos Trabalhadores em Educação para saber se os termos estão acertados. Uma vez acertados esses termos, teremos de passar por todo o processo de encaminhamento, como um projeto de lei na Assembleia Legislativa.

Eu queria aproveitar o momento para falar também a todos que perguntam sobre o cumprimento do acordo. Temos feito todo o esforço para o cumprimento do acordo. Acertamos com todos os trabalhadores da educação. Além dos profissionais que atuam diretamente nas escolas, todos os profissionais de todas as áreas da educação fizeram jus aos mesmos termos de reajuste presentes no acordo. Porém, o acordo não tratava somente de reajuste, acho que trata de alguns pontos bem específicos.

Um primeiro ponto muito tratado nesta Mesa foi sobre a questão das condicionalidades para a qualidade da educação. No nosso estado, recebemos, no início de 2015, uma rede pública em que 2/3 dos profissionais tinham vínculos precários. Ou seja, não eram profissionais concursados, apesar de muitos deles terem muitos anos de serviços prestados ao Estado. Acho que essa é uma questão fundamental.

Também estava, no escopo do acordo realizado, que iríamos avançar na realização de concurso público e na nomeação dos servidores. Realizamos quatro concursos públicos no ano passado. Em 2015, 15 mil profissionais tornaram-se efetivos, porque houve a publicação das nomeações. E neste ano já foram nomeados 12.500 profissionais. Ou seja, no espaço de um ano e meio, 27.500 trabalhadores da educação foram nomeados.

Esperamos avançar ao longo de 2016, a fim de alcançar 30 mil nomeações. Isso é muito importante. Várias pessoas falaram da necessidade de vinculação, de trabalho coletivo nas instituições de ensino para construir um projeto educativo nas escolas. Estamos trabalhando bastante nessa agenda.

Queremos lembrar que a aposentadoria também fazia parte do acordo. Recebemos um passivo de 26 mil profissionais que estavam afastados para se aposentar. Alguém falou de 10 anos, mas o fato é que alguns profissionais estavam há 15 anos na Secretaria de Educação. Temos o caso clássico da Estela, de Januária, que ficou 15 anos trabalhando, afastou-se compulsoriamente aos 70 e só teve a sua aposentadoria efetivada no ano passado, quando completou 85 anos. Ela achava que não conseguiria estar aqui no momento da sua aposentadoria. Estamos tentando constituir um quadro efetivo na rede estadual de educação, porque consideramos insolvente uma situação em que a maioria dos profissionais não sabe se terá condições de permanecer nas unidades escolares.

É importante manter diálogo com os trabalhadores das Superintendências Regionais de Ensino. Estamos fazendo os encaminhamentos e, na medida do possível, todos os trabalhadores têm feito jus aos reajustes e abonos. Apesar da dificuldade orçamentária do Estado, estamos garantindo que a folha seja operada, os salários e reajustes previstos sejam efetivados para todos os trabalhadores, em todos os níveis, bem como as progressões devidas. Vários servidores que faziam jus à progressão há mais de cinco, seis anos, avançaram na sua formação, por tempo, mas ainda não obtiveram a progressão. É bom que isso fique claro.

Não sei se conseguirei identificar os nomes. Acho que a Carla me fez uma pergunta sobre educação prisional. Eu era secretária nacional da Secadi, quando foi organizado o plano nacional de educação prisional. Até então, o atendimento educacional para a população prisional era completamente fragmentado. Em muitos lugares, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e a Secretaria de Defesa Social faziam esse atendimento, mas de forma desarticulada do processo de



escolarização. Construímos o plano nacional e, a partir daí, conclamamos todos os estados a desenvolverem o seu plano. Na verdade, quando cheguei em Minas não havia plano estadual de educação prisional. A nossa equipe tem trabalhado com a Sedes para avançar nessa agenda no nosso estado.

Conheço bastante as condições de atendimento; há muitos desafios para melhorar a qualidade educacional dentro das instituições, é desafiante formar professores. Em 2014, quando eu estava em Belo Horizonte, o Ministério da Educação fez a primeira agenda de aperfeiçoamento para profissionais que atuavam nessa área. É algo inovador que dialoga fortemente com o conceito de educação pública para todos. Precisamos construir perspectivas de atendimento diferente, sem tirar a garantia do direito à educação das pessoas em qualquer lugar ou situação.

Aproveito para falar do atendimento a crianças e adolescentes no sistema socioeducativo, que, durante muito tempo, esteve desvinculado da pauta educacional. Já compomos um grupo de trabalho para organizar esse atendimento e construir um plano no sistema socioeducativo no nosso estado.

O meu prazo era de 5 minutos, mas tenho muitas perguntas. Alguém me indagou sobre as unidades de perícia. Estou entendendo que se trata de laudos médicos. Os servidores apresentam situação de adoecimento e nem sempre conseguem ser declarados aptos para o exercício profissional. Sabemos da dimensão das dificuldades em relação à perícia médica no Estado. Essa não é uma agenda específica da Secretaria de Educação. A perícia está institucionalmente vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão. Temos tentado muito avançar no entendimento da perícia, porque há realmente situações delicadas. Muitos profissionais que atuaram na nossa rede por bastante tempo, como os designados, que tinham vínculo não efetivo, agora estão sendo nomeados, mas barrados na perícia. Isso é um problema. Há esferas de atuação diferenciadas. Quero lembrar que, no nosso país, o ato médico tem garantia em lei, o que não permite que outra área negue uma avaliação feita por um perito da medicina do trabalho, ainda que tenhamos uma compreensão da necessidade de efetivação dos profissionais. Quem me perguntou isso foi o Ezequiel.

Há duas perguntas muito importantes sobre esse tema. A Maria Lúcia Castanheira indaga como a aprovação de um programa orientado pelo movimento de uma escola sem partido pode afetar ações inclusivas na rede estadual. O Geraldo pergunta se a receita para uma escola pós-humanidade não seria uma escola sem partido, que não inclui, que não debate, que não pensa, ou seja, uma escola para robôs. Defendo a educação democrática. Um programa como o Escola sem Partido é antagônico a uma perspectiva de educação democrática. Francamente, eu não posso conceber uma sociedade democrática que não respeita o que está previsto constitucionalmente. Iniciei a minha fala aqui abordando a Constituição de 88 e os princípios da educação nacional. Vivemos numa sociedade democrática, lutamos fortemente pela construção da democracia brasileira, por uma sociedade que respeita todas as diferenças, que garante a participação de todos, com todas as suas contradições no espaço público, e que pressupõe a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de garantir a todos o acesso à cultura, à educação, às artes. O que deve nos orientar neste debate é o princípio constitucional. No meu entendimento, um projeto dessa natureza é inconstitucional. Então, cabe uma ação direta de inconstitucionalidade. O conceito de escola democrática foi construído a muitas mãos. Não foi um conceito de educadores, trabalhadores, e sim um conceito construído socialmente no mundo. Temos experiências de escolas democráticas em vários lugares do planeta. Essa é uma proposta que se alinha aos projetos de uma sociedade democrática em que se pressupõe o debate e a liberdade de expressão. Assusta-me um pouco o desejo de calar profissionais da educação no contexto de um estado que garante e briga pela liberdade de expressão de um grupo de cinco famílias que detêm a maioria dos meios de comunicação.

Estou na luta pela construção do direito à educação pública. Sou professora desde 1984, gosto muito de falar que sou professora da educação básica. Em Belo Horizonte, comecei a trabalhar, no Bairro Tupi, numa época em que as famílias dormiam na fila aguardando uma vaga para seus filhos de 7 anos em escolas públicas. Tenho muito orgulho dessa história. Eu já dei aula em escola onde o teto caía na minha cabeça, as crianças sentavam no chão e escreviam no banco. Já pedi a amigos que trabalhavam em escritório que recolhessem formulários contínuos para podermos usar o mimeógrafo. O pessoal da velha guarda conhece bem essa tecnologia, que era muito avançada para nós, professores. Nós comprávamos uma coisa



chamada estêncil para mimeógrafo a álcool. Eu sabia várias técnicas para usar um estêncil por mais de cinco, seis vezes. Vivíamos na ditadura, não havia financiamento nem regime de colaboração entre União, estados e municípios, portanto não havia recursos vinculados para a educação. Mas eu aprendi a rodar um mimeógrafo, a pedir formulário contínuo e a lutar todos os dias com as famílias das crianças. Trabalhei na periferia de Belo Horizonte por muitos anos e tenho muito orgulho disso, porque sei que podemos não ter a educação dos nossos sonhos, mas a educação que temos hoje não nos foi dada, não foi uma esmola do Estado. Ela foi conquistada centímetro por centímetro pela luta dos movimentos sociais, das famílias. Aliás, lembro que aqui, em Belo Horizonte, temos o Movimento de Luta Pró-Creches. Corremos o sério risco de os cortes na educação deixarem de fora milhares de crianças da educação infantil. Mas nós lutamos diariamente para expandir o conceito de direito à educação. A Unicef fala muito que educação deve ser para todos e para cada um. Apesar de alcançarmos 98% de atendimento no ensino fundamental, nós ainda temos crianças indígenas, crianças e jovens do campo, crianças e jovens com deficiência sem acesso à escola, representando 2%. No nosso país, isso significa milhares e milhares de crianças que ainda não têm acesso ao ensino fundamental de meio horário.

E o que estamos tratando aqui é de ampliar o tempo de atendimento. Alguém me perguntou sobre o Ideb. Quero lembrar que, quando o Ideb e a Prova Brasil foram criados, o ministro Haddad não o fez isoladamente. Ele o criou também dentro de um plano de desenvolvimento da educação básica, recuperando uma visão sistêmica da educação. Saíamos de uma gestão do governo federal que colocou a educação superior contra a educação básica. Não poderíamos avançar com a educação superior em nosso país, porque, primeiro, tinha de se investir na educação básica, considerada naquele momento como ensino fundamental; estavam excluídos a educação infantil e o ensino médio.

O ministro Haddad propôs o plano de desenvolvimento da educação também para dizer que jovens e adultos têm direito à educação. A educação de jovens e adultos não pode ser entregue a organizações não governamentais, como a Alfabetização Solidária e outras, que propõem campanha de erradicação do analfabetismo. Mas que a gente precisava considerar que, num país que tinha, no século XIX, legislação que proibia a presença de certas pessoas na escola pública, temos o dever de reparação para com essas pessoas e garantir que elas possam ter acesso à educação na idade em que estiverem. Venho de uma família em que a minha mãe fez o ensino médio. É raro numa família negra, de uma mulher da minha idade, que a mãe tenha garantido o acesso ao ensino médio. Mas ela fez o ensino médio privado e foi recusada em várias escolas de Minas Gerais porque era negra. Então, gente, a nossa luta pela educação pública não é para dividir negros e brancos. O racismo no País cria uma autoestima reduzida na população negra e também uma autoestima distorcida na população branca.

Outra coisa muito séria, o racismo no Brasil está ligado ao fenótipo, à cor da pele, ao cabelo, ao esteriótipo. Por quê? Porque fomos construídos como objetos, como negação, como animais. É difícil suportar essa ideia, essa concepção, mas ela esteve presente. Basta a gente ler os estudos da associação brasileira de eugenia, que propunha, no início do século XX, que ao final desse século, deveria ser exterminada toda população negra no Brasil, que defendia a criação no País de grupos como a Ku Klux Klan. Então falar dessas coisas é criar um repertório para que a gente possa, de fato, passar a limpo a nossa história e perguntar: “Queremos construir uma sociedade democrática? Entendemos a humanidade presente em todos, independentemente de fenótipo, independentemente do lugar onde se nasce, independentemente de classe social? Educação é direito? Saúde é direito? Entendemos o Estado de Direito como para todos?” Não podemos fazer isso sob um paradigma da exclusão ou da segregação: “Se não concordo com suas ideias, tenho de bani-lo”. Não é assim. A gente tem de dar conta de construir um espaço público, em que as contradições estejam presentes. Mas temos alguns princípios que nos orientam. Na minha compreensão, os princípios que nos orientam são os que estão presentes na nossa Constituição Cidadã. Não podemos admitir grupos que, embora tenham um discurso de defesa da inclusão, acabam por legitimar uma série de outros interesses na educação, que são, ao fim, ao cabo, puramente mercantilistas. Ou seja, grupos de organizações internacionais que têm trabalhado no financiamento de movimentos no Brasil, porque querem privatizar a educação, a água e a saúde, querem reduzir o direito dos trabalhadores. Não podemos concordar com isso.



Respeito muito as diferentes posições, mas também gosto de ser respeitada nas minhas posições. Tenho uma luta, tenho muito respeito pela minha trajetória e por todas as escolas por onde passei, porque acho que o exercício da docência, com a convivência na educação básica em diferentes escolas, é muito formador, porque a gente tem um aprendizado cotidiano. Um professor precisa ser muito respeitado, um professor merece toda a nossa respeitabilidade. Não podemos pensar um mundo em que a gente elege a escola como um espaço fundamental de formação humana, depois ataca de maneira vil os profissionais da educação: os professores, todos os trabalhadores da escola, o porteiro, que é talvez quem mais conhece os alunos e a comunidade, e a direção da escola. Defendo a escola pública. Se tenho um lado nessa história, é o da escola pública, que vou sempre defender.

Acho que o nosso plano tem o compromisso com essa escola pública, que, a duras penas, tem sido construída em nosso país. A construção da escola pública é fundamental na ampliação do Estado de Direito no nosso país; é fundamental para a garantia dos direitos humanos; é fundamental para a redução das desigualdades educacionais, porque os estudantes que têm uma trajetória escolar sem interrupção, que aprendem... Quero falar de aprendizagem aqui, porque direito à educação é direito de aprender. Não dá para vocês desconsiderarem isso. Tive minha formação na escola pública. Possivelmente, não estaria aqui, não ocuparia o cargo que ocupo se essa escola não tivesse me garantido uma sólida formação. Acredito no compromisso da sociedade mineira, dos nossos estudantes, dos trabalhadores da educação, da Assembleia Legislativa e do Fórum Estadual de Educação, de que faremos, sim, um Plano Estadual de Educação inspirado na Constituição Cidadã. Acho que é ela que tem de ser o nosso guia.

O presidente – Nós agradecemos à Profa. Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Educação do Estado de Minas Gerais; ao Prof. Heleno Araújo, coordenador do Fórum Nacional de Educação, e ao Prof. Teodoro Adriano Costa Zanardi, doutor em educação e professor de pós-graduação da PUC Minas, a contribuição que nos trouxeram aqui, nesta Mesa da manhã. Pelo atraso, iremos de imediato para a formação do primeiro painel da tarde. Muito obrigado, Macaé.

1º Painel

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Carlos Eduardo Sanches, assessor técnico e ex-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime-Nacional – e presidente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e Bruno Lazzarotti Diniz Costa, pesquisador da Fundação João Pinheiro; e a Exma. Sra. Beatriz Cerqueira, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-Ute-MG.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Solicitamos aos participantes que ainda não se credenciaram que compareçam à secretaria do evento, montada no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, próximo ao Hall das Bandeiras. A secretaria funcionará para credenciamento hoje até as 18 horas e amanhã, das 8 às 10 horas. Não será possível se credenciar após as 10 horas de amanhã. Ressaltamos que o credenciamento é condição indispensável para participação nos grupos de trabalho, que acontecerão amanhã, e na plenária final, que acontecerá na sexta-feira. É importante também destacar que a participação na plenária final com direito a voz e voto está condicionada ao comparecimento nos grupos de trabalho, que será aferido por meio de listas de presença.

O documento de propostas que vocês receberam servirá de base para as discussões, portanto é fundamental que todos o leiam com atenção e não se esqueçam de trazê-lo para os grupos.

Vamos ainda, na tarde de hoje, escutar a apresentação do Hugo Avelar, alguns de vocês o conheceram, da GPI, gerência responsável pelos projetos institucionais. O Hugo acompanhou todo o trabalho desse fórum técnico e vai transmitir aos senhores e às senhoras as dinâmicas a serem utilizadas nos trabalhos em grupo amanhã.



Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente.

Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia, www.almg.gov.br, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar a sua contribuição.

Para melhor organizar o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito, no formulário próprio que será distribuído no Plenário, como foi feito pela manhã. As pessoas que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem deixar isso explícito no formulário.

Iniciaremos agora o painel “Aspectos estruturantes para a educação de qualidade em Minas”. Com a palavra, o Sr. Carlos Eduardo Sanches, para a sua exposição sobre o tema “Valorização dos profissionais da educação e gestão democrática”.

Palavras do Sr. Carlos Eduardo Sanches

Boa tarde a todos e a todas. É um prazer muito grande estar aqui e atender esse convite, neste momento importante da educação no Estado de Minas Gerais. É um privilégio poder participar desta Mesa. Quero cumprimentar todos que compõem a Mesa, amigos e amigas, que daqui podemos ver. Alguns há tanto tempo não tínhamos oportunidade de ver e, hoje, estamos tendo essa possibilidade.

A mim foi solicitado que pudéssemos aprofundar um pouco, e de maneira rápida, na discussão sobre a valorização dos profissionais da educação. Gostei de algumas coisas que pude ouvir hoje e queria deixar bastante claro que me preocupei com outras que ouvi também. Para mim é muito importante todas as manifestações que temos na Assembleia Legislativa, mas educação em defesa da democracia é essencial e fundamental em todo o tempo, principalmente num momento como este que estamos vivendo.

Gostaria de tratar de valorização e da possibilidade, dentro desse aspecto, de discutirmos mecanismos de gestão democrática, gestão democrática da educação em um ponto concreto, que é cumprir o disposto no art. 206 da Constituição Federal. Falava há pouco com a imprensa que discutir valorização não é discutir um privilégio; discutir valorização não é discutir uma pauta; discutir valorização é cumprir um dispositivo constitucional, porque o art. 206 da Constituição assevera que é preciso garantir educação com qualidade.

Para que a educação alcance qualidade, é extremamente importante – e é um dispositivo constitucional – assegurar a valorização daqueles que trabalham na educação.

Num curto intervalo de tempo, conseguimos alcançar importantes vitórias dentro da educação brasileira. Se analisarmos o contexto mundial, nenhum país do mundo fez o que o Brasil, num intervalo de tempo tão curto, fez. Do ponto de vista da oferta, conseguimos universalizar o ensino de 7 a 14 anos; ampliar a obrigatoriedade de 6 a 14 anos; ampliar a obrigatoriedade dos 4 aos 17 anos; consagrar isso tudo no texto do Plano Nacional de Educação e ampliar o atendimento. Nenhum país do mundo conseguiu fazer isso num intervalo de tempo tão pequeno. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da valorização, conseguimos assegurar algumas previsões dentro do Plano Nacional de Educação.

Infelizmente, ainda hoje, temos algumas discussões um tanto quanto enviesadas. O que é o Plano Nacional de Educação? Ele nada mais é do que a regulamentação de um dispositivo constitucional. O Plano Nacional de Educação regulamenta a Constituição Federal. Muitas vezes, infelizmente, temos percebido que os planos estaduais, os municipais e o nacional precisam entrar numa disputa muito grande no entendimento da legislação e na composição do orçamento. É preciso deixar muito claro que o Plano Nacional de Educação não pode ser entendido como algo menor que regulamentar a Constituição Federal. Podemos falar de tantas coisas, mas gostaria de destacar apenas dois pontos. Quando ele regulamenta, estabelece duas previsões: Meta nº 17, valorizar os profissionais do magistério; Meta nº 18, assegurar plano de carreira para todos os trabalhadores da educação. No meu entendimento, precisamos vencer algumas coisas, que espero poder contar daqui a pouco. Mas, sem sombra de dúvida, precisamos melhorar a relação entre gestores e trabalhadores de educação. De

nada adianta, de um lado, a gestão tentar fazer, por meio da força, com que algumas coisas sejam cumpridas. De nada adianta, de outro lado, apenas a discussão pela discussão. É preciso que gestores e movimento sindical estejam unidos neste momento, porque a briga é outra e o adversário é outro. A educação pública precisa de mais investimento público. Não se pode buscar qualidade na educação pública, assegurar a valorização sem recurso novo.

Neste momento, o que podemos entender como desafios para alcançarmos, a passos mais largos, um horizonte maior de valorização? Primeiramente, limitações legais, capacidade técnica e de gestão. É preciso enfrentar a realidade orçamentária e financeira do conjunto dos estados e dos municípios, e também buscar disposição para o entendimento entre gestores e movimento sindical. Quando digo limitações legais, gostaria de lembrar que muitas vezes quem está na gestão precisa cumprir, ao contrário do que fazemos em nossas casas, o que está previsto numa legislação. Do outro lado, quem está fora da gestão precisa também cumprir o que está na legislação, brigando para que os direitos sejam assegurados. É preciso, nesse contexto, avançarmos o diálogo no Brasil, Heleno, porque vamos ter de providenciar muitas alterações nos marcos legais para alcançar a valorização.

Muitas vezes, há limitações, do ponto de vista da valorização, até por princípios constitucionais. Por exemplo: o art. 37 organiza a forma de ingresso na administração pública; o art. 169 prevê uma lei complementar que estabelece limites que, infelizmente, é a Lei de Responsabilidade Fiscal; o art. 211, para mim, é um dos maiores desafios que gestores de movimento sindical precisam vencer no Brasil. Estamos caminhando para melhorar a qualidade da educação; para buscar valorização; para aumentar a oferta. Estamos buscando uma educação como a da Finlândia. Não dá para manter essa sistemática de financiamento da educação que temos no Brasil igual à do Azerbaijão e do Quirguistão. Enquanto o governo federal tiver, conforme está na Constituição Federal, no art. 211, apenas a responsabilidade suplementar e redistributiva, todo começo de ano vamos ser surpreendidos com corte de programas, com diminuição de repasses, porque hoje a tarefa de financiar a educação no Brasil é apenas dos estados e dos municípios. Precisamos enfrentar esse problema. (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – Por gentileza. Gostaria de solicitar à Plenária que cessasse as manifestações. Gostaria que as câmaras da TV Assembleia se posicionassem para mostrar o grupo que está impedindo a sequência dos trabalhos. Quero dizer aos senhores e às senhoras que esta é uma atividade pública, e se continuarem esbravejando, infelizmente, seremos obrigados a solicitar a retirada dos senhores e das senhoras. Infelizmente. Gostaria de solicitar aos senhores que recuperássemos o motivo que nos trouxe aqui: a discussão do Fórum Técnico do Plano Estadual de Educação. Cada pessoa presente se manifesta individualmente. Isso não representa um posicionamento institucional, mas esta Casa não vai impor a quem quer que seja, inclusive aos nossos convidados, nenhum tipo de veto nem de censura. Então, todos os senhores e as senhoras podem se manifestar da maneira que julgar adequada, desde que permitam que a atividade tenha sequência. Temos aqui um palestrante vindo de fora do Estado e os senhores e as senhoras estão dando exemplo, em rede, da incapacidade de tolerância, em função do posicionamento de uma pessoa que ainda está fazendo uso da palavra.

Então, em respeito ao palestrante que está falando, aos demais presentes, a todo o Estado de Minas Gerais, que está aguardando os trabalhos sobre educação, solicito que respeitem a manifestação deles. Cada um dos senhores e das senhoras poderão fazer uso do microfone no momento adequado. Não gritar, não esbravejar, não cortar a palavra do outro aprendemos em família, em casa ou na escola.

Neste momento, a palavra está dada ao Sr. Carlos Eduardo Sanches, convidado da Assembleia Legislativa e da população de Minas Gerais, para falar sobre Plano Estadual de Educação. Então, gostaria de contar com a participação e com a colaboração de todos, garantindo a palavra de cada um. Solicito à TV Assembleia que deixe muito claro, muito patente as manifestações que estão impedindo o funcionamento deste trabalho. Todos têm o direito de ter a posição política que quiserem. A única coisa que quero é seguir com o Plano de Educação, mas parece que tem gente que veio aqui para outros motivos. O meu interesse é conduzir este trabalho. Estamos garantindo a todos que se manifestem livremente. Todos terão acesso ao microfone e poderão se manifestar da maneira que bem entenderem. Parece-me um tanto quanto infantil esta



discussão por causa de um cartaz. Façam o cartaz que quiserem e o exponham como quiserem, quando usarem o microfone. Agora, vamos garantir a fala, porque isso foi pactuado na parte da manhã. Como há pessoas que chegaram à tarde, quero deixar claro que pactuamos, na parte da manhã, que vamos respeitar as falas. Estamos aqui para fazer um Plano Estadual de Educação, com pessoas que vieram do País inteiro. Precisamos demonstrar que temos capacidade de fazer um debate sobre educação, mas o que está acontecendo neste momento não diz sequer respeito ao que está sendo dito no microfone.

Então, vamos dar sequência à fala do Carlos Eduardo Sanches, solicitando às estruturas da Assembleia, que, caso seja necessário, buscaremos apoio para garantir a sequência adequada do nosso plano. Quero lembrar que aqui é o Poder Legislativo, e eu estou no exercício desse poder, e temos a polícia legislativa na Casa. Não precisa chamá-la. Ela está presente e, se for necessário, infelizmente, ela retirará quem precisar. Se dê o respeito, se quer ser levado a sério. Se dê o respeito, caso contrário, não o levaremos a sério. Se dê o respeito. Sou a autoridade neste recinto. Se dê o respeito, ou será retirado. Se dê o respeito a senhora também. Aqui há ordem.

Eu gostaria de solicitar ao Plenário a garantia da palavra do Sr. Carlos Eduardo Sanches, por gentileza.

O Sr. Carlos Eduardo Sanches – Retomando a análise, tenho um tempo a cumprir e gostaria de fazer algumas reflexões que preparamos para contribuir com a discussão do Plano Estadual de Educação. Gestores e trabalhadores da educação, volto retomando que é preciso que todos estejam unidos para a discussão sobre a sistemática de financiamento da educação. Porque é preciso alterar esse princípio constitucional que dá à União, o ente federado que mais arrecada, apenas a responsabilidade suplementar e redistributiva, mas determina aos governos estaduais e aos municípios a responsabilidade pelo financiamento da educação. Na prática, essa tem sido uma realidade perversa.

Semana passada, os secretários municipais de Educação foram surpreendidos com a edição da Medida Provisória nº 729, do último dia 31, que diminui drasticamente a aplicação de recursos públicos da União na educação infantil. Aplicação de recursos muito importante, porque ali está o maior gargalo de atendimento da educação. E os secretários que aqui estão foram surpreendidos. Amanheceu, e eles acabaram de saber que o dinheiro do Brasil Carinhoso tinha sido cortado. Não dá mais para viver essa realidade.

Em relação ao financiamento da educação, o que prevalece hoje é o que está previsto no art. 212 da Constituição: os estados e municípios terão que aplicar, para cumprir o financiamento da educação, 25% da receita de impostos e duas transferências no âmbito federal, para que se alcance esse patamar mínimo. Lembrando que o papel da União sempre é suplementar redistributivo, e aí ele acontece, através do salário-educação, que é uma transferência permanente; através das transferências automáticas – Pnae, PDDE, Pnate; e através das transferências voluntárias, como o Brasil Carinhoso, ao qual acabei de fazer referência. A aplicação desse mínimo de 25% na manutenção e no desenvolvimento do ensino é dessa base que está aí e desse conjunto de impostos e dessas duas transferências, que são o FPM e o FPE. É com essa realidade que estados e municípios têm realizado o maior esforço para a valorização e a garantia de acesso, permanência e permanência com qualidade social. Vivemos, sim, um contexto de crise, que afeta, de forma mais intensa, o governo federal neste momento, mas já afeta estados e municípios pelo menos desde o ano passado. O que não podemos, em hipótese alguma, é aproveitar o momento de crise para ceifar conquistas.

Por que estou falando isso? Dizer que vamos colocar teto máximo de gasto e de aplicação em educação com despesa permanente é, no mínimo, desconsiderar a realidade. Educação precisa de pessoal: profissionais de magistério e todos os trabalhadores de educação. Do conjunto dos gastos em educação, no mínimo 70% são em salário. Não dá para tratar o momento pós-crise como crise – porque crise é hoje. Por exemplo, se há cinco, seis, oito anos havia crescimento de receita corrente líquida na casa de 15% a 18%, e inflação no teto de 8%, não dá para limitar gasto salarial no teto de 8% para daqui a cinco, oito anos, com crescimento de receita maior que isso. Então não podemos ceifar as conquistas já alcançadas.

É muito preocupante o cenário atual, principalmente nessa questão de redução de transferências e do retorno da desvinculação das receitas. Tenho ouvido muito por parte do governo federal que a DRU não atinge a educação, mas não vi, em nenhum dos textos do projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados e no projeto de lei aprovado no Senado Federal –



estou falando da PEC nº 87, na Câmara, e da PEC nº 413, no Senado Federal –, colocado, de maneira muito clara, que a União não poderá deixar de aplicar 18%. O que estou vendo nos textos aprovados é que, na desvinculação das receitas dos estados e na desvinculação das receitas dos municípios, não pode haver a educação abarcada pela desvinculação. Só que o texto não é claro no âmbito federal.

Não estou defendendo isso, muito pelo contrário. Sou contra a estados e municípios aplicarem desvinculação para educação, como sou plenamente contra que a União tenha a possibilidade de aplicar 30% a menos do que os 18% que a Constituição determina. Isso não é possível. Gestores e trabalhadores, a luta é conjunta.

Para finalizar – o meu tempo está se esgotando –, eu gostaria de fazer uma breve reflexão sobre essa discussão do momento atual, quando abordamos a questão da valorização. O que temos visto efetivamente, muita vezes, é que não conseguimos assegurar processo de valorização para que a educação tenha qualidade porque ainda hoje observamos inchaço nas redes, excesso de desvio de função, atestados frios. É preciso defender, mas sobretudo é preciso praticar uma gestão democrática de valorização dos profissionais da educação. Movimento sindical e gestores precisam trabalhar conjuntamente para defender essa questão.

Não estou dizendo que acontece aqui, deputado, mas não dá mais para haver professor em assembleia legislativa, professor em câmara dos vereadores, professor que usa os miúdos da lei para buscar uma readaptação fraudulenta ou um atestado frio. Isso não é mais possível. O que vemos hoje é um número cada vez mais avolumado de absenteísmo. Porque muitos, infelizmente, têm, do ponto de vista da gestão, usado a possibilidade da legislação para tirar professor ou profissional da educação do efetivo exercício. Infelizmente alguns profissionais da educação também têm procurado as possibilidades de afastamento que as legislações frágeis permitem. Isso só faz inchar, isso só faz aumentar o quadro de profissionais, e o volume de recurso não está crescendo na mesma velocidade.

Não podemos afrontar e não podemos pautar a discussão apenas sobre o que é preciso. Não podemos discutir apenas sob o ponto de vista do que é possível neste momento. Sei que há muitas limitações legais para garantir uma carreira melhor e tantas outras questões – os gestores sabem porque convivem com isso no dia a dia. Mas é preciso enfrentar esses problemas. E eu gostaria que ficasse marcada uma defesa da minha parte muito forte aqui, de que é preciso aprofundar o diálogo. Talvez 30 minutos de conversa, na mesa tripartite, entre Consed, Undime e CNTE tivessem um resultado muito mais profundo do que uma audiência com Alexandre Frota.

Mas também é preciso, juntos, lutarmos todos por mais recursos para a educação brasileira. Não dá para buscar educação na Finlândia com o orçamento do Azerbaijão e do Quirguistão. Essa luta é de todos, gestores e profissionais da educação.

Ano passado dei uma entrevista à *Folha de S.Paulo*, que foi muito mal interpretada. Desde então, quando tenho oportunidade de falar em discussão de plano decenal, não deixo de dizer e de discutir isto: a crise, os problemas e as metas de momento eleitoral que todos temos não podem, em hipótese alguma, mais uma vez na história do Brasil, bater a carteira de quem trabalha na educação brasileira. Obrigado.

O presidente – Queremos agradecer a compreensão do nosso convidado, assessor Carlos Eduardo Sanches, e passamos a palavra à Profa. Beatriz Cerqueira.

Palavras da Sra. Beatriz Cerqueira

Boa tarde. Estamos desde de manhã em debate, e queria fazer um combinado com aqueles que querem debater a educação, porque estamos numa oportunidade única depois dos 12 fóruns regionais. Estamos na TV Assembleia, ao vivo, o que nos possibilita dialogar para além de nós mesmos. Mas, evidentemente, existem forças que não querem que o debate aconteça. Então, eu queria pactuar entre nós que faremos o debate. Independentemente das provocações, faremos o debate, porque nos interessa debater aquilo que os grandes meios de comunicação não colocam e que precisamos debater. Então eu queria fazer esse combinado, para que não caiamos nas provocações, e que façamos o debate, como sempre fizemos.



A Assembleia Legislativa é um lugar que não é estranho para nós, trabalhadores em educação. Estamos sempre aqui, trazemos sempre as nossas pautas, as nossas reivindicações, os nossos cartazes, as nossas bandeiras. Este tapete vermelho já foi palco de uma luta importante em 2011, com a ocupação que fizemos aqui pela luta do piso salarial nacional dos profissionais da educação, seguida de greve de fome de dois companheiros trabalhadores em educação e de 112 dias de greve. Então aqui não é um lugar estranho para nós. É um lugar onde sempre estamos e fazemos debate. Então queria combinar com vocês fazermos o debate, porque acho que é isso que nos interessa. Porque, se reagirmos como se estivéssemos num campo de futebol... Interessa a eles que as pessoas não nos escutem, e queremos ser escutados, porque é muito importante fazer o debate.

O primeiro ponto que quero abordar é exatamente que discutimos o Plano Estadual de Educação numa Mesa que debate valorização, num momento de profunda instabilidade, de crise política no nosso país. Não podemos desconsiderar a realidade. É impossível falar em educação, desconsiderando a realidade em que nós, os nossos alunos e as nossas comunidades estamos todos inseridos.

Cotidianamente dizem que nós, pessoas comuns, não devemos discutir política, que não devemos nos ocupar daquilo que acontece nos espaços políticos, que é para deixar que os outros discutam. Ou pior, tentam trabalhar a ideia de que política é coisa de corruptos, logo, se não somos corruptos, temos que nos afastar da política. É exatamente no momento em que nos afastamos da política que os de sempre fazem com que a política seja um negócio privado, e não a serviço do bem público. Então, quando queremos debater a educação, temos que debater a realidade do nosso país, do nosso estado, da nossa esquina, do nosso quarteirão, porque a escola está inserida nisso, e a política interfere e decide a nossa vida, mesmo quando queremos nos manter alienados ou ignorantes em relação ao que acontece na política. Acho que essa é uma grande briga nossa, como pessoas comuns, para sempre estarmos interferindo na realidade e na sociedade.

Estamos numa situação que merece um destaque importante. Se o golpe em curso no nosso país se consolidar, não teremos nenhuma condição de falar em Plano Nacional de Educação.

Porque faz parte do golpe em curso modificar o conceito de Estado, o conceito de educação que temos e que teremos para nossas próximas gerações. O Plano para o Futuro, que é um programa de governo, que todos devem ler, é um programa de governo elaborado em outubro de 2015. Ele traz exatamente o que é essa nova formulação, inclusive para a educação. Se estivéssemos com a institucionalidade garantida, estaríamos fazendo outro debate de valorização. Com a crise e a instabilidade política que temos em nosso país e o golpe em curso, o outro debate de valorização é que precisa ser feito, e ser feito à luz daquilo que está seriamente ameaçado, porque com a concretização do golpe, não tenho dúvidas de que não há Plano Nacional de Educação que sobreviverá diante da ruptura democrática consolidada no nosso país.

O primeiro aspecto que eu queria trazer é sobre a importância disso. Depois eu vou falar exatamente daquilo que está em risco – eu aprendi com o Bruno numa outra Mesa que fizemos. Todas as vezes que vamos discutir educação, o orçamento está pequeno demais, mas, se analisarmos o último período, veremos como está a situação. O dado que eu trouxe é de um estudo que será lançado entre nós, até sexta-feira, e é um estudo do Dieese da Meta 20 do Plano Nacional de Educação. Nós investimos na riqueza produzida no Brasil, e acho que os cartazes deveriam discutir isso, inclusive. Como um Brasil tão rico investe tão pouco da produção da sua riqueza em educação? Isso deveria incomodar mais pessoas do que vemos por aí, porque o dado de 2014 é que o investimento da riqueza produzida no País foi de 5,43%. Em Minas Gerais, alcançávamos o último lugar relativamente ao investimento da riqueza produzida no nosso país, com 1,61% da riqueza produzida, em Minas Gerais, investido em educação. Esse é um debate que precisa ser feito, porque a disputa do orçamento público é fundamental para qualquer meta do Plano Estadual de Educação e também do Plano Nacional de Educação.

Antes disso, quero trazer à memória, que também estará no estudo que apresentaremos para vocês até sexta-feira como governos negligenciam isso. Também deveria haver cartazes sobre isso. E eles não estão nas cadeias e não são chamados de corruptos, quando deixam de investir o mínimo constitucional em educação. Aí, não é corrupção. Nosso conceito de corrupção é de acordo com minha conveniência, e temos dados atualizados do Dieese, apontando que deixaram de ser



investidos, nos últimos 11 anos em educação em Minas Gerais, R\$12.000.000.000,00, porque aquela regra constitucional do mínimo de 25% de impostos investidos em educação não foi cumprida em nenhum ano da última década, e esse é o último estudo e é exatamente de 2014. Então estamos diante de um Estado que é uma das maiores economias do País, que negligenciou na última década uma política essencial ao seu desenvolvimento que foi a educação básica pública. Essa dívida precisa ser debatida entre nós, mineiros e mineiras.

Em relação à valorização, quero trazer os aspectos que estão em risco e que fazem com que nós, profissionais da educação, apesar das tentativas de constrangimentos, tenhamos de debater o que está acontecendo, porque vai atingir cada um de nós na nossa vida profissional, na nossa vida pessoal, nas escolas que trabalhamos ou nas SREs ou em órgãos centrais. Esse debate precisa ser feito. O primeiro que está em risco é o piso salarial profissional nacional, em primeiro lugar, porque existe um projeto de lei no Congresso, alterando o reajuste do piso, então como conquistamos o reajuste de 11,36%? Não se tornarão realidade no próximo período se esse projeto de lei for aprovado. Primeiro, porque ele muda a regra de reajuste e, segundo, o próprio piso salarial profissional nacional, porque o governo federal que aí está já disse que pretende e que prefere a política de meritocracia, à semelhança do que foram os 12 anos do choque de gestão.

Meritocracia nos traz, Paulo, uma falsa ideia de que estou valorizando-o pelo seu mérito, mas não estou. Se estou valorizando pelo mérito um professor, significa que o outro pode não ser tão bom e, portanto, posso ter uma educação boa e uma educação que não é boa. A escola não é lugar da meritocracia. A meritocracia tem seu lugar na empresa, no latifúndio. A escola é o lugar da excelência para todos, de todos e com todos, por isso a meritocracia não cabe no debate da escola pública. O financiamento da educação pública está seriamente comprometido, primeiro, com a discussão de acabar com os 25% de impostos. Isso está na pág. 18 do *Ponte para o Futuro*, para quem quiser conferir depois, e já começou o debate no Congresso Nacional de alteração e de desvinculação de receitas. Se não temos o mínimo constitucional pelo qual brigar, fiscalizar, o retrocesso será de décadas, será semelhante à ditadura militar, quando nós não tínhamos a vinculação do mínimo constitucional.

O fim da Lei da Partilha. A questão da Petrobras é uma questão de interesse nacional. Conquistamos, em 2013, uma lei que muda a forma de exploração, e isso tem a ver conosco, porque hoje a forma de exploração faz com que a exploração seja monopólio do governo brasileiro, e, portanto, 75% da riqueza produzida com o pré-sal vai para a educação, 25% para a saúde e 50% do fundo para a educação. Estamos falando de mais de R\$300.000.000,00 nos próximos 30 anos, que virão para a educação, e vai depender de conseguirmos vencer os projetos de lei que existem no Congresso Nacional, modificando isso.

O outro sério risco que corremos, e é muito difícil de enxergarmos, mas é essencial, é a privatização da educação, a ideia de que é possível pagar por aquilo que é público e a ideia de você transformar o direito numa mercadoria. Isso está mais presente na escola hoje do que podemos imaginar. Vem através da parceria público-privada. É muito estranho você conseguir explicar como a Andrade Gutierrez, a Odebrecht ou a OAS vão administrar escolas estaduais e escolas públicas – e isso que está em curso em vários estados brasileiros – por meio de organizações sociais. A entrega da gestão da escola à Polícia Militar está mais frequente do que acreditamos ou enxergamos e também a terceirização dos serviços. A terceirização de serviços parece algo da iniciativa privada, parece algo distante de todos nós. Está mais próxima de nós do que imaginamos. É possível terceirizar professor, é possível você parar com políticas de concursos públicos e políticas de planos de carreira e passar a contratar cooperativas, para que essas cooperativas se encarreguem de determinado conjunto de aulas, de determinadas disciplinas. Então, a terceirização, da forma como está sendo discutida no Congresso Nacional, chega à atividade-fim e muda o conceito de educação e de professor que nós temos.

Outro ponto que é muito sério e acho que é importante passarmos cada vez mais a debater é a ideia da criminalização da profissão de docente, de criminalizar o professor e a professora no exercício da sua profissão dentro da sala de aula. Primeiramente, eu crio a ideia de que posso monitorar o que o professor ensina. Depois, crio a ideia de que ele pode ser censurado e não ensinar o que está ensinando em sala de aula. Aí, passo a punir esse profissional por não estar de acordo com o que um determinado grupo social acredita que deve ser o conteúdo a ser ensinado na escola. Estamos diante de uma



onda da criminalização da profissão de docente sem precedentes na história de nosso país recentemente. Além disso, temos a proposta da reforma que ainda se materializa com o financiamento, porque para discutir valorização, tem de discutir financiamento e discutir os ataques ao dinheiro público para não vir para a escola pública como está acontecendo. Existe uma proposta de reformar todo o processo de elaboração e de execução do orçamento público, de forma a diminuir os investimentos sociais ou adequá-lo de acordo com a inflação ou com o crescimento da economia do ano anterior. Repercute, negativamente, nos investimentos da educação, a ideia de acabar com políticas que combatam as desigualdades, o que atinge todos nós na educação, independente da modalidade em que estamos.

Acho que esses riscos que corremos precisam ser debatidos, não apenas por nós, profissionais da educação, mas por toda a sociedade. Quero fazer, nos 5 minutos que me restam, um enfoque na questão mineira, porque é muito importante debatermos a realidade de Minas Gerais, num momento em que poucos ou os mesmos se incomodam, não com os baixos salários, mas com a forma humilhante com que os profissionais da educação eram tratados aqui em Minas Gerais. Vínhamos de uma política de congelamento de salários, fizemos três greves pelo pagamento do piso salarial profissional nacional, porque, de manhã, escutei muitos discursos sobre a importância da valorização do professor, e a valorização se materializa em questões como o pagamento do piso salarial profissional nacional.

Em Minas Gerais, em 2015, assinamos um acordo prevendo que, ao chegarmos em julho de 2018, a professora da educação básica receberá o piso salarial profissional nacional como vencimento básico. Isso é uma conquista muito importante para nós que somos da área, para nós que somos profissionais da educação. Tivemos a conquista agora de 11.36%. O governo nos deve os retroativos. O reajuste já está nos contracheques de todos os profissionais da educação. É o reconhecimento da política salarial, não apenas para o professor mas também para as oito carreiras da educação, e estamos nesse processo de conquista. Fizemos um debate muito importante, que ainda não se findou, porque a luta não se finda, mas as SREs saíram da invisibilidade e, hoje, todo o mundo no Estado discute a vida, a carreira e as condições dos trabalhadores da Superintendência Regional de Ensino e do órgão central. Temos uma conquista de 2015, com 15 mil nomeações de concursados, sendo 30 mil por ano, porque é muito bonito vir falar aqui da importância do professor, mas não se sabe a condição em que esse professor trabalha, e a precarização a que estamos submetidos em Minas Gerais deveria incomodar mais gente, mais setores da sociedade do que, de fato, incomodou. Haver 2/3 da rede estadual trabalhando com vínculo precário quer dizer que pode ser contratado hoje e amanhã estar de fora. Se adoecer, está fora do mercado de trabalho. Não ter carreira e estar sempre com o salário inicial é uma situação de grande precarização que começamos a modificar, assim como o descongelamento da carreira que começou.

Acho que precisamos, para finalizar, enfrentar alguns desafios. Aqui, em Minas Gerais, precisamos rever a legislação que permanece do passado, que mantém a meritocracia, que mantém a avaliação de desempenho, como um mecanismo punitivo, e não como um processo permanente de avaliação e de melhoria do sistema. Precisamos romper com a ideia de que a nota do Ideb tem de estar na porta das nossas escolas, porque o Ideb, na porta da escola, não é para contar para a comunidade, mas para responsabilizar o professor pelo desempenho da escola, como se ele fosse responsável sozinho pelo desempenho daquela escola, daquela turma ou daquele aluno.

É fundamental aqui em Minas Gerais não darmos prosseguimento à política de PPP, em que está em andamento um modelo de edital. Como é fundamental que o governo do Estado recue e retire da sua reforma administrativa a ideia de extinção de cargo de professor e da extinção de cargos de auxiliar de serviço da educação básica. Não está sobrando gente na escola, não: está faltando. Por isso adoecemos tanto, porque está faltando gente no local de trabalho. Fomos esmagados com quadros de escola cada vez menores, menos gente trabalhando mais. Precisamos de mais gente na escola, e não uma política de fim de qualquer carreira.

Para finalizar, precisamos romper dois mitos. Não somos nós, professores, que vamos ensinar orientação sexual na escola. A criança ou o adolescente vêm para a escola com sua orientação. O que a escola não pode fazer é ignorá-lo, deixá-lo à margem pela opção que tem. Não pode deixar que ele fique marginalizado e essa marginalização siga com ele pela vida



toda. Foi construído um mito sobre ideologia de gênero que me assusta, como se estivéssemos voltando à Idade Média. Queria que a faixa continuasse ali porque queria tê-la lido, dando a falsa ideia de que nós erotizamos as crianças. Vocês devem se perguntar a respeito das propagandas que colocam crianças seminuas no horário nobre. É isso que erotiza, é o mercado que erotiza a infância, não somos nós. Se nós não debatermos a questão da mulher, continuaremos encontrando pela nossa vida homens que não aceitam ouvir um “não” e que pensam que têm o direito de estuprar uma mulher quando ela não quer ter relação sexual com ele. Mas como esse homem, quando criança e adolescente, não teve a oportunidade de debater que deve respeitar o “não” da mulher porque isso é ideologia de gênero, nós vamos criar estupradores. Esse é o debate que precisa ser feito entre nós. Se nós não debatermos, o namorado cuja namorada terminou não aceita o “não”, faz cárcere privado com a namorada, bate nela, esfaqueia. É comum as mulheres serem esfaqueadas porque não debatemos a situação da mulher dentro da escola, porque debater a situação da mulher dentro da escola é ideologia de gênero. Criou-se um mito da Idade Média, que precisamos enfrentar, nós queremos debater.

Como também quero debater escola sem partido. Porque não existe nenhuma proposta mais partidária do que a escola sem partido. É a ideia da neutralidade, e não faz parte da sociedade. Não somos seres neutros, somos seres humanos. Para sermos neutros, devemos ser animais vivendo na selva. Se somos homens e mulheres, vivemos em sociedade, somos seres políticos por natureza. O adolescente tem o direito de conhecer, de estudar o conhecimento historicamente acumulado pela humanidade. Ele tem o direito de saber o que é marxismo, o que é liberalismo, o que é neoliberalismo. Ele tem o direito de ter todas as informações e escolher. Ele tem o direito de escolher. Ele tem o direito de escolher se quer ser comunista, se quer ser socialista, se quer ser marxista, se quer ser capitalista. O que não podemos é impor uma censura de forma que não tenha o direito de saber determinadas coisas, porque um grupo social decide e faz um recorte daquilo a que pode ter direito. Isso é fundamental.

O que é inconcebível é alguém que se intitula escola sem partido entrar em uma escola de Belo Horizonte e ficar três horas vasculhando a biblioteca e ameaçando professor, dizendo que o que está ensinando vai causar sua demissão. Não têm direito de fazer isso conosco. Estudamos para ser professores, fizemos concurso público, nossa profissão merece ser respeitada e não criminalizada, como estamos vendo por aqui.

E para finalizar, quero dizer que o *Fora Temer* é uma forma política, como seres políticos que somos, de nos manifestarmos. Assim como o *Tchau, Querida*. A diferença é que o *Tchau, Querida* foi dito por um homofóbico, machista, racista, que não aceita mulher na política. Quando você escreve “tchau, querida”, você está dizendo “mulher, volta para o fogão”; “mulher, volta para lavar roupa, porque o espaço político não pertence às mulheres”. E podem dizer quantas vezes quiserem *Tchau, Querida*, nós não voltamos para o fogão. Não sairemos do espaço político.

E quero dizer a vocês que respeito o *Tchau, Querida* ser representado por Alexandre Frota, mas nós somos representados por Paulo Freire. Obrigada, e me desculpem o excesso.

O presidente – Agradecemos a Profa. Beatriz. Com a palavra, o Sr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa.

Palavras do Sr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa

Boa tarde. É um prazer estar aqui debatendo com vocês. Quero cumprimentar todos os colegas da Mesa na pessoa da Profa. Beatriz, com quem já tive oportunidade de debater outras vezes e sempre admirar. É um prazer estar em tão boa companhia. Tentarei ser breve, mas quem me conhece sabe que isso é difícil. Sei que está fora de moda, mas tentarei concentrar minha exposição mais em argumentos e evidências do que em insultos. Apesar de parecer estar fora de moda em certos ambientes.

Discutirei nesse grave momento as perspectivas e possibilidades de financiamento da educação. Em primeiro lugar, não sou economista, sou sociólogo, mas, se fui capaz de entender isso, qualquer um será capaz. O que está demonstrado aqui é que recursos importam. Às vezes temos uma conversa no setor financeiro de que dinheiro é importante para tudo, menos para política social, porque aí dinheiro não traz felicidade. O importante é eficiência, ou seja, gastar melhor. Seguramente é preciso



gastar melhor, mas o que esse gráfico demonstra é que quantidade importa. Vocês estão vendo que o Brasil, como o Carlos disse, é um país que gasta em educação o mesmo que o Azerbaijão. O que mostramos é que a partir de um determinado patamar de gastos por aluno, realmente como se gasta importa mais do que o quanto se gasta. No entanto, quando se gasta pouco, quanto se gasta é importante. O Brasil investe em educação muito pouco em dólares ou em reais. Portanto, é preciso ter mais dinheiro na educação. Mais reais, mais dólares, mais dinheiro.

O segundo ponto é que o Brasil gasta pouco em educação em dólares ou em reais em termos absolutos, mas o esforço orçamentário que o País tem feito em educação nos últimos anos é notável e não encontra paralelo nesse período em outro país. Posso demonstrar isso. Essa é a evolução do investimento público direto em educação por aluno em termos reais até 2013. Se vocês virem a partir de 2005 ou 2006, esse valor tem um salto enorme, o que se deve a três elementos principais. De um lado, o aumento da arrecadação, mas foi principalmente a retirada paulatina dos gastos em educação da desvinculação das receitas da União e a transformação do antigo Fundef em Fundeb que aumentou a contribuição da União e incluiu a educação infantil e o ensino médio, aumentando a subvinculação de gastos em educação. Isso foi fundamental para esse resultado. Posso mostrar aqui. Se tivermos o percentual do investimento público total em educação em relação ao PIB, em relação às riquezas produzidas no Brasil, esse aumento não encontra paralelo nesse período em nenhum outro país entre os 56 países avaliados pela OCDE. Não estou falando de nenhum dado feito lá em casa, mas comparações internacionais.

O que vocês estão vendo aqui é o Brasil em comparação com outros países, o gasto público em instituições educacionais de ensino médio como percentual do PIB para 2012. O Brasil já gasta como percentual do PIB mais do que a média da OCDE, e a ampliação do Brasil nesse período não encontra paralelo. Esse é um dado do documento da OCDE. Se vocês virem esses quadradinhos, no caso do Brasil, a diferença entre o triângulo, no caso do Brasil, e a barrinha azul é quanto o Brasil gastava em 2005 e quanto gastou em 2012. Nenhum país, dentre todos esses, ampliou o gasto como o Brasil.

Isso é uma boa notícia, que guarda um desafio enorme. Por quê? O Brasil fez um esforço enorme, um grande investimento e um esforço orçamentário em educação, mas ainda estamos muito aquém do que precisamos em educação. Ou seja, sem fontes adicionais de recursos em educação, não produziremos uma educação de qualidade. Depois vou dizer por que isso traz uma perspectiva complicada.

É uma comparação complicada. Esse é um dado do anuário da educação, do movimento Todos pela Educação no Brasil, que compara o gasto por aluno no Brasil, em dólar, com vários outros países. Vejam que o Brasil gasta, por aluno, 1/3 do que gasta a média da OCDE, mais ou menos. No entanto, o esforço orçamentário que o Brasil tem feito é bem mais alto do que aquele que a OCDE faz. Ou seja, ampliamos muito o esforço, mas ainda estamos muito aquém do que precisamos. Portanto, é preciso discutir fontes adicionais de financiamento da educação se quisermos produzir uma educação de mais qualidade.

A ideia é mais ou menos essa, gente. O retrato é feio, todos sabemos dos problemas da educação no Brasil, mas o filme da última década é bonito no tocante a ter havido um esforço nacional do Brasil, enquanto país, de tentar recuperar em parte esse atraso. Todos os indicadores educacionais do Brasil melhoraram muito nesse período. A verdade é que melhoraram muito também porque vinham de um patamar muito baixo. E melhoraram o que não melhorou em outro período, é preciso dizer. Temos de olhar para a frente, mas não podemos desconsiderar o esforço realizado pelo Brasil.

O outro ponto importante é o seguinte: melhoramos em quê? Onde foi que se concentrou esse esforço? Vejam o gasto por aluno na educação básica em 2000, em termos reais: R\$1.829,00. Vejam em 2013: R\$5.495,00. No ensino superior, o gasto por aluno era de R\$20.000,00 e passou para R\$20.383,00. Isso quer dizer que a maior parte do nosso esforço orçamentário em educação foi destinada à educação básica. Isso é muito importante porque é inédito na história do Brasil. O gasto por aluno aumentou 3,5 vezes, em termos reais. Isso é algo admirável. É um esforço que não podemos desconsiderar.

É importante discutirmos neste fórum que, enquanto a União investia 19% de tudo que se gastava em educação, esse percentual passou para 20,3% em 2000. Por outro lado, os municípios, que vinham de 38,3%, passaram para 40,6%. No mesmo período, União e municípios ampliaram sua participação no esforço educacional, mas os estados não o fizeram na



mesma proporção. De novo, coloca-se um problema para o estado. E é gasto com quê? Cerca de 70% do gasto do Brasil é em pessoal. Na educação básica, é mais ainda. Se vocês olharem aqui, o Brasil gasta menos do que outros países nesse item. A percentagem do gasto educacional que vai para o pagamento de professores é menor no Brasil do que em outros países. Isso acontece por dois motivos. Primeiro porque, ao contrário de boa parte dos outros países, nós ainda estamos expandindo a nossa rede. Ou seja, temos de construir escolas de educação infantil e universidades. E, também, porque o Brasil tem alguns dos programas de assistência educacional mais extensivos do mundo, como o maior programa de alimentação escolar do mundo e o maior programa de livro didático gratuito do mundo. Portanto, isso faz com que aquilo que é destinado ao pagamento do professor seja comparativamente menor.

Mas o importante é que, apesar de 70% do nosso gasto em educação ser destinado ao pagamento de professores, o salário médio de professores no Brasil ainda está muito e muito aquém do que o de outros países. Vejam o Brasil no finalzinho da fila. Isso quer dizer que não se trata apenas de gastar melhor, porque, se 70% do nosso gasto vai para o professor e ele ganha esse tiquinho, é sinal de que precisamos investir mais, e não menos, em educação. É preciso melhorar a qualidade do gasto. É preciso mesmo, mas isso não resolve os nossos problemas.

Isso é uma conquista importante. A foto é feia, mas o filme é bonito. A foto é feia porque, em 2014, os professores ganhavam aproximadamente 40% a menos do que os outros profissionais com curso superior no Brasil. Por outro lado, entre 2002 e 2014, os professores ganhavam mais ou menos 45% do que ganhava a média de um profissional com curso superior e passaram a ganhar 55% ou um pouco mais do que ganhava um profissional com curso superior. Ainda é pouco, mas, num período em que o salário médio de todos os trabalhadores aumentou, o dos professores aumentou mais do que o dos outros trabalhadores. É uma conquista importante e inédita, pelo menos nos últimos 40 anos, em que o salário dos professores caiu sistematicamente abaixo da média salarial do Brasil. Essa recuperação é importante, mas ainda está muito aquém da que é necessária.

Da mesma maneira, o Brasil apresentou uma melhora no índice da OCDE em relação aos recursos educacionais disponíveis para a escola. O Brasil foi um dos países que mais melhorou o conjunto de recursos educacionais disponíveis para a escola. A foto continua feia, mas o filme é bonito. Melhoramos, mas ainda precisamos correr muito atrás do prejuízo, porque ele é muito grande. Não podemos desconsiderar o que conseguimos.

O Estado de Minas Gerais não acompanhou o esforço educacional dos últimos anos. Em 2002, 19% do total do gasto público em Minas Gerais foi destinado à educação. Em 2014, isso caiu para 17%, depois de já ter sido 16% em 2013. Portanto, Minas Gerais, nesse período, não contribuiu para o esforço educacional, diferentemente do que aconteceu com os municípios mineiros, que tiveram um gasto educacional médio que evoluiu mais do que o gasto total. O esforço educacional dos municípios se ampliou nesse período, mas o esforço educacional do Estado não.

Existem duas propostas em curso atualmente, feitas pelo governo interino provisório que se encontra hoje no Brasil. Uma delas é a desvinculação dos recursos da União. Como mostrei a vocês, parte importante da ampliação do investimento educacional no Brasil foi a retirada, em meados da década passada, dos gastos educacionais no âmbito da Desvinculação de Recursos da União – DRU. Agora existe uma proposta de voltar com a DRU, ampliando-a para 30%, e acrescentar a ela a chamada Drem – não é isso? –, a Desvinculação de Recursos de Estados e... Até o momento, tem sido assim, apesar de a intenção inicial declarada pelo governo provisório interino ser a de fazer com que a educação entre na desvinculação de recursos da União. O que tem sido aprovado no Congresso, até agora, parece que exclui a educação. Portanto, preserva os gastos educacionais. Vamos ver se conseguimos manter isso.

A outra proposta do governo interino provisório, que deve seguir hoje ou amanhã para o Congresso, congela os gastos primários em educação por 20 anos. Portanto, temos um governo provisório interino que pretende aprovar um congelamento de gastos por 20 anos.

E isso não é uma suposição, é o projeto que está sendo enviado. Só para termos uma ideia do que está sendo proposto, foi feita uma simulação pelo Prof. João Sicsú de que, caso essa proposta que está indo para o Congresso hoje ou amanhã



tivesse sido aprovada e aplicada em 2005 ou 2006, teríamos investido nada menos que R\$72.000.000.000,00 a menos na educação. Quando dizemos que precisamos ampliar os gastos em educação, a proposta que está sendo enviada congela o total de gastos em educação. É preciso resistir a essa proposta. Ela é um “educacídio” no caso do Brasil, dado o atraso e as necessidades educacionais. Essa proposta teria tirado R\$72.000.000.000,00 da educação nos últimos anos, se tivesse sido aplicada. Com isso, conseguimos projetar o impacto que ela terá nos anos futuros. Uma decisão tomada no momento de crise, para ser aplicada para os próximos 20 anos, por um governo interino, provisório, é uma usurpação, eu diria surpreendente, mas, na verdade, não me causa surpresa nenhuma. Muito obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à apresentação de *slides*.

O presidente – Agradecemos ao pesquisador da Fundação João Pinheiro, Bruno Lazzarotti Costa. Agradecemos aos expositores da primeira Mesa e, neste momento, iniciaremos o painel Desenvolvimento da educação básica ao ensino superior.

2º Painel

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Beatriz Cerqueira; Samira Zaidan, professora do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação da UFMG; e Maria Aparecida Colares Mendes, professora do Instituto Federal Norte de Minas Gerais, *campus* Montes Claros.

Passamos a palavra a Samira Zaidan, para sua exposição sobre o tema “Universalização e superação das desigualdades na educação básica”.

Palavras da Sra. Samira Zaidan

Boa tarde. Agradeço o convite. É um prazer enorme colaborar com discussão tão importante para as nossas escolas, alunos, professores, familiares e comunidades. Cumprimento a Mesa e todos os presentes dizendo que é um prazer muito grande alinhar-me às ideias que já foram aqui expostas.

O que vou falar é apenas uma revisão, um resumo de algumas ideias que certamente já foram discutidas, mas que, como síntese, pode ajudar no debate que estamos fazendo. Nosso tema é a “Universalização e superação das desigualdades na educação básica”. A partir de 1988 e da Constituição brasileira, podemos dizer que o Brasil dá um salto em vários aspectos, mas também na educação. Depois de muitas discussões que levaram a esta Constituição e à LDB, houve uma mudança essencial, de uma visão meritocrática e propedêutica para uma visão de educação básica como direito.

A visão propedêutica e meritocrática, que são nomes mais pomposos, querem dizer que a escola básica funcionava na base da meritocracia, do mérito. Aprovava e garantia o percurso escolar para aqueles que possuíam méritos, aqueles que eram mais dedicados, que eram mais dotados, que eram mais capacitados. A educação propedêutica é aquela básica: o 1º grau prepara para o 2º grau, o 2º grau prepara para a universidade. Ela tem sempre esse sentido. Nos anos 1960, o primário, o ginásio e o colegial funcionavam nessa lógica, e, dos anos 1970 até os anos 1990, o 1º grau, de oito anos, o 2º grau e o ensino superior também estavam baseados nessa lógica; o que importava eram os méritos.

No início dos anos 1990, essa visão de ensino nos dava uma situação bastante complexa no País porque cerca de 80% dos que ingressavam com 7 anos na escola não concluíam a escolarização aos 18 anos, ou seja, cada 100 alunos matriculados com 7 anos resultavam em 20 concluintes. Cada um, na sua escola, na sua família, com seus filhos, não tinha essa ideia do significado social desse resultado.

O que a Constituição traz para nós é a visão de que esse modelo de educação era uma pirâmide. Mas nós olhávamos o mundo propondo e desenvolvendo uma educação básica para todos e todas como direitos. Podemos dizer que a educação básica como direito no Brasil foi e é uma conquista a partir da organização social que confluía na Constituição de 1988. Educadores de todos os países – podemos dizer civilizados e democráticos – têm como base sistemas públicos de ensino de educação básica para todos.



Em nosso país, a ideia da educação básica para todos, dever do Estado e da família, com igualdade de condições de acesso e permanência de 4 a 17 anos, vem desenvolvendo-se numa situação de grande desigualdade, especialmente econômica.

A educação básica para todos, da década de 1990 para cá, ainda não é uma realidade, mas uma construção, e não tem sido fácil. Muitos ainda dizem, e aqui já se disse que a escola era boa e difícil, mas ela atendia a poucos, não era um projeto social. Que a reprovação ano a ano era boa porque obrigava o estudante a estudar. Não é verdade. Os dados e a realidade, por décadas, mostravam que o estudante repetia tudo de novo, mesmo o que ele já sabia e, na reta final do resultado, isso não o levava a maior aprendizagem ou aproveitamento da escolarização.

A pessoa com deficiência atrapalha o funcionamento da escola. Esse é um aspecto fundamental não só porque precisamos nos humanizar para nos acolher nas nossas diferenças, mas porque, se não morrermos antes, todos nós, algum dia de nossa vida, teremos alguma deficiência. A deficiência e a não deficiência são elementos constitutivos da humanidade.

A partir da Constituição, vê-se que hoje a sociedade quer uma educação básica que seja adequada a crianças, adolescentes e jovens que aprendam, que se desenvolvam equilibradamente entendendo o nosso mundo, se entendendo no mundo, se preparando para a vida adulta; uma formação que seja eficiente e humanista. É a educação básica como uma articulação da educação infantil, da fundamental, da média, da educação de idosos, jovens e adultos, da educação especial – a educação em todos os níveis e modalidades.

Em nosso país, de novo, temos enfrentado a questão das desigualdades para desenvolver esse projeto, e não só as desigualdades como também as diversidades. Quem ficava fora da escola no sistema anterior, os 80% que evadiam, eram os pobres, os negros, as pessoas com deficiência, os moradores das periferias, os índios, as crianças e os trabalhadores rurais. A exclusão da escola sempre teve endereço certo: pela situação de desigualdade social. Hoje o direito vem em primeiro lugar, o mérito em segundo, terceiro ou quarto lugares, desde que ele também seja um elemento a ser considerado, sim, mas não pode sobrepor-se ao direito. É lei, é uma conquista social, é caminhar na nossa civilidade, assumir a educação básica como direito, dando prosseguimento a um projeto de universalização.

No entanto, estamos aqui para tratar dos desafios. Por que tem sido tão difícil universalizar a educação envolvendo governo, famílias, escolas, universidades, associações, etc.? Além das desigualdades e das condições a que nos referíamos, não podemos deixar de reconhecer que, desde 1990, outras mudanças importantes ocorreram na sociedade: a ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores, das crianças, dos jovens, dos adultos, dos deficientes. Vejam vocês que hoje um estudante tem liberdade de perguntar por que está estudando aquilo, tem liberdade de entender o papel do conhecimento, o papel das normas escolares. Essa é uma realidade que vem de fora da escola, que vem da família. A liberdade de expressão e de organização em todos os níveis, de gênero, de raça e de sexo é conquista da sociedade. Com a universalização, ela deságua na escola. Além disso, a tecnologia favorece que as informações estejam disponíveis, de modo que a escola deixa de ser uma instituição central de transmissão de informações. Também avançamos nos direitos na escola, em relações mais dialógicas entre professor e aluno; em gestão compartilhada e coletiva como um processo, como projetos e propostas em desenvolvimento. Infelizmente, como já falado e mostrado aqui, os salários dos docentes e as condições de funcionamento não acompanharam, não estão devidamente adequados à valorização da educação, da profissão e da formação de que crianças, jovens e adultos tanto necessitam. Sabemos que educar as grandes massas exige muitos investimentos.

Aí somos obrigados a recorrer e a lembrar a Constituição. Ela prevê que os fundamentos do Estado Democrático de Direito estão pautados na cidadania e na dignidade humana. Não podemos nos esquecer disso quando se trata de qualquer discussão da sociedade, especialmente na educação. Todos são iguais perante a lei em direitos e obrigações. Infelizmente, vivemos muitas situações em que alguns são mais iguais que os outros, mas nós pusemos esse direito na nossa Constituição e devemos zelar por ele.

A União destinará as porcentagens específicas, e os estados e municípios repassarão 25% de seus recursos à educação, os quais, como já foi muito dito aqui, são essenciais e ainda não correspondem ao que é necessário.



A universalização trouxe as diferenças e as desigualdades para a escola. Não simplifiquemos o trabalho, a ação social de formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Aqui neste Plenário há muitos profissionais envolvidos com todos esses níveis. A educação infantil ganhou um espaço incrível nos últimos anos e é absolutamente essencial.

Sobre a educação de jovens e adultos, temos aqui várias pessoas, entre elas a Profa. Analice, da Faculdade de Educação, minha colega, que tem dedicado sua vida a esse trabalho.

O que é a escola hoje? Hoje a escola é do pobre, do rico, do negro, do branco, do pardo, do índio, do quilombola, do trabalhador rural, de homens e mulheres, de pessoas com deficiências pequenas, médias ou grandes; de alunos que estudam, de alunos que não estudam; de alunos que obedecem, que não obedecem, que vêm de uma família tradicional, que se comportam com a língua culta, que vêm de famílias que falam linguagens diferenciadas, com culturas diferenciadas, com modos de vestir e modos de falar diferenciados. Queremos todos na escola. Esse é o nosso maior desafio.

Acho até que, como professores, muitos de nós, que participamos nos últimos 20 anos dessa luta, hoje nos perguntamos: era por isso que esperávamos? Certamente, não. O dia a dia tem mostrado que é muito mais difícil do que parece. Mas é extremamente importante e interessante pensar nisso. Por quê? Nosso maior desafio, ao lidar com a universalização, é lidar com a desigualdade e, principalmente, com a diversidade. Não é possível universalizar sem considerar a diversidade. Preparar para que cada criança, para que cada grupo de crianças, adolescentes, jovens e adultos, para que cada um se entenda no mundo, adquira uma formação para se desenvolver de modo equilibrado, adquira conhecimentos para entender o mundo, para construir uma vida profissional com dignidade, com competência e com ética.

Para concluir, quero perguntar: como avançar sobre essas desigualdades e diversidades? O que um fórum como este pode fazer? Acredito que reafirmar os direitos seja essencial; por isso, tentei destacar alguns principais. Como superar as diversidades? Vou abordar o ponto de vista social, o ponto de vista da família e o ponto de vista pedagógico.

Do ponto de vista social, os governantes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário devem ficar firmes nos propósitos e marcos legais que já conquistamos até aqui. Não devemos aceitar nenhum direito a menos, num momento em que nosso país vive uma fase extremamente complexa. Não podemos recuar nos direitos que a Constituição já atingiu. Temos de promover a formação almejada e escutar as comunidades, os professores, as escolas, trazer a juventude que está fora da escola.

Ainda no âmbito do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, é necessário haver a manutenção dos recursos públicos e a ampliação das verbas. Principalmente, várias pessoas têm falado sobre isto, do ponto de vista dos governantes: é necessário que haja articulação entre as políticas públicas, pois não há educação sem saúde, não há saúde sem saneamento, não há saneamento sem moradia, sem emprego; enfim, é essencial que haja articulação das políticas de saúde, razão da criação de uma base social para que as crianças possam se formar na escola.

Há um ponto delicado que gostaria de tocar no âmbito governamental. A avaliação institucional precisa ser de posicionamento dos profissionais, das famílias e do governo. Precisamos impedir que impere uma lógica de avaliação que pensa a educação como um produto. Educação não é mercadoria, mas processo de formação de sujeitos sociais. É coletivo e individual.

Achamos importante, sim, haver uma avaliação institucional. Por que não uma a cada três anos, em que todos os segmentos se posicionem e possamos trabalhar com esses dados, não fazendo da avaliação um sistema de pressão sobre todos que estão na escola?

Do ponto de vista das famílias e das comunidades educacionais, é preciso acompanhar e participar da busca de soluções para as dificuldades de seus filhos, apoiar a escola levando suas críticas e sugestões em defesa do direito de todos, para uma educação de qualidade. Famílias junto à escola, comunidades junto à escola.

Do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista da escola, é importante que os professores continuem engajados, construindo alternativas diferenciadas para problemas diferenciados em relações de diálogos, com avaliações qualitativas e

quantitativas em constantes buscas de inovações. Em todas as escolas haverá grupos de docentes ou todos os docentes engajados nessa perspectiva.

Contudo, é preciso continuar lutando por melhores condições de trabalho nas escolas, pois esse tem sido um trabalho exaustivo. É preciso, em muitas situações, reduzir o número de alunos para tratar as dificuldades que vivenciamos. É preciso que nós, docentes, não percamos o gosto pela docência, o carinho de que tanto Paulo Freire falava: “A leitura da palavra é a leitura do mundo”. A educação básica significa para as crianças, para os jovens, para os adultos entender-se no mundo. E se há universalização, temos de pensar se ela estará necessariamente articulada à superação das desigualdades e à inter-relação das diversidades, estando juntos no respeito às diferenças, na convivência intercultural entre as diversas formas de ver o mundo e de se ver no mundo.

Era o que tinha a dizer. Estou à disposição para o debate.

O presidente (deputado Rogério Correia) – Muito obrigado, Profa. Samira Zaidan. Passamos a palavra agora à última oradora da mesa, Profa. Maria Aparecida Colares Mendes, para discorrer sobre o tema “Formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do Estado: ensino superior e educação profissional”. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Maria Aparecida Colares Mendes

Boa tarde. É um sotaque meio diferenciado. É com muito prazer que venho a esta Casa encontrar tantos amigos que moram na mesma cidade, e nos encontramos aqui. Hoje, ao chegar, brinquei, falei que tiramos todas as roupas quentes do baú. Não estamos acostumados a sentir frio, e estou morrendo de frio. Gostaria de cumprimentar o deputado Rogério Correia, toda a Mesa e agradecer o convite, que veio por intermédio da minha companheira da Unimontes, a Profa. Francely, aqui presente.

Vou socializar com vocês algumas indagações acerca da educação profissional. Amanhã haverá a continuação dos trabalhos com os Grupos 3 e 4. E me deram também a missão de focar o ensino superior. Peço desculpas a vocês, mas torna-se impossível, em 15 minutos, fazer uma explanação tão aprofundada e tão séria em relação à educação profissional e ao ensino superior.

O tema que me foi apresentado como pauta de discussão foi “Formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do Estado: ensino superior e educação profissional”. Mas, para expor o tema, houve necessidade de eu fazer um recorte básico para expor a vocês, por conta do tempo e da profundidade do tema da promoção humanística, científica e tecnológica no ensino superior e na educação profissional. Recortei o tema, retirei a formação para o trabalho e optei por aquilo que está no documento, que é a educação profissional.

O que é a educação profissional ao longo da história? Em todo o remonte da nossa história, no Brasil tivemos uma educação bastante fragmentada, aligeirada, centrada em habilidades e que tratava de forma dual, com uma educação mais propedêutica para aqueles que tinham a opção de prosseguir e elevar sua escolaridade e, para aqueles que não tinham a oportunidade dessa elevação da escolaridade, uma educação voltada para a formação de habilidades básicas.

O que me propus, hoje, aqui? Primeiro, dedicar esta fala aos meus alunos da educação profissional do câmpus de Montes Claros, onde atuo em seis turmas do ensino médio na modalidade integrada, com turmas de informática e química. Busco, em minha história, em minha experiência profissional, fazer algumas provocações aos grupos que trabalharão com essa temática, que requer a seguinte problematização: onde estamos, o que somos e o que pretendemos como estado e como projeto de educação profissional para o mundo e, conseqüentemente, para as multiplicidades das demandas dentro da sociedade?

A partir daí, enumerei quatro pontos que servirão sistematicamente para reflexão dentro dos grupos de trabalho. Primeiro, como pensar a formação para o trabalho no contexto em que vivemos? E aí retomo a educação profissional. Um estado complexo, contraditório, extenso, com matrizes e nuanças culturais diferenciadas, portadoras de múltiplas especificidades, multiplicidade que o torna rico, fértil, mas, ao mesmo tempo, desafiante. Temos na LDB uma proposta de um



novo olhar sobre a educação profissional que reconfigura e muito o que está previsto na Lei nº 5.692, de 1971, quando tínhamos uma visão bastante restrita do que era formação. Naquele período – sou uma menina jovem, do final da década de 1970 –, em Montes Claros, eu tinha a seguinte opção: ou fazer o curso de contabilidade ou fazer o curso de magistério. Hoje temos uma sociedade com demandas diferenciadas, amplas e, mais, um desafio para que essa educação profissional se estenda ao âmbito restrito do que seja o mercado, mas também ao mundo do trabalho.

Segunda questão que trago a vocês: quais representações, concepções e entendimentos transitam pela sociedade em relação à educação profissional? Destaco alguns pontos a serem considerados. Diante dessa diversidade saudável – porque na minha perspectiva a diversidade é um ponto saudável –, devemos pensar sobre essas representações e em que mundo nós lidamos, com quais demandas lidamos, com quais necessidades lidamos, com quais sonhos trabalhamos e estimulamos. Como conciliar a diversidade na construção de um projeto de formação para o trabalho que atenda ou, pelo menos, que esteja fundado no respeito às diferenças, na valorização do diferente, no fortalecimento da autonomia e, conseqüentemente, na ampliação de uma cidadania plena e verdadeiramente emancipada? Quando trato aqui do conceito de cidadania plena e emancipada, trato de oportunidades de escolha. Falo de oportunidades de ampliação das escolhas.

E vem um terceiro ponto que gostaria de abordar: como nós, diante do plano que temos em mão para análise, discussão e reflexão, podemos traçar políticas de educação profissional que atendam, de fato, ao mundo do trabalho, e não, somente ao mercado do trabalho, que é parte do mundo do trabalho? Como, nessa complexidade, podemos pensar numa organização de políticas que visem essa educação profissional – maior desafio que se instala em nossa capacidade de articular metas do plano –, com financiamento, formação dos formadores, valorização dos agentes e garantia de políticas de permanência e inserção no mundo do trabalho? Não podemos, como campo de discussão, pensar exclusivamente num modelo curricular: precisamos pensar em políticas de permanência, conclusão com sucesso e inserção, além de acompanhamento e análise dessa inserção. Essas são as políticas dos egressos e as políticas que de fato auxiliam a validação da formação, da educação ofertada. Como conceber, por meio da educação profissional, a promoção humanística, científica e tecnológica no Estado de Minas Gerais, no Brasil e no mundo?

Ao pensarmos em educação profissional e nos desafios encontrados no currículo, torna-se um dos pontos centrais de discussão, em níveis fundamental e médio, contemplar a educação profissional integrada ao ensino médio. Hoje, por exemplo, trabalhamos essa modalidade de forma integral e integrada. Perceberam? Por que é integrada? Tenho a parte do núcleo comum, a parte destinada à formação específica e um aluno que permanece integralmente no processo de formação. Por exemplo, no curso de informática, no curso integrado à informática, em que o aluno faz o ensino médio e a parte específica, há 21 disciplinas. Isso é integrar? Diante dessa demanda o dia inteiro, o que pensar da educação integrada e da integralização para a educação profissional? Como vamos pensar isso em política do Estado? Como vamos pensar em investimentos? Seria só na modalidade subsequente, concomitante? Ele faz o ensino médio, e oferta separadamente a educação profissional, a educação profissional específica ou invisto maciçamente também no dito pós-médio, nos modelos subsequentes?

Existe hoje o catálogo nacional voltado para os cursos da educação profissional. Temos oportunidade de ampliar, mas também temos oportunidade de refletir sobre a própria carga horária destinada a essa educação profissional e sua viabilidade dentro da formação em todos os níveis. Como seria, de fato, a educação integrada que está posta no plano para a educação de jovens e adultos? A todos que vão discutir essa temática dentro dos grupos cabe uma reflexão ampla sobre os próprios níveis ofertados e contemplados pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB – e também sobre a organização que se pretende fazer, enquanto Estado, enquanto financiamento e enquanto operacionalização dentro do Estado, diante da diversidade, que é um desafio. É fundamental, imprescindível entendermos a necessária relação da promoção humanística, científica e tecnológica com uma resolução dos problemas sociais. Não posso formar pessoas que simplesmente sejam reprodutivistas e produtivistas. Se tenho em vista, se tenho como foco os sujeitos que se comprometem com as mudanças sociais, então que se comprometam, de fato, como cidadãos e cidadãs que se propõem a construir uma ciência e uma tecnologia nos rumos da melhoria social, da qualidade de vida, da preservação, sobretudo ambiental, do reaproveitamento de um lixo que está posto aí,



que também é um grande desafio nosso. É uma grande demanda da nova criação de tecnologias dentro de todas as áreas de formação profissional. Devemos pensar em nossa qualidade de vida, não desvinculando ambiente de qualidade de vida, mas entendendo os nossos desafios humanos frente à reconfiguração do próprio mundo em que vivemos, enquanto sujeitos, enquanto pessoas, enquanto formadores dentro de um universo tão complexo como o nosso e, sobretudo, do nosso compromisso com o mundo, com a formação em prol, como acabei de dizer, do bem comum e da justiça social, pois não há espaço para uma educação centrada exclusivamente em listagens de competências técnicas e no domínio de habilidades mecânicas. O mundo não precisa mais de robôs, o mundo precisa de pessoas que enfrentem a crise humana, a crise ambiental, o individualismo e a competitividade desenfreada. Considerada, sobretudo, como um componente fundamental para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens no mundo do trabalho, a educação profissional se reveste, cada vez mais, de importância não só pelo desenvolvimento da conjuntura socioeconômica, mas também por representar uma associação entre o trabalho e o mundo. A valorização do trabalho é a valorização do mundo, da vida, ou seja, as possibilidades de transformar, as possibilidades de criar novas possibilidades, e não somente reproduzir o que está posto, mecanicamente, sem pensar, sem refletir. Quando a educação profissional é ponderada dessa forma, essa associação pede, de cada um de nós, formadores e cidadãos, uma abordagem crítica, e não fragmentada do processo de educação profissional.

Assim, faz-se necessário a cada um de vocês – que estão nos grupos de discussão – e a todos, como cidadãos, analisar as possibilidades de rupturas com modelos autoritários, reprodutivistas, de agilidades e habilidades mecânicas. Temos de superar as tradicionais dicotomias que sempre estiveram presentes na educação profissional brasileira: escola acadêmica e escola profissionalizante, ensino teórico, ensino técnico. Essa divisão dicotômica gera fragmentação e polaridade, nega o homem integral e suas múltiplas dimensões, reforça a exclusão, privilegia uns em detrimento de outros. Assim, compromete o sentido da cidadania, cerceando as possibilidades do sujeito de ampliar as suas escolhas, emancipar-se e posicionar-se como alguém que luta a favor da justiça, da liberdade de expressão, do bem comum, isto é, um cidadão que seja produtivo, mas também seja pensador, transformador.

Hoje, pela manhã, o Prof. Heleno abordou, com muita propriedade, a questão da cidadania plena. Atrevo-me – sempre me atrevo – a entender o que de fato é cidadania, ou seja, se ela se restringe à normatização, ao cumprimento de direitos e deveres, essencialmente. Ao longo da minha trajetória profissional, como mulher, como professora, como esposa, como mãe, como filha, vejo que nossa cidadania só se redefine na construção da nossa cidadania plena, da nossa cidadania emancipada, quando se efetiva, quando há uma formação que vise à autonomia, que possibilite a elevação da escolaridade e que contribua para que esse sujeito, esse ser humano se insira no mundo do trabalho, seja incentivado a participar e a envolver-se na construção de um mundo justo e sustentável. A educação, por representar, muitas vezes, o grande debate como filão ideológico, tende a sofrer influências de interesses multifacetados. Sendo assim, as lógicas reprodutivistas e produtivistas influenciaram e influenciam os modelos educativos, porém hoje existe a possibilidade de cada um de nós – como cidadãos, como seres que constroem os seus sonhos, como uma educação de qualidade e de acesso a todos – reconhecer esses mecanismos e, assim, assumir uma postura de resistência contra estruturas autoritárias de poder e de manipulação que sempre cercaram a educação profissional. Os nossos jovens que têm acesso a essa educação merecem ter a oportunidade de escolher, ter a oportunidade de elevar a sua escolaridade além da média técnica, de chegar a um ensino superior que também reconheça a humanidade, a ciência e a tecnologia como elementos fundamentais dentro do processo de construção de um mundo melhor, um mundo mais humano.

Um projeto educativo transformador entende o seu papel nessa construção, pois dentro do espaço de formação é necessário que se tenha efetivamente o espaço de reflexão, o espaço de busca, o espaço de luta. É essa a nova cidadania, que me atrevo a chamar de cidadania plena, emancipada, que proporrá avanços na relação entre educação e trabalho. Para que haja essa cidadania, o Estado é muito mais que um espaço de luta, é uma relação social que se materializa nas propostas que aqui vocês votarão.



Uma educação, nessa perspectiva da emancipação, da solidariedade e do comprometimento com o homem, a vida e o mundo, deverá atentar para valores que vão além do mercado capitalista e da competitividade e disputa que ele implica. Tal educação deve buscar entender o mundo do trabalho e as possibilidades e recriações que ele nos oferta, com criatividade, entendendo que o Estado requer do espaço formador uma perspectiva mediadora das trocas entre todos nós, entre todos os sujeitos, todos os grupos sociais, todas as matrizes discursivas. É possível, sim, pensar a educação profissional como a mediação entre pessoas, entre sujeitos que se pautam pela troca solidária, e não apenas pela concorrência e pela busca do lucro a qualquer custo.

Agradeço imensamente a oportunidade. Muito obrigada e bom trabalho a todos. Gostaria de ficar até o final, mas peço desculpas, pois sou trabalhadora, e, amanhã, 80 jovens e crianças estarão me esperando, e não poderia ficar com vocês, na partilha das discussões deste momento. Desejo a vocês toda a sorte do mundo. Muito obrigada a todos.

O presidente – Agradecemos à Profa. Maria Aparecida Colares Mendes, do Instituto Federal do Norte de Minas, em nossa querida Montes Claros. Como ela mesma disse, terá de se retirar antes, pois deve retornar a Montes Claros. Também o Prof. Carlos Eduardo Sanches, que aqui representou a Undime nacional, teve de se retirar antes. Assim, para a finalização dos debates, estarão na Mesa a Profa. Beatriz Cerqueira, o Prof. Bruno Lazzarotti e a Profa. Samira Zaidan, aos quais agradeço a disponibilidade.

Registro de Presença

O presidente – Registramos a presença do nosso amigo, companheiro e vereador de Belo Horizonte, Gilson Reis, do PCdoB. Seja bem-vindo. Assente-se conosco para assistir ao restante dos trabalhos.

Debates

O presidente – Passando à etapa final dos debates, já temos 24 inscrições. A orientação da Mesa é que, à medida que chamarmos cada um dos 24 inscritos, os três componentes da Mesa anotem as perguntas, agrupando-as para as respostas. Ao término das 24 intervenções, daremos em torno de 10 minutos para cada membro da Mesa. Vamos observar essa programação, para ouvirmos todos os 24 inscritos, lembrando que as inscrições estão encerradas. Peço aos que se sentirem atendidos na fala do colega que abram mão da palavra. Esclareço que terei de ser rigoroso com o prazo e peço que não chamem a Mesa de chata, pois, assim que tocar a campainha, a intervenção será encerrada.

Com a palavra, Daniel Dias.

O Sr. Daniel Dias – Boa tarde a todos. Sou Daniel Dias, de Montes Claros, trabalhador da rede municipal de educação, e aqui represento todos os trabalhadores dessa rede. Minha pergunta, sobre o financiamento da educação, era dirigida ao outro expositor, mas acho que o Bruno e a Bia poderiam responder. Nós, que somos servidores administrativos, não participamos do bolo do Fundeb, como os professores do ciclo pedagógico. No nosso caso, somos servidores administrativos da SEB, da ATB, etc. Minha pergunta é a seguinte: de que forma a retirada dos recursos do pré-sal previstos, no plano nacional, para o financiamento da educação pode atingir negativamente a execução do Plano Nacional de Educação? Serão retirados vultosos recursos, e penso que isso vai impactar negativamente o PNE ao longo do seu tempo de execução. Como trabalhadores, achamos que a retirada desses recursos é um tiro no pé da educação brasileira, principalmente no tocante ao financiamento. Se estamos lutando para termos a denominação única de profissionais da educação, sem distinguir professores, servidores, serventes e zeladoria, precisaremos de muito mais recursos para financiar a execução desse plano, principalmente no que se refere à valorização da carreira dos profissionais de educação, especialmente em relação ao salário. Obrigado.

O presidente – Obrigado, Daniel. Com a palavra, Gabriel Lopo.

O Sr. Gabriel Lopo – Primeiramente, fora Temer e fora Cunha – não podemos deixar de celebrar.

Meu nome é Gabriel Lopo. Sou de Montes Claros, estudante universitário, homossexual e vou levantar algumas questões importantes. Sobre o financiamento da educação, foi pouco dito pela Mesa que a dívida pública brasileira precisa ser



auditada. Precisamos fazer uma auditoria na dívida pública nacional... (– Manifestação da plateia.) Por favor, respeite, companheiro.

O presidente – Por favor, não interrompam um companheiro na hora em que estiver falando, para que não tenhamos de recomeçar a contagem de tempo, o que vai atrasar muito nossos trabalhos. Solicito, então, que o tempo do Gabriel seja reiniciado. O Gabriel terá 2 minutos para expor seu pensamento, como todos terão.

O Sr. Gabriel Lopo – Então, o financiamento da educação implica auditar-se a dívida pública para que nosso orçamento tenha dinheiro para a educação e os programas sociais. Não podemos seguir com os projetos de reajuste fiscal e retirada de direitos trabalhistas para que sobre dinheiro para o pagamento da dívida. Também teríamos de fazer a auditoria da dívida do Estado, para vermos para onde vai o nosso dinheiro, porque mais da metade do orçamento da União e do Estado é voltada para bancos e pagamento de títulos e juros da dívida pública. O financiamento da educação implica também a destinação dos *royalties* da mineração para a educação, porque a mineração não pode seguir matando e destruindo vidas, poluindo rios e destruindo o meio ambiente. A mineração tem de ter um fim social. Então, precisamos defender que os *royalties* da mineração venham para a educação em nosso estado, para que, ainda que não deixe de destruir a natureza, ela sirva para a educação do nosso povo.

É importante ressaltar que a Uemg e a Unimontes não representam nem 2% do orçamento do Estado para o ensino superior. Então, quando o pessoal fala que falta dinheiro para a educação, não é verdade. O que falta é prioridade política de se investir na educação. Isso é uma coisa que temos construído ao longo do tempo.

Quando falamos em gestão democrática da escola ou da universidade, não podemos nos esquecer do grêmio estudantil, do DCE, do DA e do enfrentamento que temos feito para garantir a democracia na escola. Temos de parar de perseguir as lideranças estudantis e dar livre espaço para a organização estudantil.

Como estudante universitário, queria denunciar e manifestar o meu repúdio a uma faixa que vi aqui, em que se lia “Ustra vive”. Em memória de Honestino Guimarães e de Edson Luís, não vamos aceitar qualquer menção ou homenagem a ditadores... Em nome do movimento estudantil, a gente repudia toda e qualquer menção a qualquer torturador da ditadura militar. Em nome do Honestino Guimarães, do Edson Luís, do Manoel Lisboa de Moura e do Bezerra, que foram brutalmente torturados pela ditadura militar fascista, queremos falar que a ditadura já acabou e que não vamos aceitar qualquer retrocesso. Ditadura nunca mais em nosso país! É um desrespeito trazer para uma casa democrática uma faixa que faz menção a um torturador, um estuproador. É uma vergonha o que aconteceu aqui hoje: a exibição desse cartaz fazendo menção, na Casa do povo, a um torturador. É um tremendo desrespeito a todos que estão aqui, assim como é um desrespeito à comunidade LGBT trazer cartazes saudando Bolsonaro, que é um machista, homofóbico, racista.

É muito importante dizer isso. Sem contar a importância de falar que Ustra não vive, o que vive é o espírito ousado da juventude que está na rua. A juventude ocupa a escola e luta por uma educação de qualidade e contra o retrocesso. Estamos na luta contra a direita e para que a educação seja um instrumento de transformação social. Então, vamos juntos, companheiros! Amanhã será um dia de muita luta. Vamos fazer com que esse plano seja um instrumento para uma sociedade cada vez mais igualitária, justa e sem preconceitos. Muito obrigado. Devemos respeitar a fala dos outros.

O presidente – Obrigado, Gabriel. Para que possamos trabalhar com tranquilidade, peço que respeitem o orador e retirem de trás dele algum cartaz que ele não queira. Não pode haver um cartaz atrás da pessoa que não se identifique com ela. Conto com a ajuda da segurança para que as pessoas sejam respeitadas. O cartaz só pode ser solicitado pelo próprio orador e por nenhuma outra pessoa. Não podemos intimidar o orador, que pode colocar o cartaz que quiser. Se alguém quiser segurar o próprio cartaz poderá fazer isso. Apenas peço que nenhuma outra pessoa segure um cartaz atrás do orador. Tudo bem? Agora passo a palavra ao Sandro Eduardo Gomes.

O Sr. Sandro Eduardo Gomes – Boa noite a todos. Antes de qualquer coisa, gostaria de deixar o meu protesto contra alguns representantes que aqui se encontram e que estão agredindo mulheres. Da última vez, uma das nossas colegas foi



agredida, e hoje ela está presente e foi novamente agredida. Estou falando da nossa colega Denise. Nós, homens, devemos respeitar as mulheres porque, querendo ou não, temos um pouco mais de força física do que elas. Essa questão de ficar empurrando mulher é uma agressão física, e isso já acabou, pessoal. Não podemos fazer isso com as nossas companheiras e colegas. Peço mais respeito aos participantes para colocar fim a esse tipo de agressão.

Estou aqui para pedir esclarecimentos da Mesa no que diz respeito à questão dos direitos. Existe jeito de ampliar direitos e garantir direitos no nosso país tirando dinheiro da educação, como o governo Temer está tirando? É por isso que estamos aqui dizendo “fora Temer”. A plaquinha “Fora Temer” tem sentido porque ele está tirando direitos, tirando o dinheiro da educação. Minha pergunta é objetiva e quer saber se a retirada de dinheiro da educação vai garantir os direitos dos nossos jovens. Esse é mais um protesto.

Agora peço a todos que aqui estão para protestar que não deixem de observar o direito da fala de cada um, o posicionamento ideológico de cada pessoa. Digo isso porque nós os estamos respeitando, mas em momento nenhum vocês respeitaram as pessoas que falaram e fizeram isso a ponto de agredir até mulheres. É a segunda vez que presencio isso aqui. Não é a primeira vez que presenciei vocês que são da Escola sem Partido agredindo mulheres. Isso está gravado hoje. Vocês estão aí do lado das mulheres e deveriam respeitá-las. Obrigado.

O presidente – Agradeço ao Sandro. Com a palavra, Diego, da Rede Cidadã de Pais de Família.

O Sr. Diego de Jesus Hernández – Ia fazer algumas perguntas, mas não vou fazer mais. Quero apenas lamentar esse circo que está acontecendo. Evidentemente que existem dois lados, e eu fui quem tirou aquele cartaz. Infelizmente também há falácias que vitimam pessoas. Essas pessoas consideram que só um lado é que agride, e isso não é certo. Sandro, você estava aqui e eu também, e você viu que ninguém foi agredido. Nenhuma mulher foi agredida. Não foi não. Eu estava aqui e estou falando.

O debate foi contaminado desde o início, precisamente por colocarem um tema que não deveria fazer parte de um fórum técnico. Aliás, como a Srta. Beatriz disse, se esse tema faz parte de um fórum técnico, deveria haver um contraponto, e isso não aconteceu aqui. O que existe é apenas uma visão unilateral no tocante a esse tema político nacional, e isso é hipocrisia. A raiz do problema que temos neste momento é o fato de estarmos discutindo de forma acalorada e pouco tranquila. A situação ficou descontrolada em razão da falta de equidade do discurso, do diálogo. Parece-me que os culpados são precisamente os deputados, que não estão sabendo estabelecer com equidade a liberdade de falar e demonstrar todos os pontos de vista. Aliás, a Mesa da parte da manhã foi totalmente unilateral.

Sobre ideologia de gênero, a Profa. Beatriz Cerqueira seria uma ótima promotora da escola sem partido, que é a escola democrática, onde todos os pontos de vista podem ser colocados.

É exatamente isso o que deseja essa proposta cidadã, que não é tudo aquilo o que a senhora diz.

Para concluir, quanto a questão de gênero, a senhora e os professores que, graças a Deus, não são a grande maioria dos professores, podem tentar fazer uma doutrinação de gênero nas escolas, mas saibam que os pais de família deste país não permitirão que seus filhos sejam doutrinados. Não permitiremos isso. O Brasil é o País em que vivo há 15 anos e todos os meus filhos são brasileiros.

O presidente – Obrigado, Diego. Agradeço ao Diego. Com a palavra, Leandro.

O Sr. Leandro Costa – Primeiramente, boa tarde. Meu nome é Leandro e sou professor da rede estadual. Gostaria de deixar todo o meu repúdio quando o pessoal da Escola sem Partido vem questionar a liberdade, e alguém questiona, por exemplo, o fato de a Beatriz estar com o cartaz dela. Sim, você me representa.

Segundo, quero falar que muito se discute a doutrinação nas escolas. Os alunos aprendem a teoria do Big Bang e a teoria da evolução das espécies, mas nem por isso deixam de acreditar em Deus. Sou cristão e aprendi essas teorias, mas não pensem que serei um defensor da teoria da ciência só porque a aprendi. É simplesmente explicitar, e o espaço educacional serve para isso.



Falaram sobre a questão do Ustra e do Bolsonaro, mas nem vou entrar nesse mérito aqui. Também questionaram que o fórum de debates é da educação, então por que essas pessoas trouxeram esses cartazes falando do Ustra e do Bolsonaro? Já o Temer tem alguma coisa a ver. (– Manifestação da plateia.) Respeitem minha fala. Falo do Temer só porque ele cortou os direitos da educação e é por isso que faz sentido. No caso dele, não é apenas uma questão partidária.

Agora vou falar sobre a qualidade que tem a ver com o investimento, e isso passa não só pela questão do dinheiro em si, mas também pela forma com que o dinheiro será investido. Isso envolve tanto a questão da preparação profissional dos nossos professores, isto é, passa tanto por nós, professores, como também por uma questão estrutural e pela própria disposição do que será ensinado. Falei sobre isso pela manhã.

A outra coisa que gostaria de dizer também vai para a Beatriz. Temos sofrido uma espécie de pressão em algumas escolas em relação ao nosso direito de greve e às nossas faltas, e quero saber o que o sindicato tem feito em relação a isso e também em relação às perícias, já que muitas pessoas têm sido reprovadas ao assumirem os cargos. Isso foi debatido, por alto, com a Macaé, de manhã, mas gostaria de uma informação um pouco maior sobre isso.

Só para concluir, já que meu tempo foi afetado enquanto estava falando, se estou aqui hoje e tenho o direito de me expressar, assim como vocês, no meu caso, pelo menos nós estamos respeitando vocês. Se isso estivesse ocorrendo na época da ditadura, vocês seriam torturados e mortos, mas aqui têm liberdade para dizer inclusive coisas absurdas, isto é, dizer que defende a cultura do estupro e que ser homossexual é um problema, uma doença. Não vamos voltar à teoria do darwinismo social, que dizia que existiam pessoas superiores e inferiores. Estamos no século XXI. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, Leandro. A próxima é a Luciana Hass Leivas Laboissiere, professora da rede municipal de Belo Horizonte.

A Sra. Luciana Hass Leivas Laboissiere – Boa tarde a todos. Gostaria de fazer uma pergunta, mas não a enderecei a ninguém porque, na verdade, já fiz essa pergunta muitas vezes. Como professora municipal que sou do Município de Belo Horizonte, estive presente no fórum que aconteceu aqui na capital, no Colégio Estadual Central, e não tive respaldo legal, de acordo com a minha escola, para participar do referido fórum. Da mesma forma, também não tenho respaldo legal para estar aqui hoje. Já conversei com outras pessoas na Assembleia, e o meu caso não é o único. Muitos outros professores tiveram vontade de participar do fórum e não puderam porque a sua direção, a sua gestora ou o seu gestor não ficou sabendo o que fazer para nos liberar. Aliás, eu e uma outra pessoa da minha escola estamos aqui hoje correndo o risco de ter o nosso ponto cortado. Então gostaria de saber se realmente os professores foram convidados para este evento de hoje, já que é muito importante a presença deles. Do contrário, não considero este encontro como algo democrático.

Agora gostaria de dar uma resposta ao colega que falou ao microfone antes de mim. Pelo menos a grande maioria de nós, senão quase todos, não trouxemos cartazes. Nossos cartazes foram feitos aqui depois de vermos tudo isso, isto é, depois de sabermos que realmente não estamos num fórum com característica de ser um fórum técnico em razão dessas participações. Depois disso foi que nos mobilizamos e fizemos os cartazes. Muito obrigada.

O presidente – Obrigado, Luciana. O próximo inscrito é Caio Bellote.

O Sr. Caio Bellote – Começo minha fala fazendo uma denúncia contra um funcionário da Casa que está escondendo seu crachá covardemente. Ele está ali na porta de entrada e injuriou racialmente o meu amigo Wagner, um jovem preto, pobre e favelado, mas que não é doutrinado por marxistas. É um homem negro que sabe pensar por conta própria. Por causa disso, foi ofendido como capitão do mato. A esquerda tenta nos rotular de elite e não aceita que aqui há pessoas de todas as classes sociais, de todas as etnias, de todas as idades, pais e mães de famílias, avós, senhoras acima de seus 70 anos, que vieram aqui, de maneira corajosa, enfrentar essa horda de bárbaros. Essa horda de bárbaros não quer discutir a educação, mas defender uma ideologia sanguinária que já matou 6 milhões de pessoas. Falam muito do fascismo, mas defendem o regime comunista que matou 60 milhões de pessoas na China e 20 milhões na União Soviética. Há professor aqui lutando contra a homofobia, segundo ele, com o poder de Che Guevara, que assassinava homossexuais.



Rogério Correia, sei que você é parcial, mas tenha vergonha na cara e restitua o meu tempo. (– Manifestação nas galerias.) Sou cidadão e estou aqui no meu direito. Comunistas. Comunistas. Essa é uma ofensa maior do que fascista. Não sou fascista, sou católico apostólico romano e pai de família. Estou aqui como cidadão de bem, ao contrário de vagabundos que vivem com o dinheiro do sindicato. Quero que o meu tempo seja restituído.

Pais e professores que não estão ligados aos sindicatos não foram informados pelas plenárias regionais. Como falou uma professora que foi impedida pela direção de sua escola de participar da discussão do Plano Estadual de Educação na regional de BH, dias e horários dessas plenárias impossibilitaram a participação de trabalhadores. Só quem pôde participar foram os sindicalistas, que vieram para fingir que estavam fazendo uma discussão democrática, mas, na verdade, estavam criando, impondo uma pauta minoritária de esquerda, uma pauta que não é a pauta dos pais de família, que não é uma pauta daqueles que realmente se preocupam com a educação.

O presidente – Obrigado, Caio. O próximo inscrito é o Prof. Cláudio Costa Pereira, do MBL.

O Sr. Cláudio Costa Pereira – Estou com a voz meio gasta, mas vamos lá. Quero falar sobre a escola sem partido.

Pesquisas recentes mostram que os nossos jovens estão saindo do ensino médio sem saber ler, escrever e fazer contas simples. No sistema escolar, as pessoas estão preocupadas com ideologia de gênero, com escola doutrinando as escolas, e o mais importante é formar cidadãos trabalhadores que saibam pelo menos ler, escrever e fazer contas simples, o que está sendo esquecido por professores. Muitas vezes esses professores se preocupam apenas em doutrinar as crianças para formar um exército de adultos doutrinados como muitos aqui.

Por esse motivo, acho muito importante que se discutam e se aprovelem essas medidas da escola sem partido. A escola é o lugar para você aprender a ser cidadão e não para aprender a ser socialista, liberal, conservador ou qualquer outra doutrina. Peça que prestem atenção nisso. Vamos ensinar nossas crianças a serem cidadãos e não a seguir qualquer tipo de doutrina que tenha por aí. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, Cláudio. O próximo inscrito é o Geraldo Luiz Costa Júnior, do Consfundeb-MG e da Faspam-MG.

O Sr. Geraldo Luiz Costa Júnior – Gente, boa tarde. Já falei um pouco mais cedo. Quero falar que defendo três ajustes nesta etapa final do PE. Como eu já falei mais cedo, refere-se ao conselho da diversidade e da maioria, já expliquei um pouquinho. Outro ponto que defendo diz respeito à maior garantia a alunos e profissionais da educação, a impedir punições administrativas sem que haja pedido de comissões constituídas por pais de pares, eleitas por pais de pares. O pouco tempo não me deixa explicar, mas depois falarei um pouco mais. O terceiro ponto se refere à possibilidade de participação da população para atribuição de notas a estudantes e candidatos, inclusive em relação à certificação por competência.

Esses três pontos são benéficos aos mais diversos grupos, inclusive aos representantes do Estado. Já escrevi um texto que trata desse ponto, sob os diferentes ângulos, pegando diferentes fundamentações e ideologias. Publiquei inclusive na rede social e até para representantes de lados opostos. O texto não sofreu objeções, pelo menos não me passaram. O objetivo é justamente procurar conciliar as diferentes ideologias e ideias. Espero poder contribuir com quem desejar compreender esses três pontos. Estarei no Grupo 7 para debater principalmente sobre eles.

Relativamente às diferentes ideologias, vejo-as, na maior parte das vezes, como formas de comunicação. Muitas vezes tratam do mesmo princípio humano, de diferentes formas. Vejo que as diferenças devem ser valorizadas e não esquecidas. Muitas vezes a gente apela para esquecer as diferenças e elas não devem ser esquecidas. Devemos assumi-las e considerá-las. Considero importante tentar admirar a diferença, isso é possível. Admiro a diferença. Enquanto não conseguirmos admirar a diferença, temos de tolerá-la. Estou à disposição até o final dessa etapa final.

O presidente – O próximo inscrito é o Damiron da Silveira, da Fetaemg.

O Sr. Damiron Rodrigues da Silveira – Meu nome é Damiron Rodrigues da Silveira, sou assentado no Assentamento Herbert de Souza, em Paracatu. Quando a Samira falou sobre a questão da educação no campo, fiquei lembrando da minha



trajetória. Tive de parar de estudar em 1986, concluí apenas o ensino fundamental. Voltei em 2007, consegui concluir o curso técnico em agropecuária pelo Pronera e, em janeiro, concluí, na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, licenciatura em educação do campo, em ciências sociais e humanidades. Conheci a Samira lá.

Sou só um e vejo que há poucas pessoas ligadas ao campo. Então, gostaria, gente, quando formos tratar amanhã nos grupos, que não deixássemos de ter um olhar especial para a questão da educação do campo, principalmente para suas dificuldades. Eu, por exemplo, quando estava estudando, quando estava fazendo a educação do campo, fazia a alternância de tempo com a comunidade; eu ia à escola fazer estágio no ônibus que levava os alunos. A dificuldade é muito grande: na época de seca é muita poeira; na época de chuva é muita lama. Então, amanhã, queria que olhassem bem essa questão ao pautarem a educação do campo nos grupos.

Quero terminar apresentando uma frase de um autor de cujo nome não me lembro agora: “A casa grande zanga-se quando a senzala aprende a ler”. Então há muita gente zangada, com raiva, porque os quilombolas, os trabalhadores, os agricultores familiares e os assentados estão aprendendo a ler, estão entrando nas faculdades não só em Minas Gerais, mas no Brasil inteiro. Temos de olhar isso. Há muita gente zangada mesmo, viu?

Outra coisa: não vejo, neste Plenário, vagabundos, sindicalistas vagabundos; vejo pessoas trabalhadoras, professores e mães.

O presidente – Obrigado, Damiron, pela contribuição. A próxima inscrita é Patrícia Pereira.

A Sra. Patrícia Pereira – Boa noite a todos e a todas. Primeiramente, novamente, fora Temer.

Quero iniciar minha discussão dialogando com o que disse mais cedo a Profa. Samira Zaidan. Acho importante destacar, nesses dois dias em que faremos uma discussão coletiva nos grupos, independentemente do lugar de que estejamos saindo, se de um buraco ou de uma treva, que nenhuma discussão coletiva, principalmente no que diz respeito à educação, pode deixar de ser feita à luz da Constituição. Ela está aqui, sempre anda comigo – sabe, Bia? –, na minha bolsa, vai para a minha sala de aula para evitar a criminalização docente. Pode ser que um grupo, circunstancialmente, que se diz maioria, possa até querer que voltemos para a senzala ou que os homossexuais voltem aos campos de concentração, mas há, na nossa Constituição, algumas cláusulas pétreas e civilizatórias que têm de ser respeitadas, e é a partir delas que temos de começar a nossa discussão. Quero deixar isso bem claro.

A segunda discussão que quero fazer, assim que o grupo das trevas, da Idade Média, permitir que eu continue, diz respeito ao que disse muito bem o Prof. Bruno. E quero dialogar fraternalmente com você: a discussão não se baseia em quais recursos temos, pois são insuficientes, mas quais recursos são necessários para se fazer uma educação com qualidade social e que valorize os trabalhadores da educação. É nessa educação que temos de nos pautar. É isso o que temos de discutir aqui, e sinto falta de cartazes com essa temática.

Para fechar, tinha deixado umas questões para o Carlos Eduardo, mas ele já se foi. Quero dizer que as pessoas adoecem nas escolas, ausentam-se, porque a condição em que trabalhamos faz isso conosco.

Neutro é aquele que já se decidiu pelo mais forte, pelo opressor. Ele não é justo, é omissivo. E a escola sem partido, amigos, sabem o que significa? Significa uma escola com racismo; uma escola com ceticismo; uma escola com homofobia; uma escola com intolerância religiosa, principalmente contra as religiões de matriz africana; uma escola com fascismo; uma escola excludente; portanto uma escola sem escolha. E, sem escolha, não há escola. Viva a escola democrática! Viva a liberdade de aprender!

O presidente – O próximo inscrito é o Miguel Leivas, do Colégio Neusa Rocha, na Pampulha.

O Sr. Miguel Leivas – Como eu já disse, o meu nome é Miguel Leivas. Represento os estudantes. Fui eleito num fórum em Belo Horizonte para representá-los. Esses fóruns foram criados com o objetivo de aumentar a participação popular na educação. Muito bom, mas não é essa a impressão que tenho quando ouço mais discursos aqui. A verdade é que a maioria da população desaprova tudo o que foi dito aqui.



Eu quero deixar claro então que as conclusões tiradas neste fórum não representam a maioria da população.

Eu quero falar também do art. 12 da Convenção Americana de Direitos Humanos e do art. 5º, inciso VI, da Constituição Federal. Como disse a nossa colega, é exigido que os conteúdos morais presentes nos programas das disciplinas obrigatórias sejam reduzidos ao mínimo indispensável para assegurar que a escola possa cumprir aquela que é a sua função primordial: transmitir conhecimento aos estudantes. Essa é a função da escola.

Então, o Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos. Muito obrigado.

O presidente – O próximo é o Cipriano, do Patriotas.

O Sr. Cipriano – Boa tarde a todos. É com bastante tristeza que vi este Plenário, durante todo o tempo, versar sobre assuntos políticos, e não sobre assuntos técnicos. Nós necessitamos de professores que recebam salários dignos e que sejam qualificados. Hoje há uma regressão total do ensino no Brasil; hoje o Brasil possui mais analfabetos que anos atrás. Infelizmente essa é a realidade, uma realidade estatística divulgada pelo IBGE.

Infelizmente nós estamos passando por esse retrocesso no Brasil, e, cada vez mais, os alunos estão desqualificados. Então eu acho que deveríamos tratar aqui efetivamente do tema técnico, ou seja, discutir sobre como qualificar os nossos alunos, como qualificar os nossos professores. Esse é o tema fundamental.

Quando entrei hoje aqui, só para você ter uma ideia do absurdo, já sabia o que estava acontecendo internamente e trouxe um cartaz político. Fui barrado lá fora, entendendo, como me disseram, que só poderia entrar com cartaz pertinente ao tema. Eu simplesmente peguei os meus cartazes e os guardei. Agora, quando chego aqui, vejo na própria Mesa um cartaz político completamente fora do assunto.

Então eu creio que nós devemos nos voltar profundamente para o tema puramente educacional, verificar onde temos de atuar em relação ao ensino, às nossas crianças e aos nossos professores.

Aquela senhora disse que era das trevas. Eu nunca fui das trevas, por ser negro. Meu pai é negro, e eu não me envergonho disso. Nunca vi o meu pai nas trevas.

Então eu não me sinto nas trevas. Em 1962, quando mudei para Belo Horizonte, morava exatamente numa favela ou numa coisa parecida com uma favela, onde cresci. Com 22 anos eu me formei em engenharia civil na UFMG, sem pagar um centavo pelo estudo. Eu sobrevivi pelos meus méritos, nunca tive cota.

E eu tenho o orgulho de dizer que todas as minhas professoras foram as minhas segundas mães, o que não acontece mais. Obrigado.

O presidente – Obrigado, Cipriano. O próximo agora é o Syllas Valadão, do Patriotas.

O Sr. Syllas Valadão – Boa tarde a todos. Estou observando esta reunião e gostaria que houvesse aqui um debate mais democrático, mais aberto para a discussão de ideias, por causa até das nossas diferenças. As pessoas são diferentes, pensam de maneira diferente. Graças a Deus, a natureza criou uma diversidade muito grande de coisas, de animais. Então eu acho que nós podemos discutir os assuntos de maneira ordeira, respeitando a opinião de cada um, porque a nossa diferença é natural, e precisamos trabalhar para que ela seja respeitada.

Eu acho que nós precisamos zelar pelo respeito, pela compreensão, pela harmonia, pelo trabalho conjunto, e não para sermos uma Nação formatada. Nós não podemos querer formatar todas as pessoas, porque elas são diferentes e têm o direito de serem diferentes. E aqui estamos com respeito, defendendo os nossos diferentes pontos de vista.

É verdade que o mais importante na escola é a educação e a assistência ao aluno, mas não se pode deixar de lado o mérito e ignorar as mentes brilhantes. Não se pode forçar, diminuir, reduzir ou oprimir os alunos, de modo que, diminuídos, igualem-se a alunos ainda não desenvolvidos. Ao contrário, precisamos considerar as diferenças e trabalhar com aqueles que estão um ponto mais avançado, mas também com os menos avançados para que alcancem o mesmo nível.



É preciso considerar os alunos superdotados, as mentes brilhantes, que são diferentes e têm o direito de serem diferentes. E é preciso que o Estado esteja preparado para dar suporte a esses alunos superdotados e, portanto, diferentes, desiguais e capazes de ocupar posições mais complexas e mais exigentes na sociedade e no mercado de trabalho.

Eu queria falar um pouco da escola sem partido, muito criticada aqui. Eu sei que muitas pessoas não gostam dela e a criticam. Eu acho que elas podem até ter as suas razões, mas eu acredito que, se a situação fosse diferente, se o governo fosse outro e utilizasse as escolas para colocar algum tipo de pensamento ideológico, os professores, que hoje são contra a escola sem partido, seriam a favor dela.

Eu só quero pedir a todos que repensem suas posições, conversem. Pessoas aqui disseram coisas que são verdadeiras; nós as respeitamos. Precisamos conversar e chegar a um bom entendimento. Obrigado.

O presidente – O próximo agora é o Cláudio Costa, da C4 Consultoria Ltda.

O Sr. Cláudio Costa – Boa tarde. Como você disse, o meu nome é Cláudio Costa. Eu queria parabenizar algumas pessoas aqui pela presença: a Marcela Valente e outras tantas que batalham, que defendem a democracia. Há aqui grupos que defendem o socialismo, o comunismo, dizendo que isso é democracia, Estado Democrático de Direito. E com palavras de ordem, como “fascistas”, “nazifascistas”.

Estou aqui para protestar contra essas pessoas.

Agora a minha parte. Em relação à educação, hoje há grandes desafios. Eu iniciei os meus estudos numa escola municipal, depois fui para uma escola estadual e consegui fazer curso superior em uma escola particular. Então eu queria parabenizar as pessoas que, no passado, contribuíram para a educação, para a inclusão, para que as pessoas de baixo pudessem ascender, ter um espaço melhor, adquirir a sua casa, adquirir a liberdade individual.

Eu queria dizer que o desafio da educação hoje é ter tecnologia que possa ajudar a nova geração a se comunicar, a aprender, a pensar, a questionar, a ser racional, a criar debates de ideias, a não utilizar palavras como as que ouço aqui: “fascistas e nazifascistas”. Eu acho que deve haver debate de ideias. Hoje o que falta na educação municipal é abrir a mente das pessoas para que possam raciocinar, pensar, questionar, e não essa doutrinação partidária que percebemos hoje na nossa sociedade, a ideologia partidária, a ideologia de gênero. A ideologia de gênero, a orientação sexual é papel da família, dos pais, não da escola. O papel da escola é levar a pessoa a raciocinar, a pensar, a questionar.

Vocês, que chamam de nazifascista e dizem “fora Temer”, não terão espaço na sociedade democrática de direito. Um abraço.

O presidente – Obrigado, Cláudio. O próximo inscrito é o Jonas William Pereira da Costa.

O Sr. Jonas William Pereira da Costa – Boa tarde a todos e a todas. Eu sou auxiliar de serviços da educação básica. Sinto um orgulho muito grande por essa categoria abrir e fechar as escolas, por sermos os atores imprescindíveis para o processo de formação humana, que é o centro do debate.

Nesse sentido, quero aqui colocar, primeiro, fora Temer. O Fora Temer, dentro das nossas contradições, sob a ótica da democracia, entra no viés que contrapõe a história do nosso Estado. Minas Gerais não vai se curvar ao golpe, porque Minas Gerais escreveu a história da política, e nós merecemos respeito. Aqui em Minas Gerais, não vai haver golpe, porque nós vamos construir juntos uma saída honrada.

E também, em Minas Gerais, não vai haver terceirização em nenhum ângulo da educação pública, porque acreditamos que somos tão importantes quanto aqueles que defendem a escola sem partido. E a conclamo a vir conosco na reforma política, porque há 35 partidos políticos no nosso país.

Só uma reforma política pode mudar a história da sociedade brasileira. Aqueles, como eu, que dizem “fora Temer”, vamos conviver com as diferenças. No passado, muitos de nós tomaram. Hoje, muitos, como eu, defendem a democracia à luz do dia. Parabéns à democracia, parabéns à Assembleia Legislativa, parabéns aos educadores em educação e àqueles que desejam de fato construir uma Minas Gerais, um País mais justo, igualitário e fraterno. Viva a democracia e viva a educação!



O presidente – Obrigado, Jonas. O André Denarde é o próximo inscrito.

O Sr. André Denarde – Boa noite, serei objetivo. Vou apresentar, evidentemente, uma posição que certamente vai gerar bate-boca, mas com muito respeito. O debate faz parte da vida democrática. Se existem pessoas que acreditam haver uma doutrinação, outras acham que não há. Com muito respeito vou me dirigir a vocês, a todos os grupos que tive a oportunidade de conhecer ao longo do tempo. Farei a minha pergunta rapidamente, que é dirigida à Beatriz, mas outros componentes da Mesa que se sentirem à vontade para responder poderão fazê-lo.

Acompanhei algumas edições do fórum regional no interior. Vejo que há grande e merecida preocupação no plano estadual com o combate à discriminação. Hoje, há uma cultura construída pela mídia, pelos padrões de beleza ocidentais. Se você for magro, tiver nariz pequeno, tudo bem; se tiver nariz grande, se for gordo, estará fora desse padrão. Existe essa cultura de perseguição, que vem desde a tenra idade, por meio do *bullying*. Podemos voltar ao tempo de escola e ver que, por alguma razão, todos já sofremos algum tipo de perseguição. Isso deve ser combatido independentemente do motivo, seja pela orientação sexual, seja pela cor do cabelo, seja pela cor da pele, enfim, por todas as razões. Ninguém tem nada com as escolhas de um ou de outro, é o respeito ao diferente.

Particularmente, no que diz respeito à questão da sexualidade, está sendo feito um esforço para incluir o tema nas mais variadas etapas da criança, da infância à adolescência. Há um dado levantado pelo Prof. Reynaldo Fernandes, da USP – só para dizer que há uma fonte válida –, que apontou que uma das principais causas de evasão das escolas, entre as mulheres, é a gravidez precoce. É o mau planejamento familiar; acaba-se fazendo sexo sem proteção. Pergunto: o ensino da sexualidade especificamente para as crianças, independentemente da temática heterossexual, homossexual, é um tema sensível, ou seja, a sexualidade de uma maneira geral; então, isso poderia implicar, em algum nível, uma iniciação precoce à prática sexual, incidindo eventualmente na gravidez precoce? É uma dúvida que tenho.

O presidente – Obrigado, André, pela contribuição. O próximo inscrito é Irinaldo Galdino, da Rede Cidadã de Pais de Família.

O Sr. Irinaldo Galdino – Obrigado, presidente, agradeço a oportunidade de participar deste fórum. Primeiramente, manifesto aqui minha decepção com o ocorrido na 2ª etapa dos trabalhos do dia. Realmente, não vim preparado para esse tipo de manifestação. Esperava encontrar um ambiente em que pudéssemos debater ideias a fim de contribuir para a melhoria da educação como um todo.

De outro modo, vejo que muito do que está acontecendo aqui, ratificando o que foi dito pelo Diego, é culpa da Mesa, que não colocou um contraponto para que pudéssemos ver uma opinião diferente. Pela manhã, vi muitas pessoas colocando suas opiniões, colocando seus pontos de vista. Perfeito! Por outro lado, não vi um contraponto que fizesse justamente o papel oposto. Democracia não é apenas uma palavra, é postura! É preciso ter uma postura democrática. Não adianta escrever num cartaz “Educação em defesa da democracia”, se na democracia não se coloca a pluralidade.

A colega ali levantou a Constituição. O art. 1º da Constituição trata sobre os fundamentos da República Federativa do Brasil. Um de seus fundamentos é o pluralismo político, que é diferente de pluralismo partidário, mas um pluralismo de correntes e de pensamentos. Não vi esse pluralismo de pensamentos expresso na Mesa. Acredito que essas manifestações ocorrem justamente porque, na Mesa, não há quem fale por ele. Essa é a minha indagação de hoje, muito obrigado.

O presidente – Irinaldo, obrigado pela contribuição. O próximo é o Fábio Garrido.

O Sr. Fábio Garrido – Primeiramente, fora Temer! Segundo, o Aécio! É complicado, acho que este fórum realmente está refletindo parte da realidade brasileira. Quando as pessoas percebem que não vão ganhar no voto ou na democracia, fazem um imenso alarde com suas práticas golpistas.

É complicado vir para um fórum técnico discutir com leigos. O conceito, por exemplo, de neutralidade na educação já caiu por terra há muito tempo. Obviamente, quando vou discutir técnica em educação, vou discutir política. Se eu for conversar com qualquer pedagogo, ele vai saber do que estou falando, ou seja, que a educação é essencialmente política. Durante a

ditadura militar, estabeleceu-se uma ideia de que... É sobre isso que eu estava falando. Quando as pessoas olham para um fórum destes e percebem que os educadores organizados são ampla maioria e acumulam uma discussão de décadas... Não estamos discutindo desde 2013; estamos discutindo, no Sind-UTE pelo menos, desde 1979.

Acabamos com a ditadura neste país com as greves de 1979, fomos responsáveis por acabar com o governo tucano aqui e exigimos que aventureiros, que hoje chegam querendo falar em neutralidade na educação, respeitem a nossa inteligência. Está certo? Tenho 20 anos de sala de aula.

Ainda bem que estou sendo atrapalhado, pois significa que estou fazendo uma fala que incomoda. Evidentemente, o que está em discussão não é se a escola deve ser neutra, mas se a escola vai continuar sendo hegemonicamente uma escola que foi produzida na ditadura militar, que forma mão de obra barata, ou se vamos avançar para uma escola pública democrática de qualidade. Essa é a nossa discussão. O debate da neutralidade em sala de aula não vai colaborar em nada com isso.

Solicito ao Bruno que faça uma comparação, levando em consideração as questões geopolíticas, entre a importância do petróleo estatal na Finlândia para o desenvolvimento da educação e o que está em jogo no Brasil hoje, com os 338 bilhões de barris de petróleo descobertos do pré-sal, para o qual a mídia não dá a mínima importância.

O presidente – Obrigado, Fábio. A próxima é Mônica Santos.

A Sra. Mônica Santos – Boa noite a todas e a todos. Na verdade, quero fazer algumas manifestações, sendo a primeira delas em relação à valorização profissional.

Primeiro, quero falar sobre a valorização. Retomo a questão do Estado em que os profissionais da educação recebem, na maioria das vezes, menos de 50% do que recebem outros profissionais de nível superior. Esse é um dado que o Bruno também deve conhecer. O que significa? Significa que, em nosso estado, precisamos rever isso com urgência. O Plano Estadual de Educação precisa colocar isso como meta. Ou seja, a maior igualdade, a maior valorização real e na prática do profissional da educação.

Ah, esqueci que, primeiramente, é fora Temer! Em segundo lugar, preciso falar que estranho muito, muito mesmo, ver pessoas que se dizem defensoras das famílias, pessoas cristãs, espumando ódio, babando de ódio, falando de coisas que não existem, que não acontecem na escola. Eu desafio, eu quero ver quem é que vai me mostrar qualquer prova de que qualquer professor, neste estado ou neste país, tenha ensinado uma criança de três anos – já ouvi essa acusação – a fazer sexo. Esse povo fez esse tipo de acusação! A maioria de profissionais da educação é formada também de cristãos, católicos, inclusive de conservadores, que se recusam a discutir a questão sexual nas escolas. Por outro lado, chegam essas acusações estapafúrdias, completamente descabidas. Não é honesta essa discussão. Ela é desonesta, é reacionária, e não podemos aceitá-la. De novo, fora Temer!

O presidente – Obrigado, Mônica. A próxima inscrita é a Denise de Paula Romano.

A Sra. Denise de Paula Romano – Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente, fora Temer. Nós nunca vamos nos cansar de repetir essa frase, porque estamos em um país onde ainda existe, em parte, democracia, embora muitos não queiram. As pessoas que estão aqui discordando, democraticamente, de tudo o que está sendo exposto só podem fazê-lo porque existe liberdade – por enquanto.

Gostaria que a senhora se silenciasse para eu poder falar. Enquanto eles não pararem de falar, não vou concluir minha fala; ouvi todos muito caladinha, no meu canto. (– Manifestação da plateia.)

O presidente – Por favor, a palavra está com a Denise. Pois não, Denise.

A Sra. Denise de Paula Romano – Lamento profundamente que companheiros de profissão, professoras como eu, estejam ao lado de pessoas que se referem a professoras como mães. Igualar a profissão de professor à maternidade, como sacerdócio, é um desrespeito à nossa organização, à nossa formação profissional. Não sou tia nem mãe dos meus alunos, sou professora deles, tenho o papel de intermediar o conhecimento. Isso é lamentável.

Segundo, as pessoas como nós, que estamos no campo da luta, dos trabalhadores, da organização dos movimentos sociais, nunca vão marchar ao lado de quem diz: “bandido bom é bandido morto”, “preto, pobre e puta têm que ir para a cadeia”, “professores são desqualificados dentro da escola pública”. Ouvi essas palavras aqui, e isso é o que nos difere: estamos do lado da classe trabalhadora, dos oprimidos, e vocês estão do lado dos opressores.

O presidente – Obrigado, Denise. O próximo inscrito é o Prof. Aurívio Lúcio Veiga.

O Sr. Aurívio Lúcio Veiga – Boa tarde a todos e a todas. É a primeira vez que uso o microfone, e faz parte cumprimentar a todos. Agora, primeiramente mesmo: fora Temer. Como dizemos no interior, “segundamente”, cadeia para o ex-governador e senador de Minas, que se tornou hexadilatado na Lava Jato.

Vou começar ao contrário, fazendo uma pergunta ao Prof. Bruno: professor, existe algum estudo sobre o impacto para o financiamento da educação a partir da regulamentação do imposto sobre as grandes fortunas? Não conheço um estudo propriamente sobre isso, mas esse é o único imposto que está previsto na Constituição Brasileira de 1988 e que até hoje não foi regulamentado. Citamos todos os países desenvolvidos como exemplo, em que todos têm impostos sobre as grandes fortunas, mas não conseguimos implementá-lo no Brasil. Portanto, eu gostaria que o senhor expusesse algo em relação a isso.

Ser professor, antes de mais nada, é um exercício eterno de doação, de administração de interesses e de interação com a comunidade escolar. E, para fazer esse exercício, precisamos discutir tudo, ser integral; não há possibilidade de cumprir esse papel pela metade. Quem propõe que o professor abdique dessa função, com certeza, desconhece o que é ser professor, o que é educação e, mais que tudo, não tem compreensão – e tem má vontade – com relação ao Brasil real; essa pessoa se contenta com o Brasil virtual, um Brasil mesquinho e excludente. Muito obrigado.

O presidente – O próximo inscrito é o José Antônio de Paiva Marcos.

O Sr. José Antônio de Paiva Marcos – Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente: fora Temer. Vou dirigir-me à Beatriz Cerqueira e à Profa. Samira, que vêm trazendo a reflexão do papel do professor na sociedade atual. A Profa. Samira dizia que é preciso diminuir a desigualdade em nosso país. Pergunto: haveria como construir uma sociedade igualitária para todos sem discutirmos os temas relevantes que existem na sociedade? Vi aqui: “menos Marx, mais educação”; haveria como discutirmos capitalismo, socialismo com nossos alunos ou falar da igualdade e da desigualdade sem citarmos Marx? Gostaria de saber isso das professoras.

Outra questão é a seguinte: os partidos políticos têm nomes como social-democracia, partido socialista, mas, se meus alunos perguntarem, devo responder que não posso falar sobre isso na escola? Como vou discutir uma educação de qualidade e igualdade para todos sem discutir esses temas?

Estou em um fórum técnico em que se discute educação, mas educadores que não discutem a conjuntura política atual. Será possível não discutir a conjuntura política atual se o que rege a educação é a política, se estamos brigando aqui por políticas públicas para a educação? Como não discutir a conjuntura atual da política em nosso país? Deputado Rogério Correia, entendo que esses espaços existem para discutirmos temas relevantes que perpassam pela política.

Um grupo estava falando sobre a necessidade de discutirmos vários aspectos – amanhã, vamos ter grupos para discutir. São oito, e vejo que essas pessoas que estão falando de escola sem partido só se inscreveram no tema 2. Por quê? Então não interessa a qualidade da educação, a formação profissional, a carreira? Para esse grupo que está saindo aqui agora, só interessa o tema 2. Podem olhar o crachá deles, estão inscritos para o tema 2, o outro não é interessante. Então não é interessante discutir políticas públicas para a educação, a carreira, a qualidade? Estamos aqui para discutir a educação como um todo, e não apenas um ponto específico.

É uma pena que fujam ao diálogo, ao debate. Esperamos amanhã que esse diálogo seja feito nos oito grupos, e não apenas em um. Queria apenas concluir isso.

Queria saber das ilustres professoras como fazer para discutir a igualdade da educação sem discutir esses temas que levantei. Muito obrigado.



O presidente – Obrigado, José Antônio. O último inscrito é o Raul Pereira, da União Estadual dos Estudantes.

O Sr. Raul Pereira – Boa tarde a todos. Primeiramente: fora Temer. Tenho uma boa notícia para esses fascistas que estão aqui: a história não mente; a única coisa que vai lhes restar é o calabouço da história, os fascistas não passarão. O movimento estudantil sobreviveu 22 anos sob a ditadura militar e não é agora que terão vez, neste país, fascistas que não sabem o que é democracia, que não entendem a composição da diversidade da sociedade brasileira, que não entendem a realidade da escola no nosso país, que são contra as cotas raciais, a assistência estudantil, que são homofóbicos. A única coisa que restará a vocês será a vergonha, o calabouço. Vocês são apenas o resquício da ditadura militar, e lhes garanto que não haverá vez para vocês. O movimento estudantil resistirá tanto na luta contra todos vocês quanto na nossa conquista e garantia por mais direitos.

Falamos “fora Temer”, e isso tem muito sentido, pois, há 30 dias com ele governando o País de forma golpista, tivemos um retrocesso: os *royalties*, as cotas raciais, a assistência estudantil, tudo isso está em jogo – e isso nos custou muito suor, debate em sala de aula com estudantes, muito diálogo. Enquanto houver vida, lutarei contra os fascistas, contra os hipócritas. Vocês não terão vez dentro desta Casa. Vocês dizem que esta Mesa não os representa porque o povo a elegeu; e o povo não aceita fascistas, quer que os integrantes da Mesa o representem.

A vez de vocês está chegando, o jogo está-se esclarecendo. Poderia dizer que o partido de vocês é a Rede Globo, o partidinho de vocês é a Rede Globo; a única revista que vocês sabem ler é a *Veja*, a *Época*, o que dá vergonha realmente. Mas o jogo está se abrindo, e a vez de vocês está chegando. Já se foi o Cunha e até o técnico da Seleção Brasileira, que é muito ruim. Obrigado.

O presidente – Obrigado, Raul, que representa a União Estadual dos Estudantes. Nós terminamos a fase dos debates com os delegados representantes e voltaremos à Mesa.

Vou, então, passar a palavra ao Prof. Bruno, para fazer suas considerações antes do debate. Com a palavra, o Prof. Bruno.

O Sr. Bruno Lazzarotti Diniz Costa – Vou falar muito rapidinho. A primeira questão que vocês me fizeram foi se o pré-sal vai fazer diferença. Sim, vai fazer muita diferença. Alguém disse aí que o pré-sal é um encargo que a Petrobras não consegue carregar. Considero isso impressionante, mas, se for mesmo um encargo que a Petrobras não consegue carregar, seguramente é um ativo do qual não podemos abrir mão, pois é um dos poucos recursos adicionais que temos para a educação.

É sempre um risco tomar decisões que têm impacto estrutural com base em conjunturas pontuais. Hoje, é verdade, existe o declínio do preço do petróleo, o que está trazendo dificuldades para todo o setor petrolífero, mas decisões em termos geopolíticos e “geopetrolíferos” não são tomadas com base em meses nem em anos, e sim em décadas; são investimentos e ativos para décadas, portanto considero uma barbaridade considerar a abolição do fundo social do pré-sal e da participação da Petrobras na operação do pré-sal. Não usarei o termo lesa-pátria por educação, vamos dizer assim.

A segunda pergunta que me fizeram foi a respeito do imposto sobre grandes fortunas. Seguramente o imposto sobre grandes fortunas traria um recurso adicional importante, seja para a educação, seja para qualquer outra política. Na verdade, o imposto específico sobre grandes fortunas – e é preciso dizer isso – é difícil de ser operado. Alguns países especificamente o implantaram, mas têm dificuldades de operacionalizá-lo. Ele é difícil de ser fiscalizado, facilita e induz a evasão de ativos do país, e por aí afora. No entanto, mesmo assim, ele ajudaria bastante duas questões: a primeira seria o Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, que, desde meados da década de 1990 – e não vou dizer quem era o presidente na época –, foi extinto. O Brasil praticamente é o único país...

Antes que alguém diga que estou falando da Coreia do Norte, ressalto que me refiro, por exemplo, a países como os Estados Unidos da América, que, desde que eu saiba, não se tornaram o bastião do socialismo do ano passado para cá – pelo menos, pela última informação que eu tenho, não eram assim. O Imposto de Renda da pessoa física no Brasil é pouco



progressivo; é progressivo, mas pouco. Então, dando o mesmo exemplo dos Estados Unidos, a sua maior alíquota é 41%. Em alguns países, como a Finlândia ou a Suécia, a alíquota máxima chega a 50%. Esses seriam recursos importantes.

A segunda questão seria a taxação de heranças. Curiosamente é um argumento estritamente liberal e meritocrático a taxação de heranças. Se você vale pelos méritos que alcança, seguramente você ter nascido em uma família rica não é seu mérito. Portanto, o imposto sobre herança deveria incidir com bem mais... Quanto mais liberal você for, mais você deveria defender que o imposto sobre herança seja bem mais gravoso, vamos dizer assim, do que é.

Falo isso com relação às perguntas que me foram dirigidas especificamente. Agora o mais lamentável de tudo é que estejamos discutindo como não retroceder. No momento em que poderíamos discutir como avançar, devemos discutir como evitar que os recursos diminuam. Deveríamos discutir de onde tirar mais. Isso é lamentável. Falarei sobre mais dois pontos e acabarei com isso rapidinho, pois o meu carro está no estacionamento e posso ficar sem ele. Mas a salazada não aguenta.

O que isso mostra? Estou tentando argumentar com evidências. Sei que é mais fácil argumentar com cartazes. Esse cartaz está em inglês para mostrar que isso é uma coisa muito científica. A mensagem é clara: quanto maior a participação eleitoral, ou seja, quanto mais as pessoas vão votar em diferentes países e em diferentes momentos, mais redistributivo o governo é. Isso ocorre em vários países e em vários momentos.

Por favor, me mostrem o outro. Este diz o seguinte: quanto mais os pobres votam em cada país, mais redistributivo o governo tende a ser. No atacado e no longo prazo, os governos tendem a responder àqueles pelos quais eles chegaram lá. Isso quer dizer o seguinte: um governo que não chegou ao poder pelo voto responderá aos responsáveis pelo seu acesso ao poder, que não são os eleitores e menos ainda os eleitores pobres.

Portanto, não é de se estranhar que, por exemplo, o governo provisório interino já tenha... Em poucos momentos você discute tanto poder quanto você discute escolhas orçamentárias em situações difíceis. Nessas horas as relações de poder são desnudadas na sociedade. Não estou falando do poder no Congresso. Então, por exemplo, quando o governo cede ao Skaf e aos demais devotos do pato inflável e decide pela não criação de novos impostos, ele está fazendo uma escolha: “devemos fazer o ajuste fiscal”. É importante dizer que é preciso fazer o ajuste fiscal e as escolhas duras. Quais serão as escolhas? Um governo que responde ao grande capital financeiro e econômico pelo seu acesso ao poder fará as escolhas por ele indicadas. Então, teremos a suspensão do Fies e do Minha Casa, Minha Vida, mas não haverá novos impostos. Não teremos, por exemplo, a CPMF. Mas existem recursos de poder na sociedade, e um deles é a participação política. Essa nos está neste momento. Temos um governo que não responde ao voto, portanto não responde à soberania popular. O que podemos fazer?

Por favor, me mostrem este outro lá em cima. Este mostra o seguinte: existem vários recursos de poder na sociedade. Um recurso de poder é a participação política e os direitos políticos do voto. O outro recurso de poder é a organização social, ou seja, o associativismo social e a capacidade de fazer pressão. Isso também está em inglês, coisa chique. Esse é um gráfico científico e está em inglês. É chique. Isso mostra que, em vários países, quanto maior a taxa de sindicalização, como uma aproximação e indicador indireto da organização da sociedade, mais redistributivo o governo é. Isso ocorre em vários países. Ou seja, a questão é simples e fácil. São duas coisas diferentes. Se neste momento o nosso voto não conta, esperamos que a nossa organização e a nossa capacidade de resistência possam contar. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, Prof. Bruno. Muito obrigado pela sua contribuição. Quero cumprimentar a Profa. Analise, que estou vendo presente e é dos meus tempos mais antigos de Sind-UTE. Ela está quietinha e não quis falar.

Vou passar a palavra à Beatriz, para que ela responda às 24 questões abordadas.

A Sra. Beatriz da Silva Cerqueira – Boa noite. Quero entender um pouco o que foi esta tarde de debates e esta tentativa de desqualificá-lo, dando uma falsa ideia de que ele não é técnico e não tem a ver com educação. O Fábio Garrido abordou a questão principal: assustou encontrarem trabalhadoras e trabalhadores em educação organizados para o fórum estadual. Não esperavam tantos de nós organizados aqui, fazendo o debate e a disputa de ideias e se inscrevendo para trazer as suas questões. O incômodo gerado tem muito a ver com isto: não esperavam encontrar trabalhadores em educação organizados.



Não imaginavam encontrar sociedade civil que pensasse diferente. Então, é muito interessante e pedagógico o que vivemos no dia de hoje.

O Bruno trouxe elementos importantíssimos sobre o financiamento. A Samira trouxe questões importantíssimas sobre a universalização. Como o debate não foi técnico? Como o debate aqui se corrompeu ou qualquer outra coisa do gênero? Então, a questão é: a educação é um assunto para os privatistas. Quando nós, povo trabalhador, vamos discutir educação, estamos contaminando. Quero entender como os defensores da escola sem partido... A escola sem partido é exatamente pelo fim da ideologia dentro da escola. Foi isso que eu consegui entender. Como as pessoas, então, se incomodaram e se posicionaram contra o meu cartazinho? Isso não é uma ideologia? Eles trouxeram a ideologia de confrontar o "fora Temer", que é um problema para eles? Então, existe essa falsa ideia. A escola sem partido é exatamente a tentativa de se retirar a ideologia. Nunca vi nada mais ideológico que a defesa das pessoas a que eu assisti aqui.

As pessoas que estavam aqui não falam pela Igreja Católica. Quem representa e fala pela Igreja Católica é o papa Francisco. Também sou católica e não virei aqui falar em nome do catolicismo. Quem representa a Igreja Católica é o Papa Francisco. Também temos diferentes formas de organização da sociedade. Não existe uma família. Eu tenho a minha família, como cada um que está aqui tem a sua. Não pode vir aqui alguém se arvorar como defensor da família. Isso não é possível. Não votei em ninguém para me defender como família.

Há, aliás, uma deturpação de representação que, embora eu não a tenha vivido, é muito semelhante à do período da ditadura civil-militar, quando havia a ideia da defesa da família, da moralidade e dos bons costumes. Isso é muito perigoso. Quando falamos do golpe em curso, ele se materializa quando vemos ações como as que presenciamos de alguém falar em nome da igreja, de alguém falar em nome da família, de alguém falar em nome da sociedade. Eles não foram eleitos representantes de nenhum desses setores para falar em nome dessas pessoas. Tentam transformar a escola pública em um caos para criminalizar o professor e privatizá-la. Discordo profundamente da tentativa de construir a ideia de que nós não somos competentes para alfabetizar, ensinar matemática e as linguagens e fazer o debate da filosofia. Essa é uma tentativa de dizer que a escola não tem qualidade e que, portanto, precisa ser privatizada, porque o mercado dá conta melhor daquilo que o público não está dando.

Tenhamos muito cuidado com esses falsos discursos de desqualificação da qualidade.

Em linhas gerais, essas eram as questões. Responderei a algumas questões pontuais que me foram feitas. Não sei de onde o Miguel tirou a ideia de que a maioria da população desaprova tudo que foi dito aqui. Pesquisei e encontrei uma pesquisa da Vox Populi, realizada entre os dias 7 e 9 de junho, que diz que 67% dos brasileiros avaliam o governo Temer como negativo; 32% avaliam que este governo é pior do que haviam imaginado; e 52% pensam que, com este governo, o desemprego aumentará. Não sei de onde ele tirou a ideia de que, de tudo que estamos dizendo aqui, a maioria da população discorda. Essa é uma tentativa de construção de falsas verdades.

Também não sei de onde o Cipriano tirou a ideia de que hoje, no Brasil, há mais analfabetos do que anos atrás. Pesquisei isso também e verifiquei que hoje há índices menores de analfabetismo no Brasil e em Minas Gerais do que havia anos atrás. A taxa de analfabetismo no Brasil caiu, mas pode aumentar com o governo do Michel Temer. Não tenho dúvidas de que, pela negativa de direitos, muita coisa ruim aumentará, como a miséria, o desemprego, o trabalho infantil, o trabalho análogo ao escravo e a precarização das relações de trabalho. Na minha opinião, tudo isso aumentará, mas é falso dizer que a taxa de analfabetismo aumentou nos últimos anos.

O Syllas disse que o debate precisa ser mais democrático. Fiz as contas e concluí que 10 pessoas falaram na mesma linha; elas falaram mais do que eu. A mesa não foi composta para disputa de ideologia. Estamos com uma universidade à mesa, como estivemos pela manhã, assim como estivemos com o Estado. A composição da mesa seguiu uma lógica de representação da sociedade; não seguiu a lógica de representação da esquerda e da direita; a representação aqui é outra.



Vi um cartazinho de que ninguém falou, mas quero discuti-lo. Estava escrito: “Eu vim de graça”. Isso causa a ilusão, a falsa ideia de que nós, lutadores e militantes sociais, sempre somos pagos para estarmos nos espaços. A pessoa com o cartaz, que já foi embora porque quis, pois o evento ainda não acabou, não estava aqui de graça. Este espaço é pago com o nosso dinheiro, para que possamos discutir a participação popular. Ninguém está aqui de graça, nem ela, nem eu, nem Samira, nem o deputado Rogério Correia. Ninguém está aqui de graça. Essa é a falsa ideia de que o que é público é de graça e não me pertence. Enfim, essas coisas são meio estranhas, mas é importante fazermos este debate.

O Daniel trouxe um debate que – acredito – está na raiz de tudo. Tentei discutir, embora o tempo inteiro a tentativa tenha sido de desqualificar-me. Uma professora falar e os outros terem de ouvir é algo difícil. Estou aqui como mulher e professora; não estou aqui como doutora de nenhuma universidade. Para uma representação de trabalhadores, deve ter sido muito difícil essas pessoas ouvirem uma professora, mulher e trabalhadora falar de uma forma muito simples e tranquila. Trouxe elementos muito concretos em relação ao que acontecerá com o financiamento da educação. Trouxe elementos muito concretos sobre como serão afetadas as políticas relacionadas a educação, se continuarmos no rumo do governo que está em curso em nosso país. Trouxe muito concretamente o que é o pré-sal para a educação. Não haverá Plano Nacional de Educação se não tivermos o pré-sal, se tivermos todas as desvinculações no orçamento que estão sendo propostas e se a lógica do Temer tiver prevalecido. Vocês observaram que a diferença entre o que foi investido e o que o Temer investiria foi de R\$71.000.000.000,00? Essa foi a diferença de investimento na educação. Não há nada mais concreto e técnico que essas questões. As pessoas não quiseram dialogar com a realidade apresentada.

Daniel, respondendo à sua pergunta, tudo está comprometido. O Plano Nacional de Educação não será cumprido; nenhuma das suas metas será cumprida. Não serão alocados os 10% de investimento do Produto Interno Bruto na educação. Não será cumprida a meta, para que o professor receba o mesmo que as demais profissões de ensino superior. A Mônica lembrou muito bem que recebemos menos. Nada disso será cumprido, mas também não será cumprida nenhuma meta de ampliação do atendimento de políticas relacionadas a educação. Estamos diante da possibilidade do enxugamento. O Estado terá de sair do investimento na educação pública. Estamos nos defrontando com isso. Por isso optei por trazer as propostas que esse governo tem apresentado à sociedade. Precisamos debatê-las. Ficou profundamente estampado que não quiseram debater. Ninguém quer debater o fato de que, a qualquer momento, o Congresso Nacional pode aprovar uma lei que estabeleça não serem mais obrigatórios os 25% em educação, que cada governo investirá o que quiser. Isso não é importante? Ninguém quer debater a ideia de que o governo pode modificar o orçamento para que diminuam em mais de 50% os investimentos atuais em educação? Ninguém quer discutir isso? Em janeiro, quando não tivermos o próximo reajuste do piso salarial profissional nacional, a turma que vem dizer que professor é importante e que precisa de um bom salário dirá o quê? Não haver reajuste do piso faz parte do projeto que está em curso em nosso País. Ninguém quer discutir isso? Essas questões são muito concretas. O pré-sal tem de ir para as empresas estrangeiras e multinacionais? Não vamos debater isso? Nós, povo brasileiro, queremos que o dinheiro do pré-sal fique aqui, e que o lucro fique aqui, para que seja investido em educação e saúde. Eles não quiseram fazer uma série de debates. Cada um vai...

Enfim, o Leandro trouxe uma questão muito concreta. Leandro, o direito de greve é garantido pela Constituição Federal. Até que rasguem ou queimem a nossa Constituição, isso está garantido, e é um direito que pode e deve ser exercido por todos nós, trabalhadores. O sindicato sempre toma as medidas legais para isso, que é a notificação prévia com 72 horas.

A questão da perícia médica é muito nossa. Temos questionado e cobrado isso. É preciso humanizar as relações com os trabalhadores e trabalhadoras em educação, pois a profissão é muito sofrida. Não entendo como o governo Temer propõe aumentar o nosso tempo de contribuição para aposentadoria, e isso não traz incômodo. Se eu disser isso aqui, vão dizer que é ideológico. Se eu, mulher, professora, disser que terei de trabalhar 15 anos a mais que o necessário pelas atuais regras para me aposentar, dirão que isso é ideológico, e não uma discussão da situação do professor. Mas é isso que está em jogo, pois a reforma da Previdência poderá acabar com a aposentadoria especial de professor, já que entendem que a aposentadoria especial é um privilégio, e não desgaste da profissão. E eles podem igualar homens e mulheres na aposentadoria. Se eu fizer



esse debate, dirão que ele é ideológico, e não técnico para um fórum técnico. Quando os professores estiverem todos adoecidos em função das suas condições e do aumento do seu tempo de trabalho, lembraremos deste dia, em que deveríamos ter discutido mais.

Para concluir, gostaria de dizer que penso que já realizamos todos os debates, mas gostaria de responder a mais duas questões. Primeiro, gostaria de que o Caio Bellote, que nos chamou de vagabundos ao microfone, ainda permanecesse aqui. Chamar uma mulher de vagabunda e de corrupta, que foi o que ele fez aqui, é uma opção um pouco estranha para quem quer participar de um debate. Ter me chamado de vagabunda e de corrupta é um crime. Quero que ele responda por isso, amanhã, ou na sexta-feira, quando voltar. Já procurei me informar. Farei o registro na Polícia Legislativa, pois quero deixar bem claro que não me ofende ser chamada de comunista, como gritaram aqui euforicamente. Não me sinto ofendida por ser chamada de comunista, Gilson. Ser chamado de comunista aqui foi motivo de ofensa mais cedo. Agora somos dois comunistas à Mesa. Também não tenho medo de homem que, com o dedo em riste, começa a gritar comigo. Isso não me assusta e não me amedronta. Eles ficam de longe, gritando e apontando o dedo. Pessoal, isso não me intimida. Não tenho medo. Esses machistas são tudo que combatemos há muito tempo. Eles não me intimidam, mas, quando cometem crimes, precisam responder.

Por isso, Analise, quero terminar a minha fala fazendo uma saudação especial a você, pois é assustador o homem que mandou você calar a boca vir ao microfone e confessar a agressão feita durante o fórum metropolitano, achando que era correto interferir e agredir uma mulher, mandando que ela calasse a boca. E ele disse isso aqui no período da manhã.

Houve outras coisas, não é? Isso é inacreditável. Para nós mulheres, o problema é que, quando vem o primeiro tapa, temos de ir à delegacia, pois, depois, vem o segundo, o terceiro, o quarto, até ficarmos caídas no chão. Se não reagirmos às agressões, não sei o que acontecerá. Se fosse um homem, acho que ele não faria isso. Fui a única a ser chamada de vagabunda e de corrupta aqui. Estávamos as três mulheres do lado de cá. Não sei se você percebeu isso. Talvez tenhamos feito isso de propósito, por um instinto de sobrevivência e de proteção. Se fosse um homem, não sei se ele estaria aos berros gritando corrupto e vagabundo, que vive de dinheiro do sindicato. Não, eu não vivo disso. Sou professora, tenho 20 anos de profissão. A minha condição, a minha vida financeira e o que eu tenho é de uma professora com 20 anos de profissão, que está, há dois anos, sem reajuste salarial, pois a prefeitura de Betim congelou os nossos salários. Estou em uma situação um pouco pior, com carreira congelada, devido à calamidade financeira decretada pelo município. A minha vida é exatamente a de uma professora com jornada de 8 horas e com 20 anos de profissão. Não aceito ser chamada de corrupta. Não visto a camisa da Fifa para defender o verde e o amarelo. Não preciso vestir a camisa da Fifa para lembrar as cores da Bandeira do Brasil.

E vamos debater: a defesa é contra a corrupção. Como posso me incomodar com esse cartazinho “Fora Temer”? O Temer está inelegível. Ele já foi condenado por corrupção. Ele está delatado. Se sou contra a corrupção, teria de estar me manifestando contra o fim da Controladoria-Geral da União, pois era ela que fazia o controle da corrupção e das questões do governo federal. Esse foi um dos primeiros atos do governo Michel Temer. Se sou contra a corrupção, tenho de me incomodar com 170 deputados federais que disseram “sim” no dia 17 e respondem a processo de corrupção. O nosso problema é o nosso sistema político, é a não taxação das grandes fortunas, é achar que, toda vez que há crise econômica, o ajuste fiscal tem de ir para as costas do trabalhador. Quem pagará a conta desse golpe e dessa crise somos nós. Vocês acham que um acionista da Andrade Gutierrez paga 27% de Imposto de Renda? Vocês acham que os acionistas das grandes empreiteiras – tenho mania de citar a Andrade Gutierrez, nem sei por quê – pagam 1% sobre o lucro que recebem, enquanto nós pagamos mais de 50% dos nossos salários em impostos? O nosso problema está nas 8 mil contas do HSBC na Suíça, pois o povo manda dinheiro para o exterior para não ter de declará-lo, mas nós, servidores públicos, temos de declarar até um livro que temos na prateleira das nossas casas. E eles mandam o dinheiro para o exterior, e fica tudo bem. Se o debate é sobre combate a corrupção, vamos fazer isso. Vamos debater tudo, mas vamos exatamente fazer isso e não acreditar que quem pensa diferente é por algo ideológico e referente a outras questões.



Quero agradecer a oportunidade e dizer que o dia de hoje para a educação pública de Minas Gerais foi muito importante, pois demonstramos força e organização, com movimentos sociais e populares, trabalhadores em educação e estudantes. Isso os incomodou. Não se iludam, pois eles estão organizados. Eles dizem: “Não, não nos organizamos; fizemos os cartazinhos e, depois, vimos os de vocês”. Isso não é verdade. Eles estão organizados nacionalmente. Eles se organizam nacionalmente para saberem o que fazer e como criminalizar a nossa profissão. Eles estão indo às escolas estaduais de Belo Horizonte. Nós temos dificuldades em entrar em uma escola estadual para fazer um trabalho sindical, mas eles entram, ficam lá por três horas e vasculham as bibliotecas. Eles estão organizadíssimos. As propostas deles estão organizadas no caderno de textos que temos. Não há ninguém inocente e que tenha vindo espontaneamente. As pessoas vieram defender as suas posições. É legítimo que venham, assim como é legítimo o bom debate democrático.

Deputado Rogério Correia, terminarei falando novamente do Fora Temer. Michel Temer está implementando um projeto.

Quando escolhemos o vereador, o síndico de prédio, o prefeito, o governador, o presidente, nós o fazemos com vistas a um plano, a uma proposta que foi apresentada. Escolhemos a partir de um projeto que foi apresentado. A Dilma apresentou um projeto e foi eleita. O que está sendo implementado, neste momento, não é o projeto que a população brasileira escolheu em 2014. O nosso problema também é esse. Disputem as eleições, e que ganhem os melhores projetos, mas um governo interino, provisório fazer um plano de governo dos que perderam a eleição em 2014, e não termos o direito de protestar? Diminuir o investimento em saúde, educação, políticas sociais, fazer reforma trabalhista, reforma da previdência – tudo nas nossas costas –, e não termos o legítimo direito de protestar? E, quando protestamos, é hipocrisia, somos chamados de bárbaros, comunistas e outras coisas que o tempo não foi suficiente para anotar. Quando a gente protesta para que a nossa vida não piore, para que a vida da maioria da população não piore...

Então, quero dizer que o dia de hoje foi muito importante para a educação pública em Minas Gerais. Nós nos organizamos e fizemos o bom debate, que a sociedade está acompanhando. Para além dos muros desta Assembleia, a sociedade acompanhou esse debate, e acho que contribuímos para desmistificar essas histórias de que escolas têm partido e de que existe ideologia de gênero.

Nós precisamos realizar os debates. Parabéns para nós que fizemos o debate no dia de hoje, aqui, na Assembleia Legislativa.

O presidente – Antes de passar a palavra à Profa. Samira, agradeço a contribuição da Beatriz e digo que outra questão que precisamos desmistificar é esse moralismo seletivo, embora a vida cuide de fazê-lo.

O senador Aécio Neves foi citado 40 vezes na delação do Sérgio Machado, que é ex-senador do PSDB. Ele disse que, à época em que era senador, Aécio Neves conseguiu milhões para eleger 50 deputados federais, que o ajudaram a se eleger presidente da Câmara. Essa é uma denúncia do ex-senador do PSDB, que viveu de perto essa eleição do Aécio. Mais ou menos semelhante, embora a do Cunha tenha sido maior – diz o Gilson Reis que foram 150 deputados. Ele ampliou o escopo do Aécio Neves, mas isso já vem daí.

O problema é que temos, no Brasil... (– Intervenção fora do microfone.) O Prof. Aécio. O Aécio fica em 2º, não é? Até nisso o Cunha o passou; comprou 150 deputados; o Aécio, 50; continua em 2º lugar.

Mas a questão que precisamos discutir não é esse semimoralismo. O problema é que a democracia parlamentar institucional brasileira está falida, e esse debate precisa ser feito – não é apenas a Câmara Federal, o Senado, mas as câmaras de vereadores, a Assembleia Legislativa. É uma representação que não é uma representação real da sociedade brasileira. Por isso, cada vez há menos negros, menos mulheres, menos trabalhadores e trabalhadoras. Cada vez temos um número menor de representações populares e uma maior representação de latifundiários, de industriais, de pessoas que querem servir aos interesses dos monopólios, dos latifúndios.



A democracia brasileira precisa ser refeita, e só o será quando realizarmos uma assembleia nacional constituinte que possa fazer a revisão institucional e parlamentar da democracia, o que inclui o Poder Judiciário, que se acha Deus e sobre o qual não se tem qualquer controle. Esta democracia faliu.

Falava com a Samira sobre um comentário que o Prof. Bruno fez, dizendo que estávamos na fase de fazer a discussão para avançar. Quando estamos num período de avançar essa democracia, de repente, vem um retrocesso, um golpe. É triste termos de ficar discutindo, batendo boca, às vezes com posições tão reacionárias. Alguém falou nas trevas – mais ou menos isso –, o que nos lembra uma cruzada; parece que estão voltando à Idade Média. E já estávamos no ponto de fazer avançar a democracia.

Samira, isso nos deixa, às vezes, cabisbaixos; não desanimados, porque nós não abandonamos a luta. Mas já estávamos num patamar à frente. O que eu queria discutir aqui hoje é o papel deste Parlamento – que acho muito pouco representativo –, enquanto temos de discutir aquém do Parlamento, ainda, uma representação onde as pessoas tenham a liberdade de discutir o que queiram. Imaginem que retrocesso isso representa. Apresentei, recentemente, um requerimento para discutir como se faz a ressocialização de preso. Não me imaginava fazendo isso de novo; o Durval Ângelo fez isso tantos anos aqui nesta Assembleia, dizendo que o preso necessita ser ressocializado, que ele não pode ser torturado. Estamos voltando a discutir o que está acontecendo com os presos nos presídios, porque esse teor conservador que aqui se posicionou faz-nos voltar a um passado de retrocesso em que temos de rediscutir temas em que já tínhamos avançado.

Já era de bom tom, para mim, o fato de que tínhamos de sair desse tipo de presídio e ir para as Apacs. Visitei, outro dia, uma Apac maravilhosa, em São João del-Rei, em que os presos tomam conta de si próprios; não há um agente penitenciário, um guarda nem nada. Depois, fui à de Divinópolis, que foi a mãe de todas as Apacs, um modelo brasileiro que corre o mundo. Agora, estamos tendo de discutir, de novo, tortura em prisão, imaginem. E foi uma luta travada pelo Durval, pós-ditadura, anos e anos a fio.

Ficamos tristes de fazer a discussão do retrocesso, quando queríamos fazer a discussão do avanço. Eu gostaria de chegar aqui, hoje, e dizer o que não avançou no governo do Pimentel, na educação. Esse era o meu desejo. Falta avançar o quê? Onde é que não se avançou? Em vez disso, tenho de ficar discutindo ainda as trevas da época do governo Aécio Neves, porque há gente que defende o sistema educacional de até antes do Aécio, de tão atrasada que está. Paciência, não vamos perder o debate para as trevas, mas também não nos esqueceremos de que temos de avançar.

Amanhã teremos grupos de trabalho; façamos um esforço porque estamos num governo que precisa avançar mais do que avançou, que é o governo do Fernando Pimentel. Avançou – claro – em relação ao que era, mas muita coisa ainda precisa avançar. Vamos discutir à frente e deixemos as trevas para lá; vamos pensar no futuro, que esperamos seja melhor. E fora Temer!

Com a palavra, Samira, por favor.

A Sra. Samira Zaidan – Tenho a dizer que concordo com as palavras do Rogério, mas identifico-me mais com a fala da Beatriz. Como venho de uma militância política desde os anos 1960, acho um privilégio histórico ter uma mulher, como a Profa. Beatriz, no comando da CUT. Estava querendo falar mal nas costas dela, mas já que ela chegou... Acho um privilégio tê-la, por sua coragem, por sua sensatez, por suas posições, e sempre que a vejo sinto-me bastante identificada. O que ela fez aqui hoje mostra a sua liderança e o papel importante que tem desempenhado e irá desempenhar, porque o que vem pela frente não é brincadeira.

Queria comentar, ainda, um aspecto que precisamos colocar mais na roda, porque a escola sem partido é uma escola de partido único, quer dizer, é a escola de ideologia única – conservadorismo, não é? Prestei muita atenção, querendo entender aquele ódio, aquela raiva, enquanto poderiam ter-se inscrito para apresentar suas propostas. Pelo pouco que sei, existem propostas. Então, escola sem partido é escola de partido único, é escola de ideologia única, que é a ideologia conservadora, que querem seja a única a se manifestar. Sabemos que é fundamental que a escola informe, que oriente



eticamente, mas que não interfira na livre escolha de cada um. Isso não está em questão, ninguém está defendendo isso. Então, foi algo que me chamou a atenção.

Responderei à pergunta que a mim chegou: “Como é que a privatização pode aumentar a desigualdade?” O nosso grande lance é entender que a educação básica tem de ser um projeto social independente, e, por isso, tem de ser público. Não podemos ter uma educação básica que atenda a interesses de grupos: grupos religiosos, grupos empresariais, grupos partidários. Ela é muito mais do que isso. Como incluir o rico, o pobre, o negro, o índio? Como incluir todos os segmentos, nas suas diversidades, senão num projeto público? À medida que ele se privatiza, ele se torna privado, torna-se não público. E o grande problema da escola não é – eu diria hoje – a diversidade. Embora seja difícil separar uma coisa da outra, o grande problema da escola é a desigualdade, é a pobreza. O grande problema da escola são os alunos, são os estudantes, na cidade e no campo, que não têm condições de vida digna o suficiente para ter acessos. A escola ainda é esse lugar essencial de acesso. Claro que isso vem acompanhado da questão da diversidade. Os mais pobres são os negros. A incidência da identificação de uma coisa com a outra é muito grande. Mas temos estudado países em que a desigualdade econômica é pequena, e a diversidade sociocultural é enorme. Então, o problema é de outra natureza. Nós, aqui, temos de reequacionar os dois problemas, que são de natureza diferente, mas se relacionam.

Está claro que já existem vários conceitos. Por exemplo, fazemos a educação indígena na Faculdade de Educação da UFMG, e vocês já pensaram o que é formar um professor indígena numa escola de brancos? O que é isso que estamos fazendo? Existe o conceito da interculturalidade, que é o conhecimento da cultura, o conhecimento científico das modas e modos culturais, e o respeito a elas. Quer dizer, ao mesmo tempo em que os conceitos científicos que construímos, na matemática, na física, são ensinados, são acolhidos os conceitos diferenciados da história indígena. Há conceitos, há conhecimentos que já nos favorecem no entendimento de como traçar a diversidade.

Concluo dizendo que estamos num momento em que o nosso patamar político é a constituinte, é a Constituição. Acho engraçado porque, para nós, que somos filhos da ditadura e que militamos nos anos 1960 e 1970, tudo o que era constitucional, tudo o que era legal era contra nós. Então, a gente tem aquela postura: é lei, é polícia, então é ruim. Hoje sabemos que a Constituição é o patamar básico de direitos, porque a sociedade organizou-se por meio da Assembleia Constituinte e elaborou esse documento. Portanto, é um documento importante para ler, reler, repensar, porque é ele que estão querendo modificar.

O Miguel já foi embora. Concluo dizendo que não há como transmitir conhecimento na escola sem os conceitos de democracia, porque até a metodologia de ensino – que o professor usa para explicar um conceito, ou a organização que ele faz, na sala, em grupos, em duplas, em carteiras enfileiradas –, até isso diz de sua visão de mundo, de sua visão de sujeito, de sua visão de formação. Portanto, se estamos pensando numa ideologia única, carteira atrás de carteira, professor falando, e todo o mundo calado, isso também revela uma visão de mundo. Não existe transmissão de conhecimento, que é o papel principal da escola, sem que isso venha junto com uma visão de mundo. E a defesa da democracia realmente torna-se essencial tanto para conceber o sujeito que está na escola, como para tratar o próprio conhecimento que a escola tem a tarefa de transmitir.

Agradeço a oportunidade e espero que, como disse o Rogério, consigamos dar alguns passos nesse processo.

O presidente – Agradeço à Profa. Samira. Antes de terminar, passo a palavra ao nosso vereador Gilson Reis, que falou tanto em comunistas – ele que é vereador do PCdoB, Partido Comunista do Brasil, não come criancinha e é um grande companheiro. Acho que quem está comendo criancinha são outros, não é?

O Sr. Gilson Reis – Pessoal, quando aqui cheguei, vi uma frase sensacional, que é: “Menos Frota, mais Freire”. Acho que esse processo de debate na Assembleia Legislativa tem muito a ver com isso e com os acontecimentos dos últimos dias.

Essa intolerância, Bia, essa situação que estamos vivendo no mundo – não é só no Brasil, mas em grande parte do mundo – de intolerância, de avanço de um conservadorismo que beira ao fascismo, reproduz aquele assassinato em massa

ocorrido em uma boate nos Estados Unidos e reproduz na sociedade o ódio, também reproduzido aqui hoje, como vocês viram na parte da tarde.

Eu falava com o Rogério que fizemos o debate, na câmara municipal, no ano passado, sobre o Plano Municipal de Educação, e que essa turma esteve em pelo menos três audiências que convocamos para discutir o plano. Eles não queriam discutir nada relativo ao plano, metas, estratégias, etc. Eles queriam discutir a famigerada ideologia de gênero. E tentavam discutir isso em uma perspectiva de evitar que a sociedade pudesse discutir as várias formas de organização familiar que existem hoje e que estão presentes nas escolas e na sociedade. Então, é algo completamente fora de propósito.

Penso que temos de combater esse tipo de gente. Quando eu chegava nas audiências públicas, Rogério, estavam lá: a Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, a ordem de não sei o que lá. Pareciam aquelas cruzadas do século V, do século IV, e eles chegavam à câmara com posições completamente distorcidas da realidade atual.

Então, na minha avaliação, este debate aqui, na Assembleia Legislativa, que continua amanhã e depois de amanhã, tem dois grandes objetivos. O primeiro é que vi aqui a Bia com o “Fora, Temer”. O Plano Nacional de Educação e o Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional – PDE – estão em risco, porque estão caminhando no sentido de se retirarem de forma profunda recursos da educação, e com isso vamos inviabilizar qualquer projeto estratégico de educação no País. É como o Rogério falava: em vez de discutirmos aqui o avanço, estamos diante de um cenário de discutir retrocesso. Mas, como somos otimistas, temos de dizer que esses debates nos estados podem e devem reforçar a nossa ação contra o golpe e contra este governo, que caminha no sentido de reduzir e recolocar nossa educação no século passado. Isso ajuda no debate, Rogério, que está sendo travado aqui, em Minas Gerais, e também em outras Assembleias Legislativas pelo País afora. Então, é também um polo de resistência, de denúncia do desmonte da educação e da saúde em nosso país. E há um segundo elemento, que é justamente o debate que vocês acompanharam aqui, hoje, sobre a intolerância, para além da ideologia de gênero e outras questões que envolvem esse debate, essa escola sem partido. Porque, na verdade, é a escola sem ciência. Em última instância, é isso, ou seja, eles não querem ciência, a sociologia, a filosofia, enfim, as várias questões que envolvem a construção do modo de pensar de uma sociedade evoluída.

Então, temos também que firmar posição e combater esse tipo de gente, criando aqui, no Estado de Minas Gerais, um plano estadual que seja o contraponto àquilo que o Temer pretende para o País e que também seja o contraponto à nossa derrota na câmara municipal – porque fomos derrotados lá.

Para vocês terem ideia – concluo aqui, Rogério –, havia lá a questão do gênero alimentício no processo de transferência de recursos para a alimentação destinada às escolas municipais. Eles exigiram retirar o termo “gênero” porque não podia constar “gênero” no Plano Municipal de Educação. Vejam o limite a que chegamos nesse debate. Então, precisamos combater esse tipo de gente e construir uma perspectiva de enfrentamento ao golpe e de avanço na educação. Parabéns, e vamos à luta. Obrigado.

O presidente – Obrigado, Prof. Gilson Reis. Vamos partir então para o final. Gostaria de ler alguns anúncios para amanhã. “A Assembleia Legislativa de Minas Gerais e as entidades parceiras manifestam seus agradecimentos aos expositores e às expositoras, às autoridades, ao público em geral e aos telespectadores da TV Assembleia, e convida a todos os inscritos neste fórum técnico a participarem dos grupos de trabalho, que se reunirão amanhã, a partir das 9 horas, nos seguintes locais (...)”. Como vocês já tomaram conhecimento dos locais, não será preciso fazer a leitura deles novamente. Lembramos a todos que, para melhor orientação nas dependências da Assembleia, haverá mapas indicativos dos locais onde se realizarão os grupos de trabalho. Grupo 1 – Acesso e Universalização, no Auditório do Edifício Carlos Drummond de Andrade; Grupo 2 – Inclusão Educacional, Diversidade e Equidade, no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira, aqui, no Hall das Bandeiras; Grupo 3 – Qualidade da Educação Básica, no Auditório da Escola do Legislativo; Grupo 4 – Educação Profissional, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 4º andar, Sala 2 da GPI; Grupo 5 – Educação Superior, na Escola do Legislativo; Grupo 6 – Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, no Teatro da Assembleia; Grupo 7 – Gestão Democrática, na Escola do Legislativo; e Grupo 8 – Articulação entre os Sistemas de Educação e Financiamento, na Sala 3 da GPI, Rua



Rodrigues Caldas, 79, 4º andar, Edifício Tiradentes. Esses são os temas, que evidentemente são técnicos e políticos, para o debate que faremos amanhã em torno desse projeto da educação. E esses são os grupos, que se reunirão a partir das 9 horas, oito grupos.

Lembro que o projeto de lei foi enviado pelo governador e já está tramitando. O que fizemos foi realizar os debates em todas as regiões. Se não me engano, foram 17 encontros regionais em todo o Estado, com contribuição de todos eles sobre os temas. Ao terminar esse trabalho, faremos a compilação, e o governo apresentará um projeto substitutivo, que será debatido pelos parlamentares a partir do debate realizado. São temas importantes e um trabalho democrático. Pela primeira vez, conseguiremos constituir um plano decenal de educação com um debate, de fato, democrático.

ATA DA 22ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/6/2016

Presidência do Deputado Paulo Lamac

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Suspensão e Reabertura da Reunião – Apreciação de Questões de Ordem – Palavras do Sr. José Natal de Amorim – Palavras da Sra. Analise de Jesus da Silva – Palavras da Sra. Wilma de Oliveira Dias – Palavras da Sra. Clélia Márcia Costa – Palavras do Sr. Fernando Afonso de Rezende – Palavras da Sra. Francely Aparecida dos Santos – Palavras do Sr. Diego Roger Ramos Freitas – Palavras do Sr. Fabiano Gomes Leite – Palavras do Sr. Tiago de Souza Lima Gomes – Discussão de Propostas – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem a deputada e o deputado:

Marília Campos – Paulo Lamac.

Abertura

O presidente (deputado Paulo Lamac) – Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião à realização do fórum técnico Plano Estadual de Educação. Nesta manhã teremos a apresentação dos relatórios sobre o trabalho em grupo e a leitura e a discussão das propostas encaminhadas pelos grupos.

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. José Natal de Amorim, coordenador do Grupo 1 – Acesso e Universalização; as Exmas. Sras. Analise de Jesus da Silva e Wilma de Oliveira Dias, coordenadoras do Grupo 2 – Inclusão Educacional, Diversidade e Equidade; e Clélia Márcia Costa, coordenadora do Grupo 3 – Qualidade da Educação Básica; o Exmo. Sr. Fernando Afonso de Rezende, relator do Grupo 4 – Educação Profissional; a Exma. Sra. Francely Aparecida dos Santos, coordenadora do Grupo 5 – Educação Superior; e os Exmos. Srs. Diego Roger Ramos Freitas, coordenador do Grupo 6 – Formação e Valorização dos Profissionais da Educação; Fabiano Gomes Leite, relator do Grupo 7 – Gestão Democrática; e Tiago de Souza Lima Gomes, coordenador do Grupo 8 – Articulação entre os Sistemas de Educação e Financiamento.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Bom dia. Sejam bem-vindos à nossa plenária final. Acolhemos todos os presentes e participantes. Tenho algumas questões que queria compartilhar com vocês e outras que a gente vai tentar pactuar para os trabalhos do dia. Farei a abertura formal, e, em seguida, entraremos nos pontos de pactuação.

A presidência informa aos participantes e às participantes que esta plenária terá a seguinte organização – peço o máximo de atenção a essas regras da plenária final, antes de discutirmos alguns outros detalhes que gostaríamos de pactuar: apresentação em até 10 minutos dos relatórios aprovados nos grupos de ontem pelos coordenadores dos grupos de trabalho. Suspensão dos trabalhos para leitura pelos participantes do documento de propostas. A suspensão será de 20 minutos. Leitura, pela Mesa coordenadora dos trabalhos, do documento de propostas e levantamento de pedidos de destaques. Votação e aprovação, por maioria simples, das propostas não destacadas. Discussão e votação, por maioria simples, dos destaques. Apresentação e votação de eventuais recursos de rediscussão e moções. Leitura pela Mesa coordenadora dos trabalhos das entidades que compõem o comitê de representação do fórum técnico, conforme o regulamento. Entrega do documento final ao presidente da Assembleia. Encerramento do fórum. Essa é a tarefa que temos de vencer durante o dia de hoje.

Gostaria de informar ainda que, segundo o regulamento, as propostas originais, discutidas e modificadas nos encontros regionais, terão como redação final aquela aprovada nos grupos de trabalho ocorridos ontem. Portanto, essas redações não serão discutidas aqui, na plenária final. São aquelas deliberações terminativas dos grupos de ontem. No entanto, o regulamento estabelece que é facultada aos participantes a apresentação de um recurso de rediscussão daquela redação final das propostas originais aprovadas nos grupos de trabalho. É facultada, mas não é obrigatória. Falarei sobre os critérios que utilizaremos para o recebimento desses recursos de rediscussão.

Também poderão ser objeto do recurso de rediscussão aquelas propostas suprimidas ou rejeitadas pelos grupos de trabalho, entre as novas propostas oriundas dos encontros regionais ou das consultas públicas. Tivemos ontem um grande número de propostas suprimidas. Elas também podem ser objeto de pedido de recurso de rediscussão. Para apresentação desse recurso, em ambas as hipóteses, seja para trazer de volta alguma coisa que foi suprimida, seja para modificar alguma coisa que foi aprovada, o critério será o mesmo. A pessoa que deseja recorrer deverá coletar aqui, entre os participantes da plenária final, 100 assinaturas pelo menos – se for mais não tem problema – do total de participantes votantes presentes na plenária final, com os respectivos nomes e números de inscrição, que constam no crachá.

Os recursos com relação às deliberações dos grupos de ontem serão acolhidos mediante lista com assinatura de 100 votantes aqui da plenária final, com o nome e o número do crachá. Vejam bem, vamos receber esses recursos até a interrupção dos trabalhos para o almoço. Temos de voltar. A turma vai correr na hora do almoço. Temos de votar na parte da tarde, sabendo quantos são e quais são os recursos, para viabilizar os trabalhos. Pediremos às pessoas que se antecipem e façam isso até o encerramento, no horário de almoço. O que passar desse prazo não será acolhido. Teremos a manhã inteira, até a hora do almoço, para isso. Sabemos que recursos serão apresentados e acolhidos. Só estamos pactuando a forma, com as 100 assinaturas, de acordo com o Regimento e com o horário, que é até a hora do almoço, para que eles possam ser devidamente processados e preparados para o turno da tarde.

Somente participarão da plenária final as pessoas que participaram dos grupos ontem. Infelizmente já tivemos de fazer restrição de entrada de pessoas que são representativas no processo de educação, na discussão, no debate, mas, de acordo com o regulamento, não poderemos permitir sequer a entrada dessas pessoas. Neste ambiente, apenas os votantes estão autorizados a entrar.

Para as questões referentes a qualquer outro tipo de representação, se houver espaço, poderão ser ocupadas as galerias. Isso, caso haja espaço. Todo o espaço do Plenário e das galerias está reservado para as pessoas votantes. Caso não ocupemos, por exemplo, a galeria superior, poderemos abri-la para ouvintes. A intenção inicial é concentrarmos os votantes, ao máximo, aqui embaixo. Somente depois liberaremos o primeiro nível de galeria. Se necessário, posteriormente serão liberadas



as superiores. Por isso solicitamos a todos que forem colocar faixas que não tampem os vidros, que serão necessários em caso de votação.

Esclarecemos que a questão do recurso é com relação às pessoas presentes na plenária final, com o nome e número de inscrição, ou seja, às pessoas votantes da plenária final. Por mais que a pessoa tenha feito inscrição, se não participou dos grupos, ela não entrará no Plenário e não será considerada votante. Essa condição é apenas para o pessoal que participou das discussões do grupo de ontem. Isso está no Regimento e é praxe nos eventos desta Casa.

Vamos seguir porque temos mais algumas questões a tratar. Se houver qualquer dúvida ou necessidade de consulta aos resultados dos grupos de ontem, vocês podem procurar a assessoria. Todos os resultados estão disponíveis. Ontem um grupo se estendeu até o começo do dia de hoje. A equipe da assessoria da Casa ficou aqui pela madrugada para garantir o processamento de tudo. Mesmo aquilo que foi resolvido na madrugada já está processado e disponível. A equipe de assessoria da Casa pode tirar qualquer dúvida sobre qualquer deliberação ou votação do dia de ontem.

Outra informação para as pessoas que já estão se organizando a fim de tratar de recursos ou moções: recursos ou moções serão acolhidos no formulário adequado. Os formulários já estão disponíveis. Quem quiser trabalhar sobre os recursos ou sobre as moções, para economizar tempo e desgaste, por gentileza já o faça no formulário adequado que está disponível com a equipe da assessoria.

Queria agradecer à Secretaria de Educação, que disponibilizou a equipe de tradução em libras. Tivemos uma questão técnica na disponibilização da tradução na abertura deste fórum técnico, em sua etapa final. Fazemos o destaque da atuação da secretaria, que conseguiu viabilizar essa transmissão.

Há um último esclarecimento. Pedirei que use o microfone para que todos possam escutar. Esclarecimentos podem ser feitos.

A Sra. Patrícia Pereira – Bom dia. É sobre a questão dos destaques. Assim que a proposta for lida, as pessoas farão os destaques. Em que momento os votantes do Plenário poderão apresentar o contraditório ao destaque feito? Será permitido o contraditório? E se alguém pede, por exemplo, destaque e exclusão de uma proposta?

O presidente – Da mesma forma que nos grupos de ontem, o destaque é apresentado, e a pessoa que o apresentou tem a possibilidade de defendê-lo naturalmente.

A Sra. Patrícia Pereira – Sim. E o contraditório?

O presidente – Sempre será apresentada a pessoa para fazer o contraditório e defender o texto original, o texto não destacado. Sempre haverá essa possibilidade, exatamente como aconteceu nos grupos de ontem.

A Sra. Patrícia Pereira – Exatamente como o grupo. Após todos os destaques, a Mesa perguntará se alguém quer defender o texto original, e essa pessoa se apresentará, O.K.?

O presidente – Exatamente.

A Sra. Patrícia Pereira – Obrigada.

O presidente – Temos aqui três microfones e hoje, diferentemente do que foi na primeira plenária, isolamos já de imediato as áreas dos microfones. Há três ali atrás e este aqui na frente. Funcionou bem ontem nos grupos focarmos na temática da educação. Então, estamos solicitando a todos que não façam no ambiente da plenária uso de cartazes, faixas e manifestações. Tivemos esse momento democrático na abertura, e todo o mundo se manifestou. Ontem no encontro dos grupos não tivemos isso. Focamos na temática do nosso fórum técnico e hoje realmente vamos precisar do máximo de concentração aqui para vencer o desafio dessa pauta. Não será trivial. Portanto, vamos solicitar a todos o máximo de empenho possível para evitar dispersão com conteúdos que não sejam objeto do nosso fórum técnico.

O Grupo 2 foi que se estendeu um pouco mais ontem e não conseguiu concluir os trabalhos. Sendo assim, ficaram proposições sem serem apreciadas. Então, gostaria de dar-lhes ciência do seguinte: estamos convocando a comissão



organizadora – aliás, estou vendo alguns membros chegarem agora – para abrir o espaço para que os coordenadores dos grupos façam a leitura. No primeiro momento saltaremos o Grupo 2. Enquanto isso, farão a leitura o Grupo 1, o Grupo 3, o Grupo 4 e o Grupo 5. Gostaríamos de convidar a comissão organizadora para avaliarmos a questão de como ficará o encaminhamento dos tópicos que não foram apreciados ontem pelo grupo devido ao adiantado da hora – já era hoje. Então, ficaram vários tópicos sem apreciação que foram remetidos para a plenária final.

Naturalmente a plenária final vai ter de se debruçar sobre isso. Como isso é um ponto que estava omissa no regulamento, gostaríamos de convidar os membros que participaram do grupo de organização para que rapidamente pudessem se encontrar. Há uma sala de reunião ali ao lado. A leitura dos demais grupos estará acontecendo para não prejudicar aqueles que conseguiram concluir seu relatório e também o andamento dos trabalhos. Em seguida, já comunicaremos o ajuste em relação ao Grupo 2, basicamente com relação às proposições que não foram apreciadas ontem.

Só quero explicar a vocês essa questão da suspensão dos trabalhos porque algumas pessoas já estão habituadas às atividades da Casa, mas outras podem estar aqui pela primeira vez. Então, agora vamos passar à leitura dos relatórios dos grupos de ontem. Quem vai fazer essa leitura são os coordenadores, os participantes. Como estamos no Plenário da Assembleia, numa reunião oficial da Casa, em tese, as pessoas que estariam se manifestando seriam os parlamentares. Então, vamos suspender a reunião. É uma suspensão apenas formal para que as pessoas possam tomar conhecimento do trabalho. Vamos suspender a reunião, mas, por favor, todos permaneçam aqui porque vamos proceder à leitura do documento. Faremos a suspensão por 20 minutos. O objetivo é que cada um faça a leitura do documento. Enquanto isso, solicito à comissão organizadora que se dirija à sala de reunião. Está escrito aqui, é logo na saída do Plenário, à direita, a sala de reuniões. Em 20 minutos vamos nos reencontrar aqui. Esperamos que todos já tenham feito essa apreciação dos documentos. Enquanto isso, a equipe de assessoria estará à disposição para tirar qualquer dúvida e para disponibilizar os formulários de moção e os formulários para recurso. Alguma questão ou dúvida sobre os encaminhamentos do dia de hoje? Então, é isso.

Quero reafirmar que lamentamos, mas não vamos abrir exceção em relação ao ingresso nessa área de pessoas que não tenham participado dos grupos de ontem.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência suspende a reunião por 20 minutos para que os participantes façam a leitura do documento de propostas e a comissão organizadora se reúna, de pronto, na sala de reuniões. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos. Neste momento farão uso da palavra os coordenadores ou relatores dos grupos de trabalho para apresentação do relatório das atividades do seu grupo. Cada um disporá de até 10 minutos. Peço que sempre sejam o mais sucintos possível. Vamos começar pelo Grupo 1. Gostaria de compartilhar com os senhores e com as senhoras as discussões que fizemos junto à comissão organizadora sobre o segmento dos trabalhos notadamente com relação à questão do Grupo 2, que remeteu toda a apreciação de estratégia para a plenária final. Entendemos que a plenária final é instância legítima para apreciação do nosso fórum técnico, então, acolhe a decisão do Grupo 2 de encaminhar para apreciação da plenária final. Seguiremos a deliberação do Grupo 2 trazendo para cá a análise de cada uma daquelas estratégias.

Por uma questão de racionalização do tempo, vamos começar com o Grupo 1, conforme o previsto, mas o Grupo 2 vai demandar um grande empenho, um grande esforço. A nossa intenção é começar com o Grupo 2 logo após o almoço para que possamos seguir sem interrupção. Já são 10h30min, vamos avançar no Grupo 1, porque o Grupo 2 vai demandar algumas horas de trabalho desta plenária, e interromper esses trabalhos no meio foi compreendido como prejudicial para a sequência. Então vamos avançar no Grupo 1 conforme o previsto. Tendo tempo, seguiremos o Grupo 3, que é muito curto. Começaremos na parte da tarde com o Grupo 2 para que possamos fazer o debate da pauta do Grupo 2 sem interrupção. Vamos discutir até

encerrar a pauta do Grupo 2, partindo em seguida para os demais grupos que ainda não tiverem sido apreciados na parte da manhã.

Uma dúvida está sendo trazida: se vamos apreciar todo o Grupo 2. Não, apenas as questões remetidas para a plenária, naturalmente, como todos os outros grupos. Conforme o regulamento, o que foi terminativo no grupo. Apenas as questões que foram remetidas serão tratadas e aquelas já previstas no regulamento, que são oriundas de propostas novas.

Apreciação de Questões de Ordem

O presidente – Temos questões de ordem. Com a palavra, Arnaldo.

O Sr. Arnaldo Godoy – Bom dia. Paulo Lamac, serei rápido. Ontem ficamos aqui até a meia-noite. A minha proposta é curta e grossa: para as propostas que foram suprimidas nos grupos não cabem recursos, senão não valerá nada o que discutimos aqui ontem. Estou querendo evitar perda de tempo. Então, para o que foi suprimido ontem em todos os grupos não cabe recurso. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto: em relação aos sujeitos incluídos nas políticas de educação que forem incluídos em todos os grupos também não cabe destaque para retirá-los. São essas duas questões de ordem, Paulo Lamac, e que isso seja posto em votação imediatamente.

O presidente – Arnaldo, apenas esclarecendo, isso está no regulamento publicado.

O Sr. Arnaldo Godoy – Não está. O que está no regulamento é que cabe recurso nas questões suprimidas.

O presidente – Não, Arnaldo. Fiz aqui a leitura do regulamento. Ele prevê explicitamente o resgate de questões...

O Sr. Arnaldo Godoy – Pois é, Paulo, mas o Plenário é soberano. Ele pode contrariar o que está no regulamento. Por isso existe a plenária.

O presidente – Arnaldo, recebemos a sua sugestão e lhe agradecemos. Obrigado.

O Sr. Arnaldo Godoy – Eu quero que se coloque em votação porque o Plenário é soberano.

O presidente – Acolhemos a sua proposta, mas isso está posto em regulamento, e não vamos mudá-lo agora na plenária final.

O Sr. Arnaldo Godoy – Para que serve plenária, Paulo? É para isso, é para superar os impasses.

O presidente – Esta plenária vai apreciar as proposições, e vamos realmente partir para discuti-las.

O Sr. Arnaldo Godoy – Então os trabalhos de ontem não valeram nada. É isso. Todos vão recorrer às questões suprimidas.

O presidente – Há critérios para se recorrer. É preciso a assinatura de 100 pessoas, Arnaldo. Com a palavra, Diego.

O Sr. Diego Roger Ramos Freitas – É muito breve. O item 58 do art. 17 do regulamento indica que, nessa sessão plenária, poderão ser discutidas pelo próprio Plenário as propostas, objetos de discussão, que tenham tido redação terminativa nos grupos, que foram suprimidas ou rejeitadas. Há uma situação complicada no Grupo 2 porque houve uma série de estratégias que não foram votadas, não tiveram uma formulação terminativa, não foram suprimidas nem rejeitadas. Parece que o objetivo dos grupos de trabalho de ontem era precisamente cumprir o trabalho de redação terminativa. Evidentemente a Mesa tomou a decisão de jogá-las para o Plenário. Na minha opinião – e posso estar equivocado – isso feriria o regulamento porque elas não são objetos do que está aqui colocado.

Gostaria que esta questão de ordem fosse considerada, não porque não foram discutidos os elementos disso, até porque esses elementos entraram em todos os grupos de discussão, de todas as faixas etárias. Era só isso.

O presidente – Agradecemos a questão de ordem e, da mesma forma, quero esclarecer que a comissão organizadora já interpretou que o envio que o Grupo 2 fez para a plenária final supre essa interpretação que o Diego trouxe. Realmente foi levantada, e tratamos como caso omissis. Obrigado, Diego.

Com a palavra, Leonardo.

O Sr. Leonardo – Bom dia a todos. Quero parabenizar a Mesa, sei que todos que estão aqui têm grande capacidade de ocuparem, mas, em nome da Rede Estadual de Proteção da Família, queria dizer que tentamos enviar representantes à Mesa, inclusive, fizemos contato diretamente com o Paulo, e não conseguimos. Ontem levantamos essa questão no Grupo 2, e a parte técnica da Assembleia afirmou-nos que os critérios estavam no site da Casa. Não fomos comunicados, não sabemos onde está, e o critério de composição da Mesa, na nossa mente, na nossa cabeça, ainda não está esclarecido, respeitando todos que estão aqui, inclusive, ontem a liderança da professora foi muito bem colocada.

Então queria uma explicação de qual é o critério, porque o viés de trabalho foi único, sem pluralismo e sem condição de se manifestar. E isso não é democrático. Quero falar que fizemos, inclusive, um contato direto com V. Exa., Paulo, através do Raimundo, mas não nos deu nenhum tipo de posição. Obrigado.

O presidente – Vamos fazer o esclarecimento. De fato, como houve levantamento dessa questão, queria aproveitar para deixar muito claro o processo. Não apenas esta atividade, este fórum técnico, mas todos os eventos institucionais da Assembleia seguem o mesmo padrão. Seminários, fóruns técnicos ou qualquer evento promovido pela Assembleia Legislativa sempre têm o mesmo procedimento: começam com uma chamada de instituições para a comissão organizadora. Sempre é dessa maneira, inclusive, tivemos algumas pessoas ligadas ao movimento de vocês em algumas das reuniões da comissão organizadora, que, vai realizando semanalmente ou quinzenalmente as reuniões, onde é discutido o dimensionamento da atividade, como será a interiorização, aonde serão feitos os processos de interiorização. Cada uma das etapas é deliberada pela comissão organizadora. Evidentemente, nós da Casa fazemos parte, mas as pessoas da sociedade civil é que fazem essa deliberação. Então queria deixar claro que os convidados que vieram não apenas a esta Casa, mas ao interior fazer palestras, foram pessoas propostas pela comissão organizadora, que vem se reunindo semanalmente há praticamente um ano.

Não é uma decisão do parlamentar, não é uma atividade do parlamentar fazer esse tipo de interferência, inclusive, gostaria de dizer que cada um dos coordenadores de grupo foi indicado da mesma forma. Os coordenadores desta Mesa estavam no regulamento. Em todos os eventos institucionais da Casa, os coordenadores de grupo vêm à plenária final fazer o relatório dos seus trabalhos de grupo. Então não é uma Mesa escolhida a dedo, é uma Mesa que, conforme todos os eventos da Casa, vem trazer a público o resultado dos trabalhos dos grupos.

Vencidos os esclarecimentos, gostaria de passar a palavra a José Natal de Amorim, coordenador do Grupo 1. Neste momento vamos passar a palavra ao Grupo 1. Peço a compreensão de todos.

A Sra. Karla Coelho – É uma questão de ordem. Gostaria de fazer a seguinte proposição. Ontem o Grupo 2, com praticamente dez horas de trabalho e duas metas, não conseguiu encerrar.

Gostaria de propor que o Grupo 2 ficasse para o final da plenária, devido à amplitude da discussão que vai acontecer com essas questões. Os outros grupos são menores, com estratégias menores, mais fáceis de votar.

O presidente – Karla, apenas para esclarecimento, já tratamos dessa questão no âmbito da comissão organizadora e vamos realmente iniciar a parte da tarde com essa questão.

A Sra. Karla Coelho – O.K. Obrigada.

O presidente – Neste momento vamos passar a palavra ao Grupo 1 para sua apresentação. Com a palavra, Sr. José Natal de Amorim.

Palavras do Sr. José Natal de Amorim

Bom dia a todos e a todas. Neste momento começo a fazer o relato do Grupo 1, que tratou da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e da alfabetização. Queria dizer, com muito prazer, que o Grupo 1 foi um grupo exemplar, como tudo deve ser feito na educação. Os meus companheiros de grupo, todos os que participaram, as noventa pessoas estão de parabéns.



Gostaria de agradecer o apoio das pessoas da GP, que nos deram o máximo de carinho e compreensão na hora das decisões mais importantes do grupo. São elas: Celina, nossa consultora da Assembleia; Patrícia, da GPI; e Daniela, que nos auxiliaram na hora dos relatórios e principalmente das decisões. Queria agradecer também ao Prof. Adelson, da Secretaria de Estado de Educação, que esteve conosco, abrindo os trabalhos; e ao Prof. Otávio, do Fórum Mineiro de Educação Infantil, com quem dividi e a mesa de trabalhos.

Queria dizer que, no decorrer do trabalho, todas as questões foram democraticamente discutidas e que trazemos a vocês sete indicações para aprovação da plenária final. Em momento nenhum, tivemos problema ou nenhuma discussão acirrada. Tudo correu na mais perfeita normalidade, como deve ser feito. Essas sete questões serão apreciadas, são questões, propostas novas, além das Metas 1, 2, 3 e 5, que vieram das regionais, serão apreciadas e aprovadas hoje.

Queria fazer meu agradecimento a todos. Que tenhamos sucesso total, apesar das adversidades. Na verdade, com tudo isso que falamos, gostaria de ressaltar que o grupo foi tão coeso que iniciamos com um abraço fraterno a todos e terminamos com uma oração para fechar bem os nossos trabalhos. Obrigado.

O presidente – Nós agradecemos ao José Natal de Amorim e passamos a palavra às Sras. Analise de Jesus e Wilma de Oliveira, coordenadoras do Grupo 2.

Palavras da Sra. Analise de Jesus da Silva

Bom dia a cada um e a cada uma. Entenderei se alguém do Grupo 2 tapar os ouvidos um pouquinho, porque, afinal de contas, ontem ouviram a minha voz por aproximadamente 13 horas de trabalho do grupo. O Grupo 2, só os fortes entenderão, é um grupo que começou a trabalhar às 9 horas em ponto, com uma votação que definiu por aguardar os companheiros até 9h15min. Fomos até 12h30min, interrompemos e, às 14h7min, retornamos nossas atividades. Então o Grupo 2 veio para trabalhar, e não temos dúvida de que tudo que vivenciamos ontem faz parte desse trabalho de construção de uma educação que seja para todas as nossas crianças, os nossos adolescentes, os nossos jovens, os nossos adultos, os nossos idosos.

Ontem éramos 180 cidadãos e cidadãs no grupo. Gostaria que as pessoas ficassem de pé, para o povo o que é o Grupo 2. Levante, Grupo 2. Vamos lá. Vejam todos lá em cima. Todos de pé para deixar claro quem somos, porque, com todas as diferenças que temos, lutamos pela diversidade, a diversidade das pessoas com deficiência, a diversidade das pessoas da educação de jovens e adultos, todos os sujeitos que ali estão contidos, a diversidade de todas as pessoas, que avaliamos não podem ter nenhum direito a menos. No Grupo 2, para que tudo funcionasse e desse certo, houve muitos momentos de tensão, e essa tensão é própria das questões que foram discutidas no grupo. O que trazemos a vocês no documento que pode ser apreciado é que discutimos três metas, que vieram do documento original, e fizemos a proposição de outras duas metas. Uma delas compreendemos que não era uma meta, mas uma estratégia; e a outra aprovamos como meta, que deverá passar a ser a Meta 21, se aprovada por este Plenário.

Em relação à educação especial que é tratada na Meta 4 do Plano Estadual de Educação – PEE –, trouxemos 10 proposições; em relação à educação de jovens e adultos, que é tratada na Meta 8 do PEE, trouxemos 17 proposições; e em relação à alfabetização de jovens e adultos – e estamos falando de um público de 15 milhões de pessoas, com mais de 15 anos de idade, não alfabetizados –, trouxemos a meta já aprovada e 11 estratégias a serem apreciadas por este plenário. Entendemos que a Meta 21 era uma estratégia, e aprovamos a Meta 22, que virá para cá para que suas estratégias sejam discutidas por este plenário. Foram momentos muito interessantes.

Quero agradecer muito a algumas pessoas em especial. Quero agradecer as pessoas que nos levaram à mesa ontem café, biscoito de polvilho, que não dou conta de ver mais na minha frente, bala, bolo, água de coco, para darmos conta de segurar energia, pastilha para garganta na hora em que a nossa voz começava a falhar, e, em especial, o carinho e a solidariedade.

Quero agradecer muito a estas pessoas: D. Wilma; Ricardo, Hugo, Pedro e Angélica, da GPI; Ana Cristina, da Consultoria de Cultura e Educação da Assembleia Legislativa; os dois rapazes do som, dos quais eu, embora tenha



conversado com eles durante todo o dia, não registrei os nomes; e o pessoal da Polícia do Legislativo que estava conosco e contribuiu em vários momentos em que foi necessária a presença deles. Foi graças a elas e ao carinho, à solidariedade e à compreensão de que estávamos no grupo que conseguimos produzir aquilo que cada um de nós entende como sendo o melhor para todos os estudantes deste Estado – e não somente os da rede estadual, mas também os das redes municipais dos 853 municípios e os das redes privadas, porque as escolas privadas também estão sendo tratadas no Plano Estadual da Educação, e os da educação superior, que merecem e têm direito. Foram 66 novas estratégias e 121 possibilidades do tipo 4, 4.1 e 4.2. É por isso que trouxemos aqui o documento que vocês receberam hoje, com quatro páginas e meia de contribuição do que a gente deu conta de fazer.

Estou falando nesse tom para que a gente consiga sensibilizar cada um e cada uma de vocês quanto à importância da temática que o Grupo 2 discute. Não é algo que se pode discutir da perspectiva técnica; é algo que precisa contar com a perspectiva técnica, algo que precisa contar com o domínio da legislação pertinente, algo que precisa, fundamentalmente, contar com a nossa capacidade de compreender que educação neste país, há 516 anos, tem sido um direito negado. Precisamos que o sujeito da inclusão e o sujeito da educação de jovens e adultos sejam compreendidos, como diz a Constituição Cidadã de 1948, como sujeitos de direito.

Mais uma vez, quero agradecer a cada um e a cada uma que estiveram comigo e com a D. Wilma, no Grupo 2. Quero também dizer que sigamos, pois a gente ainda tem muito a percorrer até o dia em que sair publicado no *Minas Gerais* o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais. Obrigada.

O presidente – Com a palavra, a Sra. Wilma de Oliveira Dias.

Palavras da Sra. Wilma de Oliveira Dias

Na verdade, a Analise já disse tudo que a gente gostaria de falar aqui. Represento a arquidiocese Regional Leste 2 da CNBB. Queria dizer que o grande elã do nosso grupo foi carinho, acolhida e presença participativa. Como foi bom! A gente que trabalha numa arquidiocese do tamanho de Belo Horizonte sabe o que é uma grande assembleia. O nosso grupo, realmente, foi digno desse trabalho.

Ao mesmo tempo em que quero agradecer ao Grupo 2 a beleza do trabalho, quero dizer a todos os presentes que precisamos resgatar essa acolhida, precisamos resgatar o amor um pelo outro. Vou pedir a mesma coisa que pedi ontem: sem falar, mas olhando nos olhos do outro, façam um cumprimento ao seu irmão.

O presidente – Obrigado, Wilma. Neste momento, vamos escutar os grupos, Diego. As questões de ordem poderão ser apresentadas depois.

A Sra. Analise de Jesus da Silva – Como ele está falando sobre algo que eu disse aqui que não é real, como coordenadora e relatora do grupo, peço que ele fale agora, e não depois.

O presidente – A Mesa compreendeu a sua ponderação, Analise, mas vamos ouvir agora a coordenadora do Grupo 3, Clélia Márcia Costa.

O Sr. Diego Roger Ramos Freitas – Só quero deixar registrado o nosso descontentamento, pois lamentamos que seja calada a nossa posição, sendo que a própria coordenadora da Mesa considera que deveríamos falar. Isso é antidemocrático.

O presidente – Registrado. Sempre abriremos espaço para o contraditório nos momentos adequados, no decorrer desses trabalhos. Com a palavra, a Sra. Clélia Márcia Costa, coordenadora do Grupo 3.

Palavras da Sra. Clélia Márcia Costa

Bom dia a todos e a todas. No Grupo 3, estiveram inscritas 66 pessoas e há 89 propostas para ser votadas e avaliadas pelo grupo, que foi bastante participativo. Tivemos problemas no início para pegar o ritmo de trabalho com a metodologia, porque os textos eram mais complexos, diferentemente dos encontros no interior, mas depois foi muito bom, houve muito debate, destaques e conflitos. Isso foi muito rico, pois não devemos fugir dos conflitos.



Quero testemunhar que participei de 11 dos 12 encontros, e percebemos no Estado de Minas Gerais um interesse e um compromisso com a educação. Quero cumprimentar e agradecer o trabalho das 467 superintendências, que pegaram com afinco esses encontros. A equipe da superintendência, os diretores educacionais, secretários municipais que participaram do debate – não foram somente à apresentação –, professores, sistema prisional, professor das turmas iniciais, professoras primárias, estudantes estavam no encontro regional e estão presentes aqui. O sindicato também esteve presente. Foi muito rico o nosso trabalho e essa ideia de discutir o plano no Estado inteiro deu certo.

O debate de hoje não será fichinha, mas isso não será problema. Ele vai dizer do compromisso que temos com a educação do nosso Estado. Quero parabenizar a todos nós por dedicarmos uma parte tão grande da nossa vida, e tenho orgulho disso. Estamos escrevendo uma história da educação no Estado de Minas Gerais, no País, na cidade de Belo Horizonte. Paulo, estamos de parabéns, e foi muito bom. Eu me diverti bastante, trabalhei muito, conheci várias pessoas que estavam nos encontros regionais e estão aqui hoje, o que foi muito bom e gratificante. Parabéns para todos nós.

O presidente – Obrigado, Clélia. Com a palavra, o Sr. Fernando Afonso de Rezende, relator do Grupo 4.

Palavras do Sr. Fernando Afonso de Rezende

Bom dia a todos. O Grupo 4 trabalhou Educação Profissional, com as metas da Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional e a educação profissional de nível técnico.

Tivemos 48 inscritos e a participação de 32 pessoas. No Grupo 4, analisamos 51 propostas, entre metas e estratégias. As Metas 10 e 11 fizeram parte do documento de propostas para discussão dos grupos de trabalho nessa etapa final. O andamento dos trabalhos deu-se de forma bem harmônica e democrática, com a discussão de todos, sendo garantida e respeitada a fala dos que quiseram se manifestar sem nenhum contratempo. Foi de forma muito democrática.

Em relação à Meta 10, que foi aprovada, 12 estratégias originais que sofreram modificações durante os encontros regionais foram aprovadas e 1 foi suprimida. No tocante às novas estratégias priorizadas nos encontros regionais e recebidas pela consulta pública, 3 propostas foram aprovadas e 3 foram suprimidas. No que concerne à Meta 11, que foi aprovada, as 14 estratégias originais que sofreram modificações durante os encontros regionais foram aprovadas. No que foi pertinente às novas estratégias priorizadas nos encontros regionais e recebidas pela consulta pública, 7 propostas foram aprovadas e 9 foram suprimidas. Ao final, foram aprovadas 38 propostas, entre metas e estratégias, e 13 foram suprimidas. Essa é a síntese do relatório do Grupo 4, Educação Profissional.

Neste momento parabenizo todos os grupos e o Grupo 4, pelo comprometimento que estamos sentindo de cada um que se fez e está presente aqui hoje, na etapa final dos fóruns, e também pelo envolvimento nesta etapa. Então, parabenizo cada um de vocês e a todos pelo envolvimento e comprometimento.

Quero agradecer especialmente à Superintendência Regional de Ensino de Uberaba, da qual faço parte, por meio da nossa superintendente, Profa. Marilda, que nos incentivou como profissionais da educação a participar e nos envolver no fórum regional nesta etapa final. Obrigado à Superintendência Regional de Ensino e à Marilda e sua equipe. Também agradeço à Secretaria de Estado de Educação, que oportunizou com esta Casa a participação de todos nós, profissionais da educação, na elaboração do Plano Estadual de Educação para Minas Gerais em que todos estamos inseridos. Obrigado a todos vocês. Parabéns pelo comprometimento e envolvimento de todos.

O presidente – Obrigado, Fernando. Com a palavra, Francely Aparecida dos Santos, coordenadora do Grupo 5.

Palavras da Sra. Francely Aparecida dos Santos

Bom dia a todos e a todas. Nosso grupo, Educação Superior, iniciou as discussões às 9h30min e encerrou-as às 20 horas. Dos 23 inscritos, tivemos 13 participantes. Temos três metas. Trabalhamos com a Meta 12, Acesso à Educação Superior; com a Meta 13, Melhoria da Qualidade da Educação Superior; e com a Meta 14, Acesso à Pós-Graduação. Dos trabalhos realizados ontem, trazemos a esta plenária final uma estratégia relativa à Meta 12, Acesso à Educação Superior;



quatro estratégias relativas à Melhoria da Qualidade da Educação Superior; e uma estratégia relativa ao Acesso à Pós-Graduação, que é a Meta 14.

Queremos agradecer a participação de todos os componentes que estiveram ontem conosco, todas as pessoas que participaram, discutiram. O grupo era pequeno, mas complexo, bem participativo, bem interessante. Essa é a proposta que trazemos a esta plenária final. Muito obrigada.

O presidente – Com a palavra, Diego Roger Ramos Freitas, coordenador do Grupo 6.

Palavras do Sr. Diego Roger Ramos Freitas

Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar a plenária, todos os integrantes da Mesa e os deputados desta Casa, na pessoa do deputado Paulo Lamac. Vou fazer uma avaliação bem sucinta.

Como a nossa agenda e o nosso dia estão bem apertados, tentarei ser bastante objetivo.

A avaliação do Grupo 6 foi muito positiva, e não só da parte da Mesa, mas também de todos os participantes. Todos com quem tive a oportunidade de conversar e que me procuraram espontaneamente fizeram uma avaliação muito positiva. Então, foi um trabalho hercúleo, de mais de 12 horas. Conseguimos construir uma dinâmica onde o regulamento foi estritamente observado nos momentos de tensão. Além disso, permitiu ser abrandado nos momentos em que a construção coletiva das propostas era mais importante. Então, conseguimos balancear muito bem uma agenda apertada de um grupo grande e complexo. Tratava-se do segundo maior grupo deste fórum, com uma quantidade muito grande de propostas. São quatro metas e dezenas de estratégias, mas conseguimos. Foi uma vitória de todos, do coletivo. Portanto, todos fomos vitoriosos.

Os participantes desse Grupo 6 tiveram todo o mérito e êxito, porque foi um exercício de cidadania, um debate pautado sempre pelo respeito. Não tivemos momento algum em que isso deixou de estar presente. Então, foi um trabalho construtivo. O que recebemos dos 12 encontros regionais já era um documento de grande legitimidade. Creio que conseguimos torná-lo ainda mais próximo e qualificado para ser encaminhado a esta plenária final e, em seguida, à votação na Assembleia.

Gostaria de agradecer a oportunidade de ter participado desse processo. E participei desde os primeiros momentos, desde a redação inicial do texto básico, que foi encaminhado e, em seguida, trabalhado pelo fórum estadual de educação. Tive o privilégio de contribuir com a construção desse fórum. Por isso agradeço também o privilégio de ter aprendido, e aprendi muito. Foi um privilégio ter tido o contato com pessoas maravilhosas, como o deputado Paulo Lamac e os demais parlamentares que nos acompanharam, deputados Rogério Correia e Professor Neivaldo e a deputada Marília Campos. Não podemos deixar de reconhecer o empenho da equipe da GPI, uma equipe enxuta, mas de excelente qualidade, composta de pessoas de grande expressão. Além disso, da minha equipe, da Secretaria de Educação, a qual me atura todos os dias lá, pessoas da maior qualidade, e dos meus companheiros de luta, que são de coração. Cumprimento cada um deles. Tenho tido a oportunidade e o privilégio de conhecer pessoas em todos os cantos do Estado. Quero cumprimentar também o pessoal da Beatriz Cerqueira e todos os companheiros de luta do Sind-UTE. Agradeço à minha família a paciência e os momentos de ausência. Foi um trabalho que demandou muito esforço. Ontem foi só um exemplo disso. Quando cheguei em casa, já eram mais de 23h30min. Isso não foi só ontem. Ocorreram vários encontros regionais e momentos de ausência pelas viagens. Isso tudo não seria possível sem o suporte da família em casa, dos companheiros do trabalho e do nosso coletivo.

Para encerrar, ontem, durante o intervalo do almoço, fui entrevistado por uma repórter que me perguntou qual seria a meta que eu destacaria como a mais importante do Grupo 6. Esta foi a minha resposta: “não consigo responder a essa questão”. Primeiramente é difícil – e acho que nem é possível – identificar, do Grupo 6, ou melhor, de todo o plano estadual, a meta mais importante. Não se deve perguntar isso. Na verdade, todas as metas têm a sua importância. Então, disse-lhe que não destacaria meta alguma, mas sim o Grupo 6, por si só. Em que sentido? Ele é um grupo estratégico. O próprio título desse grupo, Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, explica que são metas estratégicas para que as demais sejam efetivadas. Por que isso? Porque toda e qualquer política educacional é gestada, ou seja, nasce dos gestores, mas só consegue ser efetivada, implementada e materializada no mundo real com o trabalho dos servidores, dos profissionais da



educação e de todos os servidores. Portanto, política alguma educacional sairá do papel nem da cabeça se não for por meio de um trabalho – no caso de Minas, das oito carreiras. Por isso esse grupo é estratégico e cuida de formação e valorização. Por quê? Sem esses profissionais e essas ferramentas, nenhuma política sairia do papel.

Então, é um grupo estratégico. Para encerrar, durante a plenária, nos debates da quarta-feira, um dos pesquisadores disse: “é preciso um momento de união”. E realmente é isso, gestores e trabalhadores têm realmente de se unir, porque o nosso inimigo não está aqui dentro, não está dentro da educação, ele está lá fora. Precisamos unir gestores e trabalhadores porque o desafio da educação é muito maior. Estamos adentrando em tempos em que esses desafios podem ser ainda maiores. Vimos, na quarta-feira, o que estamos falando. Temos de nos unir, porque é com o trabalhador valorizado, com autoestima resgatada, com perspectiva de carreira – e falo isso para toda carreira, o magistério, o administrativo, para tudo –, com esse pessoal, que todo e qualquer governo vai poder construir a política educacional que estamos tendo o privilégio de começar a planejar para os próximos 10 anos. Obrigado.

O presidente – Obrigado, Diego. Agora, Fabiano Gomes Leite, relator do Grupo 7.

Palavras do Sr. Fabiano Gomes Leite

Bom dia. Cumprimento todos os integrantes da Mesa, na pessoa do presidente, deputado Paulo Lamac, a quem apresento meu apreço pela condução deste fórum; e também todos os credenciados pelo esforço que fizeram em abrir mão de seus afazeres para dedicar esse tempo, de forma altruísta. Destaco aqui os membros do Grupo 7, que me deram uma aula de democracia. Se vocês quiserem se levantar para se apresentarem ao Grupo 7, assim verei vocês todos. Um abraço caloroso a todos. Cumprimento ainda os cidadãos das galerias pela participação, estendendo meu agradecimento a todos que nos acompanham pela TV Assembleia; e os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste fórum; os funcionários da ALMG e toda a imprensa presente.

Aproveito este momento para me apresentar. Meu nome é Fabiano Leite, não tenho ligação com sindicatos de educação, nunca fui político, apesar de achar que todo ser humano é político. Sou apenas um pai de três filhos que estudam em escolas públicas: o infante Artur, no Imaco, uma escola municipal; o adolescente João Vítor, na Leopoldo de Miranda, que é estadual; e o jovem Gustavo, que entrou recentemente na UFMG e está cursando odontologia, a profissão do pai, também oriundo de escola pública, da Leopoldo de Miranda.

Fui escolhido relator do Grupo 7 no início dos trabalhos e, ao final, numa decisão entre os coordenadores Imaculada, Maria José e Luiz, fui destacado para apresentar os relatórios dos nossos trabalhos neste Plenário, dando minha visão de pai, a pedido deles, sobre esse tema “Gestão democrática”. Isso muito me engrandece e espero não frustrar as expectativas de todos os que me confiaram tamanha responsabilidade. Tenho uma missão pessoal a dizer a cada um de vocês: que vocês estejam confiantes quanto aos temas polêmicos. Antes de se tornarem um problema, poderão ser barrados em oportunidades futuras. Haverá dispositivos na lei que assegurarão isso.

Peço muita tranquilidade e muita serenidade nessa hora, de todos os lados. Tudo isso vai poder ser edificado num futuro breve e ainda vai passar pelos deputados. Não há necessidade de exaltação de nenhum dos lados; vamos fazer um processo tranquilo, que será mais rápido e menos desgastante para todo mundo.

Nossos trabalhos foram abertos pelo Sr. Vladimir, da Secretaria de Educação, que foi brilhante em nos lembrar que a escola vem sendo construída historicamente ao longo dos tempos. Não foi um ato perfeito descido dos céus, como ele disse, e dessa forma compreendo que seja passível de erros e precisa ser aperfeiçoado continuamente. Neste momento, temos a opção de avançar nesse aperfeiçoamento aprovando os itens e olhando para o futuro, para o bem-estar dos estudantes e para a condução do nosso estado e do nosso país. Neste momento, exalto a importância deste fórum de educação para os nossos filhos.

A análise dos números dos nossos trabalhos mostra o quanto foi tranquila nossa tarefa.

Tivemos 27 itens destacados, dos 30 ao todo do nosso grupo. Logo, somente 3 itens foram aprovados sem destaque. Entretanto, 3 tiveram os destaques retirados. Dos 24 restantes, em 17 ocorreu consenso após aglutinação, sendo que, desses, 8 foram pela supressão do item. Dessa forma, somente em 7 itens tivemos de escolher entre um e outro destaque. Tudo isso ocorreu graças ao brilhante e democrático trabalho do Luiz.

A votação dos itens que virão para plenária será muito tranquila no Grupo 7. Senti muita falta dos pais nesse grupo. Quando vi a convocação para o fórum, havia entendido que era para nós, pais, comparecermos a fim de tomar as decisões pertinentes à educação de nossos filhos. Na verdade, nós, pais, somos muito desorganizados institucionalmente, não nos envolvemos como devemos na escola. A Constituição de 1988 assegurou a participação comunitária nas tomadas de decisões das escolas, mas os pais não deram a devida importância. Em compensação, os sindicatos souberam ocupar esse espaço, desde então. Praticamente todo o nosso grupo era de sindicalizados. Assim, as decisões passaram dos pais para os sindicatos, que ficaram com o bônus e com o ônus. O bônus de ter a possibilidade de construir um projeto de educação, segundo suas convicções, e o ônus de fazer esse projeto dar certo.

A democracia é muito bonita e oferece condições de ajustar a rota permanentemente, a partir de mecanismos legais que permitem, por meio do voto, a sua correção. Isso é o que estamos fazendo aqui e o que futuramente haverá em outros fóruns. Novas oportunidades haverá para aqueles que não se sentirem satisfeitos. A essas pessoas eu me dirijo em particular: tenham paciência, o que vem sendo construído a muitas mãos, durante décadas, foi feito com pouquíssima presença dos pais. Vamos para as escolas de nossos filhos, participar do dia a dia deles, ajudar os professores, apoiar o educador, que é um amigo. Novas oportunidades de revisão do PEE como essa virão. Façam-se presentes em todas as etapas do processo estando nas escolas, porque assim podemos contar com o bom senso e a habilidade dos gestores para contornar situações polêmicas no dia a dia da escola.

Há muitas outras leis, além da educação, que já garantem aos pais, aos professores e aos alunos direitos e deveres que não poderão ser negociados. Aqui cabe uma reflexão sobre o quanto o Estado deve intervir no indivíduo, nas escolas ou até mesmo nas instituições. Ontem, quando apresentamos o trabalho final que vai ser lido, havia leis que aumentam a importância das representações populares dando autonomia a quem tem poder de decisão. Nós, cidadãos comuns, estamos colocando em eleição direta cargos, principalmente os tradicionalmente indicados. Discutimos meritocracia, certificação, treinamento, tudo para colocar o ensino na mão do indivíduo, não deixando somente na mão do Estado a tomada de decisão. Isso é gestão democrática.

Fiquei muito satisfeito em ouvir do nosso grupo que professor estuda, luta pelos seus objetivos, organiza e busca qualificação profissional para os nossos filhos, para que eles possam ser reeducados por professores com mestrado e doutorado. Pena que toda essa luta não é a realidade que vemos ainda, não por conta dos professores, mas por conta do sistema educacional defasado, que não contempla a qualidade de ensino da forma que deveria, não valoriza corretamente o professor, não dá o valor devido ao aluno.

Vou abster-me de citar índices educacionais, especialmente em relação aos demais países, porque cada um sabe a sua parcela de culpa. Nem toda luta travada pelas instituições organizadas da sociedade foram suficientes para tirar o Brasil da condição apresentada pelos índices. Melhoramos dia a dia, mas muito lentamente. Por quê? Faço essa reflexão para ser respondida individualmente, num breve silêncio.

Novamente insisto, nós, pais, precisamos compreender a importância de ser organizados. Em toda essa análise sobre educação, pudemos ver que a nossa ausência permitiu que os sindicatos passassem a ocupar os espaços de discussão. Com isso eles assumiram a responsabilidade de desenvolver o debate e, por conseguinte, passaram a ter o domínio na tomada de decisão, trazendo um olhar técnico de educação, mas perdendo a proximidade dos pais e dos seus anseios.

Isso ocorreu por conta dos próprios pais, que se ausentaram não somente dos debates, mas das escolas também.

Esse é o nosso relatório. Espero ter sido preciso em relação ao que ocorreu ontem durante os trabalhos. Agradeço aos colegas do grupo temático, que foram verdadeiros mestres ao me ensinarem tanto. Tive aula de democracia, de respeito ao próximo e suas ideias, de cidadania. Espero ter compartilhado o que aprendi com todos vocês através dessas palavras. Agradeço por me mostrarem a realidade de uma escola pública que só pode ser conhecida se houver maior envolvimento da sociedade. Encontrei professores generosos que não mediram esforços para compartilhar suas experiências. Até permitiram que um representante dos pais fosse escolhido para falar em nome do grupo, pedindo inclusive minha opinião sobre os temas tratados. Nada mais democrático que um pai representar um trabalho de grupo que discute questões democráticas, numa comissão representada praticamente por sindicatos. Agradeço aos presentes, aos telespectadores da TV Assembleia, a todos que tornaram este fórum possível. Bom trabalho a todos. Devolvo a palavra ao presidente da Mesa.

O presidente – Obrigado, Fabiano. Com a palavra, Tiago de Souza Lima Gomes, coordenador do Grupo 8.

Palavras do Sr. Tiago de Souza Lima Gomes

Bom dia a todos. Estou aqui para apresentar o trabalho do último grupo. O nosso tema foi “Articulação entre os sistemas de educação e financiamento”. Tivemos a alegria de reencontrar muitas pessoas que estiveram conosco no interior, durante os encontros regionais. Como participamos de muitas reuniões, ficamos felizes ao reencontrá-las. Originalmente, só tínhamos 6 propostas, mas, em razão dos debates, totalizamos 34. Isso reflete bastante o anseio pela melhoria da qualidade da educação e por novos tipos de financiamento.

O grupo começou com uma abertura muito boa. O Prof. Jaques, nosso superintendente regional em Uberlândia, fez um histórico sobre a base legal do financiamento e os sistemas de educação, além de debater sobre a qualidade do ensino e nos mostrar como tornar os gestores mais compromissados. Isso serviu de base para o grupo, que é relativamente pequeno. Havia 45 inscritos, mas trabalhamos com pouco mais de vinte pessoas – não sei o número certo. Ficamos discutindo o assunto até as 18 horas. Não ficamos perto do Grupo 2, mas foi muito bom, tendo em vista o número reduzido de propostas. Conseguimos aprovar quase todas, sendo que duas ficaram no caderno antigo; as Propostas nos 20.30 e 20.34 foram suprimidas. As demais foram aprovadas, sendo algumas modificadas. Como a maior parte das propostas era de construção, quase todas sofreram algum destaque ou modificação na etapa final.

Acho que isso reflete muito bem a proposta dessa organização, uma vez que, como o Diego bem lembrou, estamos, há mais de um ano, nesse processo. Não sei os números corretos, mas foram 25 reuniões preparatórias para chegarmos a esse ponto. É muito importante essa preocupação de participação de todas as pessoas, de todos os grupos que quiseram participar e que estiveram presentes nos encontros regionais, nas reuniões de preparação e que estiveram presentes também aqui, nesses três dias. Estamos começando o terceiro dia agora e sabemos que temos um dia inteiro de muita luta pela frente.

Então, os números do grupo são esses. São bem simples. Agradeço a presença de todos e a oportunidade. Agradeço também às pessoas que ajudaram nesse processo, bem como às equipes da Assembleia e da Secretaria de Educação, enfim, às pessoas que estiveram presentes. Agradeço a todos a oportunidade de estar aqui. Muito obrigado.

Discussão de Propostas

O presidente – A presidência informa aos participantes e às participantes que esta plenária terá a seguinte dinâmica, no tocante à discussão das propostas:

1 – A coordenação vai ler cada proposta e receberá os pedidos de destaque, que deverão ser feitos oralmente, através dos microfones do Plenário. Apenas o nome será registrado aqui.

2 – Os destaques podem ser feitos para suprimir ou modificar a proposta. A fim de agilizar os trabalhos, a coordenação solicita aos participantes que as alterações sejam substanciais, relacionadas ao conteúdo das propostas, evitando-se mudanças pouco significativas ou de mera correção de redação. Pessoal, esse texto ainda vai passar por várias mãos. Então, mexer em texto e em redação não faz o menor sentido. Realmente, vamos discutir conteúdo.



3 – Esgotada a leitura de todas as propostas e inscritos os pedidos de destaque, a coordenação submeterá as propostas que não foram destacadas à aprovação em bloco pela plenária. Vamos fazer isso com o material de cada grupo.

4 – Aprovado o documento de propostas, salvo destaques, será concedida a palavra por até 2 minutos a cada participante inscrito para a apresentação do seu destaque, alternando-se um favorável e outro contrário à proposição, se houver divergência. Iniciado o regime de votação, não será permitida a apresentação de questões de ordem, de encaminhamento ou de qualquer natureza.

Indago se há compreensão das regras.

Havia solicitações de apresentação de questões. Se quiserem fazer o uso da palavra, vamos passá-la. O Diego foi o primeiro a solicitar.

Gostaria de pedir que, se forem questões de ordem, elas sejam apresentadas de pronto. Caso não seja, peço a compreensão, pois não vamos conceder a palavra para nenhum outro tipo de assunto.

O Sr. Fábio Garrido – Meu nome é Fábio Garrido. A questão de ordem está sendo apresentada para solicitar que seja formada uma comissão dos próprios participantes, que pode ser da própria coordenação dos grupos, a fim de fiscalizar as moções que estão sendo apresentadas, porque há indícios, suspeitas, de moções que estão vindo com assinaturas de fora do Plenário. Por isso perguntei, no início, se seriam assinaturas de pessoas presentes no plenário ou não. Isso seria um golpe no nosso procedimento. Essa é uma forma de garantia de transparência no processo. Caso contrário, as questões que foram suprimidas, vão ser, depois, reapresentadas com a assinatura de pessoas que não estão no Plenário.

O presidente – Essa questão foi tratada pela comissão organizadora, que optou pelo recebimento para apreciação, *a posteriori*, por parte da equipe da organização.

Então, as moções serão recebidas e apreciadas pela equipe da Casa e, naturalmente, votadas na plenária. A simples apresentação de uma moção ou de um recurso não implicará em aprovação. Evidentemente isso será apreciado pelo Plenário. Essa questão já foi avaliada pela comissão organizadora, e as moções e os pedidos de recursos deverão ser entregues à assessoria, que vai checar. Esse foi o procedimento. Não há impedimento, se as pessoas quiserem acompanhar. Todos os processos aqui são transparentes e podem ser acompanhados, seja de verificação de contagem, seja de verificação dos processos. Mas o procedimento será o encaminhado pela comissão organizadora.

Com a palavra, o Diego.

O Sr. Diego – A questão de ordem diz respeito à exposição feita pela Sra. Analise, que não nos parece representar exatamente o que aconteceu ontem, no Grupo 2. Nesse sentido, gostaríamos de apresentar a nossa inconformidade, ainda que reconheçamos a grande paciência com que ela dirigiu o grupo ontem. Queremos manifestar que houve dois elementos que não foram registrados e que foram apresentados ontem, e o senhor estava em um deles. Houve dois momentos em que se solicitou que a inconformidade dos presentes, que aproximadamente eram 35%, 40% dos que estavam no grupo, fosse registrada, e isso não apareceu aqui. Um foi uma votação em que o senhor estava presente. Estão pedindo-me que fale em português, e acho que estou falando em português. Peço desculpas se não estou fazendo isso de forma correta. Tenho 15 anos no País, mas me desculpem se não falo bem o português.

Então, em concreto, eu queria só registrar, pontualmente, que, numa votação, não houve maioria para uma moção, uma proposta que foi apresentada. Houve empate de 43 a 43, e depois houve um voto de Minerva da Mesa. Você falou que houve um equívoco na contagem, e a contagem final, numa segunda votação, foi de 51 contra 78. A nós nos parece que não é correspondente essa explicação de erro na contagem. Mais de vinte, quase trinta votos. Então, queremos que isso fique registrado, porque houve expressamente a solicitação, e a inconformidade foi mostrada.

E a última – e termino – é a questão da reformulação de uma meta que foi apresentada ontem, depois que o processo de votação para essa emenda havia terminado. Já concluo. Isso fere o regulamento, e mostrei isso para a Mesa no início. Se a Mesa decidir outra coisa, tudo bem. A única coisa que estamos pedindo é se considere o que foi registrado. Pronto. E a Mesa

decidirá. Mas estamos inconformados, porque foi apresentada uma visão de que tudo foram flores ontem, naquela discussão acirrada, evidentemente, e não foi assim. Houve uma discussão intensa e objeções pontuais ao processo. Obrigado.

O presidente – Diego, gostaria de deixar o esclarecimento de que todas as questões de ordem que foram levantadas ontem estão devidamente registradas. Informo que elas não precisam ser reproduzidas aqui, pois já fazem parte do registro do grupo. Então, os questionamentos que foram apresentados já foram registrados, e tudo foi devidamente apreciado ontem.

Partirei imediatamente para o conteúdo do Grupo 1, lembrando que estamos recebendo moções e recursos até o intervalo do almoço.

A exemplo do que houve ontem, procederemos à leitura, e as pessoas que quiserem podem proceder a algum tipo de destaque, dentro dessa objetividade. Inclusive, acolhemos ontem, no Grupo 2, e adotaremos aqui também a observância de que, se houver destaques com conteúdo repetido, consideraremos que apenas um já contempla a apreciação da plenária.

Então, com a reprodução do mesmo conteúdo, evitamos a repetição de votação.

– Procede-se à discussão das propostas.

Encerramento

O presidente – A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 23ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/6/2016

Presidência dos Deputados Paulo Lamac e Rogério Correia

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Apreciação de Questões de Ordem – Apresentação, Discussão e Votação das Propostas e dos Destaques – Apreciação de Recursos de Rediscussão – Apreciação de Moções – Entrega do Documento Final – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem a deputada e os deputados:

Marília Campos – Paulo Lamac – Rogério Correia.

Abertura

O presidente (deputado Paulo Lamac) – Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião à realização do fórum técnico Plano Estadual de Educação.

Composição da Mesa

O presidente – A presidência convida a compor a Mesa a Exma Sra. Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária de Estado de Educação; o Exmo Sr. José Natal de Amorim, coordenador do Grupo Acesso e Universalização; as Exmas. Sras. Analise de Jesus da Silva e Wilma de Oliveira Dias, coordenadoras do Grupo Inclusão Educacional, Diversidade e Equidade; e Clélia Márcia Costa, coordenadora do Grupo Qualidade da Educação Básica; o Exmo. Sr. Fernando Afonso de Rezende, relator do Grupo Educação Profissional; a Exma. Sra. Francely Aparecida dos Santos, coordenadora do Grupo Educação

Superior; e os Exmos. Srs. Diego Roger Ramos Freitas, coordenador do Grupo Formação e Valorização dos Profissionais da Educação; Fabiano Gomes Leite, relator do Grupo Gestão Democrática; e Tiago de Souza Lima Gomes do Grupo Articulação entre os Sistemas de Educação e Financiamento.

Registro de Presença

O presidente – Registramos a presença do vereador Gilson Reis, do Município de Belo Horizonte.

Apreciação de Questões de Ordem

O presidente – Duas questões, antes de passarmos à leitura de documentos de proposta.

Teremos questão de ordem, antes, porém, gostaria de compartilhar com vocês um convite, pois já estava aguardando aqui a leitura há mais tempo.

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social da Assembleia vai, juntamente, com entidades sindicais e populares, realizar audiência pública para debater propostas de retirada de direitos previdenciários dos trabalhadores, aposentados e pensionistas. Vai acontecer na quinta-feira, dia 23, às 14h, aqui na Assembleia. É um convite do deputado Celinho do Sinttrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social desta Casa. Fica feito o convite.

Sobre a questão de ordem que foi apresentada ao final do turno da manhã pelo Raimundo, que ainda não retornou, a presidência esclarece que ela procede. A maneira como nós, inclusive, encaminhamos ontem no Grupo 2, era abrindo o contraditório a cada proposição destacada. Assim foi conduzido o trabalho ontem do Grupo 2 o dia inteiro. Então, estamos acolhendo a questão de ordem formulada, porque ela realmente procede. É literal no art. 17 do nosso Regimento.

O Sra. Analise de Jesus da Silva – Boa tarde a cada um e a cada uma. Sou Analise, membro do Fórum Estadual de Educação, professora da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenadora do Fórum Mineiro da Educação de Jovens e Adultos – Fomeja.

A questão de ordem que quero apresentar à Mesa é no sentido de que ampliemos o prazo para apresentação de recursos e moções até as 15 horas, por mais 1 hora a partir do retorno que estava marcado para as 14 horas, com a mesma situação, com a senha e assinatura, do jeito como foi descrito que deve ser, desde que consigamos ampliar o prazo até as 15 horas. Não estou alterando nada na forma.

O Sr. Daniel – Não sei se é uma questão de ordem. Gostaria de expor uma questão para Mesa que diz respeito ao andamento dos trabalhos. Como todos os temas já foram discutidos nas regionais e ontem também nos grupos temáticos, proponho que limitemos em três destaques por item. Acho que conseguimos trabalhar e aglutinar se houver mais de uma corrente. Esse é o encaminhamento ou uma questão de ordem que faço à Mesa.

O presidente – Pode ser compreendida, sim, como uma questão de ordem. Só preciso entender a sua proposta. Como você vai definir se houver 10 pessoas querendo fazer essas inscrições?

O Sr. Daniel – A Mesa limitaria a três pessoas. Podem ser as três primeiras.

O Sra. Analise de Jesus da Silva – Solicito que a questão de ordem que coloquei, que não tem a ver com a questão que ele está colocando agora, seja apreciada.

O presidente – Procede. A proposta é a ampliação do prazo para apresentação de recursos e moções até as 15 horas. Quem for favorável levante o cartão. Quem for contrário levante o cartão. Então fica prorrogado até 15 horas, seguindo os mesmos requisitos do regulamento.

Daniel, temos realmente aqui uma problemática objetiva para acolher o seu encaminhamento. Vamos seguir o regulamento. Caso consigamos sistematizar e pactuar uma outra dinâmica, nós a seguiremos. Se for algo pactuado, poderemos avançar. Colocar em votação a mudança do regimento eu gostaria de evitar.

O Sr. Geraldo Luiz Costa Júnior – Minha questão de ordem é que não sejam deletados os destaques feitos mesmo quando não aprovados. Os destaques são ideias. Por mais que as circunstâncias atuais não permitam...

O presidente – O.K. Já está absorvida a questão de ordem, Geraldo. Muito obrigado. A ordem é que realmente prevalece o texto na votação.

Apresentação, Discussão e Votação das Propostas e dos Destaques

O presidente – Voltamos ao texto. Eu queria ir lá para frente, mas estamos ainda na primeira página. Mas vamos lá. Então, seguindo a ordem e também o que havíamos pactuado, damos início às discussões.

– Procede-se à apresentação, discussão e votação das propostas e dos destaques.

Apreciação de Recursos de Rediscussão

O presidente (o deputado Rogério Correia) – Neste momento, analisaremos os recursos de rediscussão. Vamos aos recursos.

– Procede-se à apresentação de recursos de rediscussão.

Apreciação de Moções

O presidente – Agora são as moções. Não há discussão nas moções, ou seja, ou se vota a favor ou contra. Não existe alteração em texto de moção, mas pode haver defesa.

Ellen Vieira Santos, da Fetaemg. A Ellen está aí? Vamos ler. “A educação ofertada nas áreas rurais esteve deslocada da realidade camponesa e dos seus sujeitos. Sendo assim, a Fetaemg, na sua luta incessante pela garantia do direito à educação e a favor de um campo com gente e escolas, considera que é estratégico e coerente, diante da dívida histórica com as populações do campo, aliadas nos processos formais de educação, que o Projeto de Lei nº 2.882/2015, que trata do Plano Estadual de Educação, tenha o dever e o compromisso, em cooperação com os entes federados, de considerar e incluir ações concretas de efetivação do direito à educação no campo, em todos os níveis de ensino.” Alguém deseja fazer alguma defesa em contrário? Não. Alguém quer falar a favor? Então vamos votar. Quem for favorável à moção apresentada pela Fetaemg, a favor da escola rural, da escola de educação rural, levante o crachá. (– Pausa.) Quem for contrário levante o crachá. (– Pausa.) Então está aprovada a moção.

Agora vamos votar a moção do Max Pereira Ziller, de Uberlândia, da União Nacional dos Estudantes – UNE. O Max está presente? Vou ler sua moção, Max. “O fórum técnico Plano Estadual da Educação vem, por meio desta, apoiar a criação da CPI da Uemg para investigar o uso do dinheiro público pelas fundações privadas atuantes na Uemg e a gestão da universidade: fraudes em concurso público, contratação de professores-fantasmas, gestores que estão recebendo até 50% acima do teto salarial, além do Portal Transparência, do governo federal, e ainda apontar como empenhados gastos com programas que não existem, como o auxílio-alimentação, o auxílio-transporte e o auxílio-moradia. Tudo isso demonstra um grave e mau uso do dinheiro público. Em defesa da educação, do bem público e da ciência e da tecnologia das universidades mineiras, queremos a implementação da CPI da Uemg.” Alguém deseja se contrapor à moção? (– Pausa.) Os companheiros que são favoráveis à apresentação dessa moção levantem os crachás. (– Pausa.) Podem abaixar. Os companheiros contrários levantem os crachás. (– Pausa.) Então está aprovada a moção a favor de uma CPI da Uemg.

Análise de Jesus da Silva, do Fórum Mineiro de Educação de Jovens e Adultos. Moção sobre a necessidade do fortalecimento do Fórum Nacional de Educação e do Fórum Estadual de Educação. “Assim, como previsto na Lei Federal nº 13.005/2014, que homologa o Plano Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Educação e o Fórum Estadual de Educação são instâncias legalmente instituídas com a responsabilidade de acompanhamento, monitoramento e apoio à efetivação dos diversos planos estaduais educacionais. Ademais, esses fóruns funcionam como espaço de controle social e participação efetiva cidadã. Nesse sentido, o fortalecimento dos fóruns supracitados são fundamentais à construção democrática e à concretização dos Planos Nacional e Estadual de Educação, espelhando a vontade popular.” Alguém quer encaminhar em



contrário? (– Pausa.) Podemos votar então. Os companheiros e as companheiras favoráveis à moção apresentada pela Análise levantem os crachás. (– Pausa.) Podem abaixar. Agora os companheiros contrários à moção podem levantar os crachás. (– Pausa.) Aprovada a moção.

A última moção é da Profa. Patrícia Pereira e do Gabriel Lopo, do Sind-UTE e da oposição da UNE. “Com base na Constituição da República de 1988 e nos princípios fundamentais, art. 3º, inciso IV, que rege que constitui objetivo da República Federativa do Brasil promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, repudiamos as manifestações sexistas, homofóbicas, racistas e de incitação ao ódio colocadas em Plenário e em alguns grupos de trabalho, especialmente no Grupo 2, por integrantes dos movimentos Patriotas e Escola sem Partido. Nós, participantes do fórum técnico Plano Estadual de Educação, não aceitamos, como natural, posturas discriminatórias e criminosas como essas nos espaços públicos de participação cidadã. Reiteramos a nossa defesa do Estado Democrático de Direito, laico, inclusivo, justo, solidário e soberano. Reafirmamos ainda o nosso compromisso com a escola pública de qualidade e democrática. ‘Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco a sociedade muda’, Paulo Freire.” Essa é a proposta de moção da Patrícia e do Gabriel. Alguma defesa em contrário? Moção tem defesa, o que não se pode fazer é alguma alteração no texto. Pois não, Diego.

O Sr. Diego de Jesús Hernández – Quero começar dizendo que não pertenço ao Grupo Patriotas nem à Escola sem Partido. Estive no Grupo 2, com muitos dos que ainda aqui estão, e gostaria de rejeitar essa moção, precisamente porque ela diz falsidades. Dessa forma, peço que sejam anexadas a ela as posturas discriminatórias e criminosas que estão dizendo que aconteceram no Grupo 2. Isso não aconteceu, e, se aconteceu, que se comprove para que ela seja aceita.

É importante dizer que isso afeta todos os que participaram do Grupo 2, ao lado desses movimentos que aí estão. Está parecendo que fomos todos nós que assumimos essa posição, o que não é verdade. Muito menos é verdade que a Escola sem Partido seja um projeto que amordaça o professor. Isso não é verdade. Não é verdade o que a sindicalista falou. Muito pelo contrário, porque garante a liberdade plena, na medida em que todas as propostas serão colocadas com pluralidade. Basta ler o *site*. O que a senhora disse hoje se contrapõe ao que disse no dia em que estive à Mesa. Hoje a senhora entrou em contradição.

Por último, gostaria de dizer que tanto o grupo Patriotas quanto o grupo Escolas sem Partido não são grupos vinculados, na minha opinião, a nenhum partido político, ou melhor, nesses grupos, há pessoas de vários partidos. (– Manifestação da plateia.)

O presidente – Deixem o Diego terminar. Depois haverá uma defesa a favor da moção, e, em seguida, vamos votá-la. Pois não, Diego.

O Sr. Diego de Jesús Hernández – Parece-me que as pessoas que conheço do movimento Escola sem Partido e do movimento Patriotas têm pluralidade de opção partidária. É uma mentira que a Escola sem Partido seja mantida pelo PSDB. Isso é uma mentira. Há muitas pessoas plurais nesses dois grupos.

O presidente – Obrigado, Diego. Alguém deseja fazer a defesa da moção? O Prof. Fábio a fará.

O Sr. Fábio – Vou fazer a minha defesa e depois você apresenta o que quiser, amigo.

O presidente – Diego, só um minutinho, que vou organizar. Foi feita uma defesa contrária à moção pelo Diego. Volto a lembrar que moção tem defesa, o que não tem é alteração do texto. O que você fez foi uma defesa em contrário, e agora ele defenderá a moção. Na moção, pode haver uma defesa a favor e outra contra. Se for necessário, posteriormente faremos o inverso, mas agora vamos deixar ele fazer a defesa da moção. Faremos o encaminhamento depois.

O Sr. Fábio – Se há defesa em contrário, também há defesa em favor. Isso é uma questão lógica.

O presidente – Agora ele fará a defesa dele, e depois analisarei a questão de ordem. Pois não, Prof. Fábio. Enquanto ele faz a defesa dele, vou analisar a questão de ordem. Só um minuto, Fábio. Então deixe ele fazer a questão de ordem, só



para eu entender do que se trata. Diego, por favor, pode fazer a sua questão de ordem. Quero entender o que é a questão de ordem dele.

O Sr. Diego de Jesús Hernández – Simplesmente até o momento, quando acontecia uma moção, o rito seguido seria alguém para defender e depois o contraditório. E, neste momento, V. Exa. fez isso.

O presidente – Sim, eu solicitei. Eu invertei?

O Sr. Diego de Jesús Hernández – Sim, inverteu, exatamente, e isso me parece desleal.

Quando senhor chamou, primeiro, alguém para defender ninguém apareceu.

O presidente – O.K. Podemos corrigir isso. Isso é o de menos. Você fez uma defesa contrária. Abrirei uma defesa favorável ao professor e, depois, abrirei uma defesa favorável novamente e uma contrária, a fim de termos duas defesas.

O Sr. Diego de Jesús Hernández – Eu pediria...

O presidente – Abre-se uma segunda. Pode ser?

O Sr. Diego de Jesús Hernández – Peço que se cumpra o regulamento.

O presidente – Cumprirei agora. Houve uma defesa contrária. Agora, haverá uma defesa favorável. Não precisa?

O Sr. Fábio – Apresentarei uma questão de ordem contrária.

O presidente – Não precisa?

O Sr. Fábio – Para que a minha defesa seja garantida, e ponto.

O presidente – Vamos votar então, Fábio. Vamos votar a moção? A defesa fica para a leitura.

O Sr. Fábio – Vamos votar a moção.

O presidente – Vamos votar. Acatei a questão de ordem do Diego para que não houvesse defesa favorável. Não haverá defesa. Está acatada a questão de ordem. (– Manifestação da plateia.) Então, vamos nos assentar, pois vamos votar. Não adianta, gente, temos de fazer a votação da moção. Não haverá defesa. Já houve uma defesa contrária à moção. Estou acatando a questão de ordem do Diego, e não haverá defesa favorável. Votaremos a moção. Farei a votação. Os companheiros que forem favoráveis à moção apresentada, por favor, levantem o crachá. (– Pausa.) Podem abaixar. Os companheiros que forem contrários à moção apresentada, por favor, levantem o crachá. (– Pausa.) Está aprovada a última moção apresentada.

Entrega do Documento Final

O presidente – Passarei a palavra para o deputado Paulo Lamac, que é o presidente da Comissão de Educação. O documento seria recebido pelo presidente da Assembleia Legislativa. Como o presidente da Assembleia, pelo tardar da hora, não pôde receber o documento, solicito ao deputado Paulo Lamac que receba o documento final que foi aqui aprovado, para que possa dar encaminhamento a esse procedimento. Com a palavra, o deputado Paulo Lamac, para que coordene o procedimento final e a entrega do próprio documento.

O presidente (deputado Paulo Lamac) – Caminharemos para o encerramento das atividades do nosso fórum técnico. Pessoal, caminhamos o dia inteiro em uma perspectiva difícil. Não foi fácil chegar até aqui, e já são quase 23 horas. Finalizando o relatório, é compreensível, lógico, que os ânimos ficassem tensos devido às moções apresentadas agora no final do processo. Houve a apresentação da moção, e é evidente que ela não agrada as pessoas que estão aqui representadas. A moção foi apresentada por um segmento presente e foi aprovada pela maioria. Logicamente, o contraditório sempre é preservado. As moções estavam previstas no Regimento. Concluiremos com essas votações. Fizemos a parte formal. Concluída a votação do texto do relatório, que basicamente foi o que discutimos no decorrer do dia, faríamos a sua entrega ao presidente da Assembleia Legislativa, que, infelizmente, não pôde permanecer na Casa. Receberemos simbolicamente o relatório, que ainda não é a versão final, mas já temos a consolidação de boa parte dos trabalhos do dia. Esse relatório será



encaminhado ao presidente da Casa, que o encaminhará à Comissão de Educação. Faremos apenas a entrega simbólica desse documento. Com a palavra, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia – Solicito que as entidades e os representantes dos grupos responsáveis pelo fórum com a Assembleia Legislativa também venham fazer a entrega do documento ao presidente, deputado Paulo Lamac.

– Procede-se à entrega do documento final aprovado, cujo teor é o seguinte:

DOCUMENTO FINAL DE PROPOSTAS

Temática 1 – Acesso e universalização (grupo 1)

“Metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização em idade própria e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais”

Meta 1: Educação Infantil / Meta 2: Ensino Fundamental / Meta 3: Ensino Médio / Meta 5: Alfabetização na idade certa

Educação Infantil:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014).

Estratégias:

1.1 – definir, em regime de colaboração entre União, Estado e municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2 – garantir que, ao final da vigência do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014), seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar *per capita* mais elevado e as do quinto de renda familiar *per capita* mais baixo;

1.3 – realizar, anualmente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.4 – estabelecer, em regime de colaboração entre União, Estado e municípios, no primeiro ano de vigência do PEE, normas, procedimentos e prazos para a definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches, com ampla participação da comunidade, visando à transparência, por meio da divulgação dos critérios utilizados e dos resultados obtidos;

1.5 – contribuir com a construção, manutenção e ampliação, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, de programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.6 – criar, em regime de colaboração com os municípios e respeitadas as normas de acessibilidade, programa estadual de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.7 – colaborar com a implantação, até o segundo ano de vigência do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014), de avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, as práticas pedagógicas, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.8 – implantar, em regime de colaboração entre União, Estado e municípios, até o quarto ano de vigência deste PEE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, as práticas pedagógicas, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;



1.9 – garantir e incentivar a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação, com a expansão da oferta na rede escolar pública;

1.10 – garantir a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, promovendo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.11 – garantir a articulação com as instituições de ensino superior, pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população até 5 (cinco) anos de idade;

1.12 – garantir o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo consulta prévia e informada, conforme prevê a Lei nº 12.960, de 2014;

1.13 – garantir e incentivar o acesso e a permanência das crianças até 5 anos de idade na educação infantil e assegurar a oferta de atendimento educacional especializado complementar e suplementar, por meio do profissional da área, a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.14 – implementar, em caráter complementar, a partir do primeiro ano da vigência deste PEE, programas de orientação e apoio às famílias, respeitadas todas as formas de constituição, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, criando grupos de trabalho intersetoriais, com foco no desenvolvimento integral das crianças da educação infantil;

1.15 – preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança até 5 (cinco) anos de idade em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, com vistas ao ingresso do estudante de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.16 – garantir o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência de todas as crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.17 – promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.18 – estimular os municípios, com a colaboração da União e do Estado, para que realizem e publiquem, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

1.19 – estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, com atendimento em espaço adequado, para todas as crianças até 5 (cinco) anos de idade, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Nova estratégia aprovada:

1.20 – garantir que a Secretaria de Estado de Educação realize, em colaboração com os municípios, no primeiro ano de vigência do Plano, consulta pública para identificar as demandas das famílias por creches e pré-escolas no campo.

Ensino Fundamental:

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014).



Estratégias:

2.1 – suprimida;

2.2 – articular-se com os municípios e colaborar com o Ministério da Educação para que esse, até o final do 2º (segundo) ano de vigência do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014), elabore e encaminhe ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes do ensino fundamental;

2.3 – pactuar entre União, estados, Distrito Federal e municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei nº 13.005, de 2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

2.4 – implementar mecanismos, em colaboração com os municípios, para o acompanhamento individualizado dos estudantes do ensino fundamental;

2.5 – fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos estudantes, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceito (de gênero, de orientação sexual, de identidade de gênero, racial, socioeconômico, cultural e religioso) e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, promovendo ações de combate a essas discriminações;

2.6 – promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.7 – desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;

2.8 – disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo a adequação do calendário escolar à realidade local, à identidade cultural, às condições climáticas da região e ao calendário do ciclo produtivo nas escolas do campo;

2.9 – promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.10 – promover, de forma efetiva, a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.11 – garantir, priorizar e estimular a oferta do ensino fundamental, em especial nos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades, inclusive para pessoas com deficiência;

2.12 – desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender os filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

2.13 – oferecer aos estudantes atividades extracurriculares de incentivo e de estímulo a suas habilidades, inclusive mediante a participação em certames e concursos;

2.14 – promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo.

Novas estratégias aprovadas:

2.15 – implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação (de gênero, de orientação sexual, de identidade de gênero, racial, socioeconômica, cultural e religiosa), criando rede de proteção



contra formas associadas de exclusão, promovendo a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em articulação efetiva com serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude, com foco em crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social;

2.16 – manter, durante a vigência do PEE, avaliação da educação fundamental com base em parâmetros de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

2.17 – implantar políticas públicas capazes de estimular, nos jovens do ensino fundamental, a pesquisa científica em parceria com as universidades públicas, institutos federais de educação tecnológica e centros federais de educação tecnológica;

2.18 – manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo para o ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade, respeitando o tempo e ritmo dos estudantes com deficiências e seus respectivos laudos.

Ensino Médio:

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014), a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

3.1 – suprimida;

3.2 – institucionalizar programa de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura, esporte e cidadania, garantindo a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de profissionais da educação e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas, culturais, sindicais, movimentos sociais e demais representações da sociedade civil;

3.3 – articular-se e colaborar com o Ministério da Educação para que esse, ouvida a sociedade mediante consulta pública nacional, elabore e encaminhe ao Conselho Nacional de Educação – CNE –, até o segundo ano de vigência do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014), proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os estudantes de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum;

3.4 – pactuar, entre União, estados, Distrito Federal e municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei nº 13.005, de 2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum dos currículos do ensino médio;

3.5 – garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva e artística, integrada ao currículo escolar;

3.6 – manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino médio, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.7 – colaborar para a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem –, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb –, e promover sua utilização como



instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior;

3.8 – fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência;

3.9 – estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceito (de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, racial, socioeconômico, cultural e religioso) e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas e gravidez precoce, em colaboração com as famílias e os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude, promovendo ações de combate a essas discriminações;

3.10 – promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em especial os jovens em situação de risco, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude, sindicatos, organização da sociedade civil, e desenvolver ações para garantir a sua permanência;

3.11 – fomentar programas de educação e de cultura, com qualificação social e profissional, para a população urbana e do campo, quilombolas, indígenas, LGBTs e demais minorias que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar, especialmente jovens na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e adultos, com a participação da Secretaria de Estado de Cultura;

3.12 – ampliar e/ou redimensionar, garantindo consulta prévia à comunidade, a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes, com garantia de transporte de acordo com o perfil socioeconômico;

3.13 – desenvolver formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender os filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

3.14 – garantir e implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito (de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e racial, socioeconômico, cultural e religioso), criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão, em especial promovendo ações de combate à discriminação contra transsexuais, travestis e transgêneros, com respeito, em todo o ambiente escolar, ao nome social e direito a autodeclaração de identidade de gênero, bem como o direito de utilização de todos os espaços comuns, incluindo vestiários e banheiros, de acordo com a identidade de gênero;

3.15 – estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas, adequando e expandindo o número das salas de tecnologias educacionais, conforme a demanda de cada unidade escolar, a partir do segundo ano de vigência deste plano.

Nova estratégia aprovada:

3.16 – implantar políticas públicas capazes de estimular a pesquisa científica aos jovens do ensino médio, preferencialmente em parceria com universidades públicas, institutos federais de educação tecnológica e centros federais de educação tecnológica, sendo que o Estado deverá buscar a expansão e a constituição de polos das universidades e institutos federais de educação em todas as regiões do Estado.

Alfabetização na idade certa:

Meta 5: alfabetizar todas as crianças até, no máximo, o final do terceiro ano do ensino fundamental, respeitando o processo de desenvolvimento de cada aluno.

Estratégias:



5.1 – estruturar e implementar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, os processos pedagógicos de alfabetização e letramento, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores, por meio de cursos de formação continuada garantidos no calendário escolar, com apoio pedagógico específico e equipe multidisciplinar composta por psicopedagogo, fonoaudiólogo, psicólogo e assistente social, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2 – aprimorar os instrumentos de avaliação periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular e orientar os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental, respeitando o processo de desenvolvimento de cada aluno;

5.3 – selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicados, devendo ser disponibilizados, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4 – fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5 – garantir, orientar e monitorar a alfabetização e o letramento de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, mediante consulta prévia local e com garantia de equiparação qualitativa, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

5.6 – garantir, promover e estimular, em colaboração com o Ministério da Educação e parceria com Instituições de Ensino Superior – IES –, a formação inicial e continuada de professores das redes públicas municipais e estaduais para a alfabetização e o letramento de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e as ações de formação continuada de professores para a alfabetização;

5.7 – garantir o direito à alfabetização das pessoas com deficiência, proporcionando condições de acessibilidade, realizando adaptação curricular, considerando as suas especificidades, auxiliando-as com profissionais da saúde especializados, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas.

Nova estratégia aprovada:

5.8 – ofertar e garantir formação psicopedagógica para os profissionais da escola, com o objetivo de elaborar as estratégias mais adequadas para a aprendizagem do aluno que apresenta uma defasagem muito grande.

Temática 2 – Inclusão educacional, diversidade e equidade (grupo 2)

“Metas e temas que dizem respeito à superação das desigualdades e à valorização das diferenças, por meio do atendimento educacional das modalidades educação especial, educação do campo, indígena, quilombola, prisional, do sistema socioeducativo, etc.”

Meta 4: Educação Especial / Meta 8: Educação de jovens e adultos / Meta 9: Alfabetização de jovens e adultos

Educação Especial

Meta 4: universalizar, para todas as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos e sujeitos educandos da EJA, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes bilíngues (Libras como primeira língua e português como segunda língua), escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

**Estratégias:**

4.1 – promover, no prazo de vigência do PEE 2016-2026, a universalização do atendimento escolar e o atendimento educacional especializado – AEE – à demanda acordada pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.2 – implementar e expandir, gradativa e progressivamente até o final da vigência deste PEE, salas de recursos multifuncionais e garantir formação continuada e permanente de profissionais da educação e equipe de serviço especializado para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas, e do sistema socioeducativo e sistema prisional, garantindo a expansão da rede física quando necessário, e que os profissionais que atuarão nas comunidades indígenas e quilombolas sejam capacitados também em história da África e cultura afro-brasileira e história e cultura indígena no Brasil;

4.3 – garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação pedagógica e/ou por equipe especializada, considerando o relato da família e a escuta do estudante;

4.4 – estimular a criação de centros multidisciplinares de atendimento, apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.5 – manter e ampliar programas suplementares que, em regime de colaboração entre os entes federados, promovam acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação;

4.6 – garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – Libras – como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva, assim como em libras tátil e/ou tadooma para os estudantes com surdocegueira, de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdocegos;

4.7 – promover e garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.8 – fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.9 – fomentar e garantir pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das



condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.10 – promover e garantir o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado;

4.11 – promover e garantir a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, trabalho, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à complementação e continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos e de pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a formação profissional, preparação para a inclusão no mundo do trabalho e a atenção integral ao longo da vida;

4.12 – apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.13 – colaborar, até o segundo ano de vigência deste PEE, com a definição de indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.14 – definir, até o quarto ano de vigência deste PEE, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.15 – promover o uso e a apropriação dos sistemas de coleta de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos;

4.16 – incentivar a inclusão, nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no *caput* do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.17 – promover parcerias, a bem do interesse público, com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas conveniadas com o Poder Público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

4.18 – promover parcerias com instituições de educação superior públicas, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, que desenvolvam atividade de ensino, pesquisa e extensão conveniadas com o Poder Público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

4.19 – promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.

Novas estratégias aprovadas:

4.20 – assegurar que crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, residentes no campo, tenham acesso à educação básica e ao atendimento educacional



especializado em escolas da rede de ensino regular, garantindo-se o transporte escolar no contraturno, para possibilitar o atendimento educacional especializado em sala de recursos;

4.21 – assegurar, em parceria com os municípios, órgãos filantrópicos e privados, o transporte escolar gratuito para o aluno deficiente, a ser atendido pela sala de recurso no contraturno;

4.22 – proporcionar o atendimento adequado aos alunos superdotados ou com altas habilidades;

4.23 – promover e garantir a formação continuada de todos os profissionais da educação, inclusive para os profissionais do ensino regular, para trabalhar com as metodologias inclusivas, materiais didáticos, equipamentos e recursos da tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem;

4.24 – viabilizar o ensino de Libras para pais, mães e familiares de pessoas surdas, bem como para alunos e professores da unidade escolar, prioritariamente com professores surdos, conforme o Decreto 5.626, de 22/12/2005;

4.25 – garantir, aos alunos com deficiência e/ou transtorno global do desenvolvimento, a matrícula e a permanência em turmas reduzidas em, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo exigido por lei;

4.26 – garantir o atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, assegurando também a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.27 – assegurar e garantir que estudantes com deficiência ou transtornos globais de desenvolvimento estudem próximo às suas residências, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente;

4.28 – garantir atendimento educacional especializado de salas de recursos multifuncionais em escolas regulares para todos os estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados na rede pública de educação básica com defasagem na idade série, garantindo a continuidade da escolarização;

4.29 – implementar gradativamente sala de recursos em todas as escolas do Estado, iniciando pelas escolas com maior demanda de matrícula, atendendo, até o quinto ano de vigência deste plano, a pelo menos 70% das escolas da rede.

Educação de jovens e adultos:

Meta 8: elevar a escolaridade média da população acima de 15 anos de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo para toda população, no quinto ano a partir da promulgação do PEE, especialmente da população em situação de vulnerabilidade social, pessoas LGBT – em especial travestis e transexuais – mulheres, negros, população do campo, indígenas, quilombolas, povos tradicionais, população em situação de rua e população em situação de privação de liberdade, levando em consideração a especificidade do bilinguismo e da interculturalidade da região de menor escolaridade no Estado e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Estratégias:

8.1 – institucionalizar políticas públicas permanentes, desenvolvendo tecnologias para acompanhamento pedagógico para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar educandos com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais;

8.2 – garantir a implementação de políticas públicas permanentes de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados (população em situação de vulnerabilidade social, pessoas LGBT – em especial travestis e transexuais – mulheres, negros, população do campo, indígenas, quilombolas, povos tradicionais, população em situação de rua e população em situação de privação de liberdade) que estejam fora da escola por não terem assegurado seu direito à educação quando crianças e adolescentes, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, e não somente a alfabetização, em todos os turnos;



8.3 – garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio, àqueles que o desejarem, obrigatoriamente após esclarecimentos sobre o direito à educação com qualidade social, contemplando as escolas de centros socioeducativos em parceria com o Centro Estadual de Educação Continuada – Cesec;

8.4 – expandir e garantir, em regime de colaboração com os entes federados, a oferta gratuita pública de educação profissional técnica de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, garantindo uma porcentagem das vagas existentes aos grupos de que trata a meta 8, considerados os dados proporcionais do IBGE, e a ampliação de vagas e o chamamento público para EJA e educação profissional, tendo a escola pública como a principal instituição ofertante de vaga para os segmentos populacionais considerados, com atenção às suas diversidades culturais étnico-raciais e suas formas de organização social e produtiva;

8.5 – assegurar, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados (população em situação de vulnerabilidade social, pessoas LGBT – em especial travestis e transexuais – mulheres, negros, população do campo, indígenas, quilombolas, povos tradicionais, população em situação de rua e população em situação de privação de liberdade), identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os demais entes federados para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses educandos na rede pública, considerando as interferências quanto aos processos de discriminação étnico-racial, de gênero, diversidade sexual e geracional, garantindo a flexibilização da forma de oferta;

8.6 – promover a busca ativa de jovens fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social, saúde, proteção à juventude, promoção da igualdade racial, direitos humanos e cidadania, política para as mulheres e entidades sindicais, sociais e universitárias, garantindo a oferta de vagas de acordo com as demandas apresentadas, com inserção de peça publicitária a ser divulgada em horário nobre em TV, rádio e também veiculada em espaços comunitários.

Novas estratégias aprovadas:

8.7 – garantir a oferta de educação de jovens e adultos, mediante procedimentos adequados, articulada com qualificação social e profissional, às populações em situação de vulnerabilidade social, pessoas LGBT – em especial travestis e transexuais, garantindo o direito ao uso do nome social – mulheres, negros, população do campo, indígenas, quilombolas, povos tradicionais, população em situação de rua e população em situação de privação de liberdade, que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental ou o ensino médio;

8.8 – assegurar que, a partir do quinto ano de vigência deste PEE, toda a população acima de 15 anos que tenha concluído o ensino fundamental, tenha acesso ao ensino médio, público gratuito e de qualidade;

8.9 – assegurar que a rede estadual de ensino, em regime de colaboração com as dos demais entes federados, a União e os IES, mantenham programas de formação, capacitação e habilitação de educadores de jovens e adultos, para atuar de acordo com o perfil deste público;

8.10 – garantir a ampliação de vagas e o chamamento público para a educação de jovens e adultos e a educação profissional, tendo a escola pública como a principal instituição ofertante de vagas;

8.11 – desenvolver e implementar políticas educacionais e mecanismos de acesso, permanência, conclusão e elevação aos níveis superiores de ensino na escola para jovens, adultos e idosos com ou sem deficiência ou transtorno global do desenvolvimento, contemplando trabalhadores que cumprem jornada de trabalho em tempo integral, em especial profissionais do sexo, travestis, mulheres transexuais e homens trans, população em situação de rua e pessoas privadas de liberdade, a fim de evitar as altas taxas de evasão escolar;

8.12 – formular material didático-pedagógico de educação de jovens e adultos residentes no campo, com base no desenvolvimento sustentável do campo e em articulação com o mundo do trabalho;



8.13 – assegurar assistência especializada, por meio da presença de profissionais de apoio para educandos com deficiência matriculados na educação de jovens e adultos;

8.14 – elevar a escolaridade média da população com idade a partir de 15 anos, com ensino fundamental incompleto, e a partir de 18 anos, com ensino médio incompleto, com a garantia de atendimento nos Centros Estaduais de Educação Continuada – CESECs – e nos Postos de Educação Continuada – PECONs e em consonância com os princípios defendidos nos documentos dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – ENEJAs –, da Conferência Preparatória da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – VI CONFINTEA – e dos documentos das conferências internacionais;

8.15 – incentivar a inclusão da temática do envelhecimento nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação e fomentar pesquisas para adequar conteúdos e materiais didáticos para o público idoso;

8.16 – investir na formação de profissionais da educação (professores e funcionários) para a atuação junto aos jovens e adultos estudantes;

8.17 – fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar de estudantes LGBT, negros, povos tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas, em especial de travestis, mulheres transexuais e homens trans, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceitos e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

8.18 – promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de pessoas LGBTs, pessoas em situação de rua, povos tradicionais, povos do campo, indígenas e quilombolas;

8.19 – colaborar com a definição, até o segundo ano de vigência do PEE 2016-2026, de indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a estudantes LGBT, negros, quilombolas, indígenas e população em situação de rua;

8.20 – promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares e interculturais junto as universidades públicas com financiamento da Fapemig e demais instituições de amparo à pesquisa para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais e sociais de estudantes LGBT, pessoas em situação de rua, povos tradicionais, indígenas, do campo e quilombolas;

8.21 – incentivar a inclusão, nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes negros, LGBT (reconhecendo o direito fundamental à educação sobre gênero e sexualidade), quilombolas, indígenas, população do campo, movimentos sociais e movimentos sindicais;

8.22 – criar cursos de formação continuada e de capacitação para os servidores da educação de maneira que se possa atender à clientela específica do sistema socioeducativo e prisional;

8.23 – criar salas de recursos dentro do sistema socioeducativo e prisional, pois é comprovada a permanência de discentes com laudo psiquiátrico e que necessitam de atendimento especializado.

Alfabetização de jovens e adultos:

Meta 9. elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2018 e, até o final da vigência do PEE 2016-2026, universalizar a plena alfabetização (da etapa inicial à EJA) e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.



Estratégias:

9.1 – assegurar a oferta gratuita e pública da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica;

9.2 – realizar anualmente diagnóstico dos jovens, adultos e idosos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

9.3 – implementar políticas públicas permanentes de alfabetização de jovens, adultos e idosos com garantia de continuidade da escolarização básica, garantindo formação inicial e continuada aos educadores para atender a esse segmento populacional em horários apropriados, conforme demanda, e incentivar a continuidade dos estudos de jovens e adultos;

9.4 – promover, a partir do primeiro ano de vigência desse PEE, chamadas públicas permanentes para alfabetização e escolarização de jovens, adultos e idosos, trabalhadores ou não, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude, em parceria com os municípios, com as entidades sindicais e sociais e universidades, com ampla divulgação nos meios de comunicação de massa, com peças publicitárias no horário nobre, e também nos demais meios de comunicação;

9.5 – suprimida;

9.6 – executar ações de atendimento a educandos da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, viabilizando o atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação intersetorial e em parceria com órgãos, instituições e governos;

9.7 – expandir o atendimento escolar e garantir a oferta de educação de jovens e adultos, respeitando suas especificidades, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais e de cumprimento de medida socioeducativa, contextualizado, em espaço escolar adequado (assegurando infraestrutura, recursos tecnológicos e material didático próprio), garantindo a formação específica e continuada de todos os profissionais da educação que atuam neste segmento e a implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

9.8 – garantir apoio técnico e financeiro e incentivar a elaboração e implantação de projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses educandos, desenvolvidos em todos os espaços educativos da EJA;

9.9 – suprimida;

9.10 – implementar e garantir programas de capacitação tecnológica da população jovem, adulta e idosa, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal, para os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, para os educandos travestis e transexuais e para os dos sistemas prisional e socioeducativo, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população, assegurando também a capacitação continuada dos profissionais atuantes na educação de jovens e adultos;

9.11 – considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção do acesso e permanência na educação formal, de políticas de superação do analfabetismo, de acesso a cursos técnicos e a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, de implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e de inclusão dos temas do envelhecimento, da velhice e qualidade de vida nas escolas.

Novas estratégias aprovadas:

9.12 – criar metodologia específica para o trabalho com a EJA, em consonância com os princípios defendidos nos documentos dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – ENEJAs –; dos Encontros Regionais de Educação

de Jovens e Adultos – EREJAs –, da Conferência Preparatória da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – Confinteia – e dos documentos das conferências internacionais;

9.13 – reconhecer a educação popular como política pública para execução efetiva do direito à educação, entendendo como educação popular as práticas educacionais, tanto da cidade quanto do campo, organizadas pelos movimentos sociais;

9.14 – incentivar as instituições de educação superior e os institutos de pesquisa a desenvolverem estudos capazes de oferecer subsídios ao esforço de universalização do alfabetismo e de criação de mecanismos de acesso aos diversos níveis subsequentes da escolaridade;

9.15 – assegurar uma política de alfabetização de jovens, adultos e idosos do campo, indígenas, quilombolas e de grupos itinerantes, com a produção de recursos didáticos e formação específica aos professores e professoras, bem como a formulação de material didático-pedagógico contextualizado, desenvolvendo instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas, de acordo com suas especificidades;

9.16 – fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos tecnológicos, com a finalidade de promover aprendizagem efetiva dos educandos privados de liberdade;

9.17 – implementar políticas de prevenção à violência e evasão motivada por preconceitos ou quaisquer discriminações, criando metodologias de conscientização dos educandos apenados.

Nova meta e respectivas estratégias aprovadas:

Meta 22: criar e implementar programa educacional de combate às discriminações motivadas por preconceito de orientação sexual, identidade de gênero, machismo, racismo, LGBTfobia, de crença ou de qualquer outra natureza, incentivando a discussão dessas temáticas especiais, com vistas à conscientização da comunidade escolar, em até no máximo cinco anos de vigência deste plano, em consonância com deliberações aprovadas na 3ª Conferência Estadual LGBT de Minas Gerais, assegurando ainda a liberdade de expressão e de discussão das questões de gênero nas instituições de ensino.

Estratégias:

22.1 – implementar ações de combate à evasão escolar motivada por gravidez, discriminação sexual, identidade de gênero, machismo, racismo, crença ou qualquer preconceito ou discriminação;

22.2 – promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos para apoiar e orientar vítimas de discriminação por identidade de gênero, racismo, crença, machismo ou qualquer discriminação no âmbito educacional;

22.3 – promover a busca ativa de travestis, transexuais e transgêneros fora da escola, que não tenham concluído o ensino fundamental, e garantir bolsas de incentivo, visando a promoção da cidadania e a erradicação da marginalização do segmento;

22.4 – garantir a capacitação de professores de todas as redes e níveis de ensino para lidar respeitosa e adequadamente com as orientações sexuais, identidades de gênero e combater o preconceito na escola;

22.5 – garantir que as(os) profissionais da educação de Minas Gerais possam discutir identidade de gênero e orientação sexual e suas variantes em salas de aula e demais espaços de aprendizagem;

22.6 – implementar programas de reeducação dos indivíduos que promoverem atos discriminatórios dentro do ambiente escolar e criar projetos para inibição dos atos;

22.7 – instituir e regularizar a utilização do nome social por estudantes travestis e transexuais, garantindo que o nome social seja respeitado por toda a comunidade escolar, sendo utilizado o nome civil apenas para registros internos, certidões e diplomas;



22.8 – promover ações contínuas de formação da comunidade escolar sobre sexualidade, diversidade, relações de gênero e Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), em parceria com instituições de ensino superior e universidades, e desenvolver, garantir e ampliar a oferta de programas de formação inicial e continuidade de profissionais de educação, além de cursos de extensão especialização, mestrado e doutorado, visando a superar preconceitos discriminação, violência sexista, homofóbica e transfóbica no ambiente escolar.

Temática 3 – Qualidade da educação básica (grupo 3)

“Metas que dizem respeito a ações, programas e projetos que visam a melhoria da qualidade da educação”

Meta 6: Educação em tempo integral / Meta 7: Melhoria da qualidade da educação básica

Educação em tempo integral:

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos estudantes da educação básica.

Estratégias:

6.1 – garantir, com recursos financeiros da União, Estado e municípios, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive com atividades artísticas, culturais, esportivas, de promoção da saúde e profissionalizantes no ensino médio e/ou preparatório para ingresso no ensino superior, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a oito horas diárias durante todo o ano letivo, com a contratação de profissionais especializados nas áreas diversificadas, de acordo com o perfil exigido para as atividades a serem desenvolvidas; asseguradas capacitação, remuneração proporcional à dedicação exclusiva, plano de carreira, e ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2 – instituir, em regime de colaboração entre União, Estado e municípios, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, respeitando as peculiaridades locais e regionais, prioritariamente em comunidades pobres, quilombolas, indígenas, educação no campo e de baixo IDH ou com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social;

6.3 – colaborar com a institucionalização e manutenção de programa nacional de construção, ampliação e reestruturação das escolas públicas por meio da instalação de quadras poliesportivas cobertas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros, garantindo, observadas as peculiaridades regionais, a acessibilidade e outros equipamentos, a produção de material didático, e a formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4 – aperfeiçoar, em regime de colaboração com os municípios e observadas as peculiaridades regionais, programa estadual de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas cobertas e com acessibilidade, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, e banheiros acessíveis e com chuveiros, e outros equipamentos, garantindo-se a adequada manutenção destes; bem como da aquisição e produção de material didático-pedagógico, e da formação continuada de professores, oficinairos e demais profissionais da educação integral;

6.5 – garantir e fomentar, a partir da perspectiva da cidade educadora, por meio de rodas de conversa, visitas, debates, seminários, congressos, palestras e ações de mediação artístico-culturais, entre outros, articulação da escola com os atores sociais e diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários atualizados e com quantitativo de acordo com a demanda da escola, fomentando ações que visem a garantia do transporte e despesas correlatas;

6.6 – suprimida;

6.7 – seguir orientações fixadas no âmbito nacional acerca da aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.8 – atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas a oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia à comunidade escolar e informada pela escola, considerando-se as peculiaridades locais e a identidade étnica das comunidades e garantindo recursos específicos para transporte escolar, infraestrutura, alimentação e capacitação de servidores, com a devida divulgação pela Secretaria de Estado de Educação nestas comunidades;

6.9 – assegurar a educação em tempo integral, considerando as necessidades conforme a deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na educação básica mediante atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou por meio de parcerias, e oferta de equipamentos e espaços adequados;

6.10 – adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, garantindo a extensão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com acompanhamento pedagógico, garantindo a capacitação dos servidores e assegurando recursos e infraestrutura necessários ao atendimento dos alunos em tempo integral em todo o período de permanência na escola, inclusive com profissionais qualificados e mediante oferta de atividades artístico-culturais, de esporte, lazer, comunicação e uso de mídias que possibilitem o exercício contínuo da cidadania;

6.11 – criar, após estudo prévio de como se encontra a educação em tempo integral vigente (avaliação da oferta), incentivos para que as escolas públicas passem a oferecer turmas suficientes que atendam a demanda da comunidade escolar e/ou, pelo menos, quatro turmas, a partir da vigência deste PEE.

Nova estratégia aprovada:

6.12 – fomentar a parceria da escola com outras instituições de ensino públicas, em especial os institutos federais, que oferecem cursos técnicos de forma concomitante ao ensino médio, a partir da criação de termos de cooperação técnica envolvendo a Secretaria Estadual de Educação e as instituições ofertantes.

Melhoria da qualidade da educação básica:

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	6,2	6,5	6,7	6,9
Anos finais do ensino fundamental	5,0	5,2	5,5	5,7
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Obs.: Indicativo para a Secretaria de Estado de Educação refletir sobre revisão da meta para inclusão de indicadores próprios do Estado, como, por exemplo, o Simave.

Estratégias:

7.1 – suprimida;

7.2 – assegurar que, de acordo com as avaliações sistêmicas de larga escala:

a) no quinto ano de vigência deste PEE, pelo menos 70% dos estudantes do ensino fundamental e médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 70%, pelo menos, o nível recomendável;

b) no último ano de vigência do PEE todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento) no ensino fundamental e 60% (sessenta por cento) no nível médio, pelo menos, o nível desejável;



obs.: indicativo para que a Secretaria de Estado de Educação estabeleça parâmetros para os indicadores de avaliação externa, resguardando os indicadores mínimos do plano nacional

7.3 – colaborar, garantida a participação da comunidade escolar, com a constituição e aprimoramento de conjunto nacional e estadual de indicadores de avaliação institucional da educação, com base no perfil dos estudantes e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características regionais da escola e em outras dimensões relevantes para cada etapa, considerando as especificidades dos níveis e modalidades de ensino;

7.4 – promover e orientar o processo contínuo e periódico de autoavaliação das escolas de educação básica, à luz das realidades locais e dos instrumentos considerados essenciais para a qualidade da educação, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação – garantindo que seja presencial, semipresencial ou virtual – o projeto pedagógico, condições de infraestrutura e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5 – formalizar e executar os planos de ações articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6 – suprimida;

7.7 – garantir o aprimoramento contínuo dos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino fundamental e médio, de forma a englobar outras áreas do conhecimento nos exames aplicados nos anos finais do ensino fundamental e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da educação básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas, universalizando a participação dos profissionais da educação na elaboração das avaliações;

7.8 – desenvolver até o quinto ano de vigência do PEE indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos, assegurando este ensino e garantindo a efetivação de Libras de forma a promover interação entre os sujeitos, através das práticas pedagógicas articuladas e multidisciplinares;

7.9 – definir e garantir a orientação das políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média estadual, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência do PEE, as diferenças entre as médias dos índices dos municípios mineiros;

7.10 – acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores dos sistemas de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino da União, do Estado e dos municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais e escolares relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos estudantes, as condições de estrutura e funcionamento das escolas, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação, evitando o ranqueamento das escolas;

7.11 – fomentar ações que contribuam para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações externas de larga escala;

7.12 – garantir e assegurar o desenvolvimento, selecionar e divulgar tecnologias e metodologias educacionais e assistivas para a educação básica e incentivar práticas pedagógicas inovadoras e dinâmicas que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, em todas as escolas, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com a



utilização de *softwares* livres e pagos, tecnologia móvel e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.13 – garantir transporte gratuito, logo no primeiro ano do PEE, assegurando a integridade física, para todos os estudantes da educação do campo e da zona rural matriculados na educação básica da rede pública, em todas as suas modalidades e programas, inclusive na educação integral, renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro –, e financiamento compartilhado, com participação da União, proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.14 – desenvolver pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;

7.15 – universalizar, até o segundo ano de vigência deste PEE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, e triplicar, até quinto ano de vigência do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014), a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias assistivas, da informação e da comunicação, e garantindo o uso efetivo na escola, a manutenção periódica dos equipamentos e a infraestrutura adequada;

7.16 – garantir e apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência, à progressiva autonomia da escola e da gestão de recursos financeiros pelo gestor escolar, ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática e ao aprimoramento do processo de prestação de contas;

7.17 – garantir, desde o início do ano letivo, ações para atendimento aos estudantes em todas as etapas da educação pública, projetos e cursos técnicos profissionalizantes, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte e alimentação – observada a destinação de pelo menos 30% de seus recursos à aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar;

7.18 – assegurar, ainda no primeiro ano de vigência do plano estadual de educação, a todas as escolas públicas de educação básica e escolas família agrícola, o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, até o terceiro ano de vigência e garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos, a equipamentos e laboratórios de ciências, bibliotecas e, em cada edifício escolar, a acessibilidade para as pessoas com deficiência;

7.19 – colaborar com a institucionalização e manutenção de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.20 – suprimida;

7.21 – prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, garantindo-lhes manutenção periódica, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet, com a assessoria de um profissional qualificado;

7.22 – colaborar com a União, com o objetivo de viabilizar, no prazo de dois anos contados da publicação do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014), a implementação do Custo Aluno Qualidade Inicial – CAQi – e do Custo Aluno Qualidade – CAQ –, a serem utilizados como parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, e referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.23 – informatizar integralmente, até o segundo ano de vigência do Plano Estadual de Educação, os diários de classe, demais livros de escrituração escolar e a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação do estado e dos



municípios, assegurando o correto dimensionamento das especificações necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos das secretarias das escolas, bem como manter programa de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação;

7.24 – garantir, considerando a Lei Federal nº 13.185, de 2015 (combate ao *bullying*), políticas de combate à violência na escola em todas as suas dimensões, inclusive pelo desenvolvimento de redes de apoio ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica, de gênero, racial e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança, observadas: a implantação e observância de normas estabelecidas e elaboradas em colaboração com o Ministério Público e a Vara da Infância e da Juventude; a realização de parcerias com órgãos competentes; e a prestação de assistência ao profissional da educação vítima de violência;

7.25 – implementar, em parceria com órgãos públicos de educação, saúde e segurança pública, políticas de inclusão, monitoramento e apoio especializado para garantir a permanência na escola de adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, apoiando as escolas nesse trabalho;

7.26 – garantir, nos currículos escolares, conteúdos sobre a história, as artes e as culturas afro-brasileiras e indígenas e orientar a implementação de ações educacionais inclusivas, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, para toda a diversidade, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil; e capacitação dos profissionais da unidade escolar sobre as referidas leis, monitorando a implementação destas normas nas escolas públicas;

7.27 – consolidar, até o quinto ano de vigência do Plano Estadual de Educação, em regime de colaboração com os entes federados, a oferta de educação infantil e ensino fundamental (anos iniciais e finais), educação no campo, de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, e estimulando: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição dos modelos e metodologias de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo e espaço; a oferta bilíngue na educação básica, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação e o atendimento em educação especial;

7.28 – desenvolver e implementar, em regime de colaboração com os municípios e com a participação da comunidade, currículos e propostas pedagógicas específicas para as escolas do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência;

7.29 – sensibilizar e mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais, por meio de fóruns, congressos, rodas de conversas, divulgação pelos meios midiáticos, entre outras ações;

7.30 – promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura e segurança, criando de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.31 – suprimida;



7.32 – estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.33 – fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais e municipais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.34 – promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

7.35 – promover a regulação da educação básica ofertada pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

7.36 – suprimida.

Novas estratégias aprovadas:

7.37 – garantir a implantação dos componentes curriculares artes visuais, dança, música e teatro no ensino infantil, fundamental e médio nos termos da Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016, inclusive com realização de concursos para professores habilitados na área;

7.38 – fortalecer os sistemas de armazenamento de dados das informações educacionais, garantindo a segurança desses, sua confiabilidade e consolidação, de forma a retratar, o mais próximo possível, a realidade educacional do Estado e subsidiar a formulação de políticas públicas;

7.39 – implementar e ampliar o monitoramento da frequência escolar dos estudantes e criar ferramentas eletrônicas que permitam aos pais o acompanhamento da frequência dos seus filhos;

7.40 – garantir um número máximo de estudantes por turma e por professor, da seguinte forma: na educação infantil: 0-2 anos – seis a oito alunos/turma; 2-3 anos – até 15 alunos/turma; 4-5 anos – até 20 alunos/turma; no ensino fundamental: primeiro e segundo anos – 20 alunos/turma; terceiro ao sexto anos – 25 alunos/turma; sétimo ao nono anos – até 30 alunos/turma e ensino médio – até 35 alunos/turma (Conae 2010-2014);

7.41 – incentivar políticas de acesso ao ambiente escolar, aos espaços culturais, de esporte, lazer e entretenimento por meio de transporte público gratuito aos alunos das escolas públicas.

Temática 4 – Educação profissional (grupo 4)

“Metas relacionadas à educação profissional”

Meta 10: Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional / Meta 11: Educação profissional de nível técnico

Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional:

Meta 10: oferecer, até o segundo ano de vigência do PEE, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, de forma concomitante e subsequente à educação profissional, garantindo o atendimento em todas as microrregiões do Estado, inclusive no campo e em estabelecimentos prisionais.

Estratégias:



10.1 – colaborar com programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão dos ensinos fundamental e médio e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica e a preparação para o mundo do trabalho, preferencialmente em instituições públicas de ensino;

10.2 – criar programa estadual de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e médio integrada, concomitante e subsequente à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.3 – suprimida;

10.4 – fomentar e assegurar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características desse público e considerando as especificidades das populações itinerantes, do campo, das comunidades indígenas e quilombolas, e dos privados de liberdade, inclusive na modalidade de educação a distância;

10.5 – criar e ampliar oportunidades profissionais no mercado de trabalho para os jovens e adultos no ensino fundamental e médio com deficiência e baixo nível de escolaridade, inclusive dos apenados, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, garantindo sua inclusão integral com professores de apoio e/ou interprete de Libras;

10.6 – colaborar com a implantação de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltado à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo também acessibilidade à pessoa com deficiência;

10.7 – estimular e garantir a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura, da cidadania e das características regionais, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características e especificidades desses estudantes e considerar a importância dos conteúdos humanísticos e culturais;

obs.: a estratégia 13.6 foi desmembrada em duas estratégias distintas:

10.8A – garantir a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e de metodologias específicas e instrumentos de avaliação, priorizando a participação dos profissionais de educação de cada região e da comunidade escolar do entorno;

10.8B – garantir o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, inclusive para aqueles que atuam nos estabelecimentos prisionais;

10.9 – fomentar e garantir a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de instituições de educação profissional vinculadas ao sistema estadual de ensino e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência;

10.10 – colaborar com a institucionalização do Programa Nacional de Assistência ao Estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico, que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.11 – expandir a oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, nas modalidades presencial e a distância, de modo a atender as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos docentes e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.12 – implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio;



10.13 – incluir disciplinas e/ou eixos de formação específicos, conjugados com a prática pedagógica e considerando as diversas áreas do saber, sobre a Educação de Jovens e Adultos nos cursos de licenciatura nas universidades públicas estaduais e estimular as universidades privadas e federais a ofertarem a mesma formação.

Novas estratégias aprovadas:

10.14 – realizar pesquisa de demanda de cursos profissionalizantes para atender às necessidades de mercado local ou regional e incluir conteúdos específicos no currículo de tais cursos conforme essas demandas;

10.15 – estimular as entidades privadas de formação profissional a utilizar parte de seus programas de gratuidade para atender às demandas de pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, em regime de colaboração;

10.16 – fortalecer a oferta de programas de alfabetização e de EJA e a integração profissional e tecnológica com a Educação de Jovens e Adultos nos estabelecimentos penais por meio do convênio estabelecido entre a Seds e a SEE-MG.

Educação profissional de nível técnico:

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão na rede estadual, nas escolas técnicas conveniadas e nas redes particulares, garantindo o atendimento em todas as microrregiões do Estado, inclusive no campo.

Estratégias:

11.1 – implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio;

11.2 – promover a expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e serviços nacionais de aprendizagem, levando em consideração a responsabilidade dos institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional, garantindo o funcionamento diurno e noturno e mecanismos que facilitem o acesso, com vistas a atender um contingente maior de estudantes interessados;

11.3 – ampliar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nos turnos diurno e noturno na rede pública estadual de ensino e fomentar a expansão nas redes federal e particular de ensino, contemplando todos os alunos, independentemente da rede em que estiverem matriculados, e investir na criação da infraestrutura necessária para tal, bem como em cursos de aperfeiçoamento para os docentes envolvidos, utilizando, em caso de disponibilidade, os centros de educação profissional – CEPs – nos municípios onde existirem;

11.4 – fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita também dentro do sistema prisional, assegurado o padrão de qualidade, inclusive nos cursos técnicos já existentes, utilizando, em caso de disponibilidade, os centros de educação profissional – CEPs;

11.5 – articular a abertura de campos de estágio para estudantes da educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, mediante bolsa-auxílio, convênios que viabilizem a criação de estágios remunerados na rede estadual e outros instrumentos, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, com vistas à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento profissional dos jovens e adultos;

11.6 – implementar e ampliar programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico em parceria com instituições federais, estaduais e privadas;

11.7 – garantir a ampliação da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical (limitando, nesse caso, o número de vagas por



empresa), de instituições de educação profissional vinculadas ao sistema estadual de ensino e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência;

11.8 – institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas;

11.9 – garantir e expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para pessoas privadas de liberdade, populações do campo e para as comunidades indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, de acordo com seus interesses e especificidades, com oferta nos turnos diurno e noturno, viabilizadas pela educação a distância com polos itinerantes;

11.10 – expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio, com ênfase na adaptação curricular, para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo infraestrutura adequada, capacitação de profissionais para atender à demanda, o acompanhamento de profissionais qualificados para esse atendimento, e o acesso deste público a programas de aprendizagem e estágios profissionalizantes;

11.11 – contribuir para elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio para 90% (noventa por cento) e contribuir para elevar, nos cursos presenciais, a relação de estudantes por professor para 20 (vinte);

11.12 – elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.13 – criar e implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais, regionais e de gênero no acesso e na permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção efetiva de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.14 – estruturar sistema estadual e contribuir com a estruturação do sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.

Novas estratégias aprovadas:

11.15 – estabelecer linha específica de financiamento para as escolas técnicas no modelo de transferência direta de recursos, para melhorar edificações e equipamentos das escolas estaduais e conveniadas na estrutura laborativa dos cursos;

11.16 – fomentar a produção de material didático, o acesso a equipamentos e laboratórios adequadamente estruturados e a formação continuada em nível de graduação e pós-graduação de docentes das redes públicas que atuem na educação profissional de nível técnico;

11.17 – instituir concurso público para prover profissionais nos cursos técnicos da rede estadual de ensino, garantindo 30% de docentes efetivos;

11.18 – oferecer estrutura física e materiais adaptados e acessíveis, bem como profissionais capacitados, nas instituições públicas estaduais, para o atendimento a pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.19 – ampliar e garantir a oferta de cursos técnicos oferecidos pelos Conservatórios Estaduais de Música, nas áreas de artes cênicas e artes visuais, expandindo o atendimento já existente dos cursos técnicos oferecidos pelos conservatórios às escolas regulares, incentivando a concomitância de cursos;

11.20 – estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas, para o desenvolvimento e reestruturação dos planos de curso, de forma a atender às necessidades dos formandos e às exigências do mundo do trabalho;

11.21 – garantir alimentação escolar a alunos e professores de todo sistema público de ensino, inclusive nas escolas técnicas e conservatórios.

**Temática 5 – Educação superior (grupo 5)**

“Metas relacionadas ao Ensino Superior”

Meta 12: Acesso à Educação Superior / Meta 13: Melhoria da qualidade da Educação Superior / Meta 14: Acesso à pós-graduação

Acesso à Educação Superior:

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das novas matrículas, exclusivamente no segmento público e gratuito.

Estratégias:

12.1 – otimizar a capacidade instalada da estrutura física, para o ensino, a administração e a permanência dos estudantes, e de recursos humanos, incluindo concurso público e criação de novos cargos, das instituições públicas e gratuitas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação e à pós-graduação;

12.2 – criar programa de reestruturação e expansão das universidades estaduais para ampliar a oferta de vagas por meio da expansão, interiorização e consolidação de plano de manutenção da rede estadual de educação superior, com a criação de novos *campi*, prioritariamente em municípios sem uma instituição de ensino superior pública, e colaborar para a expansão, interiorização e implementação de plano de manutenção da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, uniformizando a expansão no território estadual;

12.3 – elevar gradativamente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais e a distância nas universidades públicas e gratuitas para 90% (noventa por cento), ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos, inclusive cursos em alternância para todos os cursos da universidade, e garantir que a proporção de estudantes por professor seja de 13 estudantes, considerando o número de docentes do curso, de modo a valorizar a aquisição de competências de nível superior, com a criação de mecanismos que garantam a qualidade do ensino;

12.4 – fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, contemplando todas as áreas, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.5 – garantir, na forma da lei, e ampliar as políticas de inclusão mediante criação de plano estadual de assistência estudantil, nos moldes do Pnaes, dirigido preferencialmente aos estudantes de instituições públicas e gratuitas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies –, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e de outros programas de financiamento instituídos na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior, inclusive com passe livre para o transporte de estudantes egressos da escola pública, negros, pardos, quilombolas, comunidades de agricultores familiares e indígenas, estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação e grupos minoritários, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico, buscando garantir moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio psicopedagógico, acessibilidade e combate às opressões;

12.6 – assegurar, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de pesquisa e extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;



12.7 – ampliar e/ou criar a oferta de estágio, na rede pública e gratuita, prioritariamente de caráter remunerado, por meio do fomento a parcerias com instituições públicas e privadas, entre outras formas possíveis, como parte da formação na educação superior, observando as demandas regionais e assegurando um mínimo de 5% (cinco por cento) de vagas para estágio obrigatório em instituições públicas e gratuitas;

12.8 – fortalecer a política de cotas para a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos, prioritariamente negros, pardos, quilombolas, comunidades de agricultores familiares e indígenas, na educação superior pública e gratuita, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei, considerando as especificidades dos povos e das regiões;

12.9 – garantir condições de acessibilidade e de permanência nas instituições de educação superior pública e gratuita, na forma da legislação, com especial atenção às questões de Libras e braille, mediante criação de mecanismos de atendimento às demandas dos estudantes com deficiência, que considerem aspectos socioeconômicos e didático-pedagógicos, assegurando, quando necessário, entre outros mecanismos, o custeio integral de transporte para estudantes de sua residência ou local de trabalho, no campo ou na cidade, até a universidade, e a cessão de moradias estudantis;

12.10 – fomentar e garantir estudos e pesquisas nas instituições de ensino superior, que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais das diferentes regiões, do Estado e do País;

12.11 – garantir a consolidação e a ampliação de programas e ações de incentivo à mobilidade e ao intercâmbio estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação nas instituições públicas e gratuitas ou privadas, em âmbito nacional e internacional, custeados integralmente pelo governo e/ou instituições privadas, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;

12.12 – criar, expandir e garantir estrutura e manutenção para atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas, quilombolas e de agricultores familiares, em relação a acesso, permanência e conclusão na instituição de ensino superior e formação de profissionais para atuação nessas populações;

12.13 – mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas licenciaturas e pós-graduação em educação inclusiva, considerando as necessidades do desenvolvimento social e cultural, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica;

12.14 – garantir a institucionalização do programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

12.15 – consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados;

12.16 – criar e implementar estratégias e mecanismos de gestão para evitar a evasão e ocupar as possíveis vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública gratuita e privada;

12.17 – expandir e reestruturar, mediante criação de programas de apoio, as instituições de educação superior estadual e municipais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do governo federal e do governo estadual, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e na qualidade da educação básica;

12.18 – colaborar com a reestruturação dos procedimentos adotados na área de avaliação, regulação e supervisão, com ênfase na melhoria de prazos e qualidade da decisão, no prazo de 2 (dois) anos, em relação aos processos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou credenciamento de instituições, no âmbito dos sistemas estadual e federal de ensino;



12.19 – criar e fortalecer, garantindo a infraestrutura, as redes físicas de laboratórios multifuncionais das Instituições de Educação Superior – IES – e Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs –, públicas e gratuitas, nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais e estaduais de ciência, tecnologia e inovação.

Nova estratégia aprovada:

12.20 – criar, fomentar e estruturar, por meio de políticas/programas específicos, a inclusão, no ensino superior, de pessoas privadas de liberdade.

Melhoria da qualidade da Educação Superior:

Meta 13: Aumentar o contingente de professores efetivos nas instituições estaduais de ensino superior, por meio de concurso público, e elevar a qualidade da educação superior, ampliando a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior no Estado para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores, inclusive por meio de fomento à participação em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Estratégias:

13.1 – colaborar para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES –, de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação, fiscalização e supervisão;

13.2 – induzir, estimular e promover processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente e técnico-administrativo;

13.3 – promover e acompanhar a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, inclusive utilizando dados da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES –, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros estudantes, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade de gênero, de sexualidade, religiosa, entre outras e as necessidades das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

13.4 – elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade – observado o disposto no *caput* do art. 207 da Constituição Federal –, de modo que realizem, efetivamente, ensino, pesquisa e extensão institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* em universidades públicas gratuitas e privadas;

13.5 – fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas e gratuitas e entre instituições públicas e privadas de educação superior, com vistas a implantar e desenvolver programas de pós-graduação *stricto sensu* e potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

obs.: a estratégia 13.6 foi desmembrada em duas estratégias distintas:

13.6A – elevar gradativamente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação nas universidades públicas, de modo a atingir 75% (setenta e cinco por cento) e, nas instituições privadas, 65% (sessenta e cinco por cento), em 2020;

13.6B – incentivar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE – e, no último ano de vigência do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014), pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional;



13.7 – criar e implementar políticas de formação inicial e continuada com vistas à qualificação dos profissionais técnico-administrativos da educação superior do Estado.

Novas estratégias aprovadas:

13.8 – realizar e regulamentar, em até 2 (dois) anos, em todas as unidades das instituições estaduais de ensino superior que não tiverem seus cargos de direção eleitos pela comunidade acadêmica, eleições diretas de caráter paritário entre os 3 (três) segmentos da universidade (corpo docente, discente e técnico-administrativo) para todos os cargos diretivos, como coordenação de curso, direção de unidades/campus e reitoria;

13.9 – compor, mediante realização de concurso público, o quadro docente e técnico-administrativo das Instituições Estaduais de Educação Superior e das Instituições Científicas e Tecnológicas estaduais públicas;

13.10 – transformar as unidades fora de sedes das universidades estaduais em unidades administrativas autônomas;

13.11 – garantir ensino superior de qualidade em cursos de licenciaturas, assim como de pós-graduação que visem potencializar a formação dos profissionais em educação básica e educação inclusiva.

Acesso à pós-graduação:

Meta 14: Elevar gradativamente o número de matrículas na pós-graduação, pública e gratuita, de modo a aumentar a titulação de especialistas em em 70% (setenta por cento), mestres em 40% (quarenta por cento) e doutores em 30% (trinta por cento), corrigindo as desigualdades regionais.

Estratégias:

14.1 – expandir, em no mínimo 100% (cem por cento), o financiamento de bolsas e estrutura para a pós-graduação *stricto* e *lato sensu* por meio das agências de fomento, na rede pública gratuita;

14.2 – estimular a integração e a atuação articulada entre as agências federais AS AGÊNCIAS FEDERAIS e estaduais de fomento à pesquisa, a fim de estimular a formação continuada, em nível de especialização, mestrado e doutorado, preferencialmente dos servidores públicos concursados que compõem a equipe docente e técnico-administrativa da rede pública gratuita;

14.3 – expandir a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, utilizando, inclusive, metodologias, recursos e tecnologias da informação e comunicação e/ou em regime de alternância, garantindo programas especiais de acesso para professores da rede pública;

14.4 – criar e implementar política de cotas e de ações afirmativas, além de outras ações, para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas, de agricultura familiar e quilombolas a programas de especialização, mestrado e doutorado, com políticas de estímulo à permanência nesses programas, considerando as especificidades dos povos e regiões;

14.5 – ampliar a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, nos *campi* novos abertos dentro do sistema estadual de ensino superior em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas, como a Universidade Aberta do Brasil, e em todas as instituições de ensino superior e gratuitas, bem como a criação de mecanismos para garantir a oferta de recursos financeiros;

14.6 – manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

14.7 – promover e garantir a participação das mulheres, por meio de políticas públicas de acessibilidade e permanência e criação de programas de ações afirmativas, nos cursos de pós-graduação, sobretudo naqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências;



14.8 – ampliar, consolidar e financiar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação realizadas no estado de Minas Gerais, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa, preferencialmente na rede pública e gratuita;

14.9 – promover o intercâmbio científico, tecnológico e cultural, em âmbito regional, estadual, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão, preferencialmente na rede pública e gratuita, custeados integralmente pelo governo;

14.10 – articular e ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação regional e autossustentabilidade, a fim de buscar o desenvolvimento social, ambiental e cultural, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, implementando condições de trabalho e promoção social, de modo a buscar o fortalecimento dos arranjos produtivos locais e regionais e o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica e favorecer o desenvolvimento regional e nacional;

14.11 – ampliar o investimento na formação de mestres e doutores, sobretudo nas regiões de baixo idh do estado, para corrigir desigualdades regionais;

14.12 – aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do Estado e a cooperação internacional da pesquisa realizada em Minas Gerais, garantindo a formação científica por meio de investimento nas Instituições de Educação Superior – IES – e demais Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs –, públicas e gratuitas;

14.13 – garantir e aumentar, qualitativa e quantitativamente, por meio de editais de financiamento, a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorizem e reconheçam a diversidade regional, o extrativismo sustentável, a proteção de nascentes, o conhecimento popular e a biodiversidade nos diferentes biomas do estado, da Mata Atlântica ao cerrado, bem como orientar a gestão de recursos hídricos e de solos para a mitigação dos efeitos da seca e para a geração de emprego e renda nas regiões e no Estado, com vistas ao desenvolvimento social sustentável;

14.14 – – fomentar e garantir a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs públicas e gratuitas, de modo a incrementar a inovação, a produção e o registro de patentes, garantindo e ampliando também o patrimônio cultural brasileiro.

Nova estratégia aprovada:

14.15 – fomentar a pesquisa e a extensão universitária por meio de bolsas e de editais específicos da Fapemig, de outros órgãos de fomento e demais instituições de ensino superior para atendimento nas regiões com baixo IDH no Estado, com destaque para as regiões Norte e os Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Temática 6 – Formação e valorização dos profissionais da educação (grupo 6)

“Metas que tratam da formação e da valorização dos profissionais da educação”

Meta 15: Formação de profissionais da educação / Meta 16: Formação continuada de profissionais da educação / Meta 17: Valorização dos profissionais de educação / Meta 18: Carreira dos profissionais da educação

Formação de profissionais da educação:

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PEE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os profissionais da educação básica possuam, no prazo máximo de até 7 anos de vigência deste PEE, formação específica de nível superior, obtida em curso de graduação na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

15.1 – criar e implementar, no prazo de três anos a partir da aprovação deste PEE, programas de formação dos profissionais de educação básica, a partir do diagnóstico das suas necessidades formativas, a ser elaborado pelo Estado e municípios, nas diversas regiões do Estado, construído com a participação dos vários atores sociais, em especial os



profissionais da educação, e do diagnóstico da capacidade de atendimento por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes no Estado e municípios, definidas obrigações recíprocas entre os partícipes;

15.2 – ampliar e ofertar com qualidade programa permanente de iniciação à docência, com concessão de bolsas aos estudantes matriculados em cursos de licenciatura, em todas as áreas e disciplinas, em até um ano de vigência desse plano, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

15.3 – consolidar, ampliar e garantir a eficiência de plataforma eletrônica, no prazo de até 3 anos da vigência deste PEE, para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgar e atualizar seus currículos eletrônicos, em especial o currículo Lattes;

15.4 – implementar e garantir, no prazo de até 2 anos da vigência deste PEE, programas específicos de formação inicial e/ou continuada de profissionais da educação para atuação na educação especial, na educação inclusiva e atendimento educacional especializado – AEE –, para todas as escolas, especialmente as que atendem às unidades prisionais e aos centros socioeducativos e para atuação nas escolas públicas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas, considerando-se suas especificidades e condições concretas dos processos de produção e reprodução da vida no campo;

15.5 – promover a efetiva participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar nos processos de reforma curricular e aperfeiçoar formas de avaliação formativa e diagnóstica dos acadêmicos dos cursos de licenciatura, estimulando a renovação pedagógica de forma interdisciplinar e transversal, assegurando, o foco no aprendizado dos estudantes, dividindo a carga horária em formação geral, formação pedagógica na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, considerando-se a realidade local, e garantir aos profissionais da educação os meios necessários para incorporações das tecnologias através de cursos e/ou oficinas de capacitação ministrados aos profissionais da educação por meio de parcerias com instituições de ensino superior, em articulação com a base nacional comum dos currículos da educação básica, de que tratam as estratégias 2.2, 2.3, 3.3 e 3.4 deste PEE, no prazo de até dois anos de sua vigência;

15.6 – garantir, por meio das funções de avaliação, regulação e supervisão da educação superior, a cada dois anos, a plena implementação das respectivas diretrizes curriculares;

15.7 – acompanhar, valorizar e ampliar – por meio de programas específicos de formação inicial e continuada, de cursos práticos e do incremento de aportes financeiros – as práticas de ensino, bem como implementar estágios remunerados nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação oferecidos pelas instituições de ensino superior, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação docente e as demandas da educação básica;

15.8 – implementar e garantir cursos e programas especiais, no prazo de dois anos da vigência deste PEE, para assegurar formação específica na educação superior, em instituições de ensino regularmente reconhecidas pelo MEC, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;

15.9 – fomentar, ampliar e garantir a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, de todos os profissionais da educação;

15.10 – assegurar, no prazo de um ano de vigência desta lei, no sistema estadual de ensino ou em colaboração com os demais sistemas de ensino, a oferta de programas regulares e permanentes de formação continuada, para aperfeiçoamento profissional de todos os profissionais da educação, principalmente em nível de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado);

15.11 – implementar e aperfeiçoar, no prazo de até um ano de vigência desta lei, política estadual de formação continuada em nível de graduação e pós-graduação, *lato e stricto sensu*, com bolsa de estudos, para todos os profissionais da educação, construída em regime de colaboração entre os entes federados;



15.12 – instituir, até o terceiro ano de vigência deste PEE, programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionem, bem como ofertar cursos de imersão e aperfeiçoamento e bolsas de idiomas aos demais profissionais da educação básica, dentro e fora do país, de acordo com as necessidades apresentadas por eles;

15.13 – desenvolver e implementar, no prazo de 3 anos da vigência deste PEE, programas de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática, articulada a sólida base teórica, por meio da oferta, nas redes públicas de ensino, federal, estadual e municipais, e de educação profissional, de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.

Novas estratégias aprovadas:

15.14 – instituir programas de iniciação à docência, em parceria com as instituições superiores e a educação básica, com participação igualitária, normativa, consultiva e deliberativa no programa em vigência, com programas de fomento à produção de conhecimento na educação básica, no prazo de até dois anos;

15.15 – consolidar o financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes –, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva da rede pública da educação básica.

Formação continuada de profissionais da educação:

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu*, dentro ou fora do país, 80% (oitenta por cento) dos profissionais da educação básica até o terceiro ano de vigência do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014), e garantir, a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, ao longo da carreira, considerando-se as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

16.1 – suprimida;

16.2 – criar e realizar programas de formação, em nível de pós-graduação, para os profissionais da educação das redes estadual e municipais, a partir do diagnóstico das suas necessidades formativas nas diversas regiões do Estado, e do diagnóstico da capacidade por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos demais entes federados;

16.3 – colaborar com a consolidação de política nacional de formação de profissionais da educação, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas e implantar, no prazo de 1 (um) ano de vigência desta lei, a política estadual de formação continuada para os profissionais da educação;

16.4 – expandir em 50%, a partir do primeiro ano de vigência deste PEE e gerenciar programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura e de dicionários, em formato físico e digital, garantindo sua universalização até o final da vigência deste PEE e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e no Sistema Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os profissionais da educação da rede pública de educação, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação;

16.5 – ampliar e consolidar, no primeiro ano de vigência deste PEE e atualizar, no mínimo, semestralmente nos anos seguintes, portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles em formato acessível, contemplando as orientações curriculares vigentes;

16.6 – ampliar, garantir e divulgar, por meio da SEE/SREs e Secretarias Municipais de Educação e por outros parceiros de fomento, a oferta de bolsas de estudo para pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* dos profissionais da educação, dentro



e fora do país, promovendo a distribuição dessas bolsas de forma regionalizada e normatizando a liberação dos profissionais por área de atuação, no prazo máximo de 2 (dois) anos;

16.7 – fortalecer e garantir, no prazo de três anos da vigência deste PEE, a formação dos profissionais da educação, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura, da colaboração com a institucionalização de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo(s) profissionais da educação e da criação de programa estadual com a mesma finalidade.

Novas estratégias aprovadas:

16.8 – promover a formação dos profissionais da educação e garantir a produção e a aquisição de materiais didático-pedagógicos que contemplem as diversidades: cultural e de gênero, sexo, raça e etnia, em todos os níveis de ensino;

16.9 – garantir formação específica para gestores e profissionais da educação, que atenda às necessidades de funcionamento de escolas do campo, quilombolas, indígenas, do sistema prisional, do sistema socioeducativo, da educação especial e de educação de jovens e adultos – EJA –, e produção de recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, de tecnologia assistiva, culturais e literários que atendam às especificidades formativas dessas populações;

16.10 – ampliar e assegurar a participação dos profissionais da educação em conferências, seminários e congressos de educação, garantindo a liberação desses profissionais do trabalho sem prejuízo para sua remuneração, estimulando assim a formação continuada;

16.11 – promover ampla utilização dos portais eletrônicos do Estado na capacitação continuada de todos os profissionais da educação, com ênfase nas práticas desenvolvidas em cada setor e nas legislações vigentes;

16.12 – criar programas descentralizados/desconcentrados de formação continuada do servidor da educação na circunscrição das Superintendências Regionais de Ensino ou em escolas polos nessas SREs, com participação da categoria, respeitando as características regionais e contemplando a inclusão, diversidade e meio ambiente;

16.13 – firmar convênios com instituições, prioritariamente, de educação superior públicas e gratuitas para implementar políticas/programas, presenciais e à distância, de formação continuada de servidores da educação.

Valorização dos profissionais de educação:

Meta 17: valorizar os profissionais da educação das redes públicas de educação básica, garantindo-se a equiparação do seu rendimento médio ao dos profissionais de outras áreas com categoria e escolaridade equivalente e remuneração mais elevada no ente federado, até o final do terceiro ano de vigência deste PEE, mediante a elaboração e/ou reformulação dos planos de carreira, respeitada a Lei nº 11.738/2008.

Estratégias:

17.1 – suprimida;

17.2 – promover e participar de fórum permanente, com representação da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos trabalhadores da educação, assim como de seu sindicato, a ser constituído imediatamente, por iniciativa do Fórum Estadual de Educação e/ou do Ministério da Educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para a jornada vigente nas redes estadual e municipais para os profissionais da educação básica pública;

17.3 – instituir, no prazo de dois anos da vigência deste PEE, uma comissão com representantes dos profissionais da educação e do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE –, da Adeomg, da Secretaria de Estado de Educação e dos demais trabalhadores da educação para revisar e implementar, em sua totalidade, os planos de carreira para os profissionais da educação da rede pública estadual de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Novas estratégias aprovadas:



17.4 – vedar a implantação de quaisquer benefícios que sejam vinculados aos resultados das avaliações de rendimento escolar;

17.5 – constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial, por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD –, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

17.6 – reduzir a jornada regular de trabalho do professor e do pedagogo/especialista para 20 horas semanais, sem redução de salário, e instituir a dedicação exclusiva e opcional de 40 horas para os profissionais interessados dos referidos cargos;

17.7 – estabelecer carga horária reduzida em 50% (cinquenta por cento), em sala de aula, sem perda de remuneração, quando a professora atingir 20 anos de serviço e/ou 50 anos de idade, e o professor atingir 25 anos de serviço e/ou 55 anos de idade;

17.8 – reconhecer o professor de música como professor de educação básica e equiparar seu rendimento ao dos demais profissionais, de acordo com a escolaridade equivalente, e garantir sua contratação para ministrar aulas de música, fazendo assim com que se cumpra a lei do ensino de música nas escolas;

17.9 – criar programas de saúde do profissional da educação pública e estabelecer ações específicas para promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional, com o devido apoio técnico e financeiro, com objetivo de prevenir a incidência de doenças profissionais e melhorar as condições de trabalho dos profissionais da educação, visando a melhoria da qualidade da educação;

17.10 – valorizar e respeitar os profissionais da educação e garantir que atuem dentro da sua formação profissional específica.

Carreira dos profissionais da educação:

Meta 18: instituir uma comissão com representantes dos profissionais da educação e do Sind-UTE, no primeiro ano de vigência deste PEE, para revisar e aprovar, também no primeiro ano, os planos de carreira para os profissionais da educação básica e da educação superior públicas do sistema estadual de ensino, garantindo-se a promoção do servidor ao seu nível real de formação, e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal, conforme a carga horária cumprida e garantindo-se o aumento real dos rendimentos.

Estratégias:

18.1 – estruturar as redes públicas de educação básica, elaborando cronograma para substituição dos contratos temporários por profissionais concursados de modo que, início do terceiro ano de vigência deste PEE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 90%, no mínimo, dos demais profissionais da educação sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo preenchidos por meio de concurso público e estejam em exercício nas redes estadual e municipal a que se encontrem vinculados, com a garantia de que as novas vagas decorrentes de vacância sejam exclusivamente preenchidas por servidores de provimento efetivo;

18.2 – suprimida;

18.3 – prever e garantir, no primeiro ano de vigência deste PEE, nos planos de carreira dos profissionais da educação pública, a concessão de licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, principalmente em nível de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, garantindo a promoção imediata dos profissionais da educação que adquirirem a titulação, mediante o compromisso de permanência na rede pública pelo mesmo período do tempo de licença;

18.4 – colaborar com a realização anual, a partir do segundo ano de vigência do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014), por iniciativa do Ministério da Educação, do censo dos profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;



18.5 – considerar as especificidades e necessidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de seus cargos efetivos, garantindo capacitações adequadas para os profissionais recém-empossados e formação continuada para os demais profissionais;

18.6 – priorizar o repasse de transferências voluntárias, em regime de colaboração com a União, na área de educação, para os municípios que tenham aprovado lei específica estabelecendo planos de carreira para os profissionais da educação, em conformidade com o inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal e com a Lei 11.738/2008;

18.7 – criar, no primeiro ano de vigência do PEE, comissões permanentes de trabalhadores em educação de todos os segmentos e etapas da educação básica, nas Secretarias de Estado responsáveis, com a participação de entidades sindicais, para subsidiar a elaboração, reestruturação e implementação dos planos de carreira.

Novas estratégias aprovadas:

18.8 – garantir promoção, na carreira, para os profissionais da educação concluintes de programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, imediatamente após a conclusão do curso, valorizando todos os níveis de formação adicional com percentuais pré-acordados com os representantes dos trabalhadores;

18.9 – eliminar o interstício de promoção por escolaridade e restabelecer imediatamente os percentuais de promoção e progressão para a carreira dos profissionais da educação para 22% (vinte e dois por cento) e 3% (três por cento), respectivamente, com aumento progressivo desses percentuais;

18.10 – restabelecer o direito a biênios, quinquênios, com percentuais de 5% e 10% respectivamente, e demais vantagens para todos os trabalhadores em educação ativos, revisando os direitos retirados dos aposentados a partir de 2011 com a implementação do subsídio;

18.11 – realizar concursos públicos de provas e títulos para admissão de profissionais da educação básica pública na rede estadual de ensino, sempre que a vacância no quadro permanente alcançar 10% (dez por cento), considerando o levantamento de vagas e o cadastro de reserva;

18.12 – assegurar, aos profissionais de educação, registro e atualização da sua vida profissional junto à Superintendência Regional de Ensino e à Secretaria de Estado de Educação e garantir, nos termos da lei, aposentadoria imediata ao servidor que conquistar os requisitos necessários ao seu afastamento;

18.13 – determinar e divulgar previamente critérios universais, claros e objetivos – amplamente discutidos com os profissionais da educação, por meio de seu representante sindical – para movimentação dos profissionais da educação entre instituições escolares e entre superintendências regionais de ensino, com base nas necessidades dos profissionais de educação;

18.14 – assegurar aos profissionais de educação o gozo de férias-prêmio após o período aquisitivo, eliminando o percentual limite de 20% (vinte por cento) e, no caso das férias-prêmio não serem usufruídas, garantir o recebimento em espécie do mesmo saldo adquirido após 2004 ou contagem em dobro para aposentadoria;

18.15 – alterar, entre os setores da administração e os demais servidores da educação, critérios para remoção e aproveitamento dos profissionais da educação quando da mudança de cidade e da existência de vagas no órgão de destino, sem prejuízos dos direitos dos servidores, levando-se em consideração as necessidades da unidade familiar do servidor;

18.16 – priorizar, no primeiro ano de vigência deste PEE, a elaboração de uma normativa que reconheça professores e professoras com a formação na licenciatura em Educação do Campo, assegurando-lhes a inclusão nos editais de concursos públicos e a legitimidade das habilitações por área de conhecimento;

18.17 – estabelecer ações específicas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, ações que visam à melhoria da qualidade da educação;

18.18 – restabelecer a concessão da Licença por Interesses Particulares – LIP – aos servidores da educação;



18.19 – equiparar a remuneração dos profissionais da educação com a mesma formação, proporcionalmente à jornada de trabalho.

Temática 7 – Gestão democrática (grupo 7)

“Meta relacionada à Gestão Democrática e Participação Social na área da educação, bem como discussão da parte normativa do projeto de lei”

Meta 19: Gestão democrática

Gestão democrática:

Meta 19: assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, garantindo a autonomia dos conselhos de educação e dos colegiados/conselhos escolares, associada à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas estaduais e municipais, superintendências regionais de ensino e universidades estaduais, assegurando recursos e apoio técnico do Estado de Minas Gerais para tanto.

Estratégias:

19.1 – priorizar o repasse de transferências voluntárias, em colaboração com a União, na área da educação, para os municípios mineiros que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação em vigor; e garantir a efetiva implantação de gestão democrática nas escolas da rede pública de educação, atendendo à participação da comunidade escolar, por meio de eleição direta e nomeação dos diretores e diretoras de escola, vice-diretores, superintendentes regionais e diretores vinculados à Secretaria de Estado de Educação, estabelecendo-se o mandato de 3 (três) anos, com direito a 1 (uma) recondução, e valorizando-se o voto de todos os segmentos no processo seletivo;

19.2 – garantir, no prazo de 2 (dois anos), a instituição dos conselhos e fóruns de educação previstos nas legislações nacional e estadual, com representações sociais autônomas e indicadas por entidades da sociedade civil, assegurando a constante formação dos(as) conselheiros(as) sociais, por meio de programas de apoio e formação dos conselheiros estaduais e municipais de educação, dos integrantes dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação – Fundeb –, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros, bem como dos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados autonomia, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções de acordo com as respectivas necessidades;

19.3 – incentivar os municípios, por meio do Fórum Estadual de Educação de Minas Gerais, a constituírem, no prazo de 2 (dois) anos, Fóruns Permanentes de Educação com a participação dos segmentos da rede pública e da sociedade civil, com vistas à coordenação das conferências municipais, a serem realizadas a cada dois anos; ao acompanhamento da execução deste PEE e dos seus planos de educação, em parceria com outros órgãos da administração pública; à divulgação dos resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos *sites* institucionais da internet; e à análise e ampliação do percentual de investimento público em educação de 25% (vinte e cinco por cento) para 30% (trinta por cento) e de políticas públicas para assegurar o cumprimento e a implementação das metas e estratégias dos planos de educação;

19.4 – garantir, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios e entidades estudantis como instituições autônomas de representação, assegurando espaços físicos e material a serem utilizados em suas atividades, bem como estimular a participação de associações de pais, dando condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5 – garantir a constituição e o fortalecimento de colegiados/conselhos escolares, comunidades escolares e conselhos municipais de educação como instrumentos de participação, colaboração e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros; da criação de um cadastro estadual de conselheiros atualizado

anualmente que permita o contato com o público em geral; e de apoio financeiro vinculado à caixa escolar da instituição, assegurando-se condições de funcionamento autônomo, de acordo com a legislação, e os recursos financeiros necessários;

19.6 – estimular e garantir a participação e a consulta de profissionais da educação às comunidades escolares na formulação, acompanhamento e avaliação dos projetos político-pedagógicos e garantir a elaboração dos currículos escolares, planos de gestão e regimentos escolares, com a efetiva participação dos profissionais da educação, viabilizando a divulgação destes documentos pelo colegiado/conselho escolar e assegurando a participação de pais e responsáveis;

19.7 – garantir e fortalecer, no prazo máximo de 1 (um) ano, na forma da lei, a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas, sendo esta última por meio da vinculação dos recursos financeiros da educação aos órgãos gestores correspondentes, com a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, com vistas à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da autonomia financeira e da gestão democrática, normatizando e simplificando as prestações de contas de recursos recebidos e conferindo autonomia aos colegiados/conselhos escolares para sua aplicação, conforme necessidades comprovadas;

19.8 – desenvolver e implementar, de forma contínua, programas efetivos de formação e capacitação de gestores(as), diretores(as), vice-diretores(as) e coordenadores(as) pedagógicos escolares, em instituições públicas, de acordo com sua demanda por formação antes da posse e durante o exercício de sua função, bem como estabelecer os critérios para o provimento dos cargos, incluindo-se o tempo de mandato e valorizando-se a participação nos cursos, imbuídos do conceito de gestão democrática, de construção coletiva e de democracia na escola.

Novas estratégias aprovadas:

19.9 – garantir a composição da presidência de órgãos colegiados, como conselhos de educação e colegiados/conselhos escolares, por meio de eleição direta e democrática entre os seus membros;

19.10 – garantir o provimento dos cargos de diretores e gestores das escolas públicas, das universidades públicas estaduais e das superintendências regionais de ensino por meio de eleições diretas;

19.11 – instituir programas de formação e capacitação em gestão administrativa e financeira e em legislação para gestores escolares, pessoal administrativo das escolas e SREs e secretários de escola;

19.12 – implementar mecanismos de participação da comunidade escolar na elaboração dos orçamentos educacionais – SRE-SEE –, por meio de assembleias e consultas públicas, com vistas ao melhor atendimento das necessidades das escolas, ao aprimoramento na relação ensino-aprendizagem e ao desenvolvimento de uma cultura de gestão transparente e participativa, aliada à qualidade do ensino;

19.13 – fornecer apoio jurídico ao gestor escolar responsável pela instituição, caso haja necessidade de responder por recursos advindos de sua função.

Parte normativa do Plano Estadual de Educação

PROJETO DE LEI Nº 2.882/2015

Aprova o Plano Estadual de Educação – PEE – e dá outras providências.

Art. 1º – Fica aprovado o Plano Estadual de Educação – PEE –, com vigência por dez anos a contar da publicação desta lei, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

Art. 2º – São diretrizes do PEE:

I – a erradicação do analfabetismo;

II – a universalização do atendimento escolar;



III – a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – a melhoria da qualidade da educação;

V – a formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica, valorizando e respeitando as diversidades regionais, étnico-raciais, de gênero e orientação sexual;

VIII – o estabelecimento de aplicação de recursos públicos em educação que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX – a valorização dos profissionais da educação; e

X – a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º – As metas previstas no Anexo I desta lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PEE, desde que não haja prazo diverso definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º – As metas previstas no Anexo I desta lei deverão ter como referência o censo demográfico e os censos da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta lei.

Art. 5º – A execução do PEE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e articulado e de avaliações periódicas, realizados, sem prejuízo de outras, pelas seguintes instâncias:

I – Secretaria de Estado de Educação – SEE;

II – Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ou outra por essa indicada;

III – Conselho Estadual de Educação – CEE;

IV – Fórum Estadual de Educação – FEE; e

V – representantes da comunidade quilombola e dos povos originários.

Art. 6º – Compete, ainda, às instâncias de que trata o art. 5º:

I – divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da *internet*;

II – analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas; e

III – analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 1º – A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no segundo ano de vigência do PEE e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 2º – Fica estabelecido, para efeitos do caput do art. 5º, que as avaliações deste PEE serão realizadas com periodicidade máxima de dois anos contados da publicação desta lei, respeitadas as iniciativas destas instâncias para planejar suas atividades de monitoramento.

§ 3º – Para a viabilização do monitoramento e a avaliação do cumprimento das metas deste PEE, serão utilizados indicadores oficiais e, na falta desses, outros indicadores que serão definidos conjuntamente pelas entidades indicadas nos incisos I a V do *caput* do art. 5º.

Art. 7º – O Estado promoverá a realização de, pelo menos, três conferências estaduais de educação até o final do PEE, articuladas e coordenadas pela Secretaria de Estado de Educação em parceria com outros órgãos relacionados à Educação.

Parágrafo único – As conferências de educação serão realizadas com intervalo de até três anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PEE e subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Educação para o decênio subsequente.

Art. 8º – O Estado atuará em regime de colaboração com a União e os municípios visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º – Caberá aos gestores do Estado a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PEE.

§ 2º – As estratégias definidas no Anexo I desta lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º – O Estado criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PEE.

§ 4º – Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada à comunidade.

§ 5º – O fortalecimento do regime de colaboração entre o Estado e os Municípios incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

Art. 9º – O Estado deverá aprovar leis específicas para o seu sistema de ensino, normatizando a gestão democrática da educação pública no seu âmbito de atuação, no prazo de dois anos contados da publicação desta lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Art. 10 – O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Estado serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PEE, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 11 – Nos termos do art.11 da Lei Federal nº13.005, de 2014, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com o Estado de Minas Gerais e os Municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 12 – No início do primeiro semestre do último ano de vigência deste PEE, o Poder Executivo encaminhará, à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Estadual de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 13 – A revisão deste PEE será realizada com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil, nos termos do art. 7º, e será apresentada a cada Conferência Estadual de Educação.

Art. 14 – Revoga-se a Lei nº 19.481, de 12 de janeiro de 2011, que aprovou o Plano Decenal de Educação do Estado para o período de 2011 a 2020.

Art. 15 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Temática 8 – Articulação entre os sistemas de educação e financiamento (grupo 8)

“Meta e temas relacionados ao financiamento da educação”

Meta 20: Financiamento

Financiamento:

Meta 20: ampliar, de forma gradual e irreversível, o investimento público estadual na educação pública mineira, objetivando o cumprimento da meta nacional de 10% (dez por cento) do PIB para a educação, conforme Meta 20 do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014), a contar da publicação deste Plano Estadual de Educação (PEE).

Estratégias:

20.1 – garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se os indicadores de investimentos educacionais e as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dos arts. 70, 76 e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional, referenciado por meio do Custo Aluno- Qualidade – CAQ;

20.2 – ampliar, aperfeiçoar, acompanhar e dar publicidade aos mecanismos de acompanhamento da arrecadação e aplicação da totalidade dos recursos da quota estadual da contribuição social do salário educação, no Estado e nos municípios, com participação da sociedade civil e de entidades sindicais e de classe, por meio de sistema de fácil compreensão ao cidadão comum;

20.3 – fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação imediata dos membros de conselhos de educação e dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com participação efetiva e fiscalização do Ministério Público do Estado, da Secretaria de Estado de Educação, do Tribunal de Contas do Estado e da Controladoria-Geral da União – CGU;

20.4 – desenvolver e divulgar estudos para acompanhamento anual dos investimentos e custos por estudante da educação básica e da educação superior pública, em todas as suas etapas e modalidades, na perspectiva do CAQ, por região, adequando os investimentos às necessidades apuradas e assegurando a transparência e a divulgação das informações;

20.5 – assegurar padrão de qualidade da educação básica na rede estadual de ensino e colaborar para garantir o padrão de qualidade nos demais sistemas e redes de ensino, conforme dispuser a regulamentação do Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi – e implementar as regras de cumprimento e penalização previstas na Lei de Responsabilidade Educacional constante na Estratégia 20.11 do PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005, de 2014), em até dois anos após sua publicação;

20.6 – assegurar a participação efetiva do Estado na definição de critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados nas instâncias previstas no § 5º do art. 8º desta lei.

Novas estratégias aprovadas:

20.7 – garantir o aumento dos recursos investidos em educação pelo Estado, ampliando, de 25% (vinte e cinco por cento) para 30% (trinta por cento), a vinculação mínima destinada à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE –, a partir do sexto ano de implantação deste PEE (2016-2026), em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, considerando a receita advinda de impostos vinculados atuais (incluídos *royalties* de petróleo, minério e gás natural) e percentuais das taxas e contribuições sociais, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;

20.8 – garantir, na forma da lei, o impedimento a qualquer forma de contingenciamento de recursos na área educacional e a reposição de eventuais perdas resultantes de políticas de renúncia fiscal;

20.9 – assegurar, dentro do mesmo ano fiscal, a contabilização dos recursos referentes a renúncia de receita decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira e tributária, que deverão ser aportados na



educação pública estadual para efeito da aplicação dos recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE;

20.10 – implementar, no prazo de 2 (dois) anos de vigência deste PEE, o Custo Aluno-Qualidade Inicial – CAQi –, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos, indispensáveis tanto ao processo de ensino-aprendizagem quanto à garantia da qualidade da educação e sua função social, reajustando-o progressivamente até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade – CAQ –, com a complementação da União, se necessário;

20.11 – implementar o Custo Aluno Qualidade – CAQ – como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de investimento educacionais, contemplando a qualificação e a remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, a aquisição, a manutenção, a construção, a conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e a aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar, garantindo também padrões mínimos de qualidade na educação superior;

20.12 – garantir o acesso dos estudantes e dos trabalhadores da educação pública estadual à alimentação e ao transporte escolar;

20.13 – definir, no prazo de 2 (dois) anos a partir da aprovação deste PEE, o CAQ, que será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo MEC e acompanhada pelo Fórum Nacional de Educação, pelo Conselho Nacional de Educação e pelas comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal, cabendo ao Estado de Minas Gerais o acompanhamento, pela Secretaria Estadual de Educação – SEE –, pelo Fórum Estadual de Educação – FEE –, pelo Conselho Estadual de Educação – CEE – e pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG;

20.14 – efetivar a regulamentação da lei complementar, que tratará do regime de colaboração entre os entes federados, no prazo de 180 dias, a contar da sua publicação (previsto no parágrafo único do art. 23 e no art. 211 da Constituição Federal), observando as diretrizes do Sistema Nacional de Educação – SNE –, explicitando a participação da União na cooperação técnica e, especialmente, na determinação de transferências regulares e contínuas de recursos financeiros, mediante contrapartidas de cumprimento de metas do PNE, observando os entes federados e as regiões urbanas e/ou rurais com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e educacional, tendo como critérios o IDH altas taxas de pobreza, índice de fragilidade educacional na oferta de EJA, entre outros;

20.15 – articular junto à União, com vistas à efetivação na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os estados, ao Distrito Federal e aos municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ, mediante contrapartidas de cumprimento de metas do PNE, observando os entes federados e as regiões urbanas e/ou rurais com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e educacional, tendo como critérios indicadores do IDH altas taxas de pobreza, índice de fragilidade educacional na oferta de EJA, entre outros;

20.16 – destinar, na forma da lei, 100% (cem por cento) dos recursos transferidos ao Estado, resultantes do Fundo Social do Pré-Sal, *royalties* e participações especiais referentes ao petróleo, à produção mineral e ao gás natural, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino público, como foi aprovado na Lei nº 12.858, de 2013, tendo como foco o combate às desigualdades regionais e a universalização da educação;

20.17 – assegurar a retirada, de forma irreversível, das despesas com aposentadorias e pensões da conta dos recursos vinculados à MDE, sem prejuízo à paridade entre aposentados e ativos;

20.18 – articular, com os órgãos competentes, a descentralização, a publicização, a desburocratização e a participação da comunidade na elaboração e na execução do orçamento, no planejamento e no acompanhamento das políticas



educacionais do Estado, de forma a favorecer o acesso da comunidade local e escolar aos dados orçamentários, com transparência na utilização dos recursos públicos da educação, a partir da vigência deste PEE;

20.19 – assegurar aos gestores públicos da educação estadual a gestão dos recursos de suas unidades orçamentárias, em conformidade com o art. 69 da LDB, com o devido acompanhamento, controle e fiscalização de suas ações pelos conselhos de educação, tribunal de contas e demais órgãos fiscalizadores, para impedir a intempestividade dos investimentos e garantir a qualidade dos serviços prestados;

20.20 – aprimorar processos de planejamento e gestão financeira dos recursos educacionais, pelas caixas escolares estaduais, com participação dos colegiados/conselhos escolares, a fim de atender de maneira efetiva às demandas locais com qualidade, segundo o desenvolvimento do ano letivo;

20.21 – criar mecanismos que garantam à população participar de discussões, por meio de audiências públicas com a sociedade organizada, sobre as receitas financeiras educacionais e sua aplicação, por ocasião da aprovação dos planos orçamentários, de forma que o(a) secretário(a) de Estado de Educação e a Assembleia Legislativa demonstrem e justifiquem o uso dos recursos educacionais advindos da esfera federal, dos impostos próprios e das alíquotas sociais e suas respectivas aplicações, a partir da vigência deste PEE;

20.22 – definir, em regime de colaboração entre Estado e municípios, parâmetros do custo do transporte escolar, por meio de estudos georreferenciados e pesquisas atualizáveis, estabelecendo políticas para a solução de problemas comuns, inclusive quanto às demandas de discentes com necessidades especiais, de forma a tornar o transporte escolar menos oneroso para os municípios e garantir o acesso e a permanência do aluno na escola;

20.23 – destinar recursos específicos, não vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE –, para o custeio da meia passagem estudantil ou do passe livre estudantil;

20.24 – financiar a compra de veículos destinados ao transporte escolar e de equipamentos adequados ao atendimento de estudantes com deficiência;

20.25 – garantir que a capacidade de atendimento do Estado contenha a totalidade de recursos constitucionais vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE –, à Quota Estadual do Salário Educação – QESE –, bem como os derivados dos *royalties* do petróleo e os demais recursos previstos na legislação nacional, e que venham a ser regulamentados segundo as matrículas efetivas da educação pública estadual;

20.26 – garantir, definitivamente, o cumprimento da lei do piso nacional salarial profissional para os profissionais do magistério;

20.27 – garantir, definitivamente, o cumprimento da Lei nº 21.710, de 2015, que trata da remuneração de todos os profissionais da educação da rede estadual;

20.28 – garantir a liberação de recursos específicos para a participação de alunos da rede pública estadual em atividades extraclasse, como eventos ambientais esportivos, científicos e culturais, assegurando o acesso gratuito a todos os equipamentos públicos;

20.29 – garantir financiamento do governo estadual, preferencialmente em instituições públicas de ensino superior, para a oferta de cursos e bolsas de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado aos profissionais da educação básica e para a oferta de cursos de curta e média duração destinados aos profissionais da rede pública estadual, assegurando a formação contínua desses servidores, especialmente na área de educação inclusiva;

20.30 – implantar e implementar programa de educação fiscal no sistema de ensino mineiro, com vistas à ampliação do controle e monitoramento social dos recursos destinados à educação, em articulação com secretaria da fazenda – Sefaz – e sindicatos afins;



20.31 – aprimorar processos de planejamento e gestão financeira dos recursos educacionais pelas caixas escolares estaduais, com participação dos colegiados/conselhos escolares, a fim de atender, de maneira efetiva, às demandas locais com qualidade, segundo o desenvolvimento do ano letivo;

20.32 – promover ampla reestruturação da gestão financeira da educação, priorizando os recursos para as atividades finalísticas da área (plano de carreira e remuneração dos profissionais, formação continuada, infraestrutura e manutenção das escolas, material didático e pedagógico, alimentação escolar);

20.33 – garantir dotações e recursos para a operacionalização e para a manutenção de atividades necessárias ao desenvolvimento das universidades públicas mantidas pelo Estado de Minas Gerais, a partir da elevação da aplicação mínima em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE –, para 30% (trinta por cento) da receita dos impostos e transferências.

Moções aprovadas na plenária final:

I. A educação ofertada nas áreas rurais esteve deslocada da realidade camponesa e de seus sujeitos. Sendo assim, a Fetaemg, na sua luta incessante pela garantia do direito à educação, a favor de um campo com “gente” e escolas, considera que é estratégico e coerente, diante da dívida histórica com as populações do campo alijadas dos processos formais de educação, que este Projeto de Lei nº 2.882/2015, que trata do Plano Estadual de Educação, tem o dever e o compromisso, em cooperação com os entes federados, de considerar e incluir ações concretas de efetivação do direito à educação no campo, em todos os níveis de ensino.

II. O Fórum Técnico “Plano Estadual de Educação” vem, por meia desta, apoiar a criação da CPI da UEMG, para investigar o uso do dinheiro público pelas fundações privadas atuantes na Universidade do Estado de Minas Gerais e as gestões da universidade. Fraudes em concurso público, contratações de professores fantasmas, gestores recebendo até 50% acima do teto salarial, além do portal de transparência do governo federal apontar como empenhados gastos com programas que não existem, como auxílios-alimentação, transporte e moradia, demonstram grave mau uso do dinheiro público. Em defesa da educação, do bem público, da ciência e da tecnologia e da universidade mineira, queremos a implementação da CPI da UEMG!

III. Moção sobre a necessidade do fortalecimento do Fórum Nacional de Educação – FNE – e do Fórum Estadual de Educação – FEE:

Assim como previsto na Lei Federal nº 13.005/2014, que homologa o Plano Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Educação e o Fórum Estadual de Educação são instâncias legalmente instituídas com a responsabilidade de acompanhamento, monitoramento e apoio à efetivação dos diversos planos educacionais. Ademais, esses fóruns funcionam como espaços de controle social e participação efetiva cidadã. Nesse sentido, o fortalecimento dos fóruns supracitados são fundamentais para a construção democrática e concretização do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação, espelhando a vontade popular.

IV. Com base na Constituição da República de 1988, dos princípios fundamentais, art. 3º, inciso IV, onde rege que: “constitui objetivos da República Federativa do Brasil (...) IV – Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, repudiamos as manifestações sexistas, homofóbicas, racistas e de incitação ao ódio colocadas em plenário e em alguns grupos de trabalho, especialmente no Grupo 2, por integrantes dos movimentos Patriotas e Escola sem Partido. Nós, participantes do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação, não aceitamos como naturais posturas discriminatórias e criminosas como essas nos espaços públicos de participação cidadã. Reiteramos nossa defesa do Estado Democrático de Direito, laico, inclusivo, justo, solidário e soberano. Reafirmamos ainda nosso compromisso com a Escola Pública, de qualidade e democrática.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Paulo Freire

O presidente – Gostaríamos de lembrar a todos e a todas que estamos concluindo a etapa final do fórum técnico Plano Estadual de Educação. A proposição seguirá em tramitação na Casa. Receberemos o documento na Comissão de



Educação. Certamente o sentido das proposições será acolhido em um substitutivo, mas a Assembleia Legislativa permanece com o espaço absolutamente aberto e participativo tanto em suas comissões quanto nas discussões que serão realizadas no Plenário. Muito obrigado. Boa noite a todos.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para extraordinárias de terça-feira, dia 21, às 9 horas e às 18 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária, na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 21/6/2016.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/6/2016

Às 13h38min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Bosco (substituindo o deputado Emidinho Madeira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 6.493/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Bosco, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater a situação dos moradores das ocupações Maria Vitória, Maria Guerreira e Filadélfia, que foram objeto de reintegração de posse em 20/6/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de julho de 2016.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/7/2016

Às 14h25min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa, Wander Borges e Paulo Guedes (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Lone Pinheiro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o corte no fornecimento de alimentos, frutas e verduras para as creches comunitárias no Município de Belo Horizonte. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.725/2016, do deputado Paulo Guedes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a proposta de revisão da Lei nº 18.030, de 2009, conhecida como Lei Robin Hood, e corrigir distorções nas regras de repartição do ICMS em Minas Gerais;

nº 6.726/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a possível interrupção do atendimento do laboratório de TDAH da Fhemig;



nº 6.727/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde pra debater a possível interrupção do atendimento do laboratório de TDAH da Fhemig;

nº 6.728/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater a atual situação do Mirante Caixa D'Água, no Bairro Mangabeiras, no Município de Belo Horizonte.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Adriane da Silveira Seixas, defensora pública da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte, representando a chefe de gabinete Institucional da Defensoria Pública de Minas Gerais; Maria da Conceição de Oliveira Silva, diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte, representando a diretora administrativa; Célia Efigênia Guedes Domingos, coordenadora administrativa do Movimento de Luta Pró-Creches; e Maria Lupes de Souza Reis, presidente do Movimento de Luta Pró-Creches; e os Srs. Carlos Alberto Pinto, diretor de Imprensa e Comunicação do Sindicato dos Empregados em Entidades de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado de Minas Gerais – Senalba-MG –, representando o coordenador; e Joelmir Robert Souza, gerente administrativo e coordenador- geral do Sindicato de Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas em Minas Gerais – Sintibref –, representando o presidente. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2016.

Wander Borges, presidente – Tito Torres.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/7/2016

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.607/2015 (relator: deputado Arlen Santiago) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 3.193/2016 (relator: deputado Carlos Pimenta) na forma do Substitutivo nº 2. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.094, 5.095 e 5.097/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.573 a 6.581/2016. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.708/2016, do deputado Iran Barbosa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do Hospital Risoleta Tolentino Neves e o encerramento dos atendimentos pediátricos na unidade situada em Belo Horizonte;



nº 6.714/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater a interrupção dos serviços de pediatria do Hospital Risoleta Neves e de todas as suas especialidades, com a presença de representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 6.704/2016, dos deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhada manifestação de apoio ao secretário de Estado de Saúde, Sávio Souza Cruz, por sua atuação ante as dificuldades encontradas na gestão das políticas de saúde do Estado;

nº 6.705/2016, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja realizado debate público sobre a apresentação do que há de mais inovador na identificação da doença de Parkinson, seu tratamento e acompanhamento multiprofissional, incluindo a arteterapia;

nº 6.706/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada visita ao Hospital Eduardo de Menezes, da rede Fhemig, com a finalidade de conhecer suas condições de funcionamento;

nº 6.707/2016, dos deputados Carlos Pimenta e Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Fazenda para debater os repasses de recursos financeiros à Secretária de Estado de Saúde, que se encontra com seus programas paralisados ou com execução financeira em atraso, comprometendo, assim, os repasses a programas fundamentais para a população do Estado;

nº 6.709/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Itaúna para debater os problemas da área da saúde no referido município;

nº 6.710/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde - SES - pedido de providências para abrir leitos de UTI no Município de Itaúna, possibilitando a implantação do serviço de neurocirurgia;

nº 6.711/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde - SES - pedido de providências para pagar ao Município de Itaúna o valor restante de R\$4.000.000,00 referente ao Convênio nº 1321003364/2015, do Estado com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Gerenciamento dos Serviços Região Ampliada Oeste para os Serviços de Urgência;

nº 6.712/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública no Município de São João das Missões para debater a situação da saúde nesse município e região;

nº 6.713/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 528/2015, que dispõe sobre o monitoramento da qualidade dos exames de mamografia no Estado;

nº 6.715/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos pacientes que sofreram acidente vascular cerebral;

nº 6.716/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer sejam encaminhados ofícios com as respostas aos Requerimentos nºs 2.355, 2.675, 2.678, 2.680 e 3.931/2015 às autoridades especificadas;

nº 6.718/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja retirado de tramitação o Requerimento nº 3.546/2015, uma vez que as informações solicitadas ao secretário de Estado de Saúde se encontram disponíveis na internet;

nº 6.719/2016, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Fazenda, de Governo e de Saúde e ao governador do Estado pedido de providências para que se efetue urgentemente o pagamento dos repasses atrasados do programa Pro-Hosp às respectivas entidades hospitalares conveniadas, conforme matéria veiculada no jornal *O Tempo*, em 2/7/2016, e assinada por Bárbara Ferreira;



nº 6.720/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a possível interrupção do atendimento do laboratório de TDAH da Fhemig, que, segundo relato dos pacientes, já não está marcando consultas nem distribuindo os medicamentos necessários.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária em 13/7/2016, às 9 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2016.

Arlen Santiago, presidente – Doutor Jean Freire – Antônio Jorge.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/7/2016

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, André Quintão e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.231, 2.227 e 2.751/2015. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.540 e 3.157/2015. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.701/2016, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública em Guanhães para discutir a segurança pública;

nº 6.702/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a possibilidade de considerar, para efeitos de pontuação em concurso público para provimento de cargos de agente penitenciário e socioeducativo, como título, o cômputo dos anos anteriormente trabalhados nas áreas de segurança pública e defesa social do Estado;

nº 6.703/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada reunião para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os policiais civis e militares pelo cumprimento de dois mandados de prisão nos dias 26 e 27/6/2016, em São Paulo (SP);

nº 6.717/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Chefia da Polícia Civil e aos membros da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado pedido de providências para reiterar a necessidade de convocação dos 76 candidatos aprovados nos cargos de perito criminal e médico legista, excedentes do concurso para a Polícia Civil, edital 2013.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, desconvoca a reunião marcada para 6/7/2016, às 18h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2016.

João Leite, presidente.

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/7/2016**

Às 9h39min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Paulo Lamac e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Arlete Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Lígia Maria Alves Pereira, chefe de gabinete da Secretaria de Planejamento e Gestão (4/6/2016), e do Sr. Vítor Valverde, secretário de Governo de Belo Horizonte (9/6/2016). São recebidos ofícios do Sr. Caio Barros Cordeiro, subsecretário da Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil (7), publicados no *Diário do Legislativo* em 9/6/2016, 23/6/2016 e 30/6/2016. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 278/2015, no 1º turno, e 3.179/2016, em turno único (deputado Dalmo Ribeiro Silva), Projetos de Lei nºs 969, no 1º turno, 1.064, no 1º turno, 1.272, no 1º turno, 1.934, no 1º turno, 2.462, no 1º turno, 2.882, no 1º turno, 1.767, em turno único, e 2.763/2015, em turno único (deputado Paulo Lamac), Projetos de Lei nºs 1.600, no 1º turno, 1.997, no 1º turno, e 2.911/2015, no 1º turno (deputado Rogério Correia). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 737/2015 e 3.179/2016 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva); e 1.767/2015 (relator: deputado Paulo Lamac), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.038, 5.046 e 5.145/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.221/2015 e 3.177/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2016.

Paulo Lamac, presidente – Doutor Jean Freire – Sargento Rodrigues.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/7/2016

Às 9h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado João Leite, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Nozinho. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão, a, em audiência pública, debater os roubos e explosões de caixas eletrônicos no Estado, praticados por criminosos e quadrilhas especializados, em especial em São Gonçalo do Rio Abaixo, e a receber e votar requerimentos. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Tales Lopes Ribeiro, presidente da Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços de São Gonçalo do Rio Abaixo, expondo a situação de violência no Município. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Luciana Maria Bicalho, presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo; e os Srs. Antônio Carlos Noronha Bicalho, prefeito de São Gonçalo do Rio Abaixo; Domiciano Ferreira Monteiro de Castro Neto, delegado de Polícia Civil de São Gonçalo do Rio Abaixo; Gilberto Simão de Melo, chefe da 12ª Delegacia de Polícia Civil de Ipatinga, representando a chefe da Polícia Civil de Minas Gerais; Paulo Tavares Neto, delegado Regional de Polícia Civil de Itabira; Ten.-Cel PM Jair Antônio Pontes Neto, comandante do 26º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais em Itabira; Miguel Magno Faria de Oliveira, gerente regional de Canais e Atendimento Caixa Econômica Federal – CEF – e Daniel Magalhães, consultor de segurança, representando a superintendente



regional Leste Minas da CEF em Governador Valadares; e Tales Lopes Ribeiro, presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de São Gonçalo do Rio Abaixo. A presidência concede a palavra ao deputado Nozinho, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Cabo Júlio – André Quintão.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/7/2016

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Wander Borges e Tito Torres (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação das pessoas que moram à margem da Rodovia MG-5 (BR-262), nas imediações do Bairro Nações Unidas, no Município de Sabará. Nesse momento, registra-se a presença do deputado Fred Costa, membro da comissão, que passa a presidir a reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.735/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a falta de iluminação e de passeio no trecho do BH Shopping à Rodovia MG-030;

nº 6.736/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada visita ao Centro de Artesanato Mineiro - Ceart -, da Fundação Clóvis Salgado;

nº 6.737/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado ao Secretário de Estado de Cultura pedido de informações sobre a retirada do Centro de Artesanato Mineiro - Ceart - do Palácio das Artes, em Belo Horizonte;

nº 6.738/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater a retirada do Centro de Artesanato Mineiro - Ceart - do Palácio das Artes, em Belo Horizonte;

nº 6.739/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Clóvis Salgado pedido de informações sobre a retirada do Centro de Artesanato Mineiro - Ceart - do Palácio das Artes, em Belo Horizonte.

O deputado Fred Costa retira-se do recinto. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Karine Maria Marçal, diretora de Regulação Fundiária Urbana da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana, representando a secretária adjunta; e os Srs. Ivan Alves Soares, vice-presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais, representando o presidente; e Gilmar Cardoso, morador do Bairro Nações Unidas. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2016.

Fred Costa, presidente – Geraldo Pimenta – Doutor Jean Freire.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

– O 1º-secretário despachou, em 13/7/2016, a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Do Sr. Alonso Reis da Silva, presidente da Copanor, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.006/2016, da Comissão de Saúde.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 20º Batalhão de Polícia Militar e na 17ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/3/2016, em Santa Rita do Sapucaí, que resultou na prisão de uma quadrilha que havia acabado de roubar uma agência bancária e na detenção de 13 pessoas (Requerimento nº 4.276/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, do Batalhão de Choque da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/3/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um menor, além de drogas e quantia em dinheiro (Requerimento nº 4.277/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 26º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/3/2016, em Ferros, que resultou na apreensão de dois menores, além de drogas, simulacros de armas de fogo, quantia em dinheiro e objetos de valor e na prisão de seis pessoas (Requerimento nº 4.278/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 37º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/3/2016, em Sacramento, que resultou apreensão de drogas, quantia em dinheiro e materiais de procedência duvidosa e na detenção de quatro pessoas (Requerimento nº 4.279/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 61º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/3/2016, em Sabará, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição e na prisão de uma pessoa (Requerimento nº 4.280/2016, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a comunidade de Guaraciaba pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.006/2016, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a comunidade de Urucânia pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.007/2016, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a comunidade de Corinto pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.008/2016, do deputado Thiago Cota);

de congratulações com a comunidade de Dom Silvério pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.013/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de congratulações com a comunidade de Passa-Tempo pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.014/2016, da deputada Ione Pinheiro);



de congratulações com a comunidade de Contagem pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.015/2016, da deputada Ione Pinheiro);

de pesar pelo falecimento do Sr. Jair Leonardo Lopes (Requerimento nº 5.022/2016, do deputado Fred Costa);

de congratulações com a comunidade de Uberlândia pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.023/2016, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Sacramento pelo aniversário desse município (Requerimento nº 5.024/2016, do deputado Bosco);

de congratulações com Ivone Benedetti pelo lançamento do livro *Cabo de guerra* (Requerimento nº 5.079/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com Luara Colpa pela coluna no Bgaz intitulada *Ele está chegando, vou morrer* (Requerimento nº 5.080/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 42º BPM, na 14ª Cia. Mesp, na 11ª Cia. Mesp, na 14ª Cia. Ind. MAT, no BTL RPARER e no 10º BPM, pela atuação na ocorrência, em 8/6/2016, em Buenópolis, que resultou na prisão de um homem (Requerimento nº 5.089/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Mutum, a Secretaria Municipal de Cultura, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e a Banda Musical Mutuense pela realização do Primeiro Concerto de Inverno – O Resgate da História (Requerimento nº 5.104/2016, do deputado Bosco);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 1ª Companhia Rotam e na Companhia Independente de Policiamento com Cães, do Comando de Policiamento Especial, pela atuação na ocorrência, em 21/6/2016, em Ribeirão das Neves, que resultou na apreensão de drogas e diversos objetos (Requerimento nº 5.116/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 42ª CIA/19º BPM, pela atuação na ocorrência, em 24/6/2016, em Teófilo Ottoni, que resultou na apreensão de drogas, embalagens, munição e tesoura (Requerimento nº 5.129/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 96ª Companhia Tático Móvel do 41º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 27/6/2016, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de materiais diversos e drogas (Requerimento nº 5.131/2016, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sr. Rogério Vasconcelos de Faria Tavares por ter sido empossado na cadeira nº 8 da Academia Mineira de Letras (Requerimento nº 5.154/2016, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Wander Borges);

de congratulações com as Sras. Adriana Goulart de Sena Orsini e Juliana Vignoli Cordeiro pela posse no cargo de desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Requerimento nº 5.160/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Sr. Romeu Donizete Rufino, diretor-geral da Aneel, por seu brilhante trabalho (Requerimento nº 5.176/2016, da Comissão de Minas e Energia);

de congratulações com o Sr. Fernando Bezerra Filho, ministro de Minas e Energia, por seu brilhante trabalho (Requerimento nº 5.177/2016, da Comissão de Minas e Energia);

de congratulações com o Sr. Eduardo Azevedo, secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, por seu brilhante trabalho (Requerimento nº 5.178/2016, da Comissão de Minas e Energia);

de congratulações com os policiais civis e militares da Equipe de Missões Diferenciadas pelo cumprimento de dois mandados de prisão realizados nos dias 26 e 27/6/2016, na cidade de São Paulo (SP), quando foram presos Enoch Paranhos



da Silva e Michael Guimarães Silva, integrantes de uma organização criminosa responsável pelo tráfico de drogas na região de Itamarandiba (Requerimento nº 5.198/2016, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com a Barraca Vermelha, situada no Município de Piranguinho, pelos 80 anos de produção do melhor pé de moleque (Requerimento nº 5.217/2016, da Comissão de Cultura).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/7/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 1/7/2016, que exonerou Edsony Max Alves, padrão VL-35, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bosco;

exonerando Juliana Costa Pinto, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando Daniel Santos Souza, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Carlos Henrique;

nomeando Igor Junior Martins da Costa, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adalclever Lopes.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, 21.697, de 25/5/2015, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 17/6/2016, a servidora Fátima Sérgio Silva, CPF nº 285.705.706/78, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Bibliotecário, padrão VL-59, classe II, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 18/5/2016, o servidor Flávio José de Sant'Ana, CPF nº 312.060.506/91, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-54, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, 21.697, de 25/5/2015, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:



aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 12/7/2016, a servidora Maria Cristina Lopes Torres dos Santos, CPF nº 537.494.996/91, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-49, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, observadas as regras do regime especial de que tratam o § 2º do art. 71, o art. 72 da Lei Complementar nº 129, de 8/11/2013, e o inciso II alínea “a” do art. 1º da Lei Complementar nº 144, de 15/5/2014, em consonância com o § 4º do art. 40 da Constituição Federal e demais disposições legais aplicáveis, em especial as conclusões do Parecer da Procuradoria-Geral desta Secretaria nº 5.215/2011 e da Decisão da Mesa de 31/7/2012, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, 21.697, de 25/5/2015, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato, concedendo:

aposentadoria especial, a pedido, com proventos integrais, a partir de 31/5/2016, ao servidor Wallace Alves Salis, CPF nº 374.078.646/91, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo – Policial Legislativo Masculino, padrão VL-63, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE CONTRATO Nº 45/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Squadra Tecnologia S.A. Objeto: serviços de fábrica de *software* para desenvolvimento e manutenção de aplicações e sistemas da informação. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 22/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.